



UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Ana Cláudia Cardoso de Freitas

**MIGRAÇÃO FEMININA EM CONTEXTOS PÓS-  
COLONIAIS GLOBALIZADOS:  
TEIAS ENTRELAÇADAS ENTRE AFETOS E AGÊNCIA NA ROTA  
BRASIL-SURINAME-HOLANDA**

**Tese de doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania  
Global, orientada pelo Professor Doutor Boaventura de  
Sousa Santos e pela Professora Doutora Ana Cristina Santos  
e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de  
Coimbra.**

Abril de 2020





**FEUC** FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**Ana Cláudia Cardoso de Freitas**

**Migração feminina em contextos pós-coloniais globalizados:**

Teias entrelaçadas entre afetos e agência na rota Brasil-Suriname-Holanda

Tese de doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global, orientada pelo Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos e pela Professora Doutora Ana Cristina Santos e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutora.

Abril de 2020



*In Memoriam à*  
*Dona Maria Lúcia*  
*Rosarina Sampaio*



## AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial aos orientadores Boaventura de Sousa Santos e Ana Cristina Santos, pela atenção, dedicação, sensibilidade, sem a qual a realização desse trabalho não teria sido possível. Aprendi que o papel de orientar vai muito além de indicar caminhos bibliográficos, referenciais teóricos ou modelos metodológicos. Meu muito obrigada!

Agradeço a Anailton, Anna Poïsa, Bruno Andrade, Bruno Diniz, Caetano, Carolina, Juca, Iolanda, Lúcia Helena, Margarida, Rinah.

Aos professores do Doutoramento em Pós-colonialismo: António Sousa Ribeiro, Boaventura de Sousa Santos, Clemens Zobel, José Manuel Mendes e pelas Professoras Maria Paula Meneses e Margarida Calafate Ribeiro

À Maria José, Acácio e Inez, pelo carinho e solicitude com que sempre me trataram.

À Daisy, João Paulo, Dona Edite e Sandra, companheiros da Mediateca, da Universidade de Aveiro, onde sempre fui recebida com carinho e respeito e que por isso foi a minha segunda casa em Aveiro.

Às/os amigas/os do *lado de lá* e do *lado de cá*: Andreza, Bessa, Bernardo, Bertulino, Cássia, Cléa, Danilo, Diego, Dutra, Elsa, Eniz, Estela, Estevão, Evariste, Fátima, Fernando, Hilária, Inês, Jesus, Laurinete, Linda, Lisete, Luís Henrique, Luiz, Maisa, Maria Hermínia, Márcia, Margô, Padilha, Patrícia, Rochael, Rosana, Rosa, Rozi, Salvador, Solange, Talita, Tânia, Tati, Telma, Thiago, Valéria, entre tantos outros, que sempre me demonstraram o verdadeiro sentido da amizade, quer através de uma palavra, um simples gesto, também foram importantes nessa caminhada.

À Maurício, pelo apoio fundamental nos últimos meses.

À Regina Osório, tão solícita e humana nos momentos mais difíceis.

À Luciana, minha irmã de alma, pela dedicação, sensibilidade, generosidade e paciência que sempre teve comigo. Obrigada, Lu! Por me aturares, não sei o que seria de mim nesses últimos anos sem tua amizade sincera!

À Joyce, por tudo que passamos juntas nos últimos anos, faz com que nem que eu viva 100 anos, ela vai estar sempre presente.

À minha família, fonte de sabedoria, amor e fraternidade.

À minha mãe Creuza, fonte de amor e sabedoria que levarei para toda a minha vida.

À minha tia Conceição, minha segunda mãe, figura tão importante na minha formação.

Aos meus queridos irmãos, Júnior, Alessandra e Rafael.

Aos meus sobrinhos Pam, Yago e Biel.

Às mulheres, técnicos/ativistas que se disponibilizaram a participar deste trabalho, meu muito obrigada!

A todas as pessoas que ajudaram direta ou indiretamente para a concretização deste estudo.

A Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual a realização do trabalho não teria sido possível.

Por fim e tomando emprestadas as palavras do amigo Michel, “agradeço à vida, à Mãe Terra, a todas as Divindades ... ao Universo!”



## FINANCIAMENTO

Entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013, o trabalho de investigação que possibilitou a elaboração desta tese de doutoramento foi cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano, e por Fundos Nacionais, através de uma bolsa individual de doutoramento – referência SFRH/BD/64418/2009 – concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).



---

Investigação também realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasil - Ministério da Educação  
Bolsista Processo Nº: 99999.001714/2015-05



## **Vozes-mulheres**

*A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.*

*A minha voz ainda  
ecoou versos perplexos  
com rimas de sangue  
e  
fome.*

*A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.*

*O ontem – o hoje – o agora.*

*Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.*

**Conceição Evaristo**



## RESUMO

O presente estudo tem por objeto a migração feminina brasileira no eixo Brasil-Suriname-Holanda. Não sendo possível responder a todas as questões que me inquietam acerca desta temática, o meu trabalho visou contribuir, no entanto, para colmatar algumas lacunas que percebo neste campo de investigação, tais como: a necessidade de estudos sobre migrações que contemplem de forma mais evidente as questões de género; a necessidade de estudos interseccionais que tenham em consideração, nas suas descrições e inferências analíticas, fatores socioeconómicos e questões de cidadania sexual, entre outras; a necessidade de estudos objetivos e politicamente empenhados, em que as mulheres não sejam concebidas apenas como vítimas e em que as possibilidades de agência, reconhecimento e resistência sejam problematizadas (Agustin, 2002). Partindo do arcabouço teórico de Boaventura de Sousa Santos, mais precisamente a Sociologia das Ausências e a das Emergências (2006), do Pensamento Abissal (2009) e do que o autor denomina *Globalizações* (2001), procurei, com esse estudo, investigar a ligação entre os fenómenos da migração e da agência de mulheres sob a ótica da globalização. Mais precisamente, analiso a imigração de mulheres provenientes do Norte do Brasil para a Holanda que eventualmente caíram em redes de Tráfico Humano. O estudo tem um carácter transdisciplinar, reflexo do programa doutoral no qual estou inserida, privilegiando uma visão holística e complexa da realidade. A parte empírica do trabalho foi realizada no Brasil, Bélgica e Holanda, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres brasileiras imigrantes na Holanda e Bélgica, bem como com outros atores envolvidos no processo: técnicos de instituições que desenvolvem trabalhos de amparo e garantia de direitos dessas mulheres, e eventualmente com ativistas de direitos humanos tanto no país de origem (Brasil), quanto nos países de destino (Holanda e Bélgica).

A escolha dos referidos países justifica-se pelo fato de se encontrarem numa rota internacional do tráfico de pessoas previamente identificada, ainda que não estudada em profundidade (Leal & Leal, 2003; Hazeu *et al.*, 2008). Um outro objetivo deste estudo foi dar voz às mulheres migrantes brasileiras num quadro em que, como salienta Boaventura de Sousa Santos *et al.*, “as vozes são apenas representativas pela sua

exemplaridade, pelo caráter único do envolvimento dos seus titulares nas lutas sociais, pela intensidade das narrativas e histórias de vida que nos transmitem com insuperável transparência” (2008a, p. 11).

**Palavras-chave:** Mulheres; Migração; Tráfico de Pessoas; Trabalho sexual; Género.

## ABSTRACT

This study addresses Brazilian women migration in the route Brazil-Suriname-The Netherlands. Once it is not possible to answer all the issues that disturb me within this subject, my thesis aims to contribute to fill some gaps that I identify in this field of research, such as: the need of studies on migration which encompass gender issues; the need of intersectional studies which take into account, in their analytical inferences, socioeconomic and sexual citizenship issues, among others; the need of objective and politically engaged studies, in which women are not framed as only victims and in which agency and resistance possibilities are at stake (Agustin, 2001). With this research project I studied the connection between the phenomenon of migration and the women agency from the perspective of globalization. Specifically, this study analyzes the immigration of women from the North of Brazil to the Netherlands who eventually fell into Human Trafficking networks. The theoretical framework is composed by Boaventura Sousa Santos works, more precisely “Sociologia das Ausências e a das Emergências” (2006); “Pensamento Abissal” (2009); and what the author names “Globalizações” (2001). This is an interdisciplinary study as the PhD programme where it is developed. Therefore, it is privileged a holistic and complex view of reality. The empiric study was developed in Brazil, in Belgium, and in the Netherlands through semi-structured interviews with migrant Brazilian women and with another actors involved in the process of migration, namely technicians from institutions that carry out protection and rights for such women and, eventually, human rights activists both in the country of origin (Brazil) and in the countries of destination (the Netherlands and Belgium). These interviews were later processed in a qualitative thematic content analysis.

Data gathering in such countries is justified by the fact that they are placed on an international route of trafficking of persons previously identified, although not studied in depth (Leal & Leal, 2003; Hazeu *et al.*, 2008). Another objective was to give voice to immigrant Brazilian women in a context in which, as Boaventura Sousa Santos says, “the voices are only representative by their exemplarity, for the unique character of their holders’ involvement in social struggles, for the intensity of the narratives and life stories that they transmit to us with inescapable transparency” (2008a, p. 11).

**Keywords:** Women; Migration; Human Trafficking; Sex work; Gender.



## LISTA DE SIGLAS

- AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome
- APROCE – Associação das Prostitutas do Ceará -
- ASBRAD – Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude –
- CBH – Casa Brasil Holanda
- CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
- CES – Centro de Estudos Sociais
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância
- FPCEUP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
- GAATW – Global Alliance Against Traffic in Women (Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres)
- GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- OIM – Organização Internacional para as Migrações
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ONG – Organização Não Governamental
- PESTRAF – Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres e Crianças para fins de exploração Sexual
- PNUD – United Nations Development Programme (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
- REDLAC – Rede Latino-americana e Caribenha da Aliança Global contra Tráfico de Mulheres
- Sodireitos – Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia
- UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)
- TSH – Tráfico de Seres Humanos
- UE – União Europeia
- UFPA – Universidade Federal do Pará
- UNICEF – United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
- WSPU – Women's Social and Political Union (União Social e Política das Mulheres)



## **Lista de Quadros**

Quadro 1 : Perfil resumido das mulheres entrevistadas.....	72
Quadro 2: Categorias de análise desenvolvidas pelo/para o estudo.....	77
Quadro 3. Perfil completo das mulheres entrevistadas.....	105
Quadro 4. Categorias presentes na entrevista com M1 .....	109
Quadro 5. Categorias presentes na entrevista com M2 .....	112
Quadro 6. Categorias presentes na entrevista com M3 .....	116
Quadro 7. Categorias presentes na entrevista com M4 .....	118
Quadro 8. Categorias presentes na entrevista com M5 .....	121
Quadro 9. Categorias presentes na entrevista com M6 .....	124
Quadro 10. Categorias presentes na entrevista com M7 .....	128
Quadro 11. Categorias presentes na entrevista com M8 .....	131
Quadro 12. Categorias presentes na entrevista com M9 .....	134
Quadro 13. Categorias presentes na entrevista com M10 .....	136
Quadro 14. Categorias presentes na entrevista com M11 .....	138
Quadro 15. Atividades profissionais antes e depois do percurso migratório.....	156

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1. Informações sobre o Estado do Pará.....	83
Tabela 2. População Total, por género, nas áreas urbana e rural da cidade de Belém.	99

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Mapa do extremo norte do Estado do Pará .....	83
Figura 2. Origem geográfica das entrevistadas .....	86
Figura 3. Lugar de destino das mulheres entrevistadas.....	103



## SUMÁRIO

<b>Lista de Quadros</b> .....	xvii
<b>Lista de Tabelas</b> .....	xvii
<b>Lista de Figuras</b> .....	xvii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – FEMINISMOS E PÓS-COLONIALISMOS: QUESTÕES E PERSPECTIVAS</b> .....	<b>5</b>
Introdução.....	5
1 – Pós-colonialismos: uma teoria em mudança .....	5
2 – O movimento feminista: o trajeto histórico e principais reivindicações .....	10
2.1 As vagas do feminismo.....	14
2.2 Feminismo Negro .....	19
3 – O entrelaçamento dos feminismos com o pós-colonialismo .....	23
<b>CAPÍTULO II – MIGRAÇÕES E TRÁFICO DE MULHERES: UM OLHAR PÓS-COLONIAL</b> .....	<b>29</b>
Introdução.....	29
1 – O fenómeno da migração: o eixo Sul-Norte em destaque na atualidade.....	29
1.1 – O luxo migratório das Mulheres Brasileiras .....	33
1.2 – Migração feminina: familiar ou autónoma?.....	38
1.3 – Migração e retorno na perspetiva de género .....	41
2 – Tráfico de Pessoas .....	43
2.1 – Abordagens feministas sobre o tráfico .....	48
2.2 – Quanto vale uma mulher traficada? .....	50
<b>CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO</b> .....	<b>57</b>
Introdução.....	57
1 – A motivação para a realização deste estudo.....	58
2 – Questões de Investigação, Objetivos e Hipóteses .....	61
3 – Fundamentos metodológicos do percurso .....	65
4 – Técnicas de recolha de dados.....	66
4.1 Amostragem Snowball ou “Bola de Neve” na identificação das informantes centrais	67
4.2 Entrevista em profundidade .....	69
5 - Apresentação e Interpretação dos resultados: a análise de conteúdo temática .....	74
6 – As histórias que ainda não encontraram contexto para ser contadas.....	78
<b>CAPÍTULO IV – MULHER, MIGRANTE, TRAFICADA: INVISIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA?</b> .....	<b>81</b>
Introdução.....	81

1 – O lugar de origem.....	81
1.1 Adentrando no lugar de origem: o Estado do Pará e a capital, Belém .....	82
2 – De que mulheres falamos?.....	86
2.1 Caracterização das mulheres .....	87
3 – Mulheres paraenses: entre sonhos e possibilidades .....	98
<b>CAPÍTULO V – VIDAS NAS DUAS MARGENS DO ATLÂNTICO.....</b>	<b>103</b>
Introdução.....	103
1. A migração feminina no eixo Brasil-(Suriname-)Holanda em primeira pessoa .....	104
1.1. M1: “Se realizar e crescer em qualquer lugar se consegue” .....	106
1.2. M2: “Esse país não me dá nada. Nem a passaporte tenho direito, mesmo tendo três filhos holandeses” .....	109
1.3. M3: “Eu me senti realmente um membro dessa sociedade, eu sou alguém que está na folha de pagamento de uma companhia aqui” .....	112
1.4. M4: “Se eu tivesse ficado no Brasil, teria continuado a trabalhar como sempre, mas eu não teria evoluído tanto a nível intelectual” .....	116
1.5. M5: “Foi aí que eu percebi que tinha entrado numa roubada. Não existia salão à minha espera, tinha pouco dinheiro” .....	119
1.6. M6: “chegando aqui eu conheci um holandês e comecei a ficar uma temporada aqui, outra lá” .....	121
1.7. M7: “Foi aqui que eu me realizei, foi aqui que eu construí a minha família, eu... eu sou feliz aqui” .....	124
1.8. M8: “Tem gente que mora aqui há 20 anos, depende do marido pra tudo, isso é vida?” .....	128
1.9. M9: “Eu em 14 anos trabalhando no Brasil, o que que eu ia conseguir? Só o sustento dos filhos, pagar o aluguel. Agora eu chego lá, eu tenho um restaurante” .....	132
1.10. M10: “Estude pra você ser alguém; pra mais tarde não ser igual a mim, apenas uma dona de casa” .....	134
1.11. M11: “Não vale mais a pena estar aqui. Antigamente era o glamour, a gente fazia mil euros aqui, mandava pro Brasil e chegava lá 3 mil reais” .....	136
2. Histórias em busca de contexto .....	138
3. Percursos femininos de migração para a Holanda: uma síntese comentada .....	142
3.1 Fatores indutores para a migração .....	142
3.2 O processo migratório.....	146
3.3 Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração.....	152
3.4 Síntese .....	153
<b>CAPÍTULO VI – OS(AS) TÉCNICOS(AS) E ATIVISTAS: DISCURSO SOBRE MULHERES, MIGRAÇÕES E TRÁFICO .....</b>	<b>159</b>

Introdução.....	159
1 – Movimentos sociais e associativismos na agenda das questões de género .....	159
1.1 Caracterização dos técnicos, ativistas e organizações .....	161
1.2 Organizações de defesa dos direitos humanos e das mulheres .....	163
2 – Temas emergentes nos discursos dos(das) técnicos(as) e ativistas.....	169
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>203</b>





## INTRODUÇÃO

*Somos pessoas situadas. Isso reflecte-se também nas nossas escolhas académicas.*

Ana Cristina Santos (2005, p. 10)

Foi um longo caminho que me trouxe até aqui. O meu interesse por este projeto de investigação é reflexo da minha história de vida, em especial, da minha adolescência, vivenciada num bairro pobre da periferia de Belém, capital do estado do Pará (Brasil). Em 1990, então com 14 anos, minha família mudou-se para uma área de invasão, situada no entorno da capital paraense, e me deparei com uma realidade até então desconhecida: a emigração de jovens para os países fronteiriços da Amazônia, em especial Suriname e Guiana, para fins de trabalho sexual.

É válido ressaltar também que o interesse por essa temática foi aguçado quando da minha ida a Portugal em 2007. Antes dessa viagem conversei com várias pessoas que já a haviam feito, bem como realizei várias pesquisas com o intuito de obter mais informações sobre o país que poderiam facilitar minha estada por aqui. Nesse ínterim me deparei com muitas informações sobre a prostituição de brasileiras nas principais cidades portuguesas, em especial em Lisboa, Faro, Bragança e Porto. Esse meu percurso é abordado com mais riqueza de detalhes no capítulo 3 deste documento, quando são apresentados os aspectos metodológicos deste estudo.

A proposta de investigação que aqui se apresenta está inserida no campo da sociologia e busca investigar aspectos referentes às relações entre questões sócioeconómicas e a emigração de brasileiras para fins de trabalho sexual, em especial aquelas que emigram para Portugal e Espanha. As questões que coloco são: quais as características das mulheres brasileiras que emigram para a Europa? O que leva essas mulheres, mesmo em situação de violação de direitos, a fazer esse percurso? Quais as perspectivas de futuro que as mesmas desenham?

Tenho consciência que, para abordarmos as questões aqui propostas, será fundamental dar voz a essas mulheres, não somente àquelas que se encontram *além-mar*,

como também às que aguardam por uma “oportunidade” de fazer esse caminho, o que muitas vezes é possibilitado por quadrilhas internacionais de tráfico de seres humanos.

Foi nesse contexto que cresceu e se solidificou o desejo de realizar este estudo. Do ponto de vista do Método, foi utilizada uma metodologia qualitativa, por acreditar que a mais adequada para realizar esse tipo de trabalho, tendo em vista a necessidade de compreensão da realidade das mulheres público-alvo deste estudo. Além disso, considero os métodos de cunho qualitativo fundamentais para o processo de construção e compreensão do indivíduo, por promoverem a valorização do sujeito na sua singularidade (Araújo, 2000).

Dentre as Metodologias qualitativas foi priorizada a análise de conteúdo (Bardin, 2008), É válido ressaltar também que a utilização desta técnica nos permitirá aceder às vozes dessas mulheres e perceber como elas se apropriam e reproduzem suas experiências na estrutura social em que estão inseridas, dando portanto visibilidade às construções que os atores sociais elaboram sobre sua própria experiência e identidade.

Este trabalho está estruturado em seis capítulos, além de uma introdução e das considerações finais. Os dois primeiros capítulos foram destinados ao enquadramento teórico, sendo que no terceiro capítulo, por sua vez, apresento o percurso metodológico da investigação. Os capítulos 4, 5 e 6, foram disponibilizados para a apresentação do trabalho analítico desta tese.

No primeiro capítulo faço uma contextualização geral da teoria pós-colonial. Nesse mesmo âmbito discorro sobre o Movimento Feminista, construindo um trajeto histórico e apontando suas principais reivindicações ao longo do tempo, dando especial atenção ao Feminismo Negro, uma vez que suas inquietações e reivindicações são de extrema importância para o entendimento da reconfiguração das migrações internacionais, consequência da sua feminização. Por último, tento traçar uma ponte entre Feminismo e Pós-Colonialismos, centrando as suas convergências. Para esta reflexão, tornaram-se estruturantes as contribuições dos/as autores/as Bahri (2013), Bhabba (2002), Crenshaw (2002), Doezema (2005), Fanon (1975), Friedan (1971), Goldman (2002), Kempadoo (2005), Mohanty (1988), Scott (1995), Sousa Santos (2001, 2006a).

O capítulo segundo, por sua vez, trata sobre a imigração e o tráfico de mulheres sob uma perspectiva pós-colonial. Tendo em atenção o tema enquadrador, num primeiro momento abordo o fenómeno migratório na sua generalidade e, em seguida, discorro

sobre a emigração feminina – ponto central deste trabalho. Num segundo momento trago à discussão o tráfico de pessoas, particularmente no que tange às abordagens feministas sobre esta questão social e todos os seus desdobramentos. Para esta reflexão, fizeram-se fundamentais as contribuições dos/as autores/as Agustín (2002, 2003), Assis (1999, 2004, 2007), Baganha (1999, 2001), Butler (2003), Doezema (2005), Hall (2001), Piscitelli (2007, 2008), Piscitelli e Vasconcelos (2008), Sousa Santos (1997a, 1997b, 1999, 2001, 2006a, 2006b), Sousa Santos et al. (2008a e 2008b).

O terceiro capítulo foi destinado à apresentação do percurso metodológico deste trabalho. Antes de introduzir as questões da metodologia, discorri sobre minha motivação para a realização desta pesquisa. Em seguida fiz algumas considerações acerca das questões de investigação, hipóteses e objetivos deste trabalho. Posteriormente apresento as fases da pesquisa, local de realização do estudo e o seu público. De seguida, me ateno aos fundamentos metodológicos da pesquisa, mais precisamente sobre o paradigma qualitativo e, nesse contexto, apresento a análise de conteúdo. Posteriormente foram apresentadas as técnicas de recolha de dados, dando ênfase à amostragem *snowball* – técnica fundamental para a realização desta investigação, uma vez que esta viabilizou a aproximação às mulheres brasileiras devido a inúmeras dificuldades, quer pela aproximação, quer pela resistência das mulheres em relatar suas histórias. Ainda nesse capítulo teço algumas considerações sobre a recolha documental, bem como sobre as técnicas de recolha de dados, sobre a análise temática e as histórias que ainda não encontraram contexto para ser contadas - por acreditar ser fundamental para entender o “(não-)silenciamento” das mulheres entrevistadas em relação a determinadas questões. Por fim faço a apresentação e interpretação dos resultados e finalizo com a autorreflexividade. Para esta reflexão metodológica, tive como suporte os/as autores/as Bardin (2008), Bogdan e Biklen (1994), Duarte (2002), Leal e Leal (2003), Minayo (2006), Plummer (2003).

Apresentar-se-ão, no quarto capítulo, algumas considerações acerca da migração no contexto amazônico e, posteriormente, dá-se ênfase à migração no Estado do Pará e à migração feminina. Nessa abordagem, são apresentados alguns excertos dos depoimentos das mulheres entrevistadas para este estudo, uma vez que um dos principais objetivos desse trabalho é dar voz às mesmas e, concordando com Helena Araújo (2002), expor as primeiras impressões dos(das) técnicos(as) e ativistas em relação ao objeto de estudo deste

trabalho. Como suporte teórico, tornaram-se estruturantes, sobretudo, as contribuições dos/as autores/as Aragón (2009), Fraser (2003), Hazeu e Figueiredo (2006), Hazeu *et al.* (2008), Sacramento (2014).

No quinto capítulo, dá-se continuidade à parte empírica do estudo, onde destaco o discurso das mulheres em relação à migração e implicações desta nas suas vidas. Para a referida análise, como já foi exposto no capítulo três, foi utilizado um método de natureza qualitativa de análise, mais precisamente a análise de conteúdo temática. As entrevistas foram gravadas e a transcrição feita pela investigadora. Os dados foram então submetidos à análise de conteúdo, a partir da qual foram identificadas categorias e subcategorias, condizentes com os objetivos do estudo, que estão agrupadas em três unidades temáticas principais: fatores indutores para a migração; o processo de instalação – o tecer e o rasgar de sonhos; e projetos de retorno: sucessos, fracassos e remigração. Para esta reflexão, foram convocadas as contribuições dos/as autores/as: Azevedo e Guerra (1993), Louro (2000), Piscitelli (2007) Raposo e Togni (2009), Sacramento (2014), Silva e Blanchette (2005), Sousa Santos (2011).

Importa referir que o contato com as primeiras mulheres foi iniciado com a interlocução de organizações não-governamentais brasileiras e holandesas, mais precisamente A Casa Brasil Holanda e a Sodireitos, instituições essas que realizam trabalhos com mulheres imigrantes. Nesse sentido, no capítulo sexto, ganham espaço as vozes de técnicos/as e ativistas, onde também discorri sobre a emergência dos movimentos sociais e sua importância para trazer questões de gênero para a agenda do dia. Num segundo momento, faço uma breve caracterização das pessoas técnicas e ativistas que foram entrevistadas, bem como das organizações que se disponibilizaram a colaborar com a realização deste trabalho. E, por fim, abordo o que ficou de mais evidente no discurso destas pessoas em relação à emigração, trabalho sexual e tráfico. Encerramos o texto com considerações finais, nas quais sintetizamos os achados deste estudo e deixamos pistas para futuras investigações.

# CAPÍTULO I – FEMINISMOS E PÓS-COLONIALISMOS: QUESTÕES E PERSPECTIVAS

*Os cenários históricos, sociais e culturais estarão sempre aí para os humanos como um oceano está para os peixes do mar. Mas à escala dos indivíduos, a existência humana torna-se passível de diversas “aclimações”.*

Elsa Lechner (2009, p. 58)

## **Introdução**

Os Estudos Pós-coloniais vêm exercendo uma influência considerável na reconfiguração da crítica cultural (Costa, 2013). É um campo de estudos transdisciplinar que dialoga com as mais variadas teorias, entre elas o Feminismo. No entanto, é válido ressaltar que esta relação entre Feminismo e Estudos Pós-coloniais não se dá sem tensões. Tendo em conta essa observação, meu objetivo neste capítulo é expor alguns elementos fundamentais para a compreensão desse entrelaçamento. Nesse sentido, primeiramente farei uma contextualização da teoria pós-colonial. Num segundo momento, discorrerei sobre o Movimento Feminista, fazendo um trajeto histórico e apontando suas principais reivindicações ao longo do tempo, dando especial atenção ao Feminismo Negro, uma vez que suas inquietações e reivindicações são de extrema importância para o entendimento da reconfiguração das migrações internacionais, consequência da sua feminização. Por último, tentarei fazer uma ponte entre Feminismo e Pós-Colonialismos, centrando as suas convergências e contribuições que essas leituras trazem para a discussão do nosso foco de estudo, a migração de mulheres brasileiras na rota Brasil-Suriname-Holanda. Para esta reflexão, tornaram-se estruturantes as contribuições dos/as autores/as Bahri (2013), Bhabha (2007), Crenshaw (2002), Doezema (2005), Fanon (1975), Friedan (1971), Goldman (2002), Kempadoo (2005), Mohanty (1988), Scott (1995), Sousa Santos (2001, 2006a), entre outros.

## **1 – Pós-colonialismos: uma teoria em mudança**

A teoria pós-colonial abarca a literatura e a cultura dos marginalizados, a partir do ponto de vista político, económico, social, e pela ótica do género. A sociologia, a literatura e a antropologia se voltam para os estudos culturais e nomes como Mohanty, Stuart Hall,

Boaventura de Sousa Santos, Amílcar Cabral, Gayatri Spivak, Edward Said e Homi Bhaba, entre outros, se destacam como os principais autores da crítica pós-colonial. Para Bonnici (1998), os três últimos “mudaram o eixo da questão referente à crítica exclusivamente eurocêntrica, formularam teorias para a análise do relacionamento imperialismo/cultura e mostraram os caminhos para uma literatura e estudos literários pós-coloniais autônomos” (p. 11). Desmistificam-se, assim, os mecanismos de opressão por parte do colonizador que submete o colonizado. Nesse cenário, o pós-colonialismo expressa exatamente a ideia de uma contraproposta epistemológica ao pensamento único (Dussel, 1993).

Com efeito, o sistema colonizador se distingue em cada território explorado, entretanto é inegável o seu caráter autoritário, opressor em relação ao colonizado. Partindo do princípio de que a cultura e os valores do colonizador eram tomados como padrões de civilização, noto como a cultura do colonizado foi negada e discriminada durante a dominação colonial e em alguns casos até os dias atuais.

Edward Said, intelectual diaspórico, nascido na Palestina e emigrado para os Estados Unidos, publicou *Orientalismo* nos finais da década de 1970. Essa obra é considerada central nos estudos pós-coloniais e fundamental para compreendermos o Oriente sob a perspectiva do Ocidente mas que, segundo Said (2007), criou uma visão distorcida do Oriente com o objetivo de atender aos interesses do colonialismo.

Said acrescentou uma nova dimensão, a da crítica literária, à área da sua especialização, modificando assim a crítica aplicada a várias disciplinas isoladamente, numa análise cultural de carácter multidisciplinar. Através da análise de vários textos, chegou à conclusão de que todos eles retratavam os orientais de uma forma pejorativa, como inferiores, ou seja, como bárbaros.

No prefácio para a edição de 2007, Said afirma que:

[...] as sociedades contemporâneas de árabes e muçulmanos sofreram um ataque tão maciço, tão calculadamente agressivo em razão de seu atraso, de sua falta de democracia e de sua supressão dos direitos das mulheres que simplesmente esquecemos que noções como modernidade, iluminismo e democracia não são, de modo algum, conceitos simples e consensuais que se encontram ou não, como ovos de Páscoa, na sala de casa. (Said, 2007, p. 15)

O autor salienta ainda que as ideias, a cultura e a história só serão compreendidas se as configurações de poder intrínsecas a elas forem igualmente estudadas. De acordo com o mesmo, “[...] seria incorreto acreditar que o Oriente foi criado – ou como digo,

*'orientalizado' [...] a relação entre Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa [...]*" (Said, 2007, p. 32).

Nesse sentido, países tropicais podem ser vistos como inferiores aos de clima temperado. Aimé Césaire (1978) baseia-se em outros críticos que tentam comprovar com ensaios e livros a inferioridade dos colonizados e das raças não brancas, principalmente a negra. Nesse sentido, a emancipação dos países temperados e a supremacia branca corromperam durante séculos os colonizados. O autor cita um fragmento de um artigo, no qual essa ideia fica bem explícita: "Estes pretos não imaginam sequer o que é a liberdade. Não a desejam, não a reivindicam. São os investigadores brancos que lhes metem isso na cabeça. E se lhe dessem, não saberiam que fazer dela" (Césaire, 1978, p. 47).

Diante do exposto sobre a suposta "inferioridade" de povos não-ocidentais/de clima não-temperado, cabe uma reflexão proposta por Boaventura de Sousa Santos, um dos pós-colonialistas lusófonos de maior expressão, sobre a produção das ausências pela razão, para quem, na sociologia ocidental, as ausências seriam produzidas por meio de cinco "monoculturas": a monocultura do saber e do rigor; a do tempo linear; a da naturalização das diferenças; a da escala dominante; e, finalmente, aquela do produtivismo capitalista. Nessa linha de raciocínio, tudo que vai de encontro a este pensamento é visto como ignorante, bárbaro, inferior, local e improdutivo, produzindo ausências e deixando à margem distintas formas de experiências sociais.

Nesse sentido, a "sociologia das ausências" visa, essencialmente, subverter essa produção de ausências, transformando-as em objetos presentes, tornando visível aquilo que vem sendo escamoteado pela sociologia dominante. Nesse contexto, torna-se possível a emergência de olhares, reivindicações, e agendas anteriormente silenciadas, como é o caso da questão das minorias. É também nesse campo que emerge a proposta deste estudo de dar voz a experiências do Sul, abrindo espaço para que visões de mundo historicamente marginalizadas da mulher, sul-americana, brasileira, tenham espaço de expressão e abram caminho para uma compreensão mais abrangente, não-eurocêntrica, do fenômeno das migrações femininas.

A esse respeito, Sousa Santos nos tem ofertado uma crítica ampla e pertinente sobre a crise do paradigma da modernidade e o quanto este se tem demonstrado insuficiente para responder as demandas da humanidade. Como refere:

Tinha chegado à conclusão que a ciência em geral e não apenas as ciências sociais se pautavam por um paradigma epistemológico e um modelo de racionalidade que davam sinais de exaustão, sinais tão evidentes que podíamos falar de uma crise paradigmática. Esse paradigma cuja formulação tinha sido o positivismo em suas várias vertentes, assentava nas seguintes ideias fundamentais; redução da complexidade do mundo a leis simples suscetíveis de formulação matemática; uma concepção da realidade dominada pelo mecanicismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científico – considerado o único válido e rigoroso – e outras formas de conhecimento como o senso comum ou estudos humanísticos; privilegiamento da causalidade funcional, hostil à investigação das “causas últimas”[...] (Sousa Santos, 2006a, p. 23).

Ou seja, ao estabelecer critérios excludentes do que pode ser considerado conhecimento válido, também o discurso dominante e tendencialmente singularizante da ciência vista sob o ponto de vista do positivismo é capaz de produzir silenciamentos, ausências, que importam ser contrariados por uma visão de ciência capaz de acolher diferentes modos de conhecimento de mundo. Essa observação traz implicações diretas para a postura epistemológica deste trabalho, que, desde logo, se compromete com uma visão inclusiva do conhecimento, traduzida na abertura, por meio da auscultação de mulheres brasileiras migrantes, a conhecimentos não-sistemáticos, mas ainda assim válidos, para a compreensão do meu objeto de estudo.

No sentido de contrariar a hegemonia excludente de determinadas formas de conhecimento/visões de mundo, Sousa Santos sugere a substituição das monoculturas por ecologias e exhibe uma possibilidade de inversão dessa situação por meio de cinco modos, sustentados na ecologia: dos saberes; das temporalidades; do reconhecimento<sup>1</sup>; das escalas locais e globais; e das produtividades. Cada uma dessas ecologias diz respeito às monoculturas citadas anteriormente, expondo proveitosas polifonias entre a sociologia das *presenças* e a sociologia das *ausências*.

O autor salienta que, através do trabalho de tradução e da geração da zona de contato entre as diferentes práticas e saberes não-hegemônicos, torna-se viável o surgimento de experiências contra-hegemônicas, devido ao fato do potencial antissistêmico dos movimentos terem capacidade de articulação e mobilização com outros movimentos, com suas formas de organização e objetivos.

Nesse quadro, Sousa Santos afirma que a sociologia das ausências é também uma sociologia das emergências, uma vez que surge para fazer frente à razão sociológica

---

<sup>1</sup> Sousa Santos ressalta que, no contexto latino-americano, os movimentos feministas, indígenas e de afro-descendentes têm estado na frente da luta por uma ecologia dos reconhecimentos. (Sousa Santos, 2006a, p. 103).



tomada em seu sentido tradicional. Essa nova sociologia busca identificar as representações do presente e tem, como hipótese de futuro, sinais emergentes e desacreditados justamente por não terem ainda se firmado: “[a] sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas [...] amplia o presente, juntando ao real amplo das possibilidades e expectativas futuras que ele comporta” (Sousa Santos, 2006a, p. 109).

O autor afirma ainda que as duas provocam o surgimento de um grande número de realidades que não eram evidentes anteriormente, mais fragmentadas, caóticas e plurais do que aquela antes vivida. Nesse sentido, um outro desafio se coloca na tentativa de compreender e ressignificar essas outras realidades, articulando-as por meio de um “procedimento de tradução” que contemple sua heterogeneidade e aponte, sobretudo, a não-univocidade de sentidos no mundo contemporâneo (Sousa Santos, 2007). Esse trabalho de tradução, segundo o autor:

[...] é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. (Santos, 2006a, p. 114)

Esse procedimento concretiza-se através da tradução entre saberes (hermenêutica diatópica), que “[c]onsiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” (Sousa Santos, 2006a, p. 115). Trata-se de uma atividade presente neste estudo não apenas do ponto de vista da multiplicidade representada pelas visões de mundo de seus participantes, que aqui encontram espaço de convergência por força metodológica. Essa tradução de saberes também se traduz no trabalho científico de compreensão e incorporação dos discursos do terreno no discurso desta investigação.

Deste modo, em jeito de síntese, faz-se pertinente remeter ao conceito de pós-colonialismo que orienta este trabalho. De acordo com Sousa Santos (2006b), trata-se de:

[...] um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. (Sousa Santos, 2006b, p. 26)

O autor salienta ainda que as referidas relações:

[...] foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Para esta corrente, é

problemático saber até que ponto vivemos em sociedades pós-coloniais. (Sousa Santos, 2006b, p. 26)

E vai além quando defende que a teoria pós-colonial dominante não abarca todas as situações e defende uma nova corrente dentro da teoria, a qual designa por pós-colonialismo de oposição (2006). Foi esta a abordagem pós-colonial que norteou este trabalho. A partir disso, é pertinente refletir neste trabalho até que ponto as relações históricas construídas no colonialismo ainda se refletem – ou podem se refletir – no contexto aqui em estudo, a migração feminina brasileira na rota Brasil/Suriname/Holanda. Antes, contudo, apresentarei uma reflexão sobre questões feministas suscitadas por esse tema.

## **2 – O movimento feminista: o trajeto histórico e principais reivindicações**

*“De feminismo foi sim, que eu me descobri [...]*

*— Meninas vocês querem me explicar o que é feminismo?*

*Aí uma me disse assim:*

*— É o que você faz, luta pelos seus direitos [...] você luta pelos seus direitos, então você é feminista, é o que nós fazemos. Nós não lutamos contra os homens não, nós lutamos pelos direitos iguais aos dos homens*

*Ai eu disse assim:*

*— Peraí, então assine minha carteirinha minha filha, que eu já estou perto é de me aposentar!*

*Eu era feminista sem saber.*

*(depoimento de uma das entrevistadas)*

Historicamente, podemos dividir o movimento feminista em três grandes vagas ou ondas, como é mais conhecido, referindo-se à militância nos campos literário, cultural e político. Assim, pode-se afirmar que a crítica feminista sempre esteve inserida no movimento, acompanhando sua evolução. Apesar de não existir um dado momento na história que considero como o “início” do movimento feminista, foi este alimentado pelo ambiente cultural criado pelo Iluminismo, a partir de finais do século XVIII, com a Revolução Francesa e seus princípios de *Liberté, Egalité e Fraternité*. Nesse período, muitas mulheres se destacaram e, mesmo participando ativamente do movimento revolucionário, não tiveram reconhecimento por parte dos homens, passando, então, a exigir tal reconhecimento, uma vez que também foram protagonistas desse processo. Desse momento histórico, podemos destacar Olympe de Gouges, Manon Roland, Charlotte

Corday, Flora Tristan, entre muitas outras mulheres que inseriram o debate sobre a causa feminista, que veio a se consolidar nos séculos seguintes.

Olympe de Gouges foi uma revolucionária francesa que lutou pela igualdade entre homens e mulheres durante a revolução francesa. É de sua autoria a "Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã", de 1791, em contraponto a "Declaração Universal dos Direitos do Homem", por ela considerada injusta e de conotação altamente machista.

Através da declaração, salienta que "os direitos naturais das mulheres são limitados pela tirania do homem", uma situação que deve ser reformada de acordo com as leis da natureza e da razão, demandas pouco comuns para a época, ou seja: a igualdade de direitos civis, políticos, trabalho, educação e o direito ao divórcio como livre escolha das partes, entre outros. Devido ao seu posicionamento revolucionário, Olympe passa de aliada a inimiga, sendo condenada à morte pelo tribunal revolucionário em 1793. Essa autora argumentava em favor dos direitos da mulher. Inspirada pelo espírito revolucionário francês que proclamava liberdade, igualdade e fraternidade.

Deste período também destaco Flora Tristan, uma jornalista e ativista nascida em França, uma mulher à frente do seu tempo, mas que desde cedo sentiu na pele as dificuldades impostas por uma sociedade preconceituosa e desigual. E como bem lembra Sofia Comuniello (1995, s. p.),

[a] história oficial pouco ou nada se ocupa de rebelindomáveis, de pensamentos audazes e de mulheres livres, muito menos de alguém que reúna essas três condições. Esse o caso dessa extraordinária mulher, cujas idéias lúcidas, propostas de ação e exemplo de vida seguem tendo pleno valor para aqueles/as que aspiram à liberdade e à igualdade.

Tristan passou por inúmeras provações ao longo de sua breve vida, mas a tentativa de assassinato por parte do ex-marido marcou-lhe profundamente e, segundo Comuniello (1995, s. p.),

[e]ssa vivência será um estímulo para que aflore um pensamento e uma ação que serão referências importantes para o movimento feminista. Flora foi uma figura única, que denunciou com a mais sentida sensibilidade os padecimentos da mulher de seu tempo, planteando reivindicações que continuam sendo atuais.

A ideia de igualdade entre o homem e a mulher é abraçada por Flora Tristan, que também compreende a emancipação da mulher e a emancipação humana como questões inseparáveis, uma vez que a educação das mulheres abriria caminho para a libertação dos trabalhadores. Comprometida com a causa das mulheres proletárias, Tristan não consegue levar à frente o seu projeto de conformar uma União Operária, encontrando obstáculos

aparentemente intransponíveis impostos pela patronal, porém seu posicionamento recebeu críticas, tal como a de Beauvoir (1970, p. 147), para quem “[Tristan] se interessa mais pela emancipação da classe operária do que pela de seu sexo”. Contudo, Beauvoir acrescenta que, em sua maioria:

[...] as heroínas femininas são de uma espécie barroca: aventureiras, originais menos notáveis pela importância de suas ações do que pela singularidade de seus destinos; assim, se compararmos Joana d'Arc, Mme Roland, Flora Tristan com Richelieu, Danton, Lênine, vemos que a grandeza delas é principalmente subjetiva: são figuras exemplares mais do que agentes históricos. O grande homem jorra da massa e é levado pelas circunstâncias: a massa das mulheres acha-se à margem da história e as circunstâncias são para cada uma delas um obstáculo e não um trampolim. Para mudar a face do mundo é preciso estar sólidamente ancorado nele; mas as mulheres sólidamente enraizadas na sociedade são as que a esta se submetem. A não ser quando designadas para a ação por direito divino — e nesse caso mostraram-se tão capazes quanto os homens — a ambiciosa, a heroína são monstros estranhos. (Beauvoir, 1970, p. 170)

Com a Revolução Industrial, profundas transformações socioeconômicas se operaram e com isso, uma gama de reivindicações da classe trabalhadora se fizeram emergir, sobretudo a partir de novas condições de trabalho. As mulheres começaram a desenvolver atividades fora do âmbito doméstico, o que propiciou um campo fértil para a contestação da diferença imposta pela sociedade entre homens e mulheres e, conseqüentemente, favorável à emergência do movimento feminista. Muitas mulheres se destacaram nesses períodos de intensa transformação, tais como Mary Wollstonecraft e, anos depois, Emmeline Pankhurst. Wollstonecraft (1992, p. 269, citada por Crisófono, 2012, p. 6) assinala:

Poderiam os homens generosamente quebrar as nossas correntes e ficarmos com a amizade racional em vez da obediência escrava, assim nos encontraria filhas mais vigilantes, irmãs mais afectuosas, esposas mais fiéis, mães mais razoáveis – em palavras melhores cidadãs.

Mary Wollstonecraft, uma escritora e ferrenha defensora dos direitos das mulheres, principalmente dos seus direitos de acesso à educação, tem como sua *célebre obra* *A Vindication of the Rights of Woman (1792)*. Segundo Sirlene Crisófono (2012), Mary Wollstonecraft, estimulada pela revolução que almeja a libertação e emancipação dos oprimidos,

[...] reivindica em *Vindication of the Rights of Woman* iguais oportunidades na educação, no trabalho e na política às mulheres, que até então não tinham direito. O Intelecto, a Virtude e a Liberdade são as três caras da razão iluminada que Mary Wollstonecraft tomou como os princípios do seu pensamento. O seu objetivo é a criação de uma “nova civilização” em que humanidade seja virtuosa e feliz. (Crisófono, 2012, p. 6)

Outra icônica mulher a se destacar é Emmeline Pankhurst, uma das precursoras do movimento sufragista e considerada uma das mais combativas defensoras do direito de voto para as mulheres na Inglaterra. Nascida em Manchester, veio de uma família atípica para os padrões da época, uma vez que seus pais eram defensores dos direitos das mulheres e posteriormente casou com um advogado igualmente defensor das mesmas causas, mas nem por isso teve uma vida fácil, pois foi presa 5 vezes. Foi a fundadora da *Women's Social and Political Union (WSPU)*, em 1903, o que passou a ser considerado uma grande ameaça para os opositores dessa causa, devido às ações mais enérgicas tomadas pelas mulheres. É neste período que o movimento passa a sofrer mais com a repressão e quando mulheres chegam a pagar com a vida o seu desejo de liberdade e justiça, entre elas Emily Davison, considerada uma verdadeira *mártir* do movimento. No entanto, não morreu antes de ver aprovada a lei que permitia que todas as mulheres acima de 21 anos tivessem direito o voto no Reino Unido.

Samouiller e Jabre (2007, p. 544) salientam que:

a violência do 'movimento das sufragistas', liderado na Grã-Bretanha por Emmeline Pankhurst e pelas duas filhas, exprime, contudo, a forma trágica como as mulheres tiveram por vezes de lutar pelo reconhecimento dos seus direitos políticos.

Na visão de Manuela Tavares (2008), o posicionamento mais combativo de algumas organizações sufragistas, no final do século XIX,

[...] deram ao feminismo um carácter de radicalidade pela frontalidade que colocavam nos seus protestos (greves de fome, interrupção de reuniões parlamentares, manifestações de rua), outras feministas houve que procuraram apresentar o movimento com um carácter moderado, como um movimento "respeitável", valorizando a maternidade como meio de afirmação das mulheres nas suas reivindicações pela educação, pelo acesso à profissão e pelo próprio direito ao voto. (pp. 21-22)

A luta, contestação e resistência dessas mulheres atreladas às transformações na vida económica e social foram favoráveis à emergência do movimento feminista, que vai lutar pela libertação das mulheres exigindo que lhes sejam reconhecidos os direitos de que até aí apenas os homens gozavam, como o caso do direito de voto.

Poder-se-ia supor que essa libertação, aparentemente mais do que justa, e só pecando por tardia, apenas se poderia defrontar com obstáculos decorrentes da esfera masculina, pouco interessada em perder ancestrais privilégios. E, de fato, na retaguarda do contra-ataque estiveram homens cultos, poderosos e influentes, mas quem deu a cara foram mulheres profundamente convencidas de que estavam a empreender uma luta justa

contra algumas outras, desprovidas de pudor ou vergonha, que queriam desvirtuar o seu próprio sexo.

### **2.1 As vagas do feminismo**

Tal como se destacou no preâmbulo deste capítulo, o Movimento Feminista nasceu em França durante a Revolução Francesa, período revolucionário que encorajou as mulheres a se manifestarem contra as formas de opressão a que estavam sujeitas. Porém, num primeiro momento, foram priorizados os direitos civis, tal como o direito ao voto. Porém, segundo Manuela Tavares (2008), os anos 1870-1880 foram os mais efervescentes, “e propagou-se a outros países no virar do século XIX-XX. Decorreu em Paris, em 1878, o primeiro congresso de cariz feminista e que assumiu um carácter internacional” (p. 21).

A primeira vaga do feminismo iniciou-se em meio a esse turbilhão de acontecimentos, no Reino Unido e nos Estados Unidos, no século XIX. Neste primeiro momento, tinha como um dos objetivos principais promover a igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres e na oposição a casamentos arranjados. Apenas no final do século XIX, o ativismo passou a se focar principalmente na conquista de poder político, especialmente o direito ao voto por parte das mulheres. Em 1918, no Reino Unido, foi aprovada a *Representation of the People Act*, com a qual passou a ser permitido o direito de voto às mulheres acima de 30 anos de idade que possuíssem uma ou mais casas. Porém, foi somente a partir de 1928 que esse direito foi estendido a todas as mulheres acima de 21 anos de idade.

Além de se preocuparem com os direitos políticos, algumas ativistas começaram a fazer campanhas pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas nesse primeiro momento de forma bastante tímida. Tais reivindicações só vieram à tona com mais força a partir da segunda vaga. As ativistas acreditavam que deveria ser primordial para a mulher o direito sobre seu próprio corpo, podendo-se recusar a fazer sexo com o marido e usar a abstinência como forma de precaução de gestações indesejadas.

A chamada segunda vaga do feminismo, por sua vez, teve início no segundo pós-guerra, acrescentando à luta contra a desigualdade de participação política, a crítica à desigualdade social e cultural. As diversas teorias que emergiram dessa etapa do feminismo afluem para o *slogan* “o pessoal é o político”, considerado símbolo deste momento. O

sentido dessa expressão é problematizar a dicotomia liberal público/privado, reconhecendo que a igualdade na esfera pública está condicionada pela igualdade na esfera doméstica, uma vez que é nesta última que parte das condições de acesso à vida política será definida, ou seja, que era apenas um argumento contra a ideia de que sexo, aparência, sexualidade, direitos reprodutivos, violência doméstica, entre outros, não eram temas que vinham sendo abordados pelo feminismo até então. Tratava-se de questões de âmbito privado, isoladas, que viraram lema e tiveram seu entendimento ampliado a partir da década de 1960.

Na década de 60 do século XX, em muitas partes do mundo, ocorreram inúmeras mobilizações, podemos destacar os movimentos em favor da emancipação feminina, como, por exemplo, a luta pelos direitos reprodutivos e por direitos trabalhistas e previdenciários igualitários. Ou seja, uma grande movimentação feminista trouxe novas reivindicações para as mulheres na sociedade, entre elas o direito ao corpo, às questões da sexualidade, entre outras bandeiras.

Além disso, com o questionamento da divisão estanque entre o público e o privado pretendeu-se desmistificar os pressupostos de harmonia espontânea nas relações familiares e sujeitá-las a princípios de justiça. As obras mais marcantes deste momento do feminismo foram *O Segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1970); *A Mística Feminista*, de Betty Friedan (1971); e *O Tráfico nas Mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, de Gayle Rubin (1975). A seguir exploro sucintamente cada uma delas.

Manuela Tavares assinala que para diversas estudiosas, as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais para a consolidação dos feminismos. Para Griselda Pollock (2002), citada por Tavares (2008), “o feminismo é, em parte, produto do momento histórico dos anos sessenta e setenta, que viu novas políticas sociais e culturais serem desenvolvidas a partir dos movimentos pelos direitos civis, do poder negro, das lutas anti-racista e anti-colonial e das revoltas estudantis (Tavares, 2008, p. 22)

#### *O Segundo sexo – Simone de Beauvoir*

Em sua obra *O segundo sexo* (1970), Simone de Beauvoir trabalha com a perspectiva de que a mulher não é o “segundo sexo” ou o “outro” apenas por razões naturais ou estanques e sim por um conjunto de fatores, consequência de processos históricos, económicos e sociais. A autora questiona a existência do “eterno feminino”:

Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular. Recusar as noções de eterno feminino, alma negra, caráter judeu, não é negar que haja hoje judeus, negros e mulheres; a negação não representa para os interessados uma libertação e sim uma fuga inautêntica. (Beauvoir, 1970, p. 8)

Ou seja, as mulheres estão pulverizadas nas suas classes, uma mulher negra serve à comunidade negra, uma mulher burguesa serve à burguesia, não há uma identidade comum entre elas e acredita-se ser esta uma das justificativas de sua submissão. O eterno feminino como uma coisa que está intrínseca ao ser mulher e que a prenderia a uma gama restrita de características e, principalmente, limitações. Beauvoir faz um apanhado dos mais variados campos teóricos com muita coerência e rigor.

Porém, apesar do estrondoso sucesso e debates que despertou, não foram poucas as críticas recebidas pela obra, como, por exemplo, da comunista Jeannette Prenant, citada por Chaperon (1999), que vê “o caráter reacionário” do livro apesar de seu verniz revolucionário, e censura-o por afirmar sem nuances que as mulheres nada “ganharam senão o que os homens lhes quiseram conceder”. Critica também sua ação como “nunca tendo sido mais que uma agitação simbólica” (1999, p. 38).

#### *A Mística Feminina – Betty Friedan*

Betty Friedan, uma exponente defensora dos direitos das mulheres é considerada por muitos autores/as a figura de maior renome do feminismo norte-americano no século XX. Com sua obra intitulada “A Mística Feminina”, foi inaugurada a segunda vaga do feminismo ocidental. Nesta obra a autora procura entender o estilo de vida, o porquê do desânimo que acomete uma parcela significativa das mulheres norte-americanas no período pós-Segunda Guerra, que se conformavam em exercer o seu papel biológico e matrimonial, ou seja: de mãe e donas de casa dedicadas, conformando-se em viver à sombra da sociedade (Friedan, 1971).

A autora ressalta, porém que, a tal “mística” ainda se faz presente na atualidade, uma vez que é passada de geração em geração. A autora acredita que a mulher deveria viver suas próprias escolhas e não cumprir um papel que lhe fora imposto. A autora salienta que essa domesticação e invisibilidade das mulheres piora, não somente a saúde física e mental feminina, como também os valores e conceitos do universo feminino que vão passando de geração em geração.



Friedan (1971) afirma que, no período após a crise de 1929 e no período pós-Segunda Guerra, esse conceito foi fortalecido e estimulado, através da mídia que pregava como ser uma dona de casa perfeita, criando mulheres frustradas que desenvolviam os mais variados distúrbios a nível psicológico, oscilando desde a depressão até o consumismo - condições consideradas, até hoje, como sendo fenômenos naturais femininos e sempre tratados com um ar cômico.

Nos quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, esta mística de realização feminina tornou-se o centro querido e intocável da cultura americana contemporânea. Milhões de mulheres moldavam sua vida à imagem daquelas bonitas fotos de esposa suburbana beijando o marido diante do janelão da casa, descarregando um carro cheio de crianças no pátio da escola e sorrindo ao passar o novo espalhador de cera no chão de uma cozinha impecável. (Friedan, 1971, p. 20)

Betty Friedan assim analisa a mística do feminino e a subalternização das mulheres americanas:

A mística da mulher pretende que o único valor para uma mulher e seu único dever residem na realização de sua feminitude [...] que não pode desabrochar senão na passividade sexual, na aceitação da dominação do marido e o dom de si no amor [...]. (Friedan, 1971, pp. 40-41)

Para esta autora, tão denegrida e vilependiada à época, a imagem desta mulher dos anos 1950/1960 se resume na definição: “profissão do lar” (Friedan, 1971, p. 41). E acrescenta: “Um mundo sem fronteiras se reduzia às dimensões de um lar quente e confortável” (Friedan, 1971, p. 41).

Segundo Bazzanella e Borguezan (2016, p. 356):

A mística é sutil, mas forte, capaz de trazer consigo o argumento de que pertence à mulher o espaço doméstico e o enaltecimento de tais atividades, bem como, possibilidades condicionadas a sua anatomia, ou seja, a maternidade. Ainda nesta perspectiva, parecemos que a “mística” feminina também se impõe pelo modelo dos corpos que se exigem das mulheres, pelos padrões mercadológicos de beleza que à elas é imputado, como se fosse inerente à mulher expressivos investimentos de tempo e de recursos no cuidado de sua estética corporal, condição necessária a seu reconhecimento e progressão profissional.

Ou seja, o que é valorizado não é sua competência teórica ou prática, mas sim seus dotes físicos e as expectativas que este desencadeia no universo masculino, ou de interesses semelhantes.

Conclui Bety Friendan, que viver de acordo com a mística supõe uma reversão da história e menosprezo do progresso humano. Muitas mulheres foram “adaptadas” ao espaço doméstico, não nos moldes de um sistema autoritário como fizeram os nazistas, gritando ou dando ordens diretas, mas por instrumentos dolosos e manipulados pelo marketing, pelas propagandas, pelos produtos e suas obsolescências programadas com a

finalidade de estabelecer um falso prestígio e necessidade da mulher à família (Bazzanella & Borguezan, 2016).

*Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex (1975) – Gayle Rubin*

Em sua obra *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex (1975)*, a autora apresenta uma conceituação que estruturou ideias já propagadas sobre os usos do conceito de gênero. Segundo Piscitelli (2002), a referida obra marcou o pensamento feminista:

Ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher. Embora o termo gênero já fosse utilizado, foi a partir da conceitualização de Gayle Rubin que este começou a difundir-se com uma força inusitada até esse momento. (Piscitelli, 2002, p. 8)

Rubin tenta descobrir mecanismos sócio-históricos pelos quais gênero e heterossexualidade compulsória são produzidos e as mulheres são destinadas a uma posição secundária nas relações humanas. O argumento de que há uma diferença entre gênero e sexo passou a ser central nos estudos feministas a partir dessa obra. A referida obra sofreu grande influência de estudos psicanalíticos clássicos que tratavam de questões relacionadas à feminilidade, como a mesma admitiu para Judith Butler, em entrevista concedida em 1994.

Li o artigo de Althusser sobre Freud e Lacan na *New Left Review* à mesma época em que estava lendo *Estruturas Elementares do Parentesco*, e me dei conta de que havia uma relação entre as duas abordagens. Então me pus a ler a maioria dos ensaios psicanalíticos clássicos sobre “feminilidade”. “*The Traffic in Women*” foi o resultado da confluência desses estudos. Eu estava muito empolgada com todas essas relações e queria incorporá-las ao trabalho para o curso de Sahlins. (Rubin & Butler, 2003, p. 160)

Rubin dialoga diretamente com o marxismo e com os autores que, escrevendo a partir de suas fundamentações, tentaram explicar a origem e natureza da opressão das mulheres. Além do diálogo com o paradigma marxista, a autora passa pelos estudos estruturalistas de Lévi-Strauss e psicanalíticos de Freud que passam a fornecer instrumentos conceituais para sua análise. Essa “mistura” teórica e metodológica, ainda que pareça estranha, propõe-se a lançar luz a uma lacuna que se apresenta nos estudos marxistas sobre a desigualdade entre os sexos.

Ela parte de um ensaio de Emma Goldman e mobiliza uma série de estudos produzidos nos Estados Unidos para desconstruir a associação automática entre o termo

"tráfico" e a prostituição, criticando e mapeando os discursos e os interesses envolvidos na criação desse problema social.

Apesar das divergências importantes entre as teorias feministas da primeira e da segunda vaga, elas partilham o mesmo lema – a igualdade. Cada uma delas propõe uma concepção de igualdade de género em torno da qual o feminismo se mobiliza.

A terceira vaga feminista, por sua vez, se apresentou como meio para corrigir as falhas e as lacunas deixadas pela fase do movimento que veio antes. Esse novo momento do feminismo começou a ecoar ainda em meados da década de 1980, mas consolidou-se na década seguinte, serviu também para retaliar algumas iniciativas da segunda vaga. As autoras desse terceiro momento procuram questionar as definições essencialistas da feminilidade que se apoiavam especialmente nas experiências vividas por mulheres brancas integrantes de uma classe média-alta.

Essa vaga do feminismo é assinalada por uma concepção pós-estruturalista. As mulheres negras começaram a se destacar no movimento e a questionar o padrão branco de classe média das feministas das vagas anteriores e passaram a negociar seus espaços para revelar as diferenças vividas por mulheres com diferentes condições sociais e étnicas. Não é por um acaso que são autoras dessa vaga feminista que, a meu ver, conseguem fazer a leitura mais crítica e rica em torno das questões relacionadas com a migração e tráfico de mulheres a partir de uma perspectiva de género, a citar: Kamala Kempadoo, Joe Doezema e Chandra Mohanty.

Mohanty (1991), citada por Bahri (2013), sustenta a necessidade de se fazer uma análise interrelacional “que não restrinja a definição do sujeito feminino ao género e que não ignore as coordenadas sociais, de classe e de etnia das analisadas” (Mohanty, 1991, p. 56, citada por Bahri, 2013, p. 675). Atento a essas demandas, surgiu entre a segunda e a terceira vaga, um movimento de contestação e questionamento, o Feminismo Negro. Por se tratar de um movimento que articula questões centrais para o tema de que trata a minha tese, dedico-lhe a próxima secção.

## **2.2 Feminismo Negro**

O Feminismo Negro surgiu como fruto de uma necessidade de atender às demandas das mulheres negras que não se sentiam contempladas pela agenda feminista

vigente. Trata-se de um movimento social e um segmento protagonizado por mulheres negras, com o objetivo de promover e trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos, uma vez que o Movimento Feminista ignorava o viés da raça nas suas lutas e reivindicações, ou seja, tinha sua face racista, omitindo as discussões de recorte racial e privilegiando as pautas que contemplavam somente as mulheres brancas.

À mulher negra falta a representação pelos movimentos sociais hegemônicos. Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras ainda sentiam o peso da escravatura, relegadas à posição de subordinadas. Porém, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante à mulher branca. Como bem assinalou Bahri, é “importante que as questões de raça e de localização sejam consideradas ao lado da questão do gênero” (2013, p. 668). A partir dessa percepção, a conscientização a respeito das diferenças femininas foi ganhando cada vez mais corpo.

O movimento começa a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da *National Black Feminist*, nos EUA, em 1973 e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema, criando uma literatura feminista negra. O Feminismo Negro leva em consideração a combinação de diversas opressões, a de gênero, de raça e de classe social. No início da primeira onda feminista, por volta dos anos 20, o termo feminismo incluía apenas a opressão de gênero. Sendo assim se considerava que a mulher era oprimida apenas em função de seu gênero.

É importante ressaltar que o Feminismo Negro contribuiu para a inclusão, na organização das pautas feministas, das reivindicações das mulheres negras levando em consideração as suas reais necessidades, já que elas sofrem uma tripla opressão. Além do machismo, enfrentam o preconceito de classe social e o racismo, que abala não só sua autoestima, mas impõe barreiras à sua presença em espaços de poder. Podemos citar como suas grandes precursoras no contexto estadunidense, Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, bell hooks<sup>2</sup>, Angela Davis. No contexto brasileiro, a partir da década de 1970, houve a ascensão de intelectuais negras e engajadas politicamente, muito influenciadas pelas americanas, entre elas: Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros e Fátima Oliveira, entre outras. A

---

<sup>2</sup> bell hooks, nascida Gloria Watkins, assina suas obras em minúsculo e requer suas referências tal e qual.

militância e a produção intelectual dessas mulheres têm sido de suma importância para a consolidação do pensamento e da teoria do feminismo negro no contexto brasileiro.

Kimberlé Crenshaw foi uma das precursoras do chamado Feminismo Interseccional na década de 1980, ao perceber que as leis contra a discriminação tratavam de forma diferente aspectos como raça e gênero sem perceber que ambos estavam inter-relacionados e deveriam ser levados em consideração nas decisões jurídicas que envolvessem mulheres com essas especificidades.

Em relação a isso a autora afirma que:

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam. (Crenshaw, 2002, p. 8)

A opressão racial vivida pelas mulheres negras se interrelaciona com a opressão de gênero; não fazia, portanto, sentido tratar dessas questões de maneira isolada. Foi então que surgiu o termo “feminismo interseccional”, conceito este utilizado pela primeira vez por Crenshaw, que passou a incorporar outros eixos de opressão, tais como classe social, transgeneridade, entre outros, buscando romper uma zona de conforto que o ativismo feminista branco cultivava, especialmente aquele que limitava sua ótica aos problemas das mulheres de boa condição financeira e acesso à educação. E segundo Crenshaw (2002, p. 177)

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Angela Davis (1997)<sup>3</sup> ressalta a pertinência da interseccionalidade para a causa feminista negra: “É preciso aprender a estabelecer a relação entre gênero, raça, classe e sexualidade. Nós temos que lutar por saúde física, mental, emocional e espiritual”.

Lélia Gonzales foi uma destacada militante do movimento negro brasileiro. Lélia questionava o lugar do negro na sociedade brasileira, que se limitava a favelas, cortiços e periferias das cidades. Situação que não mudou hoje em dia, basta observar a situação dos

---

<sup>3</sup> Excerto retirado da fala em uma Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís /MA, na Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza.

jovens negros em situação de vulnerabilidade social, em sua grande maioria moradores de periferia e vítimas do extermínio da juventude negra.

Beatriz Nascimento, como a define Alex Ratts (2006, p. 8), é uma “mulher, negra, nordestina, migrante, professora, historiadora, poeta, ativista, pensadora”, para ela o corpo negro se constitui e se redefine na experiência da diáspora e na transmigração (por exemplo, da África para a América, da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste). Neste tema, a encontramos a autora discorrendo acerca da sua própria imagem, da “perda da imagem” que atingia africanas(os) escravizados(as) e descendentes em diáspora. O corpo negro pode ser, então, aquele que procura e constrói lugares de referência transitórios (o baile black, a escola de samba) ou duradouros (a casa de culto afro-brasileiro ou o quilombo). A chamada “cultura negra” recriada estendia-se pelo que ela denominava de transatlanticidade nas relações América, Europa e África. Beatriz Nascimento também escreveu acerca da situação das mulheres negras no Brasil, de sua condição social inferior devido a mistura de heranças escravistas com estruturas racistas.

No que concerne aos conflitos no movimento feminista, Sônia Santos (2009) salienta, com base em Lemos, que

[...] mulheres negras e brancas tinham agendas distintas, difíceis de conciliar. Segundo Lemos (1997), o principal desafio para o movimento de mulheres negras em 1970 era estabelecer quais eram as questões essenciais para as mulheres negras, de um lado, e qual seria a melhor forma de desenvolvimento e aplicabilidade dos conceitos feministas, com fins a organizar o feminismo negro. Para além desse aspecto, o feminismo negro era um conceito recente no Brasil, visto como “um tipo novo de articulação política”. (Lemos, 1997, pp. 115-118, citada por Santos, 2009, p. 277)

No entanto, isso não foi suficiente para que o Feminismo hegemônico passasse a reconhecer as ativistas negras e resgatasse as memórias das mulheres que lutaram na linha de frente de diversos movimentos sociais. Para as meninas e mulheres que vêm a conhecer os movimentos pelos direitos da mulher, há um vácuo de modelos negros nos quais se espelhar, mas não por falta de pessoas atuantes e sim por causa da invisibilidade. É preciso que haja a iniciativa de buscar figuras nos inspirem, caso contrário os nomes mais celebrados serão extremamente limitados.

A luta das feministas negras é uma batalha contínua para nivelar seu lugar com o lugar das mulheres brancas. Isso, por si, levanta a importante reflexão sobre a representação feminina na mídia, seu espaço no mercado de trabalho, o lugar de vítima da

violência sexual, o protagonismo da maternidade, entre outros temas, pois se há tanto por que as mulheres brancas precisam lutar, é bastante preocupante o fato de que as mulheres negras nem sequer conquistaram igualdade quando em comparação com outros indivíduos do seu próprio gênero.

A luta iniciada pelos movimentos feministas aproximou-se, em certo ponto, com a luta dos movimentos anticolonialistas. Os discursos imperiais teorizados pelos europeus, nos quais o homem branco era centralizado, foram aos poucos sendo anulados pelas teorias anticoloniais e feministas. As conquistas conseguidas pelo movimento feminista, porém, ainda são exíguas perante a forma como as mulheres (principalmente as mulheres negras colonizadas que moram nas metrópoles) são tratadas em meio à sociedade dominante. Os problemas gerados pela exclusão do sujeito colonizado são visíveis ainda hoje em todo o planeta. O binarismo imposto pelo branco denota que a formação desses indivíduos como sujeitos ativos ainda é uma batalha a ser vencida.

Em atenção a essas reflexões, faz-se necessária a construção de um olhar que cruze óticas pós-colonialistas com questões de gênero, tal como proponho a seguir.

### **3 – O entrelaçamento dos feminismos com o pós-colonialismo**

O fim do processo colonial não representou, em termos políticos e sociais, mudanças significativas no contexto das ex-colônias, pois tais mudanças não ocorrem a curto prazo e as condições que amparavam o antigo sistema ainda servem de alicerce para as relações sociais, políticas e económicas do novo país, assim como estão mantidos os estereótipos, os mitos e todos os elementos da vida cotidiana. Tal condição se expressa na vida das mulheres do sul global, que, a meu ver, se configuram como duplamente subalternizadas, por uma questão de gênero e por pertencerem a uma ex-colônia. Dessa forma, as propostas pós-coloniais podem oferecer certamente alternativas mais completas tanto para explicarmos, quanto para compreendermos as várias nuances da experiência migratória.

Nesse contexto, a teoria pós-colonial e a teoria feminista têm pontos em comum – ambas possuem um olhar diferenciado sobre as sociedades modernas (Adelman, 2004).

Segundo Miriam Adelman (2004, p. 31):

[...] a perspectiva feminista e os estudos pós-coloniais vêm avançando bastante na tarefa de criar compreensão e conhecimento sobre a vida das mulheres e as relações de gênero em

diversas partes do mundo, produzindo sofisticadas análises da sua complexa imbricação com as relações de poder entre etnias, nações e classes, entre outros aspetos.

A autora, porém, ressalta ainda que as questões de género não são incorporadas automaticamente no campo dos estudos pós-coloniais, uma vez que este dá relevância à luta anticolonial em si, onde nem sempre as questões de género são priorizadas. Para fundamentar o seu pensamento, Adelman (2004) se remete a um texto publicado por Fanon, em 1959, escrito no período em que esteve na Argélia (de 1953 a 1957), no qual discorre sobre o uso do véu como uma componente políticoideológica para a luta anticolonial.

[...] fica claro que as mulheres e suas necessidades estão, no discurso da revolução, somente num segundo plano; são os homens que, em certo momento, vêem a necessidade de as mulheres “participarem” da luta anticolonialista - e são eles ainda que decidem como, quando e sob quais condições essa participação poderia se dar [...] (Adelman, 2004, s.p.)

Porém é válido ressaltar que a mulher mais citada como representante atual da perspectiva pós-colonial é Gayatri Spivak, que adota indistintamente uma identidade de cunho feminista, bem como se identifica com a herança marxista e com elementos do “pós-estruturalismo” (Spivak, 1985).

Gayatri Spivak, em sua obra *Pode o subalterno falar?* afirma que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (2010, p. 15). A referida autora refere-se às mulheres de maneira geral e em especial “se é pobre, negra e mulher” (2010, p. 85), a qual preenche todos os requisitos que lhe conferem a condição de subalternidade: a da pobreza, a do género, a da cor, que fazem com que a mulher negra permaneça “no lugar” demarcado ideologicamente e que lhe foi reservado. Um lugar que não é central, mas periférico, não é dentro do, mas fora do círculo. Dito isto, pensando a respeito da situação da subalternidade feminina, Spivak destaca a marginalização da mulher no cenário da produção colonial dominado pelo género masculino e, apesar do seu visível desconforto quanto à posição subalterna que a mulher ocupa, a autora não aponta caminhos para que a mulher se liberte do estigma de subordinada.

Em que pese a constatação do poderio masculino no âmbito da produção colonial, a autora sinaliza que refletir sobre a “mudez” feminina não pode restringir-se a uma simples questão idealista, mas configurar-se um exercício de fala e de reposicionamento da mulher no espaço social. Nesse cenário, portanto, silêncio é resistência.



Gayatri Spivak refere-se ao tema da agência dos sujeitos, questionando a possibilidade de os subalternos falarem ou terem autonomia. É válido ressaltar que tal questionamento problematiza conjecturas dos estudos pós-coloniais e dos chamados *subaltern studies*, nomeadamente questões relacionadas a noções de resistência e de ação política manifestadas por uma gama de que seguem essas correntes. Por um lado, enfatiza-se a crítica a algumas concepções com base na soberania do sujeito, mesmo as que estariam presentes em Deleuze e Foucault – o que já caracteriza uma certa singularidade e consistência analítica do trabalho – e, por outro, manifesta-se uma divergência às ênfases que autores do pós-colonialismo – vide produção tardia de Edward Said, por exemplo – dão a certas capacidades de agência de indivíduos, grupos e movimentos sociais.

Spivak (1996) afirma que as atuais diásporas são consequência da estagnação das sociedades civis nos países em desenvolvimento, ou seja, o enfraquecimento das estruturas civis das sociedades é agora um fenómeno de dimensões globais. Podem-se contrastar duas situações: na região norte do globo, as estruturas de bem-estar estão sendo desmanteladas e as classes baixas diaspóricas são as maiores vítimas dessa situação; no sul do planeta, as estruturas de bem-estar não podem emergir como um resultado das prioridades das agências transnacionais, sendo os pobres da área rural e o subproletariado da área urbana as maiores vítimas. Contudo, Spivak resalta que “em ambos setores as mulheres são as super-dominadas, as super-exploradas” (1996, p. 249)<sup>4</sup>.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, aos homens em diáspora cabia a posição de sujeitos assalariados, mesmo que ocupando os piores postos de trabalho nas grandes metrópoles, enquanto que às mulheres eram destinados os trabalhos domésticos, invisíveis e sem direito a uma remuneração. Spivak (1996) salienta que “as mulheres, juntamente com outros grupos subalternos, nunca foram sujeitos completos e agentes na sociedade civil: em outras palavras, cidadãos de primeira classe do Estado” (1996, p. 249)<sup>5</sup>. Se pensarmos então em uma pirâmide social, o homem branco ocupará o topo dela, a mulher negra ocupará, portanto, o último degrau.

Dito de outro modo, as maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres em diáspora estavam relacionadas com questões raciais e de género. Igualmente aos homens,

---

<sup>4</sup> Tradução minha do excerto original: “[i]n both these sectors, women are the super-dominated, the super-exploited”.

<sup>5</sup> Tradução minha do excerto original: “[w]omen, with other disenfranchised groups, have never been full subjects of and agents in civil society: in other words, first-class citizens of a state”.

o fator dérmico foi referência para a exclusão da mulher negra na sociedade europeia. No entanto, o fator género também foi motivo para que a mulher negra fosse estereotipada como pessoa degenerada e sexualmente precoce. Portanto, além, de enfrentar o patriarcalismo imposto pelos membros masculinos de sua própria sociedade, a mulher foi sujeitada ao patriarcalismo europeu.

O objetivo das questões aqui formuladas, que não pretendem ser conclusivas diante de um tema tão complexo e difuso, foi fornecer subsídios para a continuidade de uma reflexão fundamental e indispensável sobre as intersecções entre o(s) feminismo(s) e o(s) pós-colonialismo(s), criando inevitavelmente uma pluralidade que lhes é inerente. Dessa forma, refletir sobre a responsabilidade ética e uma postura crítica no contexto do sistema moderno/colonial de género/raça/classe nos possibilitaria fazer uma articulação interessante com os lugares de enunciação das mulheres subalternas, como as que neste estudo assumem interesse central.

É importante também pensarmos nas formas de como se dá a escuta dessas mulheres subalternas, com qual sensibilidade, solidariedade e responsabilidade ética são ouvidas, ou mesmo com qual possibilidade de aprendizado ou de trabalho contra a subalternidade como uma forma de descolonização do saber. É fundamental ainda refletir como essa postura torna visível nossa colaboração com uma sistemática violência de género racializada, ou seja, como praticar de forma permanente uma escuta sensível, que não se limite ao exercício da cumplicidade dos intelectuais com os sistemas hegemônicos, como adverte Spivak. Essa postura questionadora nos alerta para o nosso posicionamento como intelectuais e produtores de saber e conhecimento, e nossa inerente cumplicidade com os discursos que se constroem como críticos, mas que contribuem para o silenciamento desse outro por quem pretendemos falar.

Entretanto, é justamente por isso que uma crítica intervencionista e democrática, quer seja pautada no feminismo ou nos pós-colonialismos – quiçá em ambos –, e que se instala com base na responsabilidade ética e na solidariedade, para se construir por intermédio de uma abertura para as histórias alternativas e críticas. E, nesse processo, tanto o feminismo quanto o pós-colonialismos, concebidos como teorizações que desestabilizam as bases consolidadas de construção de saber e conhecimento, podem ter um papel decisivo de reflexão teórica e prática efetiva por meio de uma crítica intrinsecamente articulada.

Segundo Deepika Bahri (2013), as perspectivas feministas têm um papel fundamental para os estudos pós-coloniais “desde seu momento inicial, compartilhando muitas das preocupações gerais do pós-colonialismo, mas também revisando, questionando e complementando-as” (Bahri, 2013, p. 660). Uma vez que tanto a teoria feminista quanto a teoria pós-colonial compreendem a importância de se tratar temas relacionados à invisibilidade, de dar voz aos excluídos, marginalizados da terra.

Nesse contexto, Bahri (2013, p. 662) salienta ainda que:

[o]s estudos feministas e os estudos pós-coloniais às vezes se encontram em uma relação mutuamente investigativa e interativa entre si, especialmente quando se tornam muito específicos, por exemplo, quando as perspectivas feministas fecham os olhos a assuntos pertencentes ao colonialismo e à divisão internacional do trabalho e quando os estudos pós-coloniais ignoram a questão do gênero em sua análise.

Frantz Fanon, já em 1952, em *Pele negra, máscaras brancas*, aborda diretamente pontos cruciais destas teorias e a inferiorização múltipla da mulher negra que era colonizada pelo homem branco europeu. O homem, segundo Fanon (1975), é o centro de onde partiram as ideias e formularam-se teorias para garantir sua superioridade em relação ao seu semelhante.

Stuart Hall, por sua vez, quando trata do descentramento final do sujeito cartesiano, sugere como sendo o “quinto descentramento” o impacto causado pelo feminismo não só como manifestação teórica, mas, especialmente, como movimento social. Segundo o autor,

o feminismo faz parte daquele grupo de novos movimentos sociais que emergiram durante os anos 60 [...] juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do ‘Terceiro Mundo’, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com ‘1968’. (Hall, 2001, p. 34)

O autor também afirma que o movimento feminista politizou a identidade feminina e colaborou de forma importante para a contestação do *status quo*.

Para este trabalho, porém, é Mohanty (1988) quem mais explicita o *feminismo pós-colonial*. A autora defende que o feminismo ocidental foi formulado a partir da perspectiva das mulheres brancas, de classe média, e condena a sua incapacidade de reconhecer os fatores sociopolíticos diferentes que contribuem para a opressão dos países do terceiro mundo. Moranty salienta ainda que:

esta conexão entre as mulheres como sujeitos históricos e a representação da Mulher produzida pelos discursos hegemônicos não é uma relação de identidade direta, ou uma

relação de correspondência ou simples implicação. [...] [T]rata-se de uma relação arbitrária estabelecida por culturas particulares. (Mohanty, 1988, p. 62)<sup>6</sup>

A autora acredita também que o discurso feminista contemporâneo, de forma ampla e genérica, aplica o rótulo de "mulher do Terceiro Mundo" e, ao fazê-lo, escamoteia as diferenças culturais, históricas e institucionais específicas nos diferentes países. Assim, a autora critica a forma como o discurso feminista ocidental tem construído uma universalizada e homogênea "mulher oprimida do terceiro mundo". Esta mulher é caracterizada por sua impotência e estatuto de vítima aos olhos do feminismo ocidental. Ou seja, o feminismo pós-colonial, relacionado com sociedades patriarcais colonizadas pode ser visto como um cruzamento entre a teoria pós-colonial e a teoria feminista, intimamente relacionada com o Feminismo Negro, que enfatiza também sistemas de racismo, tal como discutido anteriormente.

Com o desenvolvimento deste capítulo, constatei a necessidade de promover uma inserção, mesmo que breve, do fenômeno da migração no eixo norte-sul com ênfase na emigração feminina, um dos eixos centrais deste estudo, bem como do tráfico de pessoas e suas abordagens, fundamental para o desenvolvimento dos capítulos analíticos que serão abordados posteriormente. Esses temas são, portanto, alvo de reflexão no próximo capítulo.

---

<sup>6</sup> Tradução minha do excerto original: "[t]his connection between women as historical subjects and the representation of Woman produced by hegemonic discourses is not a relation of direct identity, or a relation of correspondence or simple implication. [...] It is an arbitrary relation set up by particular cultures".

## CAPÍTULO II – MIGRAÇÕES E TRÁFICO DE MULHERES: UM OLHAR PÓS-COLONIAL

### Introdução

Nas últimas décadas houve um aumento exponencial no número de “viajantes” ao redor do mundo e, parafraseando o escritor Érico Veríssimo, entre eles destacamos tanto os que fogem, quanto os que buscam. No que concerne ao perfil dos imigrantes, este vem se alterando substancialmente. No século XIX, a imigração tinha uma “face branca” e era em sua maioria formada por homens, nos últimos anos a migração internacional vem se “feminizando” (Anthias, 2000; Hondagneu-Sotelo, 1994). Entretanto, as políticas restritivas da União Europeia em relação aos imigrantes estão empurrando cada vez mais pessoas para redes de imigração ilegal e tornando-as mais expostas a situações de tráfico, em que mulheres e crianças são os mais vulneráveis. Não se pode, contudo, menosprezar a agência das mulheres dentro desse contexto.

Sendo propósito central deste estudo produzir conhecimento sobre a migração de mulheres, assumindo como referência uma rota de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a rota Brasil/Suriname/Holanda, uma discussão sobre dois grandes núcleos de sentido em causa, *migração* e *tráfico*, se faz pertinente e necessária. Importa explorar os significados de ambos fenômenos e a natureza das relações – de afastamento e de interconexão – que os mesmos guardam.

Tendo em conta isso, este capítulo trata sobre a migração e o tráfico de mulheres sob uma perspectiva pós-colonial. Num primeiro momento abordarei o fenômeno migratório na sua generalidade e, em seguida, discorrerei sobre a migração feminina – ponto central deste trabalho. Num segundo momento, tratarei sobre o tráfico de pessoas, particularmente no que tange às abordagens feministas sobre esta questão social e todos os seus desdobramentos.

### 1 – O fenômeno da migração: o eixo Sul-Norte em destaque na atualidade

No contexto da sociedade globalizada e de crise do Estado de bem-estar social, reflexo do neoliberalismo e suas concepções de Estado-mínimo, assistimos a uma desresponsabilização por parte do Estado em relação ao social, pondo em causa diversas e sucessivas conquistas sociais (Galeano, 2007; Sousa Santos, 2011). Estamos a falar dos

direitos civis, políticos, económicos e sociais (Araújo, 2007; Fonseca, 2009; Marshall, 1999). É nesta perspetiva que se fala da construção de “uma sociedade que não só tem uma divisão de classes, como, simultaneamente, corre o risco de chegar a criar uma nova classe, a *ethclass*” (Oliveira, 2007). Segundo Baganha e Góis (1999), isso se dará devido ao risco de segregação e marginalização, vinculadas à condição de ser imigrante.

Os processos migratórios constituem um dos fenómenos populacionais e sociais mais importantes da era moderna, não se configurando algo recente na história da humanidade, embora se tenha evidenciado um incremento do fenómeno nas últimas décadas, tornando-se uma das questões mais relevantes com que se depararam as sociedades ocidentais, e por isso se torna tema permanente do debate político e social (Nee & Sanders, 2001; Peixoto *et al.*, 2005; Portes, citado por Vitorio, 2007).

Na atualidade, a migração é um tema que se encontra no centro do debate, devido às inúmeras e novas complexidades, problemas e consequências, tanto para as sociedades de origem, como para as de acolhimento. Entre essas consequências, podemos citar o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos e a formação de nichos de pobreza, muitas vezes alimentando as periferias das grandes cidades. Assiste-se, a par desse crescimento, a um aumento da violência e criminalidade, frequentemente associadas pelos setores político-sociais conservadores à presença de imigrantes. Os/as imigrantes passam a ser responsabilizados/as pelo aumento do desemprego entre nacionais, uma vez que tendem a se sujeitar a subempregos e/ou empregos sem garantias trabalhistas e previdenciárias, o que fragiliza o sistema de proteção social, pensado para a classe trabalhadora nacional.

Em relação a essa crise do mundo do trabalho, muitos autores a consideram como “uma nova questão social” (Castel, 1995; Rosanvallon, 1998). A este respeito, Castel refere que:

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente há aí uma razão para levantar uma nova questão social que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX. (Castel, 1995, p. 526)

Estas (pré)noções contribuem para que a população imigrante seja muitas vezes marginalizada pela sociedade local, tornando-se alvo de discriminação. Entretanto, apesar das consequências negativas associadas ao fenómeno migratório serem as mais veiculadas,

existem dados positivos que não podem ser desprezados ao analisarmos as consequências do fenómeno. Assim, segundo Carrilho e Patrício (2009), é evidente a contribuição dos imigrantes para o aumento da taxa de natalidade nos países europeus. Segundo um estudo da União Europeia, a taxa de natalidade em Portugal, por exemplo, caiu pela metade em quarenta anos. Ora, o referido estudo recomenda um aumento da imigração como fundamental para assegurar o crescimento populacional, uma vez que os europeus têm uma taxa de fertilidade abaixo do recomendado para a substituição da população. Tal condição, influenciada decisivamente pela situação socioeconómica, combinada ainda com o aumento da expectativa de vida da população europeia, poderá trazer consequências significativas a médio-longo prazo. Esta situação poderá ser evidenciada, por exemplo, no período em que as crianças de hoje estarão entrando no mercado de trabalho, tendo que assumir o ônus pelo elevado número de pessoas em situação de aposentadoria. Sendo assim, a redução significativa da população economicamente ativa pode, eventualmente, provocar crise e estagnação da economia local. Em suma, é inegável que as novas gerações de imigrantes podem vir a representar um elemento relevante na futura força de trabalho de muitos países europeus.

No que diz respeito aos fatores condicionantes da migração, Costa (1998) refere que o movimento migratório não é somente impulsionado pela busca de melhores condições de vida, mas é também marcado por razões de *sobrevivência*, “o que por um lado quer dizer que a motivação é muito forte e, por outro, pode querer dizer que irá continuar por algum tempo mais, sejam quais forem as restrições legais e/ou físicas que venham a vigorar” (Costa, 1998, p. 70). Este autor afirma ainda que é inegável a necessidade do desenvolvimento dos países pobres como solução para o fenómeno das migrações massivas. Faz-se necessária, assim, uma ação transnacional, com investimentos em políticas públicas e em programas de desenvolvimento regional, ou seja, uma solução compartilhada para amenizar os efeitos do fenómeno migratório. Contudo, sabemos que são soluções que só repercutirão a longo prazo, uma vez que os problemas que afetam os países do sul global, são, acima de tudo, conjunturais, em grande parte reflexo de séculos de colonização indiscriminada, que ainda se fazem presentes. Costa (1998, p. 74) se refere a esse fenómeno como *ciclo pós-colonial*:

[...] estamos num novo ciclo da história. O ciclo pós-colonial. Não falo apenas do colonialismo *político*, mas também do *social*, do *cultural* e do *económico*. E a imigração para a Europa é, em

certo sentido, a continuação e a consequência natural do ciclo colonial. Em certo sentido, é o “regresso das caravelas”.

Em pleno século XXI, assistimos à repetição do drama de milhares de pessoas se deslocando, numa tentativa desesperada de chegar à Europa, quer por terra quer por mar. Um contingente populacional composto por homens, mulheres e crianças. Este contingente que vem “invadindo” a Europa passou a ser visto como uma ameaça aos países desse continente, no que diz respeito a sua soberania e segurança nacional.

Como podemos ver na atualidade, as políticas de controle geram grandes consequências no acesso à mobilidade de um número incalculável de pessoas. Segundo dados da OIM, só no primeiro semestre de 2015, 240 mil imigrantes chegaram à Europa, a sua maioria provenientes do médio oriente, de países como Líbia, Síria, Afeganistão, e tantos outros, fluxo não visto desde a segunda guerra mundial.

A necessidade de fugir da guerra faz com que um contingente cada vez maior de pessoas se submetam a redes de tráfico para conseguir chegar no continente europeu, redes estas que se tornaram uma poderosa indústria de imigração clandestina, geradora de vultosas quantias, comparáveis às geradas pelo tráfico de drogas e de armas. Os deslocamentos têm desencadeado grandes tragédias humanas: mortes por afogamento – consequência dos naufrágios que são cada vez mais frequentes no mar mediterrâneo, além de um número infindável de pessoas que morrem por sufocamento em caminhões frigoríficos sem ventilação, nas fronteiras europeias.

Em síntese, parece claro que o fenómeno da imigração se articula com a pobreza e com a vontade de sua superação. Nessa medida, ainda que vivido individualmente por parte dos sujeitos, o problema não é apenas individual e privado. Pelo contrário: tal como argumenta Costa (1998), a migração é uma questão de exclusão, e que “diz respeito não apenas às pessoas e às famílias, mas a todo um território”. Em certo sentido, é o fechar do ciclo de exclusão territorial. Este autor também destaca a importância do domínio das referências simbólicas e subjetivas no processo de exclusão. Tal exclusão parece afetar de maneira mais evidente mulheres imigrantes, a partir do momento que são mais vulneráveis a essa questão social, tal como se discutirá a seguir.



### **1.1 – O luxo migratório das Mulheres Brasileiras**

*“O conselho que eu daria para uma pessoa que pretende do seu país é pensa, repensa, pensa e se mesmo assim resolver sair, venha com coragem, coragem para enfrentar tudo, e consciente que aqui a vida não é fácil. E tenha um objetivo claro, se não tiver um objetivo, não se consegue enfrentar o mundo lá fora, a imigração. Ser imigrante é só pra corajoso, o mundo fora do nosso país não é fácil, você não conhece o povo de fora, não é fácil.”*

*(fala de uma entrevistada)*

A imigração brasileira tornou-se mais visível no discurso político, acadêmico e mediático a partir sobretudo da década de 1980 (Patarra, 2005). Porém, é válido ressaltar que a referida emigração já existia, mas foi nesse período que se verificou um aumento significativo no número de brasileiros que deixaram o país, resultado da recessão econômica a que assistia o país e que levou a se conhecer a década de 1980 como a “década perdida” (Patarra, 2005).

Na década de 1960 passou a acentuar-se a emigração agrícola para os países fronteiriços, com destaque para o Paraguai, por isso o uso do termo “brasiguaios” para denominar o grande contingente de brasileiros que atravessaram a fronteira, atraídos pela possibilidade de adquirir terras mais baratas num momento de encarecimento de terras do lado da fronteira brasileira (Albuquerque, 2009b; Patarra, 2005).

A partir da década de 50 do século XX, os deslocamentos populacionais passaram a ser fortemente caracterizados por uma maior diversidade étnica, de gênero e classe, assim como houve um incremento das relações entre as sociedades de origem e as de destino dos fluxos migratórios, facilitado por um conjunto de fatores – acesso a viagens, desenvolvimento dos meios de comunicação, massificação e barateamento dos meios de transporte a nível mundial, entre outros (Assis, 2007). Dentro desse contexto, houve um aumento significativo da participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais (OIT, 2006; Sousa Santos *et al.*, 2008b).

Segundo a OIM (2015), está ocorrendo uma mudança nos fluxos migratórios, motivada pela evolução da economia mundial:

Agora são mais numerosas as cidades do planeta que se converteram em lugares de destino dos migrantes. Por exemplo, os migrantes são mais atraídos pelos países em plena expansão econômica da Ásia Oriental, o Brasil, a África do Sul e a região ocidental da Índia. Todas as cidades do mundo experimentam um movimento constante de pessoas que se movimentam entre as comunidades urbanas, regionais, nacionais e mundiais. Como consequência, as cidades

fazem face a necessidades cada vez maiores no que diz respeito à gestão da diversidade resultante da migração. (p. 3)<sup>7</sup>

No que concerne ao aumento da participação feminina, Assis (2007, p. 750) afirma que:

a partir de 1970, ocorre em um contexto de crescimento das migrações internacionais a partir da segunda metade do século XX. Os migrantes contemporâneos, diferentemente de seus antecessores, contam com um sistema de comunicações e transporte mais barato e eficiente, o que diminuiu as distâncias e tornou mais frequentes os contatos entre a sociedade de origem e a sociedade de destino.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006), a migração feminina representa 51% das migrações internacionais. Também no Brasil houve aumento no número de mulheres que migram sozinhas em busca de melhores oportunidades de vida (OIT, 2006). Tal realidade em mudança implica novos desafios em termos de proteção aos seus direitos humanos. Sousa Santos *et al.* (2008b) reiteram a crescente feminização das migrações internacionais e alertam que esse fenômeno não caracteriza apenas o grande aumento de mulheres nos fluxos migratórios, mas também desperta a necessidade de analisar qualitativamente as estratégias migratórias que estão em jogo.

Como já foi referido, os fatores impulsionadores da migração feminina vão muito além de questões meramente económicas; há fatores relacionados a discriminação de género e procura de maior liberdade e maiores oportunidades no mercado de trabalho (Sousa Santos *et al.*, 2008b). Nesse contexto, os mesmos autores enfatizam que há uma maior visibilidade das mulheres nos contextos migratórios internacionais, porém, nem sempre de uma forma justa ou emancipatória:

A excisão feminina, o uso do véu nas escolas francesas e a poligamia, invadiram o discurso político de muitos países Ocidentais, revelando, de uma forma polémica a presença de mulheres migrantes, em especial as de cultura muçulmana [...] de invisíveis, as mulheres migrantes passaram, pois, a diabolizadas e instrumentalizadas (Gaspard, 1998, p. 33)". (Sousa Santos *et al.*, 2008b, p. 33)

As mulheres do Sul também se encaixam nesse processo, uma vez que são vistas como cidadãs de segunda classe. De acordo com Piscitelli (2007, p. 719), há uma "crescente

---

<sup>7</sup> Tradução minha do excerto original: "Ahora son mucho más numerosas las ciudades del planeta que se han convertido en lugares de destino de los migrantes. Por ejemplo, los migrantes sienten mayor atracción por los países en plena expansión económica de Asia Oriental, el Brasil, el África Meridional y la región occidental de la India. Todas las ciudades del mundo experimentan un movimiento constante de personas que se trasladan entre las comunidades urbanas, regionales, nacionales y mundiales. En consecuencia, las ciudades hacen frente a retos cada vez mayores en lo que respecta a la gestión de la diversidad resultante de la migración."

participação feminina nas migrações internacionais” e grande parte vai ingressar na indústria do sexo, de diversas maneiras. A referida autora enfatiza que:

A maioria das brasileiras que viaja não tem vinculação com esse setor de atividade. Entretanto, essa articulação entre marcadores de diferença é ativada independentemente de que as mulheres estejam ou não vinculadas à indústria do sexo. A ideia de que elas são portadoras de uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e a maternidade tende a atingir indiscriminadamente essas migrantes. (Piscitelli, 2007, p. 269)

Poderia também afirmar que, de acordo com a mesma autora, a maioria das brasileiras que emigra não o faz para fins de prostituição, desempenhando, sobretudo, funções de trabalho doméstico e cuidados infantis, entre outras. Neste contexto, muitas mulheres são aliciadas com falsas promessas de trabalho. Há, de acordo com Leal e Leal (2003), um aumento frequente de denúncias de mulheres de foram ludibriadas por aliciadores com falsas promessas de empregos e bons salários e que acabaram sendo inseridas no mercado do sexo.

Segundo Lúcia Gomes (2012), na Europa há quatro linhas orientadoras, relativamente aos quadros legais, no que concerne à regulamentação da prostituição:

- A Corrente Abolicionista – para a qual a prostituição não é proibida, mas concebe o lenocínio como crime. Esta corrente está presente em países como a República Checa, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, Portugal e Espanha.
- O Neo-abolicionismo – segundo a qual a prostituição não é proibida, porém o Estado proíbe a existência de bordéis. Bélgica, Chipre, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Itália, Luxemburgo, são alguns dos países que seguem esta corrente.
- A Corrente Proibicionista – para a qual a prostituição é proibida, havendo sanções penais para os intervenientes. São seguidores dessa corrente Noruega, Irlanda, Lituânia, Malta e Suécia.

É válido ressaltar que esta última corrente deve ser vista com certa cautela. A Noruega, por exemplo, instaurou a criminalização dos clientes em 2009, mas um relatório recente mostra um aumento das violências sofridas pelas prostitutas, uma vez que a atividade delas acaba sendo realizada de maneira ainda mais escondida, afastada dos centros, o que contribui para a proliferação da violência e consequente impunidade.

- A Corrente da Regulamentação: a prostituição é regulamentada e, como tal, não é proibida desde que exercida segundo as regras estabelecidas. Cito a – Áustria, Alemanha, Grécia, Letônia, Reino Unido e Holanda como principais seguidores.

No seguimento desta última corrente o trabalho sexual é equiparado aos demais em termos de direitos e deveres. Como atividade económica, a prostituição torna-se uma profissão exercida por *trabalhadoras do sexo*. No entanto, não é clara a relação entre a regulamentação do trabalho sexual e a diminuição do tráfico de pessoas para esse fim. Na análise de Gomes (2012), por exemplo, nos países que têm a prostituição regulamentada, o trabalho sexual é fundamentalmente exercido por vítimas de tráfico.

A globalização fez emergir novos fenómenos migratórios, em que a emigração feminina brasileira para os países europeus assume especial relevância, a partir da última década do século XX. Argumento que esta emigração (agora pendular) ou turismo se insere num quadro das novas relações pós-coloniais, entre a Europa e as suas ex-colónias, em que as indústrias do corpo e/ou turismo sexual moldam interconexões, tanto material como simbolicamente. A abordagem ao fenómeno integra uma discussão à luz dos direitos humanos, com enfoque nas mulheres e na migração assim como os avanços do ponto de vista legal que têm ocorrido ao longo das décadas. Isto é reflexo de uma tomada de consciência do aumento do fenómeno migratório, em especial, da migração de mulheres muitas vezes, ficam expostas a redes internacionais de tráfico de pessoas.

Foi a partir da década de 1980 que houve uma mobilidade crescente de mulheres de países do chamado “Terceiro Mundo”. A raiz destas deslocações está no empobrecimento desses países e na evolução dos transportes e das comunicações. Nesse contexto, Ribeiro *et al.* (2008) partilham da conceção de que:

Neste processo de degradação socioeconómica, imposto pelas políticas neoliberais [...] as mulheres aparecem como as primeiras e mais numerosas vítimas, como comprovam os dados estatísticos que suporta a construção do conceito de *feminização da pobreza*. A pobreza das mulheres anda, em regra, fortemente correlacionada com sua condição de «chefes de família», e de mães, mais precisamente com sua condição de *mães sozinhas* e, portanto, de titulares de agregados familiares monoparentais. (Ribeiro *et al.*, 2008, p. 249, destaque dos autores)

Os autores destacam, no contexto do empobrecimento dos países ditos periféricos, a condição da mulher como uma das mais evidentes vítimas desse processo, de acordo com as estatísticas. Indo além, em torno da maternidade, traçam hipóteses que tentam explicar essa condição. A partir desse posicionamento, podemos observar um

paradoxo formado pela ideia de mulher como vítima (da degradação socioeconómica, das políticas neoliberais que produzem e acentuam a pobreza) correlacionada com o seu papel protagonista na manutenção da família, que a faz sofrer em primeira mão as consequências da privação de recursos. Observamos ainda, a partir sobretudo dessa segunda ideia, o reconhecimento de um papel emancipador da mulher na condução de núcleos familiares, que contrasta com a noção social de *cidadã de segunda classe* e, eventualmente, se reforça na decisão de migrar em busca de melhores condições de vida.

Na visão de Sousa Santos *et al.* (2008b, p. 31), porém, além de todos os fatores impulsionadores da migração, no caso da migração feminina há ainda a considerar “o *glamour* ocidental associado a uma lógica consumista, de liberdade e de autodeterminação sexual divulgado pelos média”. Com isso, importa refletir sobre as novas relações pós-coloniais travadas entre ex-colônias, como o Brasil, e a Europa, sobretudo na produção de significados que são construídos sobre o estilo de vida nestes últimos a partir das indústrias de consumo (entre elas, a indústria do corpo). Nesse ponto uma leitura sobre a migração feminina no contexto das relações pós-coloniais é complexificada por uma teia de interconexões entre país de origem e país de acolhimento que extrapola as condições materiais, como a pobreza, e recaem no domínio do simbólico.

Até o início da década de 1970, as mulheres estavam “ausentes” das análises e trabalhos académicos produzidos sobre migração internacional eram vistas como meras acompanhantes de homens desbravadores, ou seja, exerciam uma migração passiva, que vem sendo questionada por feministas desde a década de 1970 (Assis, 2007, Padilla & França, 2015).

Gláucia Assis (2007) afirma que as mulheres imigrantes adquiriram na atualidade “*status*” em relação àquelas que foram desbravadoras até o século XX.

Segundo a referida autora:

[...] elas chegam com diferentes capitais humanos – muitas delas com melhor nível educacional e maior qualificação... As imigrantes contemporâneas beneficiam-se da expansão das oportunidades educacional e de emprego, além de uma legislação liberalizante no que se refere ao divórcio e as discriminações de gênero. (p.750)

A autora, porém, enfatiza que, apesar das mulheres serem mais escolarizadas e qualificadas, ainda lhe são destinadas atividades laborais relacionadas a cuidados, higiene e limpeza (Assis, 2007).

Muitas autoras (tais como Anthias, 2000; Moranty, 1988) afirmam que para além da categoria género, é incontestável a existência de uma “classificação” das mulheres imigrantes, que levam em consideração raça, etnia, nacionalidade. Nessa classificação mais específica, destacamos as asiáticas (tailandesas, filipinas, entre outras), vistas como mulheres “naturalmente” submissas. Por sua vez, as mulheres latino-americanas são caracterizadas como “quentes”, livres para o sexo e carinhosas. Há também as muito belas, provenientes da Europa do Leste. A mulher brasileira, dentro deste contexto, mescla, por um lado, a representação de boa mãe, esposa zelosa, e, por outro, a mulher sensual, hipersexualizada e erotizada, propensa ao sexo e carinhosa (Padilla & França, 2015). Mais estudos ainda se fazem necessários no sentido de explorar o estatuto da *mulher migrante*, sobretudo no sentido de explorar as muitas facetas femininas que se abrigam sob essa designação chapéu, assim como as representações que em torno dela se constroem socialmente.

Ainda que sejam observáveis cada vez mais estudos contemporâneos a respeito do estatuto da mulher nas migrações internacionais, a realidade nem sempre foi essa. Marina Ariza (2002) comenta que essa invisibilidade advém de três principais obstáculos: as tradições teóricas que nutrem os estudos sobre migração, a dificuldade enfrentada na formação de teorias nesse campo de reflexão e o viés de género de que historicamente partilham todas as ciências sociais. Em última análise, esses obstáculos encontram a base comum neste último ponto, o que nos leva à discussão do capítulo anterior sobre as *ausências* produzidas por determinadas perspectivas dominantes de produção do conhecimento. A partir disso, reafirmamos o propósito deste estudo de subverter essa produção de ausências da questão feminina no quadro dos estudos do fenómeno migratório.

### **1.2 – Migração feminina: familiar ou autónoma?**

A motivação é um aspeto fundamental no estudo dos processos migratórios – motivações estas que vão desde a melhoria de vida, busca por satisfação pessoal e/ou profissional e também por emancipação (Padilla & França, 2015). A maioria dos estudos clássicos sobre imigração descrevem sempre a mulher como agente passivo nesse processo (Morokvasic, 1984). Para migrar as mulheres utilizam as redes formadas por amigos,

familiares e conhecidos, como demonstra a fala de algumas mulheres que entrevistei e cujas narrativas estarão presentes nos capítulos analíticos desta tese.

No que concerne ao matrimônio, este é um dos grandes objetivos das mulheres entrevistadas, indo na contramão da história, segundo a qual mulheres priorizam sua realização profissional, adiando ao máximo o projeto de matrimônio e, conseqüentemente, o de ter filhos. As mulheres entrevistadas viram, em algum momento, no matrimônio como possibilidade de ascensão social (Padilla, 2007). Na sociedade de acolhimento, casar com um cidadão local pode dar-lhes uma espécie de garantia de ser aceita com mais facilidade, bem como a tão desejada residência permanente<sup>8</sup>, uma situação que se contrasta com a das europeias, mulheres consideradas independentes, dotadas de consciência crítica e que priorizam a estabilidade financeira em detrimento da constituição de uma família. Trata-se de mulheres que ultrapassaram costumes de gerações anteriores, que só saíam da casa dos pais no momento do casamento, o que para as mulheres imigrantes ainda é considerada uma forma de atingir um certo grau de “autonomia”. Entretanto, ainda a respeito das mulheres participantes neste estudo, verifica-se que, na sua maioria, procuraram demonstrar que foram além do matrimônio e estabeleceram um status de autonomia financeira que valorizam.

As relações entre afetos e interesses pragmáticos, incluindo dinheiro, também estão presentes em parte da literatura que trata de namoros e casamentos transnacionais. O conjunto dessas pesquisas, porém, concede escassa atenção ao sexo e à sexualidade, e não inclui esses aspectos nas relações entre afetos e dinheiro. Os afetos, sobretudo as emoções das pessoas de regiões pobres do mundo, têm recebido comparativamente escassa atenção, como se a importância adquirida pelos aspectos econômicos e sexuais apagasse as demais dimensões presentes nesses encontros.

Assis (2011), a partir de uma pesquisa etnográfica com imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, analisa como as mulheres solteiras negociam gênero e afetos para conseguirem ter êxito nos seus projetos migratórios, utilizando os estereótipos de atributos de gênero presentes sobre a mulher brasileira para conseguir *seu American husband*. A autora desenvolve dois argumentos: que a inserção das mulheres brasileiras nos mercados do sexo não pode ser reduzida à pobreza e que esses intercâmbios, muitas

---

<sup>8</sup> Muitas mulheres não optaram pela cidadania holandesa, pois isso significaria ter que abrir mão da cidadania brasileira.

vezes considerados como “novas formas de exploração sexual”, envolvem reconfigurações, em novos cenários, de práticas e noções difundidas em diferentes partes do país.

Nesse contexto de feminização dos fluxos migratórios a nível internacional, as mulheres se inserem nas redes de sexo e cuidado, mercado de trabalho que é seccionado por género, raça e classe. As migrações contemporâneas acontecem a partir de países sul global e é constituída de imigrantes não-brancos que se dirigem rumo aos países do norte: Estados Unidos, Canadá e países da Europa (Assis, 2011).

Floya Anthias (2002) faz uma análise sobre as migrações que aconteceram para o sudoeste da Europa, em finais do século XX, e destaca, por exemplo, que não se trata de reconhecer a importância proporcional das mulheres ou sua contribuição económica e social, mas sim considerar o papel dos processos, do discurso, bem como as identidades de género, no processo de migração e estabelecimento na sociedade de destino. Essa perspectiva revela que a abordagem de género é significativa para compreender as migrações contemporâneas, pois não se trata de uma questão da presença das mulheres nos fluxos, mas de perceber o género como um marcador que atravessa a experiência migratória de mulheres e homens.

No que concerne às representações sobre mulheres imigrantes recentes para a Europa, Anthias (2002) demonstrou como elas são categorizadas diferentemente, segundo processos que consideram raça e origem nacional. Algumas seriam patologizadas como vítimas (como as mulheres do Sri Lanka), outras seriam desejadas por sua suposta submissão (como as mulheres das Filipinas), outras seriam desejadas por sua beleza considerada dentro do padrão ocidental (como as mulheres do Leste Europeu).

Segundo Massey *et al.* (1987), as redes migratórias abrangem laços sociais que interligam as comunidades remetentes aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos estabelecidos. Massey analisou as redes construídas entre homens e o que os estudos sobre género e migração (Hondagneu-Sotelo, 1994; Hagan, 1998) irão demonstrar é a forma como as mulheres tecem as redes migratórias. Nesse contexto, a experiência de mulheres destaca-se não apenas porque vivem experiências migratórias de forma própria, mas também porque são influentes agentes no estímulo a outras migrações.



### **1.3 – Migração e retorno na perspectiva de gênero**

Assis (2007) e Piscitelli (2007) demonstram que as mulheres emigravam com seus companheiros ou sozinhas. No destino, conquistaram seu espaço no mercado de trabalho e reconfiguravam suas relações sociais e familiares, portanto, são presenças singulares e marcantes no fenômeno migratório e assim devem ser percebidas.

Dessa forma as mulheres constroem seus projetos migratórios, participam das redes na origem e no destino, conquistam seus espaços no mercado de trabalho no destino, são atrizes sociais que configuram o fenômeno migratório contemporâneo.

Segundo Boyd (1989), as redes abrangem um conjunto de conexões permeadas por relações sociais iniciadas tanto no país de origem, como no de destino. Essas redes proporcionam ao emigrante contatar os mecanismos e agenciadores que facilitam o processo na cidade de origem, também de ser recebido por parentes ou amigos no aeroporto e conseguir colocação no mercado de trabalho. As redes também proporcionam o apoio emocional durante a estadia, desenvolvendo laços e espaços de sociabilidade.

Sayad (1998) também compartilha da opinião de que a emigração perpassa a ideia de transitoriedade e conseqüentemente do retorno ao país de origem. Da mesma forma, os que ficaram na terra natal pensam na ausência como temporária. Para o autor, o emigrante vive em uma dupla contradição – o estado provisório da migração e o prolongamento desse estado por tempo indeterminado. Como o referido autor assinala, é possível voltar ao ponto geográfico da partida, mas não ao tempo da partida. Dentro dessa perspectiva, a experiência emigratória vivenciada pelas mulheres, que muitas vezes se depararam com a certeza de que são capazes de gerir sua própria vida, torna-se um movimento de transformação.

Como já foi referido, nos últimos anos, houve um acentuado crescimento nos fluxos migratórios de mulheres em nível global, que saem de seus países de origem para trabalhar como cuidadoras, enfermeiras, assistentes de serviços domésticos ou trabalhadoras do sexo nos países de Primeiro Mundo, atendendo a demandas que se configuram como alternativas de geração de renda para mulheres no mercado informal. Esses processos migratórios geralmente são resultantes de uma complexa rede de relações decorrentes dos contextos socioeconômicos e culturais, tanto dos países de origem como dos países recetores. Parte das migrações de mulheres dos países periféricos para os países centrais é incrementada e financiada por governos locais, processo altamente vantajoso na

medida em que as migrantes enviam remessas significativas de dinheiro em moeda estrangeira para as suas famílias que permanecem no local.

Esses fluxos migratórios que vão além das fronteiras são intitulados por Saskia Sassen (2003) de "contrageografias da globalização" porque estão direta ou indiretamente associados à economia global, não se caracterizam por uma representação formal, operam com frequência fora da lei e dos tratados, e algumas vezes envolvem operações criminais. Esse tipo de economia fortaleceu uma infraestrutura que tem facilitado os deslocamentos através das fronteiras, favorecendo os circuitos alternativos e gerando benefícios para os países ricos à custa de pessoas que estão em condições desvantajosas, entre elas um grande número de mulheres.

Os movimentos feministas, nas últimas décadas, têm obtido conquistas em relação à saída das mulheres do espaço privado para a esfera pública, enfatizando que o pessoal é político e mostrando que as relações de gênero são desiguais e injustas. A entrada das mulheres na esfera pública, apesar de ter levado praticamente dois séculos para se consolidar, por si só não se constitui um movimento social, mas colocou milhões de mulheres do globo terrestre em movimento. Em contraste a esse movimento, é alarmante que, no alvorecer do século XXI, mais de 100 anos depois de grandes conquistas em relação aos direitos da mulher, na passagem do capitalismo industrial para o financeiro, evidenciado pelo incremento da tecnologia, está ocorrendo um movimento contrário à saída prevista para a esfera pública: por ano aproximadamente 100 mil mulheres de todo o mundo movem-se em fluxos migratórios para assumirem trabalhos domésticos na esfera privada (Lisboa, 2006).

Com o avanço dos estudos de gênero, que, entre outros temas pertinentes, propõem-se a discutir a "desconstrução" do modelo de homem cujo papel foi fixado pela sociedade patriarcal, entra em questão a divisão sexual do trabalho. Esta requer uma distribuição equitativa do trabalho doméstico, ou seja, requer democracia de oportunidades que subentende senso de justiça, mas também envolve a ética do cuidado, que não deve ser entendida como específica das mulheres, assim como a questão da racionalidade e da justiça não é específica dos homens.

O resultado de tal arranjo tem sido um mundo mais inseguro para migrantes ou pessoas com experiências acentuadas de deslocamento voluntário ou forçado. O que se nota, ao contrário, é a falência de reconhecidas organizações internacionais, estatais e

supranacionais na recepção e acolhimento de imigrantes e refugiados, e a consolidação de verdadeiras tragédias humanitárias em contextos tidos como sensíveis à “democracia” e aos “direitos humanos”. Assegurar a persistência desses acontecimentos a traficantes ou contrabandistas de pessoas apenas defende a percepção política estreita que persiste em aproximar migração, crime e segurança, ignorando as complexidades intrínsecas aos deslocamentos humanos contemporâneos.

## 2 – Tráfico de Pessoas

*OUR REFORMERS have suddenly made a great discovery: the white slave traffic. The papers are full of these “unheard-of conditions,” and lawmakers are already planning a new set of laws to check the horror.*

*It is significant that whenever the public mind is to be diverted from a great social wrong, a crusade is inaugurated against indecency, gambling, saloons, etc. And what is the result of such crusades? Gambling is increasing, saloons are doing a lively business through back entrances, prostitution is at its height, and the system of pimps and cadets is but aggravated.*

*How is it that an institution, known almost to every child, should have been discovered so suddenly? How is it that this evil, known to all sociologists, should now be made such an important issue?*

O trecho acima citado poderia muito bem ter sido extraído de um artigo científico publicado nos dias de hoje, de tão atual que parecem as situações relatadas, mas não é. Este artigo é de autoria de Emma Goldman e foi publicado em 1909, nos Estados Unidos.

A argumentação de Emma Goldman sobre o tráfico de mulheres gira em torno de uma diferenciação basilar. No início do texto ela se mostra extremamente irônica quando faz menção à "grande descoberta" da existência do "tráfico de escravas brancas" pelos reformadores norte-americanos. Com essa postura, deixa expresso que uma coisa é a construção social do "problema" do tráfico de mulheres pelos reformadores, intelectuais e cientistas, e outra, bem diversa, é a experiência de jovens trabalhadoras no exercício da prostituição (Schettini, 2011).

Essa diferenciação possibilita que Goldman desenvolva suas ideias sobre as consequências da "inferioridade social e econômica" das mulheres sob o capitalismo, mostrando a hipocrisia dos “cidadãos de bem” que protagonizavam verdadeira caça às bruxas e que faziam as leis e as políticas sobre o comércio sexual. Ao discorrer sobre as causas da prostituição, do tráfico, do sistema de gigolagem, da corrupção policial e das leis moralizadoras, a autora compartilha alguns aspectos do pensamento de parte de seus

contemporâneos que, como ela, também fazem críticas ao sistema de regulamentação, ao não confundir, porém, o conhecimento produzido sobre as prostitutas naquele momento, carregado de preconceitos e moralismos, com a experiência das mulheres da classe trabalhadora que exerciam a prostituição, ela reinterpreta muitos dos dados disponíveis à luz das suas concepções libertárias.

Emma Goldman compreende o "comércio de mulheres" como reflexo de questões económicas, muito citadas também nos trabalhos que, desde o século XIX, estão associados à urbanização, imigração e industrialização. Contudo, ao fator económico podemos incluir inferioridade social das trabalhadoras (como a trabalhadora doméstica, que nunca tem "direito sobre si mesma") e, principalmente, a "questão sexual" que faz referência ao estado de ignorância permanente em que as mulheres eram mantidas com relação à sua "natureza", aos seus instintos e ao seu corpo (Schettini, 2011).

Para Emma Goldman a prostituição colocava-se como um ponto de partida para pensar sobre outras questões. A exploração sexual, na sua perspectiva, era comparada à exploração a que estava submetida a classe trabalhadora. A partir da ideia de "vender o corpo" o casamento era colocado na mesma linha que a prostituição, já que em ambos os casos as mulheres assumiam o status de mercadorias (Schettini, 2011).

Ao falar sobre a prostituição sob essa lente, Emma Goldman não se referia somente às mulheres que trabalhavam no comércio sexual, mas colocava em causa a sustentação ideológica do mundo norte-americano pós-abolição, que via nos contratos um ideal de legalidade regulatória das relações livres naquela sociedade. Na linha de outros anarquistas e feministas, Goldman apontava uma grande fragilidade da teoria liberal ao transformar a prostituição num modelo para pensar as relações de exploração e de desigualdade (Schettini, 2011).

Sob essa perspectiva, as ações daquelas que exerciam o comércio sexual eram entendidas à luz de um contexto em que as mulheres eram impedidas de se realizarem como seres humanos por viver num sistema que as inferiorizava e as mantinha na ignorância, além de usar seus *status* como mercadoria para lucrar: o Estado entrava no negócio da prostituição para aumentar a renda pública com impostos e não propriamente para controlar a imoralidade.. Deste modo, a crítica explícita à hipocrisia dos reformadores do seu tempo, e a sua empatia pelas mulheres da classe trabalhadora, contribuía para que

Goldman se posicionasse de modo mais compreensivo frente às escolhas dessas mulheres (Schettini, 2011).

A compreensão que Sousa Santos *et al.* (2008b) expressam é de que o tráfico de pessoas tem a marca da transnacionalidade e globalidade, posto que atravessa fronteiras de países e regiões, necessitando também da compreensão sobre o processo de globalização do capital. Isto porque este incide nos territórios locais e, aí, provoca a desterritorialização de direitos. A organização da mundialização do capital significa que nos territórios locais há a concreticidade da divisão mundial e nacional do trabalho, sendo que o tráfico de pessoas ocorre também a serviço da mundialização do capital.

De acordo com os autores, é inegável que o tráfico de pessoas tem uma componente transnacional e global e em relação ao tráfico de mulheres e crianças. Segundo Richard Poulin (2005), citado por Sousa Santos *et al.* (2008b), a globalização neoliberal é o fator dominante no retrato do tráfico de mulheres e crianças. Porém, apesar de global, a Human Rights Watch (1995), citada em Sousa Santos *et al.* (2008b), salienta a importância do local nesse contexto:

[...] o fato de ser global não o torna [o tráfico] um negócio uniforme. Pelo contrário, se a indústria é global, o tráfico não seria possível se não se alimentasse das redes locais de conhecimento. Quanto maior for o número de pessoas com conhecimentos ao nível da cidade, localidade, bairro, maior será a probabilidade de recrutar vítimas. (Santos *et al.*, 2008b, p. 41)

Victor Malarek (2004, p. 6) citado por Sousa Santos (2008b, p. 48), afirma que houve quatro vagas de mulheres traficadas para países Ocidentais nas últimas décadas:

A primeira vaga veio do sudeste asiático na década de 70 e era constituída, sobretudo, por tailandesas e filipinas. A segunda vaga de mulheres traficadas surgiu na década de 80 e glomerava as mulheres vindas de África, em especial a Nigéria e do Gana. Ainda na década de 80 e 90, começou a desenvolver-se uma terceira vaga de mulheres traficadas oriundas da América Latina, com especial destaque para a Colômbia, Brasil e República Dominicana. Desde meados da década de 90 que se tem vindo a desenvolver uma quarta vaga de mulheres vítimas de tráfico: as oriundas da Europa Central e de Leste. O incremento da procura das mulheres da Europa Central e de Leste não pode ser analisado sem se ter em conta possíveis tendências racistas da procura que exige, crescentemente, mulheres brancas.

Sousa Santos *et al.* (2008b) retratam ainda duas tendências distintas aquando da escolha por parte dos clientes de mulheres para serviços sexuais. A primeira é de priorizar mulheres que possuam a mesma raça e nacionalidade que a sua, ou então optarem por mulheres estrangeiras, pois oferecem serviços mais baratos, o que para os autores é uma forma de “*sexualizar* as mulheres de uma raça específica e *des-sexualizar* as que vão ao

encontro da sua identidade” (2008b, p. 48, destaque dos autores). Citando Farr, sustentam ainda que:

Não será aqui indiferente a herança histórica colonial de alguns países europeus, em que as mulheres colonizadas eram tidas como sexualmente submissas e sujeitas a violações, prostituição forçada, etc... Esses aspectos diferenciam, frequentemente as mulheres que trabalham em bordéis, sobretudo brancas, e as mulheres que se prostituem nas ruas, essencialmente negras. (Farr, 2004, p. 208, citado por Sousa Santos *et al.*, 2008b, p. 48)

Mais adiante, Sousa Santos e colaboradores (2008b) defendem que a procura por serviços sexuais vai ao encontro da busca por um outro exótico, verificando-se uma certa hierarquização das mulheres segundo a raça/ou etnia: “[...] em diversos países do mundo ocidental, as mulheres prostituídas são, na sua grande maioria, de raças/etnias que não as predominantes no país de origem” (2008b, p. 48).

A preocupação política e acadêmica com o tráfico de mulheres começou a emergir em finais do século XIX, período em que vieram à tona diversos relatos sobre mulheres europeias e americanas que eram encaminhadas para outras zonas geográficas, nomeadamente os haréns do mundo árabe. Foram principalmente os indícios da existência deste comércio de “escravas brancas” que inspiraram os movimentos contra o tráfico de mulheres e os primeiros tratados internacionais visando acabar com este fenómeno (Agustin, 2003; Kempadoo, 2005; Ribeiro *et al.*, 2008b).

Neste primeiro momento, o tema do tráfico internacional de pessoas esteve associado a narrativas de “tráfico de escravas brancas”. A expressão do “tráfico de escravas brancas” referia-se a histórias de mulheres europeias, conduzidas por redes internacionais de traficantes para os Estados Unidos e para as colônias para trabalhar como prostitutas. Assim, já no século XIX, a prática de tráfico de mulheres está conotada à prostituição e à escravidão, fatores que representam características do debate contemporâneo sobre o tráfico (Berman, 2003; Long, 2004; Santos *et al.*, 2008).

Para Doezema (2005), o “tráfico de escravas brancas” é visto como uma ameaça aos interesses sociais e valores. Na Europa e nos Estados Unidos surge o que a referida autora designa por *white slave panic*, que evoca imagens terríveis de mulheres capturadas e obrigadas a se prostituir. Esta noção alarmante das jovens mulheres traficadas chama a atenção internacional, estabelecendo assim uma narrativa específica que encontra a própria expressão nas notícias sensacionalistas da época. A ênfase na “branqueza” (*whiteness*) constitui um símbolo que reflete as suposições eurocêntricas das

abolicionistas, pois, na verdade, “a escrava branca podia ser de várias cores” (Doezema, 2005, p. 101). O destaque da cor branca serve para fortalecer “a ordem natural que coloca a raça branca no ápice da civilização” (Doezema, 2005, p. 101). Em suma, a indignação se deu devido ao choque que provocou na opinião pública a violação de direitos, não de todas as mulheres, mas sim e tão-somente das mulheres brancas euro-americanas.

A Convenção para Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem de 1949 foi o primeiro instrumento legal de combate ao tráfico, dirigido pela ONU. Este instrumento repercutiu de maneira muito evidente o pensamento abolicionista do século XIX. Na referida convenção, a condenação do tráfico é articulada, com uma condenação declarada da prostituição, considerando as duas práticas “incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa”.

Em finais da década de 1990, a questão do tráfico de pessoas volta a fazer parte da agenda internacional, levando a uma nova elaboração jurídica que se concretiza no vigente Protocolo de Tráfico<sup>9</sup>. No ano 2000, sob o patronato da ONU, se reúnem em Palermo, Itália, mais de 80 países, para assinar a Convenção contra o Crime Organizado Transnacional. Este documento articula-se com um Protocolo que regulariza o contrabando de migrantes e com o atual Protocolo de Tráfico, chamado de *Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças*.

Um questionamento levantado por muitos autores é que esse instrumento legal atribui uma importância especial à proteção dos direitos fundamentais das vítimas, porém sua implementação acarreta diversos efeitos negativos para as pessoas que precisam ser protegidas.

Essas consequências são vinculadas ao entrecruzamento de interesses, não necessariamente coincidentes, de governos e entidades de apoio aos direitos humanos na formulação desse protocolo e em sua aplicação (Doezema 2005; Kempadoo 2005; Piscitelli, 2008).

Ao analisar os estudos críticos em relação ao Protocolo de Palermo, Piscitelli enfatiza que o documento assume uma posição de neutralidade em relação ao debate em torno da prostituição. Isso fica particularmente claro em termos de crucial importância para a definição de situações de tráfico, como “a exploração da prostituição de outrem ou

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-s.pdf>

outras formas de exploração sexual”, “servidão”, “outras formas de coerção”, “abuso de poder” ou de uma “posição de vulnerabilidade”, carentes de precisão conceitual.

A Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os direitos humanos, realizada em 1993 em Viena, reafirmou que “Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis, integrais e são uma parte indivisível dos direitos humanos universais”; “A violência baseada no sexo e todas as formas de perseguição e exploração sexual, incluindo aquelas resultantes de preconceitos culturais e tráfico internacional são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminados”.

### **2.1 – Abordagens feministas sobre o tráfico**

Em relação a diferentes abordagens sobre o tráfico de pessoas, Kempadoo (2005) identifica dois tipos principais: o modelo abolicionista e o modelo transnacional ou do terceiro mundo.

No primeiro caso, o tráfico é um problema *moral* e consiste no enfoque mais antigo acerca da prostituição. As mulheres seriam vítimas dos proxenetas e outros atores que induzem as mulheres a exercer a prostituição. Portanto, as mulheres devem ser resgatadas e não punidas, pois são objetos de interesses de terceiros. A segunda abordagem, por sua vez, vê o tráfico como discurso e como prática que surgem das interseções entre as relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializados com a atuação e os desejos das mulheres de dar forma a suas próprias vidas e de desenvolver estratégias de sobrevivência. O patriarcado é visto como uma das relações de dominação que condicionam a vida das mulheres, mas não a única.

Tendo em conta essas duas abordagens, esta investigação decorre de um posicionamento pessoal alinhado com a abordagem do modelo transnacional, dado o seu enfoque nas possibilidades de agência, reconhecimento e resistência das mulheres envolvidas. Nesse sentido, reconhecendo que, ainda nesse enquadramento, se possa falar de vítimas de tráfico, alinhamo-nos à abordagem de Sousa Santos *et al.* (2008b, p. 328), na qual se reconhecem quatro níveis de vitimização:

O primeiro nível corresponde à total coerção, em que as vítimas são raptadas. O segundo nível diz respeito às mulheres que foram enganadas com promessas de emprego que não a prostituição. O terceiro nível refere-se a um nível de engano, considerado menor, em que as mulheres sabem que vão trabalhar na indústria do sexo, mas não na prostituição. Por fim, o quarto nível de vitimização, tido como menos gravoso, concerne a mulheres que, antes da sua



partida, sabiam já que iam trabalhar como prostitutas, mas que desconheciam até que ponto iam ser controladas, intimidadas, endividadas e exploradas.

Kempadoo (2005) considera ainda que o racismo, o imperialismo e as desigualdades internacionais também configuram a vida das mulheres. Segundo a referida autora, ao mesmo tempo que as mulheres são vistas como atuantes, autodeterminadas e capazes de negociar e concordar, são igualmente vistas como pessoas conscientes capazes de transformar as relações de poder seja nas instituições de escravidão, casamento, casa ou mercado de trabalho. Essa observação ganha ainda mais relevo quando se tem em consideração as múltiplas desigualdades que se encontram na base do tráfico de pessoas e que delineam as suas feições contemporâneas: a desigualdade económica; a divisão de fronteiras entre países pobres e ricos; a acumulação primitiva de capital; políticas de imigração de países ricos (Sousa Santos, Gomes, & Duarte, 2010).

O problema das mulheres traficadas deve ser colocado também em relação às questões de imigração nas sociedades contemporâneas e à tendência para fechar as fronteiras europeias através de legislação restritiva a este fenómeno humano. O tráfico de mulheres é, sem dúvida, ligado ao fosso crescente entre o Norte e o Sul e à escassez de oportunidades de sobrevivência nos países de origem. Auto-determinar-se a subverter esses mecanismos de desigualdade por meio da escolha consciente de trilhar as linhas do tráfico demonstra-se, em última análise, um gesto de empoderamento. E como acrescentam Kempadoo (2005) e, particularmente, Kapur (2005, citado por Sousa Santos *et al.*, 2008b, p. 55):

A mulher muitas vezes não quer ser salva, quer estar em segurança e é fundamental que, quer as políticas, quer a ajuda no terreno, sigam nesse sentido, para que aquelas não sejam alvo de uma dupla vitimização, desta feita por princípios de caridade e filantropia. Acrescento ainda a carga moral e religiosa que essas mulheres recebem, sendo

vistas sempre como almas que precisam ser salvas, ser trazidas para o caminho do bem.

Em suma, apesar de nem todas as mulheres inseridas no mundo do trabalho sexual serem vítimas de tráfico, é inegável a relação entre esses dois fenómenos. Leal e Leal (2003), entretanto, apontam o trabalho sexual prévio, no país de origem, como um dos traços que caracterizam o perfil da mulher brasileira traficada. Compõem esse perfil, de forma mais vincada, a origem nas classes pobres, em espaços urbanos periféricos (desassistidos de bens sociais coletivos), a baixa escolaridade e a maternidade (Leal & Leal, 2003). Segundo as autoras, todo esse conjunto de circunstâncias tornam as mulheres mais

suscetíveis a serem vítimas de tráfico, sobretudo num contexto em que, para realizarem a travessia para a Europa contraem dívidas que aumentam a sua vulnerabilidade face a eventuais aliciadores.

## **2.2 – Quanto vale uma mulher traficada?**

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC (2014), o tráfico de pessoas é facilitado pela tecnologia, pela migração, pelos avanços dos sistemas de transportes, pela internacionalização da economia e pela desregulamentação dos mercados. O tráfico, no contexto da globalização, articula-se com redes de colaboração global, interconectando-se a mercados e a atividades criminosas, movimentando enormes somas de dinheiro. Para Leal e Leal (2003) os mercados locais e globais do crime organizado, das drogas e do tráfico para fins sexuais, como por exemplo a Yakusa, as Tríades Chinesas, a Máfia Russa e os *SnakeHeads* são responsáveis pela transação de quase um bilhão de dólares no mercado internacional de tráfico humano.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (2011), 2,4 milhões de pessoas foram traficadas no mundo em 2005, dos quais 43% foram para fins de exploração sexual. Já o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) que aponta o tráfico de pessoas como uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, envolvendo 2,5 milhões de pessoas e movimentando 32 bilhões de dólares por ano.

A partir da análise das informações citadas anteriormente, fica clara a disparidade de números no que concerne ao tráfico de pessoas, o que leva com que definir *a priori* o número de mulheres traficadas seja quase impossível, bem como o montante envolvido nessa atividade ilícita e violadora de direitos. Essa dificuldade se explica, sobretudo, por se tratar de um fenómeno de natureza clandestina, o que o torna de difícil dimensionamento (Sousa Santos *et al.*, 2010).

### *Mulher Mercadoria, rotas de “comércio” e iniciativas de afrontamento*

A partir da década de 2000, foram realizados no Brasil alguns estudos – na sua maioria por organizações da sociedade civil e por organismos internacionais – que tinham como foco o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

Em 2002, a “Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres e Crianças para fins de exploração sexual” (PESTRAF) foi o maior estudo já executado no Brasil sobre tráfico de

peessoas para fins de exploração sexual. Este estudo indicou uma estreita relação entre pobreza e tráfico, visto que a maioria das rotas – nacionais e internacionais – passam pelas regiões mais pobres do país. Das 241 rotas identificadas, 76 estão na Região Norte, e 69 na Região Nordeste (Leal & Leal, 2003). A nível mundial, as rotas perfilham a mesma direção do caminho percorrido pela imigração. No entanto, a definição desse caminho muitas vezes esbarra na ausência de informações sobre o tráfico de pessoas, pois é um “fenômeno é multidimensional, multifacetado e complexo. Seus fatores determinantes são de ordem política, socioeconômica, cultural, jurídica e psicológica” (Leal & Leal, 2003, p. 49). Em relação ao perfil, a maioria das vítimas são mulheres, entre 15 e 25 anos, de origem étnica negra, com baixo nível de escolaridade e residentes em áreas precárias dos grandes centros urbanos (Leal & Leal, 2003).

Já em 2005, foi realizada pela Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD, uma pesquisa no aeroporto internacional de Guarulhos, em São Paulo. A referida pesquisa tinha como título "Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos", e constatou que parte das mulheres brasileiras deportadas ou não admitidas na Europa é vítima de tráfico internacional com fins de exploração sexual, bem como constatou que há um estereótipo em relação à mulher brasileira deportada (cor da pele, região a que pertencem) que as definem como potenciais trabalhadoras sexuais no exterior e que contribui para sua deportação (Brasil, 2006).

O Brasil aparece também em estudos realizados pela UNODC, tais como o “Trafficking in Persons: Global Patterns”. O país é considerado de alto índice de tráfico de pessoas, existindo esse delito tanto na perspectiva do tráfico interno como do tráfico internacional, ocorrendo em ambos para diversas finalidades (UNODC, 2014).

Um outro importante trabalho que merece destaque é a “Pesquisa Tri-Nacional sobre Tráfico de Mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname” (2008), coordenada pela Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia – Sodireitos, e só foi possível devido a um trabalho em rede de organizações governamentais do Brasil, República Dominicana e Suriname, todas filiadas à Rede Latino-americana e Caribenha da Aliança Global contra Tráfico de Mulheres (REDLAC), que por sua vez é filiada à Aliança Global contra o Tráfico de Mulheres (GAATW). A referida pesquisa privilegiou os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos com o tráfico de pessoas, mulheres, famílias,

profissionais de organizações não-governamentais (ONGs) que têm ações diretas ou indiretas de enfrentamento, organizações governamentais e pessoas da comunidade que conhecem a realidade do tráfico de mulheres.

Ainda em 2006, a OIT Brasil lançou uma cartilha denominada “Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual”, em que, além de traçar o perfil do crime de tráfico no contexto brasileiro, reforça as rotas internacionais do tráfico.

Segundo a referida cartilha, Suriname e Brasil configuram-se como países de origem, trânsito e destino de mulheres, enquanto a Holanda é marcadamente um país destino de mulheres. Na maioria dos casos, o destino das traficadas (mulheres e adolescentes) é um país europeu. Há, porém, um importante número de rotas para países da América do Sul, sobretudo Guiana Francesa e Suriname.

#### *O tráfico de mulheres associado ao trabalho sexual em pesquisas acadêmicas selecionadas*

Em relação à pesquisa acadêmica, apesar de ter havido nos últimos anos, no Brasil, um maior interesse pela temática, o número de teses e dissertações ainda é reduzido, restringindo-se a descrição do fenômeno bem como dos marcos legais sobre o tráfico de pessoas a nível nacional e internacional. Nesta perspectiva destaca-se o estudo realizado por Verônica Teresi (2007), que tem como título “A cooperação internacional para o enfrentamento ao tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual: o caso Brasil-Espanha”. A dissertação, que trata da análise da cooperação entre diferentes países para o enfrentamento do tráfico feminino brasileiro destinado à exploração sexual, em linhas gerais analisa a legislação espanhola e brasileira sobre o crime de tráfico de mulheres e as respectivas políticas de enfrentamento. Apesar de ser uma das poucas dissertações que teve a parte empírica do trabalho situada num país destino da rota internacional de tráfico de mulheres, onde foram realizadas inúmeras entrevistas com mulheres brasileiras no contexto espanhol, estas são pouco utilizadas no desenvolvimento de trabalho.

Outra investigação que se articula com o objeto do meu estudo é o de Andréia da Silva Costa, intitulado “O tráfico de mulheres: o caso do tráfico interno de mulheres para fins de exploração sexual no estado do Ceará” (2008), no qual a autora analisa o tráfico sob quatro perspectivas: 1) o tráfico no mundo e questões conceituais, abordando aspectos gerais; 2) no âmbito nacional, onde faz a análise da história da nação brasileira para se chegar a conclusão de que o tráfico é muito antigo no contexto brasileiro; 3) no âmbito

estadual, em que a priorizou a análise dos dados sociais do Ceará, bem como a questão do turismo sexual e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, fatores fomentadores do tráfico humano no estado; e, ainda, 4) na perspectiva do tráfico interno, traçou o perfil das vítimas e considerou alguns casos concretos ocorridos no estado, nos quais a autora analisa as singularidades do tráfico humano local, a fim de melhor ilustrar a narrativa da pesquisa, o que constituiu o ponto alto do seu trabalho.

Entre os diversos estudos considerados, importa ressaltar a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Sociais, intitulada “Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual” (Santos *et al.*, 2008b). Considerando a peculiaridade de ser um fenómeno transnacional e global, o referido estudo abrange informações sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e sua ligação com a organização e prática da prostituição no país.

Com efeito, as conclusões deste estudo são porventura aquelas que considero mais importantes e necessárias para o desenvolvimento do trabalho que me propus a realizar. Entre estas destaca-se a complexidade que envolve o fenómeno do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, devido à sua natureza clandestina e dificuldade conceitual, que dificultam sua análise e consequente enfrentamento, bem como uma grande disparidade de números referentes ao fenómeno. Acresce-se que, embora as práticas do tráfico não sejam centrais nos mercados globais, elas são reflexo do sistema mundo atual fomentado pela desigualdade Norte-Sul. Tal como afirmam Santos *et al.*, “são hoje abissais as desigualdades entre Norte e Sul que promovem lógicas clandestinas em que o tráfico de pessoas ressalta” (2008b, p. 329).

Apesar dos fatores económicos serem centrais para a motivação do tráfico de pessoas, as questões culturais não podem ser deixadas de lado, assim como as legislações nacionais anti-imigração dos países do Norte global.

É válido ressaltar também no contexto português, a publicação do livro *Vidas na Raia – prostituição feminina em regiões de fronteira* (2007), obra esta fruto do trabalho de um grupo de investigadores da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Universidade da Beira Interior e da Universidade do Minho, e coordenado por Manuela Ribeiro. O livro trata o fenómeno prostitucional, com especial enfoque no trabalho de campo nas regiões de fronteira, e em especial na região transfronteiriça entre o Norte de Portugal e Galiza-Castela-Leão procurando conhecê-lo e estudá-lo, quer nas casas de

alterne, quer ao longo das estradas nas zonas fronteiriças do Norte de Portugal e Espanha. Para além, de procurar explicar o referido fenómeno e as causas da sua emergência, possíveis ligações com o tráfico de mulheres e as formas de organização criminosas que beneficiam da imigração ilegal para sua proliferação, este estudo iniciou uma discussão em torno da legalização do trabalho sexual.

Blanchette e Silva (2011, p. 80) afirmam que a luta contra o tráfico de pessoas está pautada por moralismo, endossado por números “francamente inventados” e declarações apocalípticas sem base epistemológica alguma e, tal como os que colocam este crime como o terceiro no *ranking* de crimes mais vantajosos economicamente a nível internacional, isso vem contribuindo para a solidificação da imagem da experiência “típica” da mulher brasileira traficada. Os autores comungam da ideia de John Frederick de que “a mitologia do tráfico é fabricada através de preconceitos, presunções, poucos dados sólidos e as necessidades de agendas políticas dos grupos de luta antitráfico” (Blanchette & Silva, 2011, p. 81).

Muitos autores baseiam-se numa suposta pretensão de proteger as mulheres, uma vez que estas são vistas sempre como vítimas e conseqüentemente vulneráveis. Tal ideia contribui para colocar as mulheres numa condição de subalternização, a partir do momento em que não leva em consideração a sua capacidade de agência (Doezema, 2000; Kempadoo, 1998). Nesse contexto, há a necessidade de “aprimoramento” do conceito, o que se entende por tráfico de mulheres, alheio de questões morais, só assim será possível um debate eficaz (Sousa Santos *et al.*, 2008b).

Tomando por referência a (re)emergência contemporânea dos debates sobre tráfico de pessoas no cenário internacional, pode-se dizer que as discussões acerca do tema voltaram a ganhar força e destaque durante a década de 1990, através da realização de distintas conferências e encontros. Estes diferentes eventos ajudaram a mobilizar governos e representantes de diferentes países em torno do tema do tráfico de pessoas, o que não se deu sem tensões ou divergências ideológicas.

No campo da investigação sobre o tema, é inegável o avanço que se tem observado, em termos de conhecimento mais vasto e sistematizado sobre o tráfico de pessoas, em particular de mulheres para fins de trabalho sexual. Entretanto, trata-se de um tema que ainda carece de ser explorado para além de questões da moralidade, de forma a permitir a emergência de outras leituras da mulher traficada para além de vítima

das redes internacionais de violação de direitos. Para tal, saliento a mais-valia de estudos qualitativos que abram espaço de auscultação dos sujeitos, das mulheres, sobre as suas vivências de migração – ou tráfico humano, se for o caso. Apenas por essa via se encontra a possibilidade de descortinar narrativas que extrapolam pré-categorias cristalizadas que a teoria ou a investigação já possuem para descrever a experiência da migração e do tráfico de pessoas.

É, pois, a partir dessa postura metodológica que este estudo se constrói, tal como descrevo no capítulo a seguir.





## CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

*A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.*

Paulo Freire (1996, p. 25)

### Introdução

Neste capítulo procuro relatar como se deu o percurso metodológico deste trabalho. Antes de introduzir as questões da metodologia, irei expor minhas considerações acerca das questões de investigação, hipóteses e objetivos deste trabalho. Em seguida, apresentarei as fases da pesquisa, local de realização do estudo, público do estudo. Após esse momento, darei enfoque aos fundamentos metodológicos da pesquisa, mais precisamente a o paradigma qualitativo e, nesse âmbito, sobre a análise de conteúdo e a análise de conteúdo temática. Posteriormente discorrerei sobre as técnicas de recolha de dados, dando ênfase a amostragem *snowball* – técnica fundamental para a realização deste trabalho, uma vez que viabilizou uma aproximação às mulheres brasileiras, face a inúmeras dificuldades, quer pela aproximação, quer pela resistência de muitas mulheres em relatar suas histórias. Nesse momento também exporei minha motivação para a realização desta pesquisa. Num segundo momento tecerei algumas considerações sobre a recolha documental. Posteriormente, apresentarei as técnicas de análise de dados, a análise temática e as histórias que ainda não encontraram contexto para ser contadas (por acreditar ser fundamental para entender o “silenciamento” das mulheres entrevistadas em relação a determinadas questões). Após expor as lentes usadas para a interpretação dos resultados, finalizarei com a autorreflexividade.

Para a construção deste capítulo reporte-me a diversos autores, particularmente Bogdan e Biklen (1994), Helena Araújo (2000), Laura Fonseca (2009), Rosália Duarte (2002), Laurence Bardin (2008), Maria Cecília Minayo (2006), Augusto Triviños (1995), Beatriz Padilla e Thais França (2015), entre outros.

## 1 – A motivação para a realização deste estudo

O interesse por este projeto de investigação é reflexo da minha trajetória de vida, em especial de momentos vivenciados na minha adolescência quando morei num bairro da periferia de Belém, capital do estado do Pará, situado na região amazônica do Brasil. Em 1990, então com 14 anos, minha família mudou-se para uma área de ocupação, situada no entorno da capital paraense, e deparei-me com uma realidade alarmante – a emigração de jovens para os países fronteiriços da Amazônia, em especial o Suriname e a Guiana, para fins de trabalho sexual. Tratava-se de jovens, na faixa etária de 18 a 22 anos, muitas eram minhas amigas ou colegas de escola, sendo uma constante entre elas o fato de serem já mães, serem provenientes de famílias numerosas, com alto grau de dificuldade de subsistência.

As que se adaptavam e viam naquela alternativa uma forma viável e rentável de subsistência, permaneciam emigradas e mandavam o dinheiro para as famílias. As que não se adaptavam, faziam rapidamente o percurso de volta.

Existiam, também aquelas que queriam ir além, para as quais o objetivo maior era atravessar o oceano em direção ao velho continente, mais especificamente a países como a Holanda, Portugal e Espanha. Esse objetivo tornava-se motivo de brincadeiras, ou comentários maldosos por parte de alguns moradores, que diziam coisas do gênero: *“elas precisam encarar os negões do Suriname, primeiro”, “Vão fazer estágio no garimpo”*, entre outros comentários.

Tal situação me intrigava bastante, percebia que aquele movimento não tinha nada de engraçado e, sim, tinha uma dramaticidade difícil de ser mensurada. Dessa forma, questionava-me: o que fazia com que essas moças se sujeitassem a esse tipo de prática? Quais seriam as consequências da prostituição na vida dessas jovens? Quais os riscos a que elas estão expostas?

No plano nacional e internacional, a região amazônica assumiu centralidade dos debates midiáticos e acadêmicos sobretudo a partir da década de 1980, quando o grande apelo à questão ecológica passou a ser visível em todo o mundo. A esse respeito, Dimenstein (1992, p. 10) chegou a teorizar que “[...] a região amazônica está na moda mais pelas suas florestas devastadas, do que pelos seres humanos devastados. O fervor ecológico fez com que o mundo conhecesse melhor os espécimes animais e vegetais do

que os humanos”. O autor continua, afirmando que um forte contraponto a essa tendência estava na *menina prostituída*<sup>10</sup>.

Na base dessa leitura vivencial e, posteriormente, teórica, o interesse pelo tema do trabalho sexual associado a movimentos migratórios para centros de produção de riqueza foi-se solidificando ao longo do tempo. Mesmo depois de me mudar de estado, nunca deixei de refletir sobre esse movimento, e meu desejo de estudar tal problemática se intensificou a partir do momento em que comecei a frequentar a universidade<sup>11</sup> e, posteriormente, ao começar a trabalhar numa organização não-governamental de defesa de direitos humanos.

Com previsão de viajar para Portugal em 2007, passei a conversar com várias pessoas sobre este movimento e realizei várias pesquisas com o intuito de obter mais informações sobre o país. Deparei-me com muitos relatos sobre a prostituição de brasileiras nas principais cidades portuguesas, em especial: Lisboa, Faro, Bragança e Porto. Em 2007, parti para Portugal pensando em como viabilizar contatos ou mesmo ter mais informações sobre o trabalho sexual de mulheres neste país.

A minha vinda para Portugal foi com o objetivo de fazer um Mestrado, minha primeira opção era o CES, mas justamente nesse ano este centro deixou de oferecer Mestrados. Então fui para a FPCEUP<sup>12</sup>, onde fui aceita para o Mestrado em Ciências da Educação, na especialidade Proteção Social. Mas o “sonho” de estudar no CES foi somente adiado e foi concretizado alguns anos depois. Durante o Mestrado tive a possibilidade de trabalhar com mulheres imigrantes e defendi em 2009 uma dissertação intitulada “Perfis Educacionais e de Imigração de mulheres brasileiras para fins de prostituição em Portugal”. Trabalhei com o Método Biográfico (Ferroti, 1983), realizei diversas conversas informais com mulheres brasileiras trabalhadoras do sexo em Portugal, mas apenas duas se disponibilizaram a conversar comigo com o auxílio do gravador. Também para a realização

---

<sup>10</sup> O trabalho sexual se dissemina nessa região devido a diversos fatores, principalmente a um número considerável de garimpos existentes na região, que são locais de frequentes denúncias relacionadas à existência de tráfico de meninas para trabalhar em prostíbulos, como tal são conhecidos os locais de exploração do comércio do sexo.

Sendo o garimpo uma atividade sobretudo masculina, nas regiões onde há essa atividade verifica-se uma grande concentração de homens. Nesse contexto, o trabalho sexual feminino agrega-se a outros serviços desenvolvidos à volta da mineração.

<sup>11</sup> No meu trabalho de conclusão de curso abordei a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

<sup>12</sup> Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

desse trabalho, visitei várias casas de alterne na zona metropolitana do Porto e de Matosinhos. A seguir reporto um pequeno excerto do meu diário de campo daquela altura.

*“Tudo começou numa madrugada fria no Porto, em Fevereiro de 2009 – como não poderia deixar de ser, meados de Fevereiro, uma quarta-feira, apanhamos o metro na Trindade em direção a Matosinhos. Maria fazia esse percurso de terça a domingo, há mais de um ano, vendendo lanches em bares próximos ao mercado de Matosinhos. Estava ansiosa e também com um certo receio, receio de não ser bem recebida, mas Maria me tranquilizou «Não te preocupa, vais estar comigo, ninguém vai mexer com você», o que realmente veio a se confirmar mais tarde.*

*A nossa intenção era estabelecer uma aproximação com brasileiras que trabalhavam nas casas de alterne a fim de ganhar uma certa confiança e poder, assim, propô-las a realização da pesquisa. Maria já havia relatado que havia algumas, mas nada comparado há alguns anos. Disse isso com base em relatos que ouvira das mulheres que estavam ali há mais tempo. No intervalo de 1 hora entramos em 10 casas de alterne, aparentemente bares comuns, algumas com alguns sofás, música, um balcão. Nada muito diferente em relação aos outros bares, com algumas exceções; «Tu viste aquela portinha, que ficava do lado esquerdo do balcão? É ali o quatinho onde são feitos os programas», dizia Maria.*

*Mas o ambiente mais marcante foi a primeira casa de alterne em que entramos, também por ser a primeira, mas principalmente pelo perfil das mulheres que estavam lá: senhoras na faixa etária de 50 anos em um ambiente com aspeto de abandono. Havia meia dúzia de mulheres e nenhum cliente. Nas demais, percebia-se uma maior diversidade de faixas etárias. «Numa casa como essa, as mulheres normalmente só ganham 5 euros por noite, acho que muitas continuam vindo, mais pela companhia que têm aqui, não pela alterna em si», dizia Maria.*

*Nos demais bares, mulheres mais jovens, alguns clientes, mas poucos. «A crise está grande, afeta até as meninas».*

*Porém, o objetivo que nos levou até ali era encontrar mulheres brasileiras, e foi inesperado encontrarmos somente duas. Maria já havia advertido que havia poucas, pois devido à ação do SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras], os proprietários estavam evitando contratar imigrantes, estavam preferindo as nacionais. E, mesmo essas duas mulheres brasileiras, de aspeto bastante jovem, já não foram mais encontradas nas demais visitas que realizamos. (NC. 18.02.09)”.*

Porém, o que realmente gostava de pesquisar era sobre as mulheres paraenses que imigraram para a Holanda e que eventualmente caíram em redes de tráfico, o que foi

possível com a entrada no Programa Doutoral em Pós-colonialismos e Cidadania Global e do qual esta tese é fruto.

## **2 – Questões de Investigação, Objetivos e Hipóteses**

### *Objetivos*

O objetivo central deste estudo é a produção de conhecimento sobre a migração de mulheres na rota Brasil-Suriname-Holanda e, a partir das falas das pessoas envolvidas, conhecer e compreender: a realidade vivenciada pelas mulheres antes, durante e depois do processo migratório; as relações sociais travadas nesse processo; as motivações para nele se alinharem; experiências de violação de direitos; e suas perspectivas de futuro.

A partir do que foi destacado anteriormente, foram definidos os seguintes objetivos específicos de investigação:

- Compreender os contextos socioeconómicos e culturais das mulheres brasileiras imigrantes no Suriname e na Holanda;
- Identificar os fatores que contribuem para mulheres brasileiras emigram, ainda que em regime de precariedade, para a Europa;
- Identificar e caracterizar as atividades que estas mulheres desempenham nos países de origem e de destino, enquadrando tais atividades no projeto de vida que traçaram para si;
- Conhecer as perspectivas de futuro pessoais e profissionais destas mulheres, compreendendo de que forma o fato de estarem inseridas no trabalho sexual – se for o caso – influi nesta projeção.

Este estudo foi desenvolvido em duas fases visando uma visão complementar do fenómeno da migração de mulheres.

A primeira fase da investigação constou de uma revisão da literatura, etapa primordial, visto que me permitiu aprofundar em algumas questões que as leituras feitas até então apontam como relevantes. Também realizei uma análise documental de materiais (Tratados, Convenções, Planos, entre outros documentos relevantes a nível internacional e nacional) que tratam de questões relacionadas com a migração e o tráfico de pessoas.

A segunda fase, durante a qual foi realizado o trabalho de campo, incluiu duas subetapas complementares. Uma primeira fase, preparatória, foi realizada em Belém do Pará, Brasil. Neste primeiro momento, foi fundamental o apoio da Sociedade de defesa dos direitos sexuais na Amazônia (Sodireitos), que atua na produção e disseminação de conhecimento; no fomento de políticas públicas de promoção e defesa dos direitos sexuais e de enfrentamento ao tráfico de pessoas, no incentivo a práticas educativas de reconhecimento e valorização dos direitos sexuais e a instrumentalização de atores do sistema de justiça e segurança e de proteção, focando o tema do tráfico de seres humanos. A Sodireitos orienta, apoia e atua junto de pessoas que se encontram em situações de tráfico de pessoas ou outras violações de direitos humanos no âmbito da migração.

O segundo momento da pesquisa de campo teve lugar na Holanda, mais precisamente Den Haag, Eschende, Hengelo e Utrecht e Maastricht, cidades de grande concentração de mulheres brasileiras, e na Bélgica<sup>13</sup>, onde foram realizadas entrevistas em profundidade com algumas delas. A opção por este país deu-se pelo fato de ser o destino final de muitas rotas internacionais de tráfico de mulheres, e mais precisamente destino de muitas mulheres amazônicas (Leal & Leal, 2003).

Nesse país, contei com o apoio da Casa Brasil Holanda (CBH), uma fundação formada por pessoas voluntárias, sem fins lucrativos, criada em 1997, com a qual também colaborei (vide Anexo 3 – Carta-convite da CBH). Além de fornecer apoio e prestar esclarecimentos a imigrantes brasileiros/as, a CBH também assiste, orienta, informa e encaminha aos meios competentes na Holanda, cidadãos/ãs brasileiros/as residentes (legais ou ilegais) ou que estejam temporariamente no país, para garantir que tenham um bem-estar digno e saudável. Entre as suas competências inclui-se o apoio prestado a mulheres vítimas de violência e traficadas.

Este segundo momento do estudo foi realizado em várias cidades localizadas em 3 países: Brasil e Holanda e Bélgica.

A Holanda, ou Países Baixos (em neerlandês: *Nederland*), está localizada na Europa Ocidental que constitui a maior parte do Reino dos Países Baixos. É uma monarquia constitucional democrática parlamentar. Os Países Baixos são banhados pelo Mar do Norte

---

<sup>13</sup> Duas entrevistas foram realizadas na Bélgica, devido à proximidade e principalmente à indicação de algumas mulheres, possibilitada com a amostragem bola de neve.

ao norte e a oeste, e fazem fronteira com a Bélgica ao sul e com a Alemanha a leste. A capital é Amsterdam e a sede do governo é Haia.

No que diz respeito a migração brasileira para a Holanda, essa não foge à realidade mundial, ou seja, tem um perfil ligeiramente feminino<sup>14</sup>.

No que concerne à Bélgica, este país também localizado a Oeste da Europa, faz fronteira com os Países Baixos, Luxemburgo, França e Alemanha. Tem como capital e principal cidade Bruxelas, cidade considerada umas das mais cosmopolitas da Europa devido ao seu grande número e variedade de estrangeiros<sup>15</sup>. Uma possível explicação para a grande diversidade étnica encontrada nessa região pode estar no facto de ser o centro político e administrativo da União Europeia.

Apesar de a Bélgica não ter sido um país pensado *a priori*, foi fundamental para se compreender a singularidade nas histórias de mulheres provenientes do Norte do Brasil para a Holanda, uma vez que, não raro, muitas atravessam a fronteira holandesa em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho nesse país.

O Brasil, por sua vez, é delimitado pelo oceano Atlântico a leste, com um litoral de 7 491 km. É limitado a norte pela Venezuela, Guiana, Suriname e pelo departamento ultramarino francês da Guiana Francesa; a noroeste pela Colômbia; a oeste pela Bolívia e Peru; a sudoeste pela Argentina e Paraguai e ao sul pelo Uruguai. Vários arquipélagos formam parte do território brasileiro, como Fernando de Noronha (o único destes habitado), Atol das Rocas, Arquipélago de São Pedro e São Paulo e Trindade e Martim Vaz. O país faz fronteira com todos os outros países sul-americanos, exceto Equador e Chile. A sua constituição atual, formulada em 1988, define o Brasil como uma república federativa presidencialista formada pela união do Distrito Federal, dos 26 estados e dos 5 570 municípios.

No que concerne ao público do estudo, importa referir que se tratou de dois públicos distintos:

---

<sup>14</sup> De acordo com estatísticas da Eurostat, tratadas pelo European Institute for Gender Equality (EIGE), no ano de 2013 as mulheres correspondiam a 54% dos brasileiros que, naquele ano, tinham estabelecido residência na Holanda. No entanto, no prospeto geral, as mulheres estrangeiras correspondiam a 49% das residências estabelecidas no país.

(Fonte: [http://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/indicator/ta\\_popdem\\_migr\\_inflo\\_\\_migr\\_imm5prv/datatable](http://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/indicator/ta_popdem_migr_inflo__migr_imm5prv/datatable))

<sup>15</sup> De acordo com o Institut Bruxellois de Statistique et d'Analyse ([http://statistics.brussels/files/figures/1.3\\_population\\_nationalities.xls](http://statistics.brussels/files/figures/1.3_population_nationalities.xls))

- Mulheres brasileiras imigrantes na Holanda.
- Os(As)Técnicos(as) e ativistas de organizações de Direitos Humanos no Brasil e na Holanda.

Em relação ao primeiro público, que nesta tese assume interesse central, o mesmo foi constituído por 11 pessoas, mulheres que voluntariamente aceitaram participar nas entrevistas individuais. O segundo grupo, por sua vez, constituiu-se de seis pessoas, quatro do sexo feminino e duas do sexo masculino.

Vale salientar que os aspetos éticos dessa investigação foram plenamente assegurados, uma vez que em relação aos participantes foi-lhes garantido total anonimato e confidencialidade no início de cada entrevista, de modo a não lhes trazer qualquer tipo de prejuízo pessoal. Deste modo, não houve a intenção de identificá-los, a menos que assim o desejassem – o que, entretanto, não ocorreu. Dessa forma, com o intuito de garantir o anonimato das pessoas entrevistadas - em especial o das mulheres do primeiro público, e uma vez que o uso de nomes próprios poderia causar algum desconforto, na falta de recurso que julgasse melhor para denominá-los, optei por atribuir códigos alfanuméricos aos participantes deste estudo. Para as Mulheres brasileiras migrantes, adotei a designação genérica M acompanhada de um número de 1 a 11. Os(as) técnicos(as) e ativistas, por sua vez, são identificados pela letra A acompanhada de um número de 1 a 6.

### *Hipóteses*

Este estudo apresenta três hipóteses principais de trabalho. Em primeiro lugar, a mulher imigrante assume um *status* singular, e muitas vezes precário, no contexto dos estudos das migrações internacionais, consequência da lacuna nas investigações referentes a migração feminina, que pouco ou nada levam em conta uma perspectiva de género no contexto das relações pós-coloniais.

Este estatuto de precariedade assumido pela mulher nos estudos sobre migração internacional tem implicações na realidade das mulheres traficadas, nomeadamente nos processos de agência, reconhecimento e resistência. São necessários, portanto, estudos que deem conta dos percursos de vida dessas mulheres nos países de origem, intermediários e de destino.

Uma outra hipótese diz respeito ao estatuto atribuído à mulher traficada. Os estudos identificados tendem a retratar a mulher traficada como vítima. É inegável a



existência de mulheres que são vítimas de coerção, de violência física, psicológica e simbólica no contexto das redes de tráfico internacional de pessoas. Contudo, questiono: será que essa realidade de violência abarca todas as situações ou todos os momentos da rota? Pretendo, assim, com este trabalho, questionar o estatuto de vítima das mulheres que eventualmente caem em redes de tráfico humano.

Apesar de algumas mulheres saírem dos países de origem tendo conhecimento de que vão prestar serviços sexuais, tomando a decisão consciente de serem trabalhadoras sexuais fora do seu país de origem, muitas vezes desconhecem as condições exatas em que esses serviços serão prestados. Nestes casos, analisamos, contudo, que há uma reconversão dessas mulheres para uma condição de vítima.

A terceira hipótese é a de que a decisão de migrar pode ser uma decisão individual, de ascensão social, mas que é marcada por outras escolhas e projetos, por exemplo, projetos de cunho afetivo, como a possibilidade de um casamento com um europeu, que trará estabilidade emocional e socioeconômica; possibilidade que pode se fazer presente no imaginário de mulheres brasileiras. Por outro lado, a imagem dicotômica historicamente construída pelo europeu em relação à mulher latina, associando-a a uma liberalização sexual e uma subserviência intrínseca, são situações que também podem contribuir para que esses enlaces ocorram, levando a acreditar que o mito do “bom selvagem” continua ditando relações entre “colonizador” e “colonizado”.

### **3 – Fundamentos metodológicos do percurso**

#### *Algumas considerações acerca do Paradigma Qualitativo*

Esta investigação está inserida no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, no campo da sociologia e no interior de metodologias qualitativas.

Do ponto de vista da compreensão das temáticas ora priorizadas neste trabalho, fiz uma opção pelos pressupostos de natureza qualitativa e interpretativa. Apresenta, por isso, uma ecologia que lhe é própria, sendo rica em pormenores descritivos e orientada para a compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos no estudo (Bogdan & Biklen, 1994).

Partindo de Bogdan e Biklen (1994), pode afirmar-se que esta investigação herda características fundamentais dos estudos qualitativos: (a) o ambiente natural como fonte direta de dados; (b) a investigadora como o principal instrumento de coleta de dados; (c)

os dados privilegiados são predominantemente descritivos; (d) uma maior relevância dada ao processo do que ao produto; e (d) o significado que as pessoas atribuem às coisas e à sua vida como focos de atenção especial para a investigação.

De um modo geral, as pesquisas de caráter qualitativo demandam a realização de entrevistas, quase sempre longas e pouco estruturadas. Nessas situações, como argumenta Rosália Duarte (2002), a clareza de critérios segundo os quais são selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo essencial, “pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado” (p. 119).

A autora enfatiza também que numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que vêm compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser estabelecido *a priori*: tudo depende da qualidade das informações recebidas em cada depoimento/encontro, bem como a profundidade, e do grau de recorrência e divergência destas informações. “Enquanto estiverem aparecendo ‘dados’ originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas” (Duarte, 2002, p. 119).

A referida autora relata também que as formas de coletar, transcrever e, conseqüentemente, interpretar relatos orais têm sido objeto de sérias críticas por parte da sociologia, no que diz respeito à chamada “garantia de confiabilidade”. Entretanto, para a mesma, muitos estudos vêm demonstrando a viabilidade de se estabelecer critérios rigorosos para a sua avaliação, e procedem a interpretações e conclusões baseadas nesse procedimento de investigação. Por acreditarmos em tal premissa, fizemos a opção pelo paradigma qualitativo, elegendo como técnica principal para o levantamento de dados a amostragem “bola de neve”, a entrevista como principal técnica de registro de dados e a análise de conteúdo como forma de sistematização dos mesmos. Trata-se de escolhas sobre as quais faremos algumas considerações mais adiante.

#### **4 – Técnicas de recolha de dados**

A realização da parte empírica deste estudo contou com a mobilização de uma rede de pessoas, no sentido de encontrar participantes dispostos a conceder entrevistas, a principal técnica de recolha de dados utilizada. Para a identificação de informantes, em particular de mulheres do público de interesse central – brasileiras, paraenses, imigrantes

na Holanda, preferencialmente com histórico de passagem pelo Suriname –, adotamos a técnica de Snowball ou “Bola de Neve”, como a seguir descrevo. No que diz respeito ao segundo público, constituído por técnicos(as) e ativistas, a seleção de informantes ocorreu de forma não sistemática, por conveniência e oportunidade.

Importa referir que todos os procedimentos foram registados em um diário de campo, que também suportou a guarda de informações que foram sendo facultadas pelas inúmeras pessoas contactadas através deste estudo.

#### **4.1 Amostragem Snowball ou “Bola de Neve” na identificação das informantes centrais**

A metodologia *snowball* ou “Bola de Neve” é utilizada como ferramenta para pesquisa em ciências sociais (Biernacki & Waldorf, 1981). Técnica também conhecida como “amostragem em Bola de Neve”, simplesmente “Bola de Neve” ou, ainda, como “cadeia de informantes” (Penrod *et al.*, 2003).

Essa técnica é uma possibilidade de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais, na qual os primeiros intervenientes de um estudo indicam novos intervenientes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto pelo estudo. Os primeiros participantes contactados na aplicação da pesquisa são as “sementes”, que devem ter conhecimento da sua localidade, do fenómeno em estudo ou das pessoas que vivem na comunidade. Esse mesmo indivíduo indicará outras pessoas de seu relacionamento e/ou de seu conhecimento para que também participem da amostra, esses são os “filhos” das “sementes”.

De acordo com orientações de Biernacki e Waldorf (1981) e Penrod *et al.* (2003), para que se tenha uma amostra considerável, deve-se selecionar um número inicial de pessoas, que, preferencialmente, devem exercer certa liderança no espaço a ser estudado, conhecer muitos membros da localidade e que esses sejam de diversificados ramos de formação e atuação. Levando isso em consideração, tive a preocupação em entrevistar primeiramente ativistas, líderes comunitários, principalmente no contexto holandês, que além de terem uma visão ampla sobre a imigração de mulheres brasileiras e sobre a realidade do tráfico de pessoas, conheciam um número considerável de mulheres, uma vez que exerciam uma atividade de destaque dentro das comunidades nas quais se encontravam inseridos.

A viabilidade dessa técnica metodológica de pesquisa é salientada por Elizabeth Albuquerque (2009a). A autora reforça que, devido à sua estratégia de recrutamento, a “Bola de Neve” é considerada não probabilística, tendo em vista que não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na amostra. Para Albuquerque (2009a), uma vantagem dos métodos que utilizam cadeias de referência é que em redes sociais complexas, como uma população oculta, por exemplo, é mais fácil um membro da população conhecer outro membro do que os pesquisadores identificarem os mesmos, o que se constitui em fator de relevância para as investigações que pretendem se aproximar de situações sociais específicas.

Segundo Sanchez e Nappo (2002), que utilizaram o método para identificar usuários de drogas, a escolha de sujeitos por meio da amostragem bola de neve, a partir dos informantes chave, permite que os pesquisadores aproximem-se da população investigada além de fornecer subsídios para a elaboração dos instrumentos de pesquisa que futuramente possam ser incorporados à investigação, como questionários, por exemplo. Outra característica da estratégia, mencionada por Sanchez e Nappo (2002) é o fato de que por meio das cadeias de informantes pode-se assegurar maior heterogeneidade entre as cadeias investigadas, pois se pode chegar a pessoas pertencentes a diversos grupos, que vivem em regiões diferentes da cidade, e que não estabeleçam contatos de amizade ou parentesco, mas que atendam aos critérios de seleção de interesse dos pesquisadores. A técnica permite, ainda, a possibilidade de integrar à amostra perfis diferentes de sujeitos, tanto do ponto de vista económico e social, quanto do ponto de vista relacionado com as atividades por eles praticadas.

A heterogeneidade foi evidente no universo das pessoas contactadas neste estudo, tanto no contexto holandês, uma vez que percorri o país inteiro, bem como além-fronteiras, uma vez que cheguei à Bélgica em busca de um contato "seguro", o que se demonstrou muito enriquecedor. Isso só foi possível com a utilização da referida metodologia, adotando como critérios de para a constituição da amostra os seguintes: ser mulher (cis ou trans) de nacionalidade brasileira, preferencialmente proveniente do estado do Pará, se encontrar a viver na Holanda e ter, no seu histórico migratório, passagem(ns) pelo Suriname. Ainda em relação às mais-valias da técnica de amostragem por Bola de Neve, Padilla *et al.* (2015, p. 15) defendem que a mesma:

é particularmente adequada à obtenção de amostras quando não existe nenhuma lista com base na qual seja possível elaborar uma amostra representativa e quando os indivíduos a inquirir constituem um grupo minoritário ou furtivo no seio da população total.

Precisamente sendo este o nosso caso, a amostragem em Bola de Neve nos permitiu identificar e localizar mulheres brasileiras no universo populacional holandês face à impossibilidade de se identificar a população de todas as mulheres que potencialmente comporiam o público-alvo deste estudo.

Autores como Huisman e van Duijn (2013) e Rodrigues e Mustaro (2013) enfatizam que a técnica “Bola de Neve” apresenta vantagens, mas também desvantagens. Nesse mesmo entendimento, Albuquerque (2009a, p. 22) destaca, que “[...] uma limitação [da técnica] se refere ao fato de que as pessoas acessadas pelo método são aquelas mais ‘visíveis’ na população”. Os autores destacam, ainda, que pesquisas dessa modalidade devem se valer de amostragens intencionais, ou seja, aquelas que consideram como sujeitos da pesquisa os casos que detenham muitas informações sobre o tema em investigação. Entretanto, a amostragem intencional, por seu turno, tem a desvantagem de abrir uma maior possibilidade de se alcançarem resultados tendenciosos, uma vez que o pesquisador tem mais poder de escolha dos informantes, podendo haver a seleção, consciente ou não, daqueles que potencialmente confirmem as suas hipóteses em estudo. Sendo assim, tendo em vista a intenção de reduzir “bias” nas interpretações da presente investigação, adotei a amostragem em Bola de Neve assumindo as imprevisibilidades que a mesma comporta como uma mais-valia para este estudo, que se coloca desde a sua base, aberto à diversidade de dados que possam advir dos informantes identificados.

#### **4.2 Entrevista em profundidade**

Sendo a entrevista uma técnica de inquirição com características inerentes, irei explicar que tipo de entrevista utilizei e com que finalidade, no sentido de tornar clara a utilização da informação obtida na análise dos dados. Sendo as entrevistas um conjunto de discursos individuais a serem interpretados e analisados de acordo com determinados fins, estes podem ser obtidos através de três tipos diferentes de postura: Não-diretiva (ou “livre”), Semi-diretiva e Estruturada (diretiva ou “fechada”). A entrevista Não-diretiva caracteriza-se mais como uma conversa, que beira o informal, a partir da qual são extraídos dados de investigação de forma não sistemática. No outro oposto está a entrevista

estruturada, que se caracteriza como uma conversa pautada por temas pré-selecionados pelo investigador e cujas respostas, normalmente, são dadas a partir de formulários fechados onde se preveem alternativas de resposta.

De acordo com Triviños (1995, p. 148), a entrevista semiestruturada é

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências, vai desenvolvendo o seu discurso dentro do foco principal colocado pelo investigador.

Sendo assim, para além da leitura de bibliografia sobre o tema de investigação, que nos ajudou a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida, sentimos necessidade de recorrer à técnica da entrevista, mais especificamente da entrevista semi-diretiva para percebermos aspetos que nos permitissem aprofundar conhecimentos de forma a reorganizarmos a investigação em função da realidade vivenciadas pelas mulheres no processo migratório.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 134), “[...] uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas [...] dirigida por uma das pessoas com o objetivo de obter informações sobre a outra”. Na linha desses autores, a entrevista semiestruturada nos permite, apesar da orientação por um roteiro, dar ao entrevistado a liberdade para desenvolver o seu discurso na direção que considere mais adequada, podendo explorar, até de forma mais flexível e aprofundada, os aspectos que julgue mais relevantes.

Optei, nesse sentido, pela entrevista semi-diretiva ou semiestruturada, por acreditar ser a mais adequada para a finalidade do estudo e, ao mesmo tempo, também deixar os informantes livres para falar nas mais variadas dimensões de suas vidas. Pela experiência proporcionada neste estudo, tratou-se de uma opção válida e rica, uma vez que permitiu a criação de uma empatia entrevistadora/entrevistado(a) que ultrapassou o objetivo de obtenção de informações, sobretudo no contato com as mulheres destacadas como informantes centrais desta tese. Ainda assim, é de se referir que algumas informações sobre as pessoas entrevistadas foram facultadas em espaços/tempos fora das gravações. Nessas situações, os dados foram registados em diário de campo.

Dessa forma, acredito que, neste trabalho, pude desempenhar um papel primordial para compreender o pensar e sentir das mulheres brasileiras imigrantes na Holanda. Nesse sentido, a utilização da entrevista semi-diretiva possibilitou ouvir as vozes das mulheres e perceber como elas se adequam e reproduzem experiências na estrutura social em que estão inseridas, deixando em evidência as configurações que as mesmas elaboram sobre sua própria experiência e identidade. Além disso, tal como refere Helena Araújo, considero que tornar visíveis as suas experiências e “dar sentido” a essa “experiência vivida, as emoções, e os sentimentos, são de facto áreas importantes numa pesquisa que tem como objectivo articular a estrutura e a acção humana” (Araújo, 2000, p. 276).

No caso dos técnicos(as) e ativistas, as entrevistas deram acesso a narrativas em 3.<sup>a</sup> pessoa sobre as migrações, possibilitando a criação de uma espécie de polifonia nas histórias que contam sobre a vida de mulheres brasileiras que vivenciam a rota Brasil-Suriname-Holanda.

A inserção no campo de pesquisa aconteceu formalmente em Dezembro de 2011, em um encontro com o ativista Marcel Hazeu, em Belém do Pará. O objetivo do encontro foi apresentar, inicialmente, minha intenção de pesquisa e buscar apoio dos ativistas para a aproximação de mulheres, oriundas daquela cidade, que tiveram um histórico de emigração para a Europa, em particular para a Holanda, bem como de mulheres que foram traficadas.

Com relação à atuação no campo de pesquisa, faz-se necessário destacar que, tanto quanto possível, procurei manter o princípio de entrevistar as mulheres nas mais variadas cidades, tanto no país de origem, quanto no de destino. Na Holanda, por exemplo, por meio de informações obtidas junto a associações, antecipava que o contingente de brasileiras era diversificado e disperso. Reconheço, porém, que nem sempre foi possível manter o princípio de diversificação, uma vez que encontrei resistência por parte de algumas mulheres em relatar a sua história, principalmente no que dizia respeito à “motivação” para a (e/)imigração.

Deste modo, no perfil geral das informantes contatadas e que aceitaram participar deste estudo, há um quadro de mulheres oriundas, em sua maioria, de Belém do Pará, uma vez que foram priorizadas por serem o foco desta investigação, casadas, com uma idade média de 41 anos. Mais informações resumidas sobre o perfil das 11 entrevistadas podem

ser consultadas no quadro a seguir, que foi elaborado a partir de informações coletadas nas entrevistas.

Entrevistada	Estado onde nasceu	Idade aproximada (no momento da entrevista)	Ano da emigração	Estado civil
M1	Pará	40	1998	Divorciada
M2	Pará	40	1995	Casada
M3	Bahia	40	Não informado	Casada
M4	Maranhão	45	Não informado	Casada
M5	Pará	47	2000	Divorciada
M6	Maranhão	52	1996	Casada
M7	Pará	37	1997	Casada
M8	Rio Grande do Norte	39	2010	Casada
M9	Maranhão	44	1996	Casada
M10	Maranhão	38	2005	Casada
M11	Pará	38	Não informado	Não informado

**Quadro 1.** Perfil resumido das mulheres entrevistadas  
(fonte: dados das entrevistas e diário de campo)

As entrevistas aos técnicos(as) e ativistas e às mulheres brasileiras migrantes foram realizadas em dois períodos distintos: o primeiro período compreende os meses de Dezembro de 2011, e de Fevereiro, Abril, Maio e Junho de 2012, no Brasil; e o segundo compreende os meses de Março e Maio de 2013, na Holanda (Utrecht, Maastricht, Den Haag, Eschende, Hegelo) e na Bélgica (Bruxelas).

As entrevistas foram efetuadas a partir de um roteiro de temas com perguntas orientadoras, que perpassaram a história, organização e dinâmica familiar; a história da migração nas suas vidas; as relações de gênero; as mudanças que ocorreram no decorrer da migração; as experiências de trabalho; a violência; as relações afetivas; a concepção do bairro e do lugar no exterior. Iniciavam-se as entrevistas com a apresentação do objetivo da pesquisa e o tema central, assegurando que não se usaria em nenhum momento o nome das entrevistadas e as pessoas que elas mencionariam nas entrevistas. Também nesse momento inicial era pedida a autorização para audiogravar as interações verbais geradas a partir do guião de perguntas, autorização essa concedida pela totalidade das pessoas entrevistadas.



A partir da pergunta sobre a origem e a composição da família, as pessoas eram estimuladas a falar e somente quando alguns temas não apareceram nas suas falas. Estes eram introduzidos com uma nova pergunta. Nem sempre, contudo, foi possível seguir integralmente o roteiro de questões previamente elaborado (disponível no Anexo 1). Isso se deu com, pelo menos, três entrevistados/das, que, ou afirmaram dispor de pouco tempo para a realização da entrevista, ou demonstraram previamente não estar abertos/as a abordar temas específicos previstos nas questões. Nesses casos, foram colocadas questões que os/as respondentes encontravam-se à vontade para responder.

O roteiro semiestruturado possibilitou assim uma maior liberdade e confiabilidade no processo, o que foi fundamental para o desenvolvimento da conversa e de um sentido de confiança mútua, principalmente com as mulheres (e/)imigrantes.. A realização das entrevistas teve como base dois roteiros, um elaborado para os(as) técnicos(as) e ativistas e um segundo direcionado para mulheres (e/)imigrantes (Anexos 1 e 2, respetivamente).

Num primeiro momento, por esta investigação levantar temas de abordagem potencialmente sensíveis, antecipava que não seria tarefa fácil a aproximação com mulheres imigrantes na Holanda. Por essa razão, fez-se necessário reservar um certo tempo para que se pudessem “encontrar” sujeitos para esta investigação e para desenvolver algum tipo de relação de confiança, de modo a ter acesso ao ponto de vista de quem vivencia o fenómeno em estudo.

Com efeito, constatei que, de facto, existiram dificuldades de aproximação aos sujeitos dessa pesquisa, apesar de também ser mulher e brasileira, atributos que à partida criariam aproximação com as (e/)imigrantes entrevistadas. Face aos obstáculos, adotei a estratégia de mobilizar a rede social de amigos, bem como técnicos(as) e ativistas brasileiros, na intenção de localizar alguém que conhecesse uma mulher brasileira (e/)imigrante na Holanda. Tal metodologia foi bem-sucedida, uma vez que possibilitou o contacto com 14 mulheres que, num primeiro momento, se disponibilizaram participar nesta investigação. Entretanto, três acabaram por desistir, alegando que seus companheiros não apoiavam a ideia de elas falarem sobre o seu passado e histórico de imigração.

Carlos Nolasco (2015) evoca Sousa Santos *et al.* (2008a), mais precisamente a obra *Vozes do Mundo*, afirmando que a entrevista valoriza um modo não científico

[...] em que através da verbalização da experiência própria se torna possível uma compreensão mais ampla do mundo, permitindo a reinvenção da emancipação social. Através destas metodologias de diálogos de vida, marcada por uma escuta atenta, curiosa e partilhada, torna-se tangível a utopia concreta de superar as formas assépticas de investigação (Lechner, 2009b, p. 45). Já não se trata de acumular conhecimento, ou competências para intervir no mundo, mas conseguir espaços de visibilidade de experiências, de legitimação de testemunhos e reconhecimento de subjetividades. (2015, p. 126).

Comungo da ideia do autor e procurei, neste trabalho, valorizar as subjetividades das mulheres entrevistadas, inclusive e sobretudo na construção de interpretações a partir dos relatos coletados nas entrevistas. No próximo tópico o processo de análise assume a centralidade da discussão aqui apresentada.

## **5 - Apresentação e Interpretação dos resultados: a análise de conteúdo temática**

Todo o conteúdo das entrevistas realizadas foi transcrito integralmente, procurando manter as especificidades do falar dos informantes e utilizando como recurso as descrições contextuais, quando necessárias. Tais informações contextuais foram introduzidas entre parêntesis retos nos textos das transcrições. Após essa tarefa, todo o conteúdo foi alvo de análise temática, tal como desenvolvo neste tópico.

Na visão de Laurence Bardin (2008) a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações. Para atingir mais precisamente os significados manifestos e latentes trazidos pelos sujeitos foi utilizada a análise de conteúdo temática no processamento dos dados obtidos a partir das entrevistas. Segundo Minayo (2006) esta é a forma que melhor atende à investigação qualitativa do material referente a saúde, mas que se encaixa perfeitamente em outras áreas do conhecimento, uma vez que a noção de tema se refere a uma afirmação a respeito de determinado assunto.

Segundo Bardin (2008), tema é a unidade de significação que naturalmente emerge de um texto analisado, respeitando os critérios relativos à teoria que serve de guia para esta leitura. Sendo assim, a análise de conteúdo temática, priorizada neste trabalho, consistiu em descobrir os núcleos de sentido que compunham a comunicação, núcleos esses cuja presença ou frequência adquiriam significado para o objetivo analítico visado.

A análise dividiu-se em três etapas, seguindo orientações da análise de conteúdo clássica (Bardin, 2008): a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A Pré-análise consiste numa fase de organização orientada para operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento da pesquisa (Bardin, 2008). Retomam-se, nesse sentido, as hipóteses e os objetivos iniciais da pesquisa, reformulando-os frente ao material coletado na elaboração de indicadores que orientem a interpretação final (Minayo, 2006). Esta fase se decompõe ainda em três tarefas (Bardin, 2008; Minayo, 2006): leitura flutuante, constituição do *corpus* e reformulação de hipóteses e objetivos. A leitura flutuante consiste em tomar um contato exaustivo com o material para conhecer seu conteúdo (Minayo, 2006). O termo flutuante é uma analogia a atitude do psicanalista, pois pouco a pouco a leitura se torna mais precisa, em função de hipóteses e das teorias que sustentam o material (Bardin, 2008). A constituição do *corpus* consiste na organização do material de forma que se possa responder a algumas normas de validade: exaustividade (todos os aspectos do roteiro contemplados, esgotada a totalidade do texto); representatividade (organização de registros que representassem de forma fidedigna o universo estudado); homogeneidade (organização que obedece com precisão aos temas) e pertinência (conteúdos adequados aos objetivos do trabalho). Na reformulação de hipóteses e objetivos, por sua vez, determinam-se a unidade de registro/significação, os recortes, a forma de categorização, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais que orientarão a análise (Minayo, 2006).

No que concerne à exploração do material, tal tarefa consiste na operação de analisar o texto sistematicamente em função das categorias formadas anteriormente (Bardin, 2008; Minayo, 2006). No tratamento dos resultados, inferência e interpretação, por sua vez, as categorias utilizadas como unidades de análise foram exaustivamente examinadas de maneira a permitir ressaltar as informações obtidas. Após isto são feitas inferências e as interpretações previstas no quadro teórico e/ou sugerindo outras possibilidades teóricas (Bardin, 2008; Minayo, 2006).

Em síntese, a análise de conteúdo temática, na linha seguida por Bardin (2008), é realizada por processos de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógico. Entre os vários tipos de categorização a análise

temática é rápida e eficaz em discursos diretos e simples. Na análise de conteúdo deste estudo, inicialmente, realizei uma leitura flutuante do texto que permitiu fazer a constituição do *corpus*, isto é, selecionar o que material a ser analisado pelo pesquisador de acordo com os objetivos da pesquisa.

A análise do material coletado nas entrevistas foi realizada em três fases cronológicas, como proposto por Bardin (2008). Na fase de pré-análise, houve leitura dos textos transcritos, a partir de uma atenção flutuante, visando apreender ideias e significados. Na fase de exploração do material, foram realizadas releituras cuidadosas das transcrições, acompanhadas da escuta do material gravado, que possibilitaram acompanhar o encadeamento de associações em cada entrevista e entre as entrevistas. Procedi a uma nova leitura de todas as entrevistas, em que palavras e frases foram grifadas. Identifiquei temas relacionados ao objeto do estudo. Efetuei o primeiro recorte de palavras e frases grifadas em cada entrevista. Posteriormente, uma nova releitura dos recortes deu lugar a um segundo recorte das frases e palavras, permitindo obter de maneira mais apurada seus significados e sentidos. Identifiquei unidades de análise em cada entrevista e entre as entrevistas e passei a nomear as categorias. Por último, procedi à discussão das categorias com a literatura, o que possibilitou maior compreensão da realidade relacionada ao objeto de estudo (Bardin, 2008).

Como resultado, a análise do relato das mulheres e técnicos/ativistas permitiu a identificação de quatro grandes categorias de análise, relacionadas a seguir:

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Descrição</b>
<b>Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconômicas	Registos que caracterizam as circunstâncias socioeconômicas nas quais viviam as mulheres brasileiras (e/)imigrantes.
	Afetividades	Registos em que se descrevem razões de ordem afetiva que estão na base da decisão de sair do país de origem.
<b>O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	Registos que descrevem a chegada e adaptação ao país de acolhimento.
	Discriminação/preconceito	Registos em que se referem situações de discriminação/preconceito vivenciadas no país de acolhimento.
	Percepções sobre o país de acolhimento	Registos onde se encontram representações a respeito de características sociológicas, geográficas ou históricas do país de destino que motivaram a decisão de migrar para o mesmo.
	Visão do homem europeu	Registos onde se encontram representações a respeito de características físicas, psicológicas e/ou estatutárias relacionadas com o homem europeu e que motivaram o movimento migratório para a Europa.
	Condições para uma migração bem-sucedida	Registos em que são expostas condições dentro das quais o processo de mudança para um novo país tem resultados considerados satisfatórios.
	Limites e possibilidades da migração	Registos que expressam uma atividade reflexiva a respeito dos constrangimentos e das mais-valias associados à migração.
	Tráfico de pessoas	Registos cuja referência remete a situações de migração que se enquadram em violações de direitos associados ao tráfico de pessoas.
<b>Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		Conjunto de registos incidentes sobre planos manifestos de retorno ao país de origem.
<b>Histórias em busca de contexto</b>		Relatos feitos em primeira pessoa que não se enquadram nas categorias anteriores, mas podem ajudar a compreender melhor o percurso de vida das entrevistadas (mais detalhes no capítulo 6)

**Quadro 2.** Categorias de análise desenvolvidas pelo/para o estudo

A apresentação dos dados procurou seguir duas lógicas complementares, que se diferenciam em relação aos participantes neste estudo. Em relação às mulheres brasileiras

imigrantes na Holanda, o público central deste estudo, a apresentação dos dados obtidos através das entrevistas procurou preservar a integralidade de cada participante, apresentando, para cada uma delas, a leitura dos dados guiada pelas categorias construídas (a categorização das entrevistas com esse público encontra-se no Anexo Digital 1). No caso dos(as) técnicos(as) e ativistas, os dados foram apresentados de forma conjunta, obedecendo, contudo, à identificação dos autores dos discursos apresentados.

Ainda sobre o processo de análise e apresentação dos dados, importa apresentar uma reflexão final sobre os limites, que, desde logo, metodologicamente, identifico nesta investigação e que tem a ver com as histórias que ainda não encontraram contexto de expressão, matéria desenvolvida no tópico seguinte.

## **6 – As histórias que ainda não encontraram contexto para ser contadas**

As tentativas de aproximação baseada nas relações de confiança, quando construídas, não superaram todas as dificuldades. As mulheres com um histórico de imigração, principalmente quando ligadas ao trabalho sexual, sentem necessidade de esconder o seu passado, ocultar as atividades que desenvolvem/desenvolveram; admitiam trabalhar na noite, mas não na prestação de serviços sexuais, tal como aconteceu durante o meu trabalho de campo, no Mestrado. Eram capazes de admitir que estavam inseridas numa casa de alterne, que eram garçonetes, mas somente para “beber copos”. Por outro lado, essa negação pode se dar também pelo carácter transitório com que encaravam esse tipo de trabalho.

Laura Fonseca (2005) discute a questão colocada por Ken Plummer, “qual o tempo de contar uma história?” Essa reflexão parece encaixar-se perfeitamente na nossa questão acerca das mulheres prestadoras de trabalho sexual que, geralmente, negam essa condição.

Ken Plummer (2003) identifica cinco momentos para que as histórias possam ser contadas. São eles:

i) **Imaginar – visualizar – empatizar** - Neste primeiro tempo, processos de mera imaginação, visualização e empatia, pequenas histórias sexuais podem ser imaginadas: intriga, romance, erotismo, infelicidade, frustração, histórias de ‘mau sexo’. Mas tais histórias, enquanto lugares comuns e de silêncio, permanecem culturalmente insignificantes (Plummer, cit. ibidem: 172).

ii) **Articular – vocalizar – anunciar** – Quando a certa altura a voz é articulada e enunciada produzem-se e fazem-se histórias. A linguagem é a forma de ultrapassar a imaginação, embora possa não haver ainda palavras fortes para combinar o ser e o dizer. Busca-se encontrar espaço

para que as linguagens possam ser inventadas, as palavras aplicadas, a voz encontrada e a história dita [...] (Plummer, cit ibidem).

iii) **Forjar identidades – tornar-se narrador de histórias** - Emergem, em terceiro lugar, processos de inventar identidades e de se tornar contador de histórias. A pouco e pouco as histórias movem-se do espaço da imaginação à linguagem, ainda com poucos contadores, para a comunidade madura e pronta a ouvir. Além disso, é crucial neste processo, o facto de ser o tempo dos contadores de histórias saírem para o olhar público: livros, escritos, revistas, aparecimento nos média, etc. [...] As narrativas entram no mundo público, formando bases de políticas identitárias (ibidem).

iv) **Criar mundos sociais e comunidades de suporte** - O quarto tempo implica criar mundos sociais. A história move-se do contador da história individual para a comunidade de recepção. Os mundos sociais devem ser inventados pelos que ouvirão a história. Estes 'Outros' devem identificar-se com ela e sentir-se parte das 'histórias'. As audiências tornam-se cruciais. Alguns destes mundos sociais podem já pré-existir, enquanto outros podem estar a ser formados pelas histórias. (...) Estas comunidades interpretativas existem em e através dos mundos sociais do poder: hierarquicamente posicionadas, algumas marginalizadas outras priorizadas. [...]

v) **Criar uma cultura de problemas públicos** - Finalmente, em quinto tempo, estão os processos envolvidos no criar de uma cultura de problemas públicos. A história move-se para um mundo social limitado e entra nos ornamentos das arenas do discurso público. As histórias que ficam serão as que entram na cultura dos problemas públicos e políticos. (Plummer, 2003, pp. 172-173, tradução de Fonseca, 2005)

Esses cinco momentos relacionam-se tanto com os sujeitos e suas dificuldades, como relaciona com a sociedade, que não lhes permite ter e assumir uma atitude compreensiva e relacional e não centrada psicologicamente apenas nos *deficits* dos sujeitos. Ou seja, os sujeitos podem não contar as suas histórias porque a sociedade não está preparada para as ouvir. O autor, ao se referir às fases *iv* e *v*, direciona-se, sobretudo, aos movimentos sociais, que lutam por tornar a opressão em problema político (que envolve os sofrimentos individuais), com vista à transformação e concretização de direitos humanos, liberdade sexual e de expressão.

Contar histórias frequentemente envolve fenómenos, relações e experiências profundas de opressão, dominação e poder e por isso supõe contextos, movimentos sociais e envolve profundas relações subjetivadas. Nestas condições de constrangimento e recriminação social falar de si é um processo que não é sempre simples. Na generalidade, contar a história de vida parece ser benéfico, mas pode envolver emocionalidades e produzir *instabilidades*, não apenas em sentido clínico ou psicológico, mas também no sentido social (Fonseca, 2009). Quando as histórias envolvem riscos, contam vidas e experiências "secretas", que não podem ser social e individualmente faladas (violação, sobreviventes de abortos, raptos, incestos e abuso sexual de crianças, ou sexualidades não dominantes, tráfico e exploração), o processo de narração em condições de liberdade torna-se complexo (Fonseca, 2009).

Ser mulher, imigrante, contribuiu muito para a aproximação com as mulheres na Holanda. Sempre mantive o cuidado em me colocar numa posição análoga a delas, colocar as minhas experiências, as dificuldades e superações para então começar a conversa gravada, o que possibilitou depoimentos emocionalmente fortes e inesperados, como se observará na análise dos dados.

Ainda que a relação empática estabelecida a partir desta investigação – e não só – tenha permitido o acesso a histórias de foro íntimo, muitas delas emotivamente carregadas, tenho ciência de que histórias ficaram por contar por ainda não terem encontrado o contexto para serem reveladas. No entanto, é com sentido de honestidade para com as histórias contadas que tomamos os dados e os analisamos.

Para Minayo (2006) as metodologias de cunho qualitativo são as capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, relações, estruturas sociais, sendo estas compreendidas como construções humanas significativas no intuito de interpretar os significados sejam estes de natureza psicológica ou sociocultural trazidos pelos indivíduos no que diz respeito aos múltiplos fenómenos inerentes ao campo.

Ao considerar o ponto de vista das mulheres brasileiras imigrantes na Holanda, para tratar do objeto desse estudo, entendo que a utilização de fontes orais ocupa um lugar privilegiado, considerando o carácter e o próprio processo de desenvolvimento de tais fontes, que permite um registo mais próximo do espontâneo e, por isso, natural – a par do facto de que, pela interação comunicativa face a face, se pode mais facilmente estabelecer relações de confiança com as pessoas que se voluntariam a participar na investigação.

É na tônica destas observações, presentes neste tópico, que passo a apresentar, a partir do próximo capítulo, a análise dos dados recolhidos através das entrevistas realizadas.



## CAPÍTULO IV – MULHER, MIGRANTE, TRAFICADA: INVISIBILIDADES NO CONTEXTO DE UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA?

### Introdução

Apresentarei, neste capítulo, algumas considerações acerca da migração no contexto amazônico, posteriormente darei ênfase à migração no Estado do Pará e à migração feminina, bem como serão apresentados alguns excertos dos depoimentos das mulheres, uma vez que um dos principais objetivos desse trabalho é dar voz às mulheres, na linha do que defende Helena Araújo (2000).

### 1 – O lugar de origem

Falar de migração em Belém do Pará não faria sentido sem antes trazer alguns elementos do contexto migratório no Brasil e mais precisamente na Amazônia como um todo, uma vez que Belém é uma das maiores e mais importantes cidades da referida região<sup>16</sup>.

No que se refere à imigração de europeus para o Brasil, Marília Emmi (2009) demonstra que, apesar do intervalo de tempo entre as vagas migratórias, estas possuem particularidades. A autora destaca também os fluxos de portugueses, espanhóis e italianos afirmando que:

[...] esses fluxos resultaram da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais do grande contingente de camponeses expulsos de suas terras em decorrência do desenvolvimento das relações capitalistas e respondiam, por outro lado, à solicitação de mão-de-obra assalariada para a substituição da escrava, pelos países da América. (Emmi, 2009, p. 264)

A vaga migratória de europeus para o Brasil nos séculos XIX e XX estava imbuída de uma ideologia eugenista que na época imperava, segundo a qual a raça branca europeia era superior e, como tal, “ideal” para colonizar e povoar os demais continentes.

No contexto amazônico, um grande fluxo migratório teve início a partir de 1870, com uma maior evidência no período pós-abolição. A partir do século XIX, a Europa passou por profundas mudanças em todos os setores, mudanças de cunho político, socioeconômico e ideológico que surgiram como consequências da Revolução Industrial,

---

<sup>16</sup> Belém e Manaus possuem as maiores concentrações urbanas da Região Amazônica.

mais no âmbito econômico, e da Revolução Francesa, no âmbito político e ideológico. Em relação a este período, Luis Aragón (2009) destaca que essas mudanças, atreladas a políticas estatais brasileiras contribuíram para a atração de europeus, no sentido de suprir a escassez de mão-de-obra verificada após a abolição da escravidão, principalmente na agricultura, e, ao mesmo tempo, de criar condições para a construção de uma “civilização” nos moldes europeus – na linha do pensamento eurocêntrico na época preponderante. Ainda de acordo com o autor, os imigrantes procediam sobretudo de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão – estes últimos a partir de 1900 (Aragón, 2009).

A partir dessa breve retrospectiva histórica a respeito dos fluxos migratórios na região amazônica, observa-se que se trata de um ponto geográfico que historicamente se caracterizou como receptor de vagas migratórias. No entanto, no correr do século XX, a direção do fluxo de migração foi invertida, de modo que a região se tornou lugar de origem de correntes migratórias, tal como ponto a seguir com base na leitura focada na cidade de Belém, um dos principais centros urbanos da região amazônica.

### ***1.1 Adentrando no lugar de origem: o Estado do Pará e a capital, Belém***

Belém é capital do Estado do Pará (um dos destaques da Figura 1), uma das 27 unidades federativas do Brasil, segundo maior estado em extensão, possuindo aproximadamente 1 064,918 km<sup>2</sup>. Esta capital, segundo dados do IBGE de 2016, possui 1.446.042 habitantes. Fundada em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, o pequeno povoado recebeu inicialmente o nome de Feliz Lusitânia; posteriormente, e depois de inúmeros nomes, passou a chamar-se definitivamente Belém, tendo sido a primeira capital da região amazônica.



**Figura 1** Mapa do extremo norte do Estado do Pará

(Fonte: Disponível em: <https://www.google.pt/maps/@40.6291055,-8.6545585,15z>, adaptado)

Área	1.059,458 km <sup>2</sup>
PIB	R\$ 25 772 207 <sup>17</sup>
População da capital, Belém	1. 446 042 <sup>18</sup>
IDH	0,746 <sup>19</sup>

**Tabela 1.** Informações sobre o Estado do Pará

No período conhecido como Ciclo da Borracha, a cidade de Belém conheceu um grande *boom* de desenvolvimento socioeconómico.

Na primeira década do século XX, a borracha alcançou o seu apogeu, tornando-se a principal fonte económica da Região, fazendo com que a renda regional alcançasse o seu ápice. Os lucros advindos da exploração possibilitaram um grande desenvolvimento urbano nas principais cidades. Em Belém, esse período foi marcado pela construção de grandes obras públicas. (Dias, 2007, p. 84)

O referido ciclo desenvolveu-se em 4 fases (Dias, 2007). A primeira fase, iniciada no século XVIII, foi marcada pela construção de inúmeras escolas e hospitais, a chegada da eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, e por um grande desenvolvimento cultural, com o aparecimento de museus e cinemas, construídos sob influência europeia. Na segunda fase do ciclo da borracha, houve um considerável aumento da imigração na região; em meados do século XIX, o estado do Pará recebeu um grande contingente populacional. A terceira fase (1950 a 1970) foi marcada pela intensificação da atividade industrial e expansão do núcleo urbano. Por fim, a quarta fase (de 1970 até a

<sup>17</sup> Fonte: IBGE/2013

<sup>18</sup> Fonte: IBGE/2016

<sup>19</sup> Fonte: PNUD/2010

atualidade) é caracterizada pela “intervenção do Estado e seus desdobramentos” (Dias, 2007).

Em relação ao período áureo da economia da borracha, Luis Aragón (2009, p. 35) afirma que:

a Literatura recente demonstra que a imigração internacional para a Amazônia brasileira continuou após a queda da economia da borracha trazendo à luz a importante contribuição dos estrangeiros, no comércio, na indústria, na cultura e noutros setores durante esse período.

Segundo Emmi (2009), no que concerne à origem dos migrantes e sua contribuição para o desenvolvimento da região,

[...] os ingleses teriam se destacado na construção de portos, produção de energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, além de significativa participação no setor de comercialização e do crédito [...] A participação dos judeus, espanhóis e norte-africanos [libaneses em sua maioria] foi principalmente nas atividades de escritório e comercial, e dos portugueses no comércio do atacado e varejo. (Emmi, 2009, p. 264)

O crescimento econômico e populacional da cidade de Belém, porém, não tem ocorrido de forma harmônica. Nas últimas décadas a cidade presenciou um grande êxodo rural, o que fez com que um grande contingente populacional se instalasse nas periferias da cidade, local de onde sai uma boa parte das mulheres rumo à emigração.

Segundo Edilza Fontes (2009), a partir do século XIX, a figura da mulher passa a ser fundamental dentro do processo migratório no contexto amazônico – e mais precisamente da portuguesa, considerada “mulher civilizada, que tinha possibilidade de ‘purificar a raça’” (2009, p. 309). Porém a essa mulher considerada “superior” eram destinados trabalhos marginalizados socialmente, tais como: serviços domésticos, venda ambulante e prostituição. A autora relata que tal situação se dava pelo fato de o mercado de trabalho em Belém do Pará ser:

[...] permeado por relações de gênero na medida em que se definiam trabalhos sexualizados, estabelecendo hierarquia e alteridade nas relações de trabalho. Para as mulheres, o mercado de trabalho fora do lar era baseado nos serviços de casa, ou seja, não havia ofertas de empregos para mulheres fora do espaço de atividades domésticas e de venda de doces e artesanatos nas ruas. (Fontes, 2009, p. 309)

Ou seja, os postos de trabalho ocupados pelas mulheres as reduzem a apenas auxiliares dos homens na estrutura da ocupação, uma manutenção do critério sexo como definidor da posição dos indivíduos na estrutura econômica, o que expressa a não valorização, pela sociedade da época, do trabalho doméstico.

O emprego doméstico era tido como uma ocupação mais precária do ponto de vista dos rendimentos, do prestígio, pela falta de controle institucional, bem como da própria relação pessoal e servil que se estabelecia entre os agentes envolvidos.

A análise do comportamento da inserção feminina segundo a cor/raça demonstra ainda a permanência e ampliação das desigualdades entre brancas e afro-descendentes, como explicita Fontes (2009, p. 309), no trecho a seguir:

O perfil desse mercado de trabalho está carregado de preconceitos raciais. A preferência por empregadas domésticas portuguesas pode ser explicada pelo temor que as donas de casa sentiam em empregar ex-escravas, tendo em vista não poderem mais controlar suas «malcriações» e provavelmente não quererem conceder exigências agora feitas por essas libertas. Outra explicação era a exigência de que criadas e amas-de-leite tinham de ter boa saúde, afirmando-se cada vez mais a defesa de um tipo de família que acreditava que mulheres moradoras de cortiços ou negras em contato com seus filhos poderiam passar doenças e costumes não condizentes com o ideário de crianças sadias e de bons hábitos (brancas).

Hazeu (2011), na sua dissertação de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento, discorre sobre a configuração da migração internacional de mulheres de periferias de Belém e sua relação com a produção de identidades das mulheres migrantes, “processos de sua des-re-territorialização e de suas famílias”. O autor dá ênfase à necessidade de se pensar a periferia como importante espaço para se entender a migração feminina, uma vez que, se pese o fato de as periferias não serem espaços homogêneos, elas se diferenciam de outras áreas da cidade, recorte que se baseia na estigmatização dos seus moradores, predominantemente das classes D e E (Hazeu, 2011). Além disso, o autor enfatiza:

A existência de mulheres que migram de várias partes das periferias de Belém para o exterior precisa, portanto, ser abordada a partir de sua configuração complexa, recolocando-a de tal forma que possa revelar seu papel na produção da cidade, das relações sociais e das identidades para que tanto as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas não fragilizem a posição da mulher na periferia e na migração, quanto reconheçam a migração internacional de mulheres como fator de relevância para pensar a cidade e sua população, principalmente aquela que mora em sua periferia. (Hazeu, 2011, p. 13)

Essa reflexão traz importantes pontos de ancoragem a este estudo, uma vez que convoca um olhar situado e atento a que periferias nos referimos quando consideramos que grande parte do contingente de mulheres que migram parte desses locais que não ocupam um local central nas cidades, mas que, ainda assim, desempenham papéis relevantes na dinâmica social que nelas tem lugar. Da mesma forma, essas palavras nos convocam a contemplar a diversidade que se abriga sob a designação mulher periférica, partindo do pressuposto de que não falamos de espaços homogêneos. No seio dessa

reflexão, importa ampliar o conceito de periferia como mero espaço não-central e, nessa lógica, *marginalizado*, de modo a abarcar as múltiplas identidades que esse rótulo pode esconder. Daqui mais uma vez surge a importância de conhecer perspectivas singulares tecidas a partir desses lugares, atividade que pretendo dar início a seguir.

## 2 – De que mulheres falamos?



**Figura 2.** Origem geográfica das entrevistadas

(Fonte: Disponível em: <https://www.google.pt/maps/@40.6291055,-8.6545585,15z>, adaptado)

Com o objetivo de introduzir a leitura dos dados coletados neste estudo, passamos a caracterizar as mulheres que dele participaram. Esta caracterização foi feita com base nos relatos de vida dessas mulheres, uma vez que, como já foi mencionado anteriormente, dar voz às mesmas foi primordial para a realização deste trabalho. De modo a preservar o anonimato das entrevistadas, garantido no momento em que as contactamos para as entrevistas, reportamo-nos às nossas informantes pela letra M, diferenciando-as por números sequenciais de 1 a 11. A caracterização a seguir apresentada foi realizada a partir de informações facultadas durante as entrevistas ou mesmo antes e depois desses encontros, de forma não-sistemática.

## 2.1 Caracterização das mulheres

Apresento, neste momento, o perfil das mulheres brasileiras migrantes entrevistadas no âmbito deste estudo. As informações registadas advêm das entrevistas e das anotações realizadas no diário de campo.

### M1

Nascida no interior do Pará, em 1973, emigrou para Belém, adolescente, com o intuito de continuar os estudos. Afirmo ser de família de classe média, na sua cidade de origem, e relata que não teve grandes dificuldades na infância. Durante a entrevista, relatou ter passado uma experiência traumática com seu primeiro namorado, uma vez que foi estuprada por ele, um dos motivos que, segundo a mesma, a levaram a morar em Belém, onde concluiu o ensino secundário e iniciou um curso universitário, que não veio a concluir. Já na capital, afirmou ter se envolvido com um homem mais velho e que era casado. Quando essa relação terminou, emigrou para o Suriname para trabalhar numa casa de prostituição. No seu relato, a dona da casa tinha negócios na Holanda e convidou-a para ir para lá e, como diz que sempre teve o sonho de “conhecer o mundo”, viu aí uma boa possibilidade de concretizá-lo. Ela afirma, porém, que apesar de ter ido para a Holanda por livre e espontânea vontade, as condições de trabalho que encontrou não condiziam com o que lhe fora oferecido num primeiro momento. Na Holanda, conta ter se envolvido em múltiplos relacionamentos, com homens das mais variadas nacionalidades (iraquiana, holandesa, brasileira). Casou-se efetivamente uma vez, com um cidadão holandês. Tem quatro filhos e pensa em voltar a morar no Brasil. Hoje trabalha com organização de festas e possui um ateliê de costura na cidade onde reside. Está na Holanda desde 1998.

*“Eu sou paraense. Nasci [numa cidade do interior do Pará]<sup>20</sup>, a maior parte da minha infância foi [passada nessa cidade]. Fui pra Belém porque queria estudar mais e Belém oferecia maiores possibilidades [...]. Meus pais acreditavam muito em mim, pois sempre fui muito interessada nos estudos, desde pequena. Minha família continuou no interior. Na verdade eu sempre tive vontade de conhecer o mundo. Vendo os filmes, eu tinha vontade de conhecer a América, meus planos era me formar e conhecer a América, não pensava em conhecer a Europa, o que me*

---

<sup>20</sup> A entrevistada pediu que não citasse o nome da cidade onde ela nasceu.

*fascinava era [sic.] os Estados Unidos. Tanto que eu comecei a estudar inglês com 10 anos, já tinha um alto nível de inglês, aprendi a copiar sem saber o que significava (risos). Eu tenho uma grande paixão pela língua inglesa, cheguei até a ganhar bolsas de estudo.*

*Eu era de uma família classe média, mas sempre frequentei os melhores cursos de inglês da cidade, estudei no British School – era um sonho e eu consegui. Lá eram sempre sorteada [sic.] bolsas para viajar pra fora do país, mas nunca consegui bolsa pra intercâmbio, apesar de ser muito boa, lá existiam alunos muito mais fissurados que eu (risos), eram sorteadas 2 bolsas, mas eu nunca consegui. Então esse sonho da América ainda vai se concretizar, se Deus quiser! Eu já viajei muito, mas nunca pra Nova Iorque, o meu sonho é passar um réveillon em Nova Iorque [...] eu sempre fui muito responsável, sempre fui muito quieta. Não era como agora de ficar namorando nas esquinas, colecionando namorados, de beijar na boca. [...] Estudei parte da minha vida em escola pública e parte em escola particular. Até hoje é assim a minha vida, tem períodos que estou bem financeiramente e períodos que estou mal, sempre foi assim, altos e baixos. Estudar em escola particular foi muito bom, pois não tinha aquela coisa «Ah! O professor não veio, vai ser cancelada a aula», o colégio particular é mais organizado, mas infelizmente meu pai não conseguiu mais pagar. Eu sou a mais nova de 5 irmãos, 4 meninos e uma menina. Eu fui a última do 2.º casamento e meus irmãos sempre jogam na minha cara até hoje que eu fui privilegiada, que eu tive mais vantagens por ser a última.”*

## **M2**

Nascida em Belém, em 1973, a mais velha de quatro irmãos. Completou o Ensino Fundamental I (4.ª série). Relatou ter vivenciado muitas situações de violência na infância, tendo sido violada pelo pai dos sete aos dezesseis anos de idade, quando resolveu sair de casa e arrumar um emprego como babá. Afirma ter emigrado para Holanda aos vinte e dois anos com um bilhete comprado pela avó materna. Porém não obteve sucesso, uma vez que foi deportada de Bruxelas. Seis meses depois, voltou a tentar, dessa vez por Paris, de onde seguiu de comboio para a Holanda. Inicialmente fora para morar com uma prima trabalhadora do sexo, mas, logo que chegou, conheceu o futuro marido e com ele foi viver, vindo a casar pouco depois e com quem teve 3 filhos. M2 afirma ter muita vontade de retornar ao Brasil, uma vez que não se sente acolhida pelo país. O fato se dá principalmente por não ter obtido a nacionalidade holandesa, uma vez que não conseguiu passar nos exames básicos de holandês, o que também dificulta sua inserção no mercado de trabalho.

*“[minha infância] não muito boa. Sou a filha mais velha, somos 4 irmãos, 3 mulheres e 1 homem e meus pais sempre me deram muita responsabilidade com meus irmãos. [...] eu sempre estudei*



*à tarde, porque pela manhã eu tinha que cuidar da casa, com 9 anos de idade eu já sabia fazer comida. [...]*

*Minha mãe casou com 13 anos de idade, forçada! Meu pai tinha 18 anos. [...] Não foi um casamento por estar apaixonado não, foi forçado!*

*O que eu passei eu não quero pros meus filhos. Por isso que eu não gosto que o pai deles bata neles. Eu lembro cada tapa, cada chute, cada soco... cheguei a desmaiar. Uma vez ele [o pai] me deu com um revólver na cabeça, eu tinha 15 anos, só porque ele me viu conversando com um menino [...] ele queria me matar, me deu uma coronhada.*

*Lembro uma vez, eles já estavam separados, nós estávamos na casa de minha avó, eu dormia no quarto do meio e eles dormiam num outro quarto, ele subiu pelo teto - isso daí eu lembro, eu vi, eu presenciei, eu lembro que eu chorei muito, eu tive vontade de matar meu pai naquele dia, porque ele entrou e abusou da minha mãe, ele colocou uma arma na cabeça da minha mãe e se aproveitou da minha mãe e eu vi, ele não me viu e minha mãe ficou chorando e ele foi embora.*

*Eu não fui uma filha ingrata, ele que foi um pai ingrato [...] Meu pai abusou de mim... ele sempre me tratou diferente dos meus irmãos, ele nunca me tratou como filha. Hoje em dia eu não choro mais como eu chorava antes, antes eu não conseguia falar sobre isso com ninguém. Eu perdi a minha virgindade de uma forma muito feia.”*

### **M3**

Natural de Salvador, nascida em 1973, é casada e tem uma filha. Com curso de nível superior completo, afirmou possuir uma situação socioeconômica estável antes de emigrar. Conheceu o marido durante as férias dele no Brasil e abandonou um emprego estável para casar e viver com ele na Holanda. Na Holanda teve muita dificuldade em se integrar, principalmente por ter dificuldade em aprender o idioma e isso se agravou após o nascimento da filha, uma vez que naturalmente passou a ter a necessidade de interagir mais com os locais. Afirma ter vontade de voltar a viver no Brasil, porém acredita que seja muito difícil que isso aconteça, uma vez que já tem uma estrutura de vida na Holanda.

*“Minha família por parte de mãe, todos são baianos, a grande maioria de Salvador. Uma outra parte da família mora num interior próximo a Salvador, aproximadamente 2 horas de carro. Ou seja, a família é baiana. Eu tenho 3 irmãos, todos nasceram em Salvador, sou a única mulher. Meus pais são separados há muitos anos. Quando eu tinha 10 anos de idade meus pais se separaram, a partir dessa idade - a pré-adolescência, a adolescência, até a idade adulta, a convivência foi somente com meus irmãos, apesar de eu ter uma boa relação com meu pai, mas um pouco mais à distância, mas também uma boa relação.*

*Eu tenho o 3.º grau. Eu cursei Teologia Catequética, numa instituição religiosa, ligada à igreja católica e à universidade católica. Iniciei um curso de Licenciatura em História, mas que não foi concluído porque eu vim pra cá. Esse curso eu fiz como complementação, pois como eu dava aula de cultura religiosa, um pouco de filosofia, eu queria ampliar essa área de História de uma forma mais abrangente, apesar de que na Teologia a gente vê muito História, enfim eu quis acrescentar mais com o curso de Licenciatura em História.*

*Quando eu conheci o meu marido, foi numa fase em que eu estava sozinha e já tinha em mente que a próxima pessoa, «Eu fico se eu perceber que é uma pessoa que quer isso, se eu perceber que não, eu não vou levar o relacionamento por tanto tempo como eu fiz no passado». Eu não queria mais perder tempo. Eu o conheci numa praia, fui passar um fim de semana prolongado lá e o conheci. Tudo aconteceu para eu não ir, não tinha companhia, até todas as pousadas estavam cheias, tudo dando errado, mas mesmo assim eu fui e encontrei ele e até hoje estamos juntos (risos). Foi uma coisa que tinha que acontecer. Entrei num café e ele estava lá [...] olhei pra ele no meio de toda aquela gente, o café estava cheio, tinha muitas outras pessoas lá, outras pessoas até aparentemente mais interessantes, mas como eu não estava lá pra olhar pra ninguém interessante (risos) meu olhar bateu nele. É daquelas coisas que a gente não consegue explicar, eu olhei pra ele e ele me pareceu alguém diferente. Eu levantei, fui ao banheiro e quando eu retornei ele não estava mais lá. Paguei o café, saí e fui pra capelinha. Entrei, rezei, quando eu saí da capelinha quem é que chega, lá? Ele... uma coisa incrível [...]».*

#### **M4**

Nascida no Maranhão, em 1968, relatou ter emigrado ainda criança para Fortaleza, onde concluiu o Ensino Fundamental. Quando tinha vinte e dois anos recebeu um convite para trabalhar em Paramaribo e, como tinha um filho pequeno, afirmou, não hesitou em aceitar. No Suriname, recebeu o convite do dono de uma boate para ir trabalhar na Holanda, tendo sido o mesmo a lhe pagar todas as despesas. Já trabalhando há pouco tempo na Holanda, conheceu um holandês com o qual veio a se casar algum tempo depois. Tem um filho do primeiro relacionamento ainda em Fortaleza e um segundo filho do marido holandês; afirma sentir-se completamente adaptada ao país, uma vez que não teve dificuldade em aprender o idioma, o que lhe facilitou integrar-se ao país e arrumar emprego.

*“Eu nasci no interior do Maranhão, tenho 2 irmãs e 1 irmão, somos 4. Faz 14 anos que meu pai morreu, só tenho minha mãe agora. Tinha 6 anos quando fomos pra Fortaleza. Eu sou a 2.ª, tenho 45 anos. [...]”*

*A minha infância... eu não tive infância, eu tinha 9 anos quando eu comecei a trabalhar, eu tinha 9 e cuidava de uma menina de 3 anos. Foi justamente nessa época que nós passamos*

*muitas dificuldades, meu pai era alcólatra. A gente passou muita fome, é por isso que hoje em dia eu reclamo com meus filhos,*

*— Você só coloca no prato o que você vai comer, eu não quero que estrague comida.*

*Quando alguém diz que sabe o que é fome, eu pergunto:*

*— Você já passou fome? [...]*

*Então é isso... eu não tive infância [...]*

*Trabalhei em casa de família até 17 anos. [...]*

*Meus pais se divorciaram quando eu tinha 17 anos também, fiquei ainda triste, mas de uma certa forma foi um alívio, ele era alcólatra. Quando ele bebia ele maltratava a minha mãe. [...]*

*O pai do meu primeiro filho é mais velho do que eu, 14, 15 anos, me envolvi com ele mais por comodismo, ele me ajudava e foi isso. Eu não quis casar com ele, eu sempre disse que só casava por amor. Mas eu acabei engravidando dele. [...] quando meu filho tinha 1 ano eu me separei e voltei pra casa da minha mãe. [...]*

*Eu tinha uma tia que morava no Suriname e ela me convidou para ir pra lá.*

*Foi uma amiga que me trouxe [para Holanda], me fez um convite e eu aceitei. Eu sempre tive esse desejo de sair do Brasil. [...]*

*Mas eu vim pra passar 1 mês e meio, quando eu voltei eu já havia conhecido o meu esposo. [...]"*

## **M5**

Nascida em Belém em 1966, de uma família de 12 irmãos, dos quais foi a única que emigrou. Relatou vir de uma família muito pobre; perdeu o pai ainda na infância e começou a trabalhar como babá aos nove anos para ajudar a mãe. Aos treze anos começou a trabalhar num salão de beleza, onde aprendeu o ofício de cabeleireira, profissão que passou a exercer desde então. Afirmou ter engravidado do namorado aos quinze anos e foi morar com ele, relacionamento que teria vindo a acabar depois de alguns anos. Emigrou para Holanda aos trinta e quatro anos, a convite de uma amiga. Essa amiga, relata, prometeu-lhe trabalho e bom salário; ou seja, a entrevistada foi em busca de uma falsa oferta de emprego. Chegando a Europa descobriu que a oferta não passava de ilusão. Contou que, na verdade queriam-na como trabalhadora doméstica, sem lhe garantir as mínimas condições necessárias para sua sobrevivência. Ela chegou a morar na rua, depois dividiu apartamento com mais 8 imigrantes, até que começou a trabalhar de casa em casa como cabeleireira. Conseguiu se regularizar através de uma agência que recruta imigrantes para trabalhar nos serviços gerais de residências. Hoje trabalha por conta própria, tem um salão localizado em Rotterdam.

*“Eu sou de Belém, nascida e criada em Belém. Sou filha de um casal que tem 12 filhos. Uma família bem grande e muito unida. Sou a única que saiu “pra fora” o resto continua tudo na barra da saia da mamãe (risos).*

*Estudei um pouco, quer dizer... fugi da escola (risos). Eu estudei até o 2.º grau completo e não pude continuar, porque chega um momento da vida que a gente tem que escolher entre o trabalho e a escola. Eu venho de uma família muito pobre, se falar que venho de uma família estabilizada eu estou mentindo. Perdi meu pai com 13 anos. Comecei a trabalhar com 9 anos de idade, tinha que ajudar a minha mãe a cuidar dos outros irmãos. Então tive que escolher entre a escola e o trabalho, na época eu estava trabalhando com o salão, ou eu trabalhava e seguia minha profissão como cabeleireira ou seguia a escola. Como minha mãe não tinha condições de manter escola, faculdade, cursinho, naquela época era tudo particular.*

*Eu amo muito lidar com gente. Eu amo a minha profissão. Eu não sei se eu seria cabeleireira, se eu seria enfermeira, não sei... eu nunca parei pra pensar nisso e como eu já tenho 30 anos de profissão, é meio complicado imaginar o que eu gostaria de ser.”*

## **M6**

Nascida no interior do Pará, em 1961, é a oitava de 11 filhos. Mãe de dois filhos do primeiro casamento. Relatou ter emigrado em 1996, depois de ir em férias para a Holanda. Logo que chegou conheceu um holandês, com o qual se relacionou por alguns anos. A mulher afirma que foram anos muito difíceis, pois era maltratada pelo companheiro, que era alcoólatra. Contou que, no início dividiam as despesas, mas, com o passar do tempo, teve que arcar com a renda da casa, pois o mesmo ficou sem emprego. Nesse período resolveu voltar para o Brasil, onde ficou apenas alguns meses e acabou por retornar à Holanda. Conheceu o atual marido num site de relacionamentos e foi morar com ele logo em seguida. Na época da entrevista, estava casada havia três anos, trabalhava num lar de deficientes e não pensava em voltar mais para o Brasil.

*“Tive uma infância normal, meu pai deixou minha mãe com 10 filhos, minha mãe teve que se virar para nos criar. Sou a 8ª. Depois minha mãe casou com um outro homem e teve mais um filho, somos 11 ao todo. Eu era bem pequena, a única lembrança que tenho do meu pai, sou eu sentada no colo dele e ele passando a mão no meu cabelo e nunca mais o vi.*

*Depois de muitos anos ele foi no trabalho do meu irmão mais velho, mas meu irmão não o reconheceu e ele foi embora. Acho que ele é que tinha que ter se apresentado, e não querer que meu irmão reconhecesse ele depois de tanto tempo.*

*Tinha uma amiga que morava aqui e me convidou pra passar férias [...]. Vim pra cá através dela e chegando aqui eu conheci um holandês e comecei a ficar uma temporada aqui, outra lá [no Brasil].*

*A minha família trabalhava com artesanato [...]. Fazíamos bolsa, sandálias, mas não estava dando mais, daí a gente passou a trabalhar com materias de proteção: luvas de couro. [...]*

*Aí eu conheci esse (holandês) e eu ficava pra lá e pra cá (risos). Passava 6 meses e voltava pro Brasil até que ele falou «Tu decide, ou aqui ou lá». Aí eu resolvi vir morar com ele mesmo, ficamos 11 anos juntos.*

*No começo era uma maravilha, mas depois ele foi mudando, principalmente por causa do jogo dele. Tinha mês que ele gastava todo o salário dele em 5 minutos, 2 mil e quinhentos euros e ficava aperrado e ficava triste, dizendo que ia mudar, que não ia fazer mais aquilo. E a despesa de casa era tudo comigo, eu que pagava tudo, por isso que ele já confiava e fazia isso [...]”.*

## **M7**

Nascida no interior do Pará, no ano de 1975, proveniente de uma família de sete filhos. Relatou ter emigrado para Belém aos 18 anos para continuar os estudos e completar o Ensino Médio. Começou a trabalhar com 14 como ajudante de costura. Engravivou do namorado aos 20 anos e foi abandonada por ele, quando este soube da gravidez. Conheceu um holandês em Belém, que era primo do marido de uma prima que morava na Holanda há alguns anos. Segundo conta, este convidou-a para passar três meses na Holanda e ofereceu-lhe os bilhetes, porém esse primeiro relacionamento não deu certo. Na segunda ida à Holanda conheceu o atual marido com quem está casada desde então e com quem teve uma filha. Afirmou que o atual marido assumiu a primeira filha como sua. Atualmente trabalha num lar de idosos e atua junto à comunidade, esclarecendo e integrando imigrantes brasileiros na sociedade holandesa, e não pensa em voltar para o Brasil.

*“Sou do Pará, nasci no interior e depois fui para Belém do Pará. Minha família é do interior de Belém. Eu vim de uma família muito humilde, eu só tenho 1 irmã e 6 irmãos. Meus pais não chegaram a ir pra Belém, só os filhos que foram à procura de escola, à procura de emprego. Você sabe que quando se chega a uma determinada série no interior e se quiser continuar estudando, você tem que emigrar. Vivi até os 18 anos no interior. [...]*

*Comecei a trabalhar com 14 anos, ainda no interior. Eu descobri que gostava do mundo da moda (risos), minha mãe me colocou pra fazer um curso de costura e aí eu ganhei a minha primeira máquina e aí eu comecei. Quando eu fui pra Belém, fui trabalhar com a minha irmã, ela já era uma profissional e já tinha o seu próprio ateliê.*

*Eu só fui pra Belém na verdade porque minha mãe veio a falecer, eu não tinha nem 18 anos. [A morte da mãe] Revirou a minha vida de cabeça pra baixo, o meu mundo desmoronou de uma hora pra outra. Meus irmãos mais velhos já eram casados, mas eu e meus 2 irmãos menores ainda vivíamos com ela. Quando ela faleceu eu ia fazer 18, o menor tinha 11 e o do meio 15. Aí*

*eu fui pra Belém pra trabalhar com a minha irmã. Meu irmão menor ficou com uma cunhada lá no interior mesmo, o outro foi pra casa de um outro irmão.”*

## **M8**

Nascida em Recife, no ano de 1974, mas de família natalense. Tem uma filha de um primeiro casamento. cursou o Ensino Médio. Atualmente é casada com um holandês que conheceu numa das praias mais frequentadas por turistas na capital potiguar e que, meses depois, afirmou, convidou-a para conhecer a Holanda, custeando todas as despesas da sua viagem. Relatou que logo após o casamento fixaram residência em Natal, porém, por alguns anos, uma vez que o marido não se adaptou ao país. No momento de realização deste estudo moravam na Holanda fazia dois anos. M8 trabalhava numa empresa de prestação de serviços e se sentia totalmente adaptada ao país, uma vez que não disse não ter dificuldade em aprender o idioma.

*“Meus pais são natalenses, mas quando se casaram foram tentar uma nova vida no Recife, não deu certo, né? E quando eu tinha 6 meses voltaram pra Natal e a nossa vida inteira foi em Natal. [...] Meus pais são separados há 17 anos, mas viveram juntos 25 anos. Ao todo somos 10 filhos - 7 mulheres e 3 homens. Somos de raízes pobres, né? Minha mãe era lavadeira de roupa. Eu trabalhei a minha vida toda em hotel, como auxiliar de cozinha, depois parei porque era muito pesado, depois fiz curso de manicure e cabeleireira. Eu tenho uma irmã de 25 anos que casou com um alemão e mora em Berlim, ela mora lá há 4 anos. De todos os irmãos só nós duas moramos fora do Brasil. [...] Eu fiz o 2.º grau completo [...]. Eu tinha muita vontade de estudar e ser professora que era o meu sonho, mas como nós éramos muitos eu tive de parar de estudar para trabalhar, comecei a trabalhar em rede de hotelaria com 14 anos, lavando pratos e depois ganhei um curso, como era um hotel- escola, ganhei um curso pra aprender a fazer bolos e salgados.*

*Eu me casei a primeira vez com 18 anos. Eu tive 1 filha e depois de 3 anos nos separamos. Eu fiquei 7 anos vivendo sozinha com a minha filha, era de casa pro trabalho e tomar conta de minha filha, eu dizia:*

*— Nunca mais vou casar, eu quero ficar sozinha, não quero mais saber de homem.*

*E fui ser crente, entrei na igreja evangélica, "conheci Jesus" [...]*

*Aí eu comecei a pedir:*

*— Jesus eu quero casar agora...*

*Eu com 27 anos, sem namorado, sem nada.*

*[...] eu via o vizinho do lado, o vizinho da esquerda, o vizinho da direita, e dentro de minha família também. Casa, a mulher está casada, mas ele não está casado, ele sai, arranja outras mulheres e bebe, principalmente o nordestino. E eu vi isso dentro da minha família com a minha mãe, o marido da minha tia e eu sempre dizia:*

*— Um dia eu vou me casar, mas eu dividir meu marido com outra? Isso não existe!*

*Quando eu conheci ele, ele não bebia, não fumava, super caseiro. Casamos, fomos viver juntos e depois de 1 ano e meio ele... pronto! Ele ligava pra mim e dizia:*

*— Olha! Tenho que ficar até mais tarde no trabalho. E um dia vieram me contar:*

*— Olha! Eu vi o teu marido namorando uma menina.*

*E eu não acreditei, eu era cega e louca por ele, mas ele acabou confessando. [...]. Ai a gente se divorciou. Eu amava ele, mas eu dizia assim:*

*— Eu não quero essa vida.*

*Na minha cidade, às vezes o marido tem uma outra na esquina, tem até filhos com a outra, todo mundo sabe, mas diz:*

*— Eu não posso deixar ela, olha a casa que eu tenho!”*

## M9

Natural de São Luís, nascida em 1969. Concluiu o Ensino Médio. Relata que emigrou em busca de melhores condições de vida. Seu projeto migratório se difere das demais mulheres entrevistadas, uma vez que emigrou juntamente com o marido e dois filhos, em 1996. Tal como relatou, num primeiro momento passou pela Holanda, onde trabalhou como cozinheira, mas depois estabeleceu-se em Bruxelas. Hoje é dona de um dos restaurantes brasileiros mais famosos da cidade. Afirma já ter visto e ouvido muitas histórias de mulheres brasileiras que caíram em redes de tráfico humano.

*“Minha família é muito pobre, eu com muita dificuldade estudei, né? E tentei, tentei muita coisa, tentei arrumar um bom trabalho. Eu terminei o 2.º grau, tentei entrar na universidade pública, mas não consegui. A minha família não tinha condições de pagar uma faculdade pra mim, e eu tive que me virar. Fui pra Goiânia trabalhar, lá tive vários trabalhos... trabalhei em lojas, lojas de roupas, viajei pro Paraguai, comprei muamba, tive vários problemas, então resolvi parar. Mas com esse trabalho eu juntei alguma coisa, daí eu montei um mercadinho, mas a crise veio, na época da mudança da moeda, do Real. Daí nós fomos lá em baixo. Então decidi vender o mercado e vendi e pensei “e agora” o que vou fazer da vida? E no Brasil eu não via mais expectativa de nada. Voltar a estudar, sem trabalho [...] Voltar pra São Luís nem pensar! Se em Goiânia não estava dando mais, que dirá em São Luís que é muito mais atrasado, seria um retrocesso na minha vida, quando se volta com algo em mãos... mas eu não tinha nada. Então pensei “Vou sair do país, vou tentar a sorte fora”. Comprei a passagem com o dinheiro que me*

*sobrou e vim, através de uma amiga, na verdade... amiga de uma amiga. Comprei a passagem e vim. Nessa época eu já tinha 2 filhos, um de 8 anos e um bebezinho. Eu cheguei e já engatei na limpeza aqui, na época era muito bom pra arrumar trabalho.”*

## **M10**

Nascida no interior do Maranhão, em 1975, afirmou ter ido com seis meses para Teresina e, aos 18 anos, foi morar com uma tia em Brasília, não tendo chegado a concluir o Ensino Médio, o que considera um grande erro. Contou que aos 23 anos engravidou de um namorado e foi abandonada. Logo em seguida mudou-se para Fortaleza, onde foi “tentar a vida”. Lá conheceu seu marido, um holandês que estava de férias naquela cidade. Está na Holanda desde 2005.

*“Sou de Teresina, nasci no Maranhão, mas fui com 6 meses pra Teresina. Os meus irmãos moram todos no Brasil. [...] Eu morei em Teresina até os meus 18 anos, daí eu bati asas, fui pra onde minha tia em Brasília, fui morar com ela. Foi minha decisão, porque eu não gosto muito da minha cidade e eu queria viajar. Com 13 anos, no restaurante da minha madrinha, trabalhava meio turno, né? De manhã trabalhava e à tarde eu estudava. [Estudei] 2.º ano do 2º grau, mas não cheguei a terminar, porque eu queria viajar. E aí eu não terminei o estudo e foi a pior coisa que eu fiz na minha vida.”*

*“Porque se eu tivesse terminado os estudos, eu teria uma profissão, e hoje eu seria mais feliz, eu acho. [...] 37 anos. Eu engravidei com 23 anos. Ficou complicado, pois eu tive o meu filho sozinha. Eu não me arrependo de ter tido o meu filho sozinha, mas que é difícil, é. Tive que abrir mão dos meus sonhos, mas não foi por causa de meu filho, foi desinteresse meu. Não foi culpa do meu filho, nem da minha família e nem porque eu não tinha muita condição financeira, eu que me sinto culpada. Eu mesma, ninguém mais.”*

## **M11**

Nascida em Belém, em 1975, foi criada em Brasília. É a terceira de cinco filhos. Frequentou o Ensino Médio. Relatou ter conhecido o namorado italiano em Brasília e mudou-se com ele para a Itália, onde viveu durante 12 anos. Depois resolveu retornar ao Brasil e montar o seu próprio negócio. Após três anos, porém, resolveu voltar para a Europa, uma vez que, de acordo com a mesma, não estava conseguindo pagar o financiamento de uma casa que comprou no Brasil. Num primeiro momento, emigrou para



Lyon, porém, devido a dificuldade com o idioma, resolveu emigrar para a Holanda onde se encontra trabalhando como cabeleireira.

*“Sou de Brasília, mas nasci em Belém, minha família é de Belém. Acho que não existe mais essas coisas [tráfico de pessoas] aqui na Europa, pelo menos envolvendo brasileiros, acho que não. A não ser que seja alguém que foi trazido pra casa de alguém. Eu morei na Itália, sei falar muito bem italiano. Já fiz documentos italianos, entendeu? Já tem um ano que voltei pra Europa, fiquei 3 anos no Brasil, comprei minha casa, montei meu salão, mas como estava difícil pagar minha casa, eu resolvi voltar, mas eu não quis mais ir pra Itália, entendeu? Então resolvi ir pra França, mas eu não sabia falar a língua, penei. Eu sabia que não estava fácil, eu vim com meu dinheiro, com a minha passagem, pois sabia que não estava as mil maravilhas que muita gente que está aqui dá a entender que está pra quem está no Brasil. Passei humilhação, fui humilhada, mas foi uma situação que eu procurei, afinal eu estava bem no meu país, o que quê eu vim fazer aqui? Antigamente você vinha pra Europa, ficava 2, 3 anos e ganhava bem, era um sonho! Hoje em dia não, tem país que você não pode nem chegar na porta. Se tu vai pra Portugal, vai passar fome! Se vai pra Espanha, vai passar necessidade, pra onde ir, então? Na França até pode se conseguir alguma coisa, na Alemanha, a imigração, é terrível. E o trabalho que você pretende fazer é difícil, pois a concorrência é muito grande, entendeu? Então você tem que se adaptar, ou voltar pro teu país.”*

Nos excertos anteriores podemos perceber a heterogeneidade das mulheres entrevistadas: são mulheres que, embora possam ter algumas experiências comuns categorizadas, contam histórias de migração a partir de diferentes pontos geográficos/situacionais, que desafiam a designação única de mulheres da periferia (inclusive nem todas elas se colocam discursivamente neste lugar).

Com vidas marcadas pela migração, por violência (de gênero, sexual e psicológica) sucessivas decepções amorosas no país de origem, sendo que em muitos desses relacionamentos houve o nascimento de filhos e abandono dos mesmos por parte dos pais biológicos.

Existe uma associação das mulheres ao erotismo e exotismo relacionado às ex-colônias, com, por exemplo, a performance sexual exaltada por parte dos parceiros. Algumas mulheres viajaram para realizar trabalho sexual num primeiro momento, mas que acabaram por se envolver com homens holandeses e abandonaram o mercado do sexo e passaram a ter uma vida diferente.

Mais elementos das vidas das mulheres serão abordados no próximo capítulo.

### **3 – Mulheres paraenses: entre sonhos e possibilidades**

Falar em migração e mais precisamente em migração feminina na região amazônica é falar de um lugar-comum, uma vez que também sou uma imigrante, por motivos díspares dos da maioria das mulheres que entrevistei.

Pensar a Amazônia sob a perspectiva dos estudos de gênero é um grande desafio para as ciências humanas. E esta abordagem só é possível a partir da compreensão da Amazônia em sua sociodiversidade, uma vez que o Brasil possui uma sociedade multicultural e a Amazônia não foge a essa realidade (Torres, 2008).

No que diz respeito ao conceito de sociodiversidade, apesar de este ter sido criado pela Antropologia, do ponto de vista sociológico refere-se ao multiculturalismo, comunidades imigrantes, princípios de tolerância e aceitação entre as comunidades, onde o reconhecimento da diferença é condição *sine qua non* para que se possa conviver em harmonia, com igualdade e justiça social. Márcia Oliveira (2010, p. 1) enfatiza que “[n]um contexto de sociodiversidade, para se compreender a ‘mulher amazônica’ é necessário considerar inúmeros fatores de ordem cultural, política e econômica a partir da complexidade que é a Amazônia” .

Hazeu e Figueiredo (2006, p. 5) relatam que no contexto amazônico a mulher nunca foi foco das políticas governamentais:

Os programas de desenvolvimento, os investimentos, as políticas sócio-econômicas sempre foram direcionados para o agronegócio e mineração, que procuram trabalhadores masculinos. A presença da mulher e as questões da sua sobrevivência foram consideradas uma consequência do trabalho masculino. Nesta lógica, as mulheres migraram para dentro da Amazônia atrás dos homens pioneiros, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores de construção, marinheiros e caminhoneiros para ocupar os serviços por eles desejados: trabalhadoras domésticas, prostitutas e/ou para um eventual casamento, muitas vezes através de aliciadores e traficantes. Este dinamismo fragilizou a posição da mulher na Amazônia e produziu uma cultura permissiva à exploração sexual.

As mulheres, frequentemente consideradas cidadãs de segunda classe, sempre sofreram de maneira mais perversa os efeitos dessa situação, mesmo representando a maior parcela da população em muitas cidades da região, como demonstra os dados a seguir, em relação a cidade de Belém do Pará.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
<b>População total</b>	1.084.996	100	1.280.614	100	1.393.399	100
<b>Homens</b>	513.822	47,36	608.253	47,5	659.008	47,29
<b>Mulheres</b>	571.174	52,64	672.361	52,5	734.391	52,71
<b>Urbana</b>	851.519	78,48	1.272.354	99,35	1.381.475	99,14
<b>Rural</b>	233.477	21,52	8.260	0,65	11.924	0,86

**Tabela 2.** População Total, por gênero, nas áreas urbana e rural da cidade de Belém (Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013)

Andreza Smith (2009) reitera o modo de desenvolvimento da região, desde a conquista e a ocupação amazônica no período colonial<sup>21</sup> e afirma que,

[...] a ocupação histórica dessa região contribuiu para a formação de uma cultura permissiva à exploração da mulher, visto que as principais ações voltadas para o desenvolvimento regional se pautavam no trabalho do homem, ocasionando ocupações femininas em postos para servir às necessidades deles, dentro do espaço privado, principalmente. (Smith, 2009, p. 4).

A referida autora, porém, concorda com Ligia Somnian (2001) no sentido de que, apesar da desigualdade histórica encontrada na região amazônica, essa vem sendo reduzida gradualmente, devido principalmente “a conquista pelas mulheres dos espaços anteriormente destinados exclusivamente aos homens sem, contudo, significar o fim de violências contra elas ou a diminuição das diferenças de inclusão e permanência no mercado de trabalho em relação aos homens” (Smith, 2009, p. 4).

Hazeu (2011) corrobora da mesma ideia, em relação à migração feminina no contexto amazônico, de que ainda permanece pouco explorada nos estudos acadêmicos e nas análises demográficas, e afirma tratar-se de uma dupla invisibilidade,

[...] tanto da Amazônia nos estudos que abordam gênero e migrações, quanto de um foco de gênero nos estudos sobre migrações na Amazônia. Quando a mulher migrante aparece, é como vítima de tráfico de mulheres ou relacionada à prostituição, realidade marcante, porém não única e nem isolada como fenômeno social próprio. Esta identificação quase automática entre a migração feminina, a prostituição e o tráfico de mulheres tem seus fundamentos ideológicos [...] mas ao mesmo tempo refletem conflitos de gênero que permeiam a migração internacional (de mulheres) e a organização de gênero da migração. Precisa-se conhecer melhor a realidade migratória, principalmente os processos de sua organização e as relações sociais envolvidas para poder, tanto, contrapor-se à abordagem monolítica e ideológica da migração feminina como tráfico de mulheres para a prostituição, quanto poder intervir para que a migração feminina não seja dominada pela lógica do tráfico de mulheres. (pp. 39-40)

<sup>21</sup> Ver Rezende, Tadeu Valdir Freitas de. (2006). A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. Tese de Doutorado. São Paulo. USP. 353p. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/pt-br.php>.

É inegável a existência de outros elementos reguladores de ordem política, económica, social e cultural que condicionam muitas mulheres ao tráfico internacional na Amazônia. Márcia Oliveira (2010) enfatiza, dentre esses elementos, o reforço de estereótipo em relação à mulher da Amazônia, que é tida como:

[...] “mulher exótica” de “sexo forte e selvagem” que, trocando em miúdos, significa diferente e excêntrica. Na verdade este estereótipo nada mais é do que a justificativa para a legitimação da sevícia e da exploração da condição feminina vendida pelos marqueteiros do “turismo” sexual aos estrangeiros que vêm “visitar” a Amazônia. (Oliveira, 2010, p. 3)

Muitos autores destacam a disseminação de estereótipos que atribuem a mulheres do Sul global características vinculadas à alegria, à propensão ao sexo e a uma certa submissão, características estas que parecem inerentes a mulheres desses países (Piscitelli, 2007; Techio, 2006).

O processo de emancipação das mulheres do Norte global pode ser considerado como um fator impulsionador da procura de mulheres de países do Sul para relações de intimidade e matrimônio. Atrelado a isso, e no caso específico da mulher brasileira, esta representa uma ordem de género mais próximo do padrão de normalidade da identidade feminina que muitos homens ainda valorizam e, no entender de Sacramento (2014, pp. 166-167),

[e]speram, por isso, encontrar nos trópicos possibilidades relacionais e identitárias que, alegadamente, têm vindo a escassear no Ocidente, podendo assim, resgatar (ainda que de forma circunstancial) o lugar ‘natural’ de homens e mulheres que o feminismo ocidental terá abalado.

O autor afirma ainda no âmbito da investigação realizada para a sua tese de doutoramento, que:

A emancipação da mulher na Europa é, comumente, identificada pelos meus interlocutores como o principal factor responsável pela maior individualização e selectividade amorosa e conjugal das suas concidadãs tal como, em sentido contrário, a vulnerabilidade social de muitas das mulheres brasileiras é associada à sua maior disponibilidade relacional face ao homem. (Sacramento, 2014, p. 170)

O referido autor vai além e afirma ser um grande obstáculo para os homens na atualidade se adaptarem à nova realidade, consequência da emancipação feminina e de todos os desdobramentos advindos dessa emancipação. Afirma ainda estar subentendido que, para uma parte dos homens, ainda impera

[...] o desejo de uma mulher menos emancipada como condição fundamental para desenvolver uma relação mais estável. Com efeito, a suposta exigência feminina em relação à carreira e às condições de vida surge, recorrentemente, na argumentação masculina como o grande obstáculo à consolidação dos vínculos de intimidade e à sua institucionalização sob a forma de aliança matrimonial. (Sacramento, 2014, p. 172)

Gláucia Assis (2007), ao retratar a realidade migratória de brasileiros para os Estados Unidos, ressalta que há uma predominância de mulheres na migração legal para este país, desde os anos 30, porém essa realidade foi negligenciada por estudiosos durante longo tempo. A autora afirma também que:

[...] as razões e as características da mobilidade diferenciada por gênero não eram adequadamente enfocadas: sujeitos migrantes eram assumidos como sendo de gênero masculino e não se dava visibilidade à participação feminina. As imagens cristalizadas de mulheres imigrantes como aquelas que esperam ou como dependentes passivas têm sido questionadas desde meados da década de 1970 por estudiosas de gênero e feministas, instigando os estudos migratórios a lançar um outro olhar para o processo migratório e questionando seus pressupostos teóricos (Assis, 2007, p. 767).

E esse “outro olhar” ao qual a autora se refere foi um dos objetivos desse trabalho: perceber como se deu a emigração de mulheres do Norte do Brasil para a Holanda e as estratégias por elas utilizadas, tentando fugir de estereótipos e ideias pré-concebidas em relação à emigração feminina.

Realizar esse percurso não foi tarefa fácil para muitas mulheres. O desconhecimento do país destino, o não domínio de outro idioma para além do português, a abordagem dos serviços migratórios nos aeroportos dos países destino e ou de ligação, foram muitas vezes responsáveis por deportações das mesmas, como relata uma entrevistada:

*“A primeira vez que eu vim, eu fui deportada, fiquei 5 dias no aeroporto de Bruxelas, ela [prima] mandou eu entrar numa fila e ela entrou em outra, ela não tinha visto, ela vinha e voltava sempre.... dinheiro perdido, isso foi em outubro, quando foi em fevereiro eu vim novamente, mas agora foi por Frankfurt e de lá a gente foi pra Paris e lá apanhamos o trem pra Holanda.”*  
(M2, #3)

Na literatura internacional é conhecido o hábito de induzir familiares e amigos para a emigração, com o discurso de que “Aqui é melhor que a”, “Vais conseguir trabalho fácil”, “Vais ganhar muito dinheiro”. De certa forma, esse discurso serve para que as pessoas demonstrem que sua imigração foi bem-sucedida, incentivando outras pessoas no país de origem a fazerem o mesmo percurso.

Hazeu *et al.* (2008, p. 82), ao tratar sobre o aliciamento de mulheres para o tráfico, afirmam haver várias formas de aliciamento, porém com características semelhantes:

Os convites, as providências para a viagem, os contatos não provêm de alguém distante, de um estranho, desconhecido. Ao contrário, são provenientes de alguém que está próximo, conhecido, parente, vizinho, amigo [...]. É este braço na comunidade que garante este reconhecimento e também a aparente aura de confiabilidade da proposta.

Tais características se encaixam perfeitamente no depoimento a seguir:

*“[...] aí eu tinha uma cliente que tinha uma irmã que morava aqui. Uma vez ela foi no meu salão e disse que conhecia muita gente aqui de salão e que precisavam de uma cabeleireira brasileira. Bem! Se era verdade ou não, eu não sei, só sei que ela ligava pra cá na minha frente e falava sobre mim e a pessoa do outro lado dizia “Vem! Vem...” e me prometeu um trabalho, um trabalho aqui. Disse que eu ia ganhar muito bem, que na Holanda pagavam muito bem, que eu ia conseguir me manter aqui e mandar dinheiro pra minha família. Então resolvi e vim [...]. Só que quando cheguei aqui, não era nada do que ela falou.”*

*“Quando eu cheguei eu perguntei pra ela «Cadê o trabalho que você me prometeu?» e ela disse: «Aqui você entra, paga o aluguel e vai procurar trabalho». Recebi uma proposta de trabalho enganosa.”*

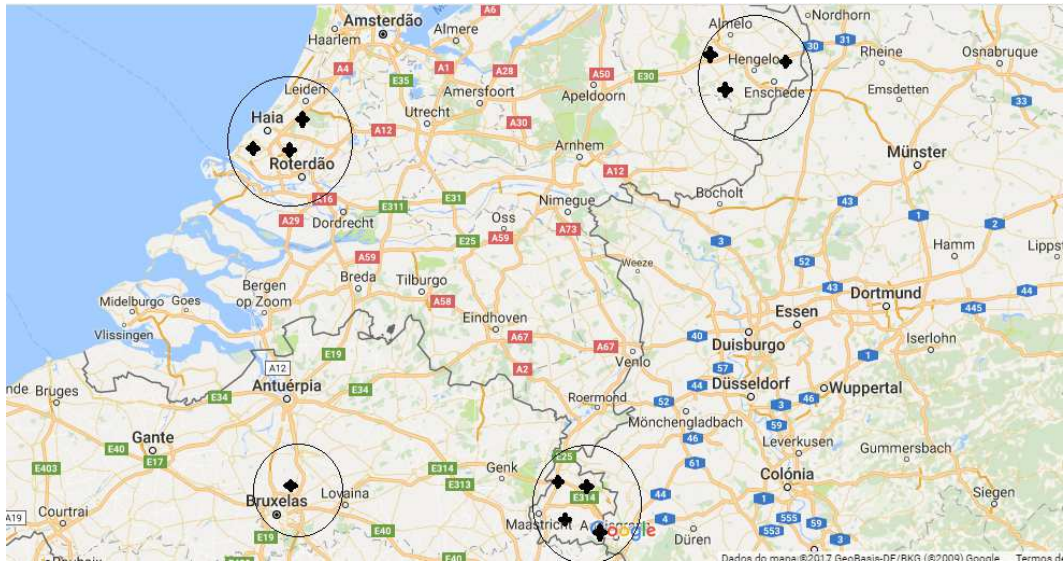
*“Foi aí que eu percebi que tinha entrado numa roubada. Não existia salão à minha espera, tinha pouco dinheiro. Foi tudo bem complicado. No início ficava mais em casa, ela dizia que se eu trabalhasse em casa me daria o que comer. Trabalhava que nem uma condenada, quase que dia e noite, ela lavava e passava roupa para alguns amigos e esse serviço foi todo jogado pra cima de mim. Passei uns 3 meses nessa casa.” (M5, #1, #2, #3)*

O depoimento anterior exemplifica “o componente do engano” (Sodireitos, 2008, p. 82), mesmo para essas mulheres que não vivenciaram situações de tráfico, mulheres que estavam passando por momentos difíceis a nível económico e afetivo e que viram na emigração uma possibilidade real de mudar de vida, o que é legítimo. Porém, em muitos casos, há um aproveitamento por parte de aliciadores/as, como afirma Sodireitos (2008), referindo-se às mulheres traficadas,

A estratégia comum pressupõe, de início o conhecimento da situação de vulnerabilidade. É preciso estar atento para os sinais indicadores que definem e mostram uma vítima potencial. Quem pode ser abordado e quando é oportuno que isto seja feito. É este braço na comunidade que garante este reconhecimento e também a aparente aura de confiabilidade da proposta. (p. 82)

Das mulheres entrevistadas para este estudo, nenhuma se auto-classificou no perfil de traficada, sendo esse um tema sempre contado em terceira pessoa. As mesmas viram antes na emigração a possibilidade de um “renascimento social” (Silva & Blanchette, 2005).

## CAPÍTULO V – VIDAS NAS DUAS MARGENS DO ATLÂNTICO



**Figura 3.** Lugar de destino das mulheres entrevistadas

(Fonte: Disponível em: <https://www.google.pt/maps/@40.6291055,-8.6545585,15z>, adaptado)

### Introdução

Este capítulo dará continuidade à parte empírica do estudo, em que será destacado os discursos das mulheres em relação à migração e as implicações desta nas suas vidas. Para esta análise, como já foi exposto no capítulo 3, foi utilizado um método de natureza qualitativa de análise, mais precisamente a análise de conteúdo temática. As entrevistas foram gravadas e a transcrição integralmente feita pela pesquisadora. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, a partir da qual foram identificadas três grandes categorias, que procuram lançar um olhar abrangente sobre a experiência vivenciada em torno da migração: fatores indutores para a migração; o processo migratório; planos de retorno. Essas categorias encontram-se descritas no Quadro 2, na parte metodológica do estudo.

Para cada mulher entrevistada se buscou uma leitura integral de como se posiciona em relação a cada tema apresentado na entrevista, de modo que a análise dos seus discursos será feita, num primeiro momento, de forma individualizada para cada uma das 11 entrevistadas. Num segundo momento, serão apresentados temas que surgiram no decorrer das entrevistas por iniciativa das mulheres e que podem enriquecer a leitura das

histórias de vida presentes nesta tese. Num último momento, será apresentada uma leitura transversal dos dados, refletida a partir dos aportes teóricos que sustentam este estudo.

A partir desse exercício e no âmbito do objetivo central deste estudo, que recai na construção de conhecimento sobre a migração de mulheres na rota Brasil-Suriname-Holanda, pretendo explorar a realidade vivenciada pelas mesmas antes, durante e depois do processo migratório; as relações sociais travadas; as motivações presentes; experiências de violações de direitos; e perspectivas de futuro.

### **1. A migração feminina no eixo Brasil-(Suriname-)Holanda em primeira pessoa**

Este capítulo objetiva apresentar dados, recolhidos junto às 11 mulheres brasileiras imigrantes na Holanda através de entrevistas semiestruturadas, que permitiram abordar os objetivos específicos de: a) identificar fatores que contribuem para mulheres brasileiras emigrarem para a Europa, ainda em regime de precariedade; b) identificar e analisar as atividades que as mesmas desempenham nos países de origem e de destino, tendo em conta o projeto de vida que traçaram para si; e c) conhecer perspectivas de futuro pessoal e profissional que guardam.

Com base nos dados recolhidos por meio dos encontros, foi possível traçar um perfil geral das informantes, cujas primeiras informações foram facultadas no Quadro 1 e que aqui são completadas com mais dados:



Entrevistada	Estado onde nasceu	Ano de nascimento	Idade aproximada	Ano da emigração	Estado civil	Formação	Ocupação profissional
M1	Pará	1973	40	1998	Divorciada	Ensino Superior incompleto	Empresária
M2	Pará	1973	40	1995	Casada	Ensino Fundamental Menor (1.º ciclo do Ensino Básico)	Doméstica
M3	Bahia	1973	40	Não informado	Casada	Ensino Superior	Trabalhadora de empresa do setor privado
M4	Maranhão	1968	45	Não informado	Casada	Não informada	Trabalhadora de empresa do setor privado
M5	Pará	1966	47	2000	Divorciada	Ensino Médio (Ensino Secundário)	Empresária
M6	Maranhão	1961	52	1996	Casada	Não informada	Empregada em um lar de deficientes
M7	Pará	1976	37	1997	Casada	Ensino Médio (Ensino Secundário)	Auxiliar de enfermagem em um lar de idosos
M8	Rio Grande do Norte	1974	39	2010	Casada	Ensino Médio (Ensino Secundário)	Empregada em empresa de prestação de serviços
M9	Maranhão	1969	44	1996	Casada	Ensino Médio (Ensino Secundário)	Empresária
M10	Maranhão	1975	38	2005	Casada	Ensino Médio (Ensino Secundário) incompleto	Doméstica
M11	Pará	1975	38	Não informado	Não informado	Ensino Médio (Ensino Secundário)	Cabeleireira

**Quadro 3.** Perfil completo das mulheres entrevistadas  
(fonte: dados das entrevistas e diário de campo da investigadora)

Como já se observou, a idade média das entrevistadas é de 41 anos. No entanto, verifica-se uma amplitude de idade que vai dos 37 (M7) aos 52 anos (M6), considerando o ano de 2013, quando ocorreram as entrevistas. Tendo em conta as informações facultadas por oito das informantes, verifica-se que os anos de migração abrangem sobretudo a

segunda metade da década de 1990 e início da década de 2000, o que confirma a observação de que o fluxo migratório de mulheres se tornou mais intenso sobretudo nas últimas décadas do século XX (Ribeiro *et al.*, 2008). Importa destacar ainda que as mulheres iniciaram os seus fluxos migratórios com a idade média de 29 anos, sendo que M2 e M7 foram as que mais novas iniciaram o percurso – contando M2 com 22 e M7 com 21 anos na altura. M5, M6 e M8, por sua vez, foram as que relativamente mais tarde emigraram – contavam com as idades de 34, 35 e 36 anos, respetivamente.

Oito das entrevistadas informaram ser casadas e, nove, desenvolver atividades profissionais no setor privado, fora de casa, sendo que três delas possuem negócios próprios (M1, M5 e M9). Com base nas afirmações registadas nas entrevistas, duas das mulheres se declararam “dona de casa” (M2 e M10).

Em relação à escolaridade, das nove entrevistadas que falaram a esse respeito, sete afirmaram ter, pelo menos, o Ensino Médio concluído. M2 e M10 foram as únicas a afirmar que não tinham completado o percurso escolar obrigatório, tendo M2 interrompido os estudos sem concluir o Ensino Fundamental Menor (equivalente ao 1.º ciclo do Ensino Básico em Portugal) e M10, o Ensino Médio. Desse grupo destacam-se ainda M1 e M3, que chegaram a cursar o Ensino Superior, tendo apenas a última concluído uma graduação.

Explorado o perfil geral das mulheres entrevistadas, passo agora a analisar em mais pormenor as entrevistas realizadas com cada uma, reservando, para um segundo momento, uma discussão sobre algumas narrativas que não encontraram espaço de expressão nas categorias deste estudo.

### **1.1. M1: “Se realizar e crescer em qualquer lugar se consegue”**

No percurso de vida relatado, M1 foi a única das entrevistadas que revelou expressamente ter trabalhado no mercado do sexo no Suriname e na Holanda. Entretanto, colocou questões de ordem afetiva como os principais fatores propulsores para o seu percurso migratório. De acordo com a entrevistada, o deslocamento Brasil-Suriname acabou por se orientar para o trabalho em um clube de mulheres. No entanto, a migração foi justificada como uma espécie de fuga de um relacionamento desfeito no Brasil:

*“[...] essa [escolha de ir para o Suriname] foi uma escolha que a minha mãe fez, junto com minha prima e eu aceitei, mas eu queria voltar [para o Brasil], eu queria só dar um tempo. Eu queria que ele visse que eu não estava mais lá, quando ele resolvesse me procurar. Eu escrevi uma carta pra ele, dizendo que eu ia viajar e disse que por um período, talvez muito tempo ele não iria me ver. Só que eu achava que esse “muito tempo” seria só uma férias [sic.] [...]” (M1, #3)*

Ainda assim, M1 não deixou de destacar razões de natureza econômica para a escolha de trabalhar no clube de mulheres, no Suriname:

*“Eu nunca gostei de homem escuro, mas chegando lá [no Suriname] fiz algumas amizades e acabei que por ir trabalhar num clube, fui trabalhar como garçõnete, mas foi tentador [pausa] acabei indo fazer programa, pagavam bem mais e como tinha uma filha pra criar [...]” (M1, #1)*

O percurso Suriname-Holanda, também para desenvolver trabalho sexual em um clube, igualmente foi motivado, de acordo com M1, por um relacionamento afetivo desenvolvido com um holandês destacado a trabalho no Suriname.

*“Nos conhecemos no clube onde eu trabalhava. Nos conhecemos lá, me apaixonei perdidamente por ele e a dona desse clube tinha negócios na Holanda também e já havia me convidado para vir pra cá, mas não aceitava porque queria voltar pro Brasil. Só que acabei aceitando pra ficar mais perto dele.” (M1, #4)*

*“[...] a dona [do clube de mulheres] me fez uma proposta e eu aceitei. A vida da gente dá muitas voltas, saí de Belém pra passar uma temporada apenas, pra esquecer aquele homem, mas acabei me apaixonando por outro e indo atrás dele.” (M1, #5)*

M1 expõe as origens da sua preferência por homens de fenótipo imaginariamente europeu, de pele clara, já indiciado no fragmento 1, acima transcrito. Na sua visão, também essa sua preferência se coloca como uma motivação que se alinha com o desejo infantil de conhecer outros países e de se casar com uma espécie de *príncipe*. Isso pode ser observado no seguinte fragmento:

*“Eu desde pequena já tinha aquele [sic.] vontade de conhecer gente nova, outros países. Eu sonhava com rapazes loiros de olhos azuis (risos). Eu desde pequena me desenhava vestida de noiva e eu já tinha na cabeça aquela ideologia de casar com um homem com estrutura de príncipe.*

*[...] Eu gostava de ver aqueles filmes americanos, com aqueles homens bonitos, bem vestidos, cabelo todo engomadinho pra trás, olhos claros. [risos]” (M1, #2)*

O posicionamento da entrevistada provoca uma reflexão a respeito de um imaginário coletivo que sustenta concepções de que um casamento com um homem europeu/norte-americano, de feições de realeza, pode trazer status e ascensão social a

uma mulher do Sul Global. Importa, pois, rever essa visão em função das demais perspectivas que aqui serão analisadas.

No entanto, em contraste com essa visão idealizada do homem europeu, M1, que relatou ter experienciado pelo menos quatro casamentos, dois deles com cidadãos holandeses/europeus, procurou pontuar o seu lugar no protagonismo das suas escolhas. Ao se enquadrar como uma mulher independente, registou acreditar que essa característica a afasta de uma visão, corrente entre homens europeus, de brasileira como mulher talhada apenas para o lar:

*“Eu sei que existe [sic.] homens bons entre eles. O problema é que eu tenho um grande poder te fazer os homens se sentirem inseguros. [...]*

*Mas tem muitos homens que pensam «Ah! É brasileira, eu vou pegar, dar de comer e isso é o suficiente pra ela». Eu jamais aceitaria ter esse tipo de vida! Desde pequena eu tinha vontade de ser dona da minha vida, de construir minha própria estória.” (M1, #10)*

A respeito do processo migratório em si, com 15 anos de vivência na Holanda, M1 refletiu sobre os limites e as possibilidades que se abrem, com mais ênfase para os desafios que se colocam à vida no país. De se recordar que, no momento em que foi realizada a entrevista, M1 geria um negócio próprio de organização de festas e de um ateliê de costura na cidade holandesa onde residia.

*“Se realizar e crescer em qualquer lugar se consegue. Não esquecer que com os sonhos, tem os pesadelos também. Eu sempre digo, Holanda não é pra todo mundo, é preciso estar muito bem preparada psicologicamente pra viver aqui, é uma realidade completamente diferente da nossa. Muita gente vem pra cá ficar depressiva, fica louca, eu já vi muitos casos assim, casos de mulheres totalmente perdidas. Eu estaria mais feliz se tivesse ficado no Brasil, eu teria pelo menos lá tranquilidade espiritual. Aqui é uma grande batalha pra pagar as contas, pra ter alguma coisa, aqui se você não tem, não tem mesmo! Enquanto que no Brasil você ainda consegue um lugar pra ficar, alguém que te dei [sic.] comida, os brasileiros são muito mais solidários. Aqui é cada um por si. Sem se falar na alegria que aqui o povo não tem. Não tem também aquela humanidade. Aqui ninguém te para na rua pra te perguntar se você está bem. É cada um por si.” (M1, #6)*

A partir do tom pessimista que assume, infere-se algum desgosto por estar emigrada, fora do país de origem a que atribui uma vida mais tranquila, mais amparada por um espírito solidário e alegre, que não reconhece haver na Holanda. É num tom semelhante que comenta as possibilidades de regressar ao Brasil:

*“Se eu tivesse condição eu voltaria pro Brasil. Eu só não volto pro Brasil porque eu tenho filho pequeno e mais uma agora com 4 anos e eu tenho que esperar que se resolva essa questão da*

*guarda. Se você tem no Brasil a sua mãe, o seu pai, uma família que te ama de verdade, você não está andando descalço, você não está pedindo esmola. Você tem o essencial que é amor, clima bom... eu trocaria tudo que eu tenho agora por isso, pra ter mais paz de espírito.” (M1, #9)*

Ainda que a sua entrevista não revele explicitamente, foi possível observar que a situação afetiva/marital em que se encontrava, com disputa pela guarda de uma das filhas, desempenhava um papel relevante na forma como concebia o sucesso/fracasso do seu processo migratório para a Holanda e enquadrava possibilidades de uma remigração.

A seguir, apresento uma leitura esquemática da entrevista com M1, tendo em conta as categorias temáticas emergentes neste estudo. De referir que a categoria 4, Histórias em busca de contexto, será analisada no capítulo 2.

Categories	Subcategorias	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconómicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Perceções sobre o país de acolhimento	
	Perceções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 4.** Categorias presentes na entrevista com M1

### ***1.2. M2: “Esse país não me dá nada. Nem a passaporte tenho direito, mesmo tendo três filhos holandeses”***

M2 encontrava-se já há 18 anos na Holanda quando foi contactada no âmbito deste estudo. Dentre as mulheres entrevistadas, tinha sido a das mais novas a experienciar o processo de migração, contando com 22 anos na altura. Na base da sua decisão de emigrar em direção à Holanda, de acordo com a entrevistada, está uma razão de fundo afetivo, manifesta no rompimento de uma relação no Brasil.

*“Eu tinha uma prima aqui e minha avó me mandou pra cá, ela dizia: «Minha filha! Às vezes a felicidade dá gente não tá onde a gente mora, às vezes está distante.» Eu tinha acabado um namoro e estava muito triste.” (M2, #15)*

Nota-se aqui uma espécie de *leitmotiv*, que aproxima M1 e M2 nas suas narrativas de vida, situadas no momento em que afirmam ter tomado a decisão de emigrar para a

Holanda. No caso de M2, a escolha do destino se deu pelo facto de ter uma prima a viver em uma cidade holandesa, junto de quem foi viver num primeiro momento.

O processo migratório experienciado, contudo, não foi bem-sucedido em uma primeira tentativa, uma vez que tinha viajado sem visto sob a orientação de uma outra mulher, mais experiente no percurso. Numa segunda tentativa, no entanto, alcançou o objetivo fazendo um caminho mais longo, pela Alemanha e França antes de chegar ao destino pretendido:

*“Minha mãe e minha avó falaram com ela [uma mulher que também faria a viagem para a Holanda] e ela aceitou me trazer, foi um prato cheio pra ela, pra pegar dinheiro da minha avó. A primeira vez que eu vim, eu fui deportada, fiquei 5 dias no aeroporto de Bruxelas, ela mandou eu entrar numa fila e ela entrou em outra, ela não tinha visto, ela vinha e voltava sempre... dinheiro perdido, isso foi em outubro, quando foi em fevereiro eu vim novamente, mas agora foi por Frankfurt e de lá a gente foi pra Paris e lá apanhamos o trem pra Holanda.” (M2, #3)*

O relato de M2 reflete uma situação descrita por estudos sobre migrações como relativamente comum, que é a utilização de uma rede de suporte formada por familiares, amigos ou conhecidos, que conhecem ou já fizeram o caminho, para o desenvolvimento do percurso migratório. No caso da entrevistada, a mulher que a auxiliou nesse processo atuou como uma espécie de atravessadora, indicando caminhos a percorrer por uma pessoa indocumentada de modo a escapar do controle de fronteiras. Embora a investigadora tenha estimulado M1 a falar mais sobre a experiência, no sentido de explorar as razões que a levaram a recorrer a esses serviços, a entrevistada preferiu não desenvolver muito esse assunto.

Com efeito, M2 assumiu que a mulher que lhe auxiliara no percurso tinha experiências anteriores de conduzir mulheres do Brasil para a Holanda com o objetivo de levá-las a integrar o mercado do sexo. Discursivamente, no entanto, a entrevistada procurou afastar a sua experiência das demais. Quando questionada se achava que a mulher em questão tinha a intenção de mandá-la para um “clube de mulheres”, M2 respondeu:

*“Sei lá. Mas eu sei que ela trouxe muita mulher pra trabalhar em puteiro aqui. Dai eu vim pra casa dessa minha prima e lá eu trabalhei no bar dela e na casa também, morei pouco tempo, porque não deu certo. A minha avó mandava dinheiro pra mim e elas ficavam com o dinheiro da minha avó. Foi nessa época que eu conheci o meu marido e da casa dele liguei pra mim [sic.] avó e contei o que estava acontecendo. [...] Saí da casa dessa minha prima e fui morar com ele.” (M2, #16)*

Em relação a discriminações sentidas como imigrante, relatou apenas que se sente não-acolhida pela sogra. Segundo ela, devido às circunstâncias que cercaram o seu casamento:

*“[...] a minha sogra nunca me aceitou, porque ele tinha acabado de se divorciar, ele se divorciou em dezembro e a gente se conheceu em fevereiro, ela achou muito rápido.  
«Outra estrangeira? Depois tu faz filhos e eu vou sofrer de novo».  
Ela tinha medo de sofrer por causa de neto, porque ele teve um filho com a primeira mulher que era espanhola. [...]” (M2, #1)*

Ainda a respeito das discriminações sentidas, afirmou, em tom reflexivo, serem as próprias brasileiras a protagonizarem tais episódios:

*“As própria brasileiras faz [sic.] «casinha» pras próprias brasileiras.  
[...] As próprias brasileiras gostam de desmoralizar as outras.” (M2, #2)*

Afirmou na sequência de um relato em que uma brasileira havia lhe indicado uma casa para fazer limpezas e, ao chegar ao destino, se deparou com um homem que lhe propunha um trabalho de cunho sexual.

Em relação a experiências de tráfico de pessoas de que tem conhecimento, a entrevistada relatou três situações:

*“Tinha uma outra menina aqui, que era minha amiga de infância e veio pra cá, foi para um clube na Alemanha e lá sofreu muito. Ela me disse que uma pessoa pagou a passagem dela e ela só podia sair do clube quando ela terminasse de pagar a passagem. No Brasil ela já trabalhava em clube. Lá ela conheceu um holandês e ficaram juntos, tiveram 2 filhos, se separaram e ela voltou pra prostituição. (M2, #4)  
Conheço várias mulheres de Belém que foram primeiro pro Suriname antes de vir pra cá, mas elas não gostam de falar sobre isso. (M2, #5)  
Tenho uma grande amiga que me contou como foi pra lá [Suriname], ela tinha um filho e disse que sofreu muito no Suriname e lá ela trabalhou num clube, ela era uma morena muito bonita, deu muito lucro pra eles e ela tinha uma amiga que veio pra Holanda pra trabalhar num clube dos mesmos donos e mandou buscar ela e ela teve que trabalhar pra pagar a passagem, elas não podiam sair desse clube. Elas tinham direito a uma folga a cada 15 dias e só passeavam com a dona do clube era igual uma cadeia, não podiam trocar telefone com cliente, não podiam marcar encontro fora do clube. Hoje as duas estão casadas, tem uma vida normal e não gostam de falar desse assunto. [...]” (M2, #6)*

Em comum, nos casos relatados são destacadas situações de privação de direitos, sobretudo o de ir e vir através de um cárcere forçado para pagamento de dívidas com os custos da viagem. Recorrente nesses casos também é a incidência do Suriname como um

destino para a prestação de trabalho sexual antes da migração para a Holanda, o que reforça a leitura de que existe uma rede de tráfico de pessoas no eixo Brasil-Suriname-Holanda (Leal & Leal, 2003; OIT, 2006). Outro destaque que importa ser feito na transversalidade dos fragmentos da entrevista, diz respeito às afetividades que se desenvolveram no seio dessas experiências de tráfico: o casamento e a constituição de família surge como uma espécie de redenção da situação vivenciada enquanto traficadas.

M2 afirma não se sente integrada ao país, sobretudo por não ter conseguido aprender o holandês até então, o que presumivelmente dificulta as suas interações sociais e a resolução de problemas da vida prática:

*“Esse país não me dá nada. Nem a passaporte tenho direito, mesmo tendo três filhos holandeses. Não consigo arrumar um emprego decente, só trabalho “a preto” porque ninguém me dá emprego.” (M2, #14)*

Aliás, o conhecimento da língua como uma das condições para uma plena integração na Holanda foi tema recorrente entre as diferentes entrevistadas. A inadaptação sentida por M2 manifesta-se no seu desejo de regressar ao Brasil, que não se concretiza, segundo ela, por conta dos filhos.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconómicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Perceções sobre o país de acolhimento	
	Perceções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 5.** Categorias presentes na entrevista com M2

### ***1.3. M3: “Eu me senti realmente um membro dessa sociedade, eu sou alguém que está na folha de pagamento de uma companhia aqui”***

M3, no conjunto das mulheres entrevistadas, destacava-se por seu percurso de formação, em nível superior, no campo da Teologia. Ao deixar o Brasil, rumo à Holanda, deixou uma situação profissional estável na área da educação, segundo o seu relato. Ao



questionarmos as razões que a levaram a iniciar o percurso migratório, M3 afirmou que o fez:

*“Por amor (risos). Eu posso dizer isso hoje com certeza, que foi por amor [que emigrou] porque depois de pensar e repensar tanto, no momento em que eu tomei essa decisão, realmente não houve outro motivo senão o amor [...]. Eu não tinha outra motivação para emigrar. Tinha uma vida estruturada, trabalhava no que eu gostava e muito [...]. Era uma certeza cega, cega no sentido de que era essa a pessoa, era esse o momento. Estávamos há 2 anos juntos e eu larguei tudo, os meus empregos maravilhosos, meus salários maravilhosos, larguei tudo e vim pra cá.”*  
(M3, #1)

Mais uma vez aqui as afetividades desempenham um papel decisivo na motivação para emigrar. No caso de M3, contudo, observa-se que a migração não se deu como espécie de fuga de um relacionamento afetivo, mas como um percurso de encontro. De acordo com a entrevistada, conheceu o então atual marido em férias, numa estância turística no litoral do Brasil. Após alguns anos de relacionamento à distância, tomou a decisão de ir ao encontro do mesmo, na Holanda.

M3 afirmou que o seu processo de instalação no novo país se deu sem grandes dificuldades, uma vez que, a princípio, não desenvolvia uma intensa interação com as pessoas locais: *“Naquele momento a gente estava vivendo tanto um pro outro que eu não estava nem aí que não me comunicaria com as outras pessoas, naquele momento as outras pessoas não eram necessárias pra mim, vamos dizer assim [...]”* (M3, #2). A rede de suporte afetiva e material desenvolvida pelo marido holandês, nesse primeiro momento, indicia ter tornado a experiência de instalação no novo país mais pacífica, em contraste com as experiências de M1 e M2.

De acordo com o relato de M3, as dificuldades surgiram quando ficou grávida, um ano depois da sua chegada. Nesse momento, face à necessidade de conhecer as dinâmicas do novo país e inevitavelmente se comunicar com outras pessoas, a entrevistada afirmou ter sofrido um “choque de realidade”, inclusive com a nova identidade que sentiu ter assumido:

*“Depois do nascimento da minha filha e eu que já estava consciente da minha realidade aqui começaram a surgir as outras necessidades: necessidade de trabalhar, necessidade de me comunicar mais, necessidade de ter uma vida social com os holandeses, necessidade de tudo! Enfim... de tentar resgatar um pouco daquilo que eu era, pois eu já não me conhecia mais, me sentia uma pessoa completamente estranha, me sentia outra pessoa e ainda me sinto, mas naquele tempo era muito pior. Ai começou a tomada de consciência, que é um processo lento e*

*duro, que é a tomada de consciência de que você é um estrangeiro e que você é uma pessoa importante. Por um bom tempo eu tive essa sensação de impotência, você dorme e acorda com essa sensação de impotência, que vai te minando, te minando, que vai gerando outros problemas. Tem a fase que você fica nervosa, tem a fase que você fica deprimida, tem a fase que você busca compensações em outras coisas. A gente passa por muitas fases e eu acho que passei por todas as fases. Tem vezes que você quer fugir! às vezes quer viajar! às vezes quer comprar, comprar, comprar. Quer ficar o dia todo na frente da televisão, ou quer se fechar totalmente, enfim... você vive buscando aquelas válvulas de escape, essa fase é a pior fase.”*  
(M3, #4)

A respeito do choque identitário, é possível depreender das palavras de M3 um tom de lamentação de quem reconfigurou a sua identidade para estar em um outro país, cuja língua até então era desconhecida, e com outras funções, mais ligadas à gestão do trabalho doméstico, em contraste com a vida profissional ativa que desenvolvia enquanto professora, no Brasil. Esse excerto de entrevista dialoga com a reflexão de M1 (#6) sobre os limites e possibilidades da migração, na qual alerta para um *preparo psicológico* para se viver uma realidade *totalmente diferente* da brasileira.

M3, contudo, na altura da entrevista, já se sentia mais integrada à Holanda, situação que tributou ao fato de ter um emprego, o que lhe garantiu um sentido de maior autonomia: *“Eu me senti realmente um membro dessa sociedade «Eu sou alguém que está na folha de pagamento de uma companhia aqui. Eu sou uma cidadã! Eu tenho meu salário, eu tenho a minha conta no banco»”* (M3, #11).

Em relação às situações de preconceito vivenciadas, M3 ressalta sobretudo o linguístico, ainda assim, de forma “leve”, se comparado ao Brasil:

*“Mas o tipo de preconceito que eu sofri aqui, eu diria que foi muito leve, se comparado com o preconceito que existe no Brasil. Um momento em que eu me senti realmente discriminada aqui na Holanda, eu acredito que foi o preconceito em relação a língua holandesa, não foi preconceito pela minha cor, pela minha origem. A dificuldade de comunicação que faz com que as pessoas tenham uma ideia errada de você, às vezes você passa por idiota, lerda... «Essa daí não entende nada».”* (M3, #5)

Ainda a respeito do preconceito, a entrevistada revela uma visão semelhante a M1 quando afirma perceber como algo mais pertencente aos brasileiros do que aos próprios holandeses:

*“Às vezes eu acho que existe mais preconceito por parte dos próprios brasileiros. Quando a gente vai comparar quem tem essa postura preconceituosa, pelo o que eu pude perceber, não só comigo mesma, mas com outras pessoas. com certeza o preconceito maior é do estrangeiro para o estrangeiro, no caso o brasileiro para o brasileiro. Acho que a própria estória de complexo de inferioridade que a pessoa já*

*trás, às vezes quer usar isso contra o outro pra se sentir um pouco superior «Eu sou mais do que você! Eu tenho mais do que você! Eu falo o holandês melhor do que você! Eu estou aqui há mais anos que você... ou eu moro melhor que você!», coisas desse tipo. Eu sei que existe essa segregação muito mais por parte dos brasileiros, do que pelos holandeses. Os holandeses tiram de letra essa convivência diária com o diferente.” (M3, #7)*

A questão do conhecimento linguístico foi um tema recorrentemente referenciado pela entrevistada, indiciando uma questão importante para se abordar a experiência de migração. É nesse sentido que M3 aponta como uma condição imprescindível para uma migração de sucesso o conhecimento da língua do país de destino. Ao se expressar sobre isso, revelou ser esse o quesito necessário para se desenvolver uma vida que considera *decente* no novo país:

*“Eu acho que dependendo da pessoa e da origem dela eu daria talvez conselhos diferentes, mas existe um ponto, um aspecto que independe de origem que é a questão da busca do conhecimento. É fundamental o idioma em primeiro lugar, se você sonha em ir para um outro país busque aprender o idioma desse país, esse é o primeiro passo pra que todas as outras portas se abram. Se você cair de paraquedas num país sem falar a língua é o primeiro passo para todo o tipo de situação vexatória, constrangedora a que você poderá estar exposta. Se você sonha em viver em outro país, a primeira coisa - busque aprender o idioma antes de se aventurar, se prepare. Sabendo o idioma você vai eliminar 50% das dificuldades. Você pode até ser uma pessoa que tenha estudado, que tenha formação, que saiba mil coisas, mas qui se você não sabe a língua você é um «zero à esquerda». Não pense que porque você tem uma carinha bonitinha e engraçadinha, que vai te abrir portas, pode até abrir, se você for para o mundo ilícito, se você for trabalhar como prostituta ou coisa do gênero. Mas se você quiser ter uma vida normal, decente, não será a aparência que vai contar, mas sim, saber a língua do país [...]” (M3, #9)*

*Decente*, na perspectiva da entrevistada significa uma vida não devotada ao trabalho sexual, como se depreende pelo excerto.

Em relação ao tráfico de pessoas, M3 afirmou ter um conhecimento restrito aos meios de comunicação. Por outro lado, associou em seu discurso a situação de mulheres que deliberadamente procuravam maridos estrangeiros no Brasil. Tinha conhecimento de colegas de escola de idiomas que faziam a rota migratória em condições que considera *não ortodoxas*, mas não em situações de tráfico. Ao desenvolver o seu discurso, apontava que se tratava de mulheres que, no Brasil, frequentavam locais turísticos com concentração de estrangeiros à procura de encontros com os mesmos, encontros esses que, quando bem-

sucedidos, resultavam em uma migração para o exterior, em busca de uma vida melhor (cf. M3, #10).

M3 manteve, ao longo da entrevista, um discurso lúcido sobre as circunstâncias dentro das quais migrou, procurando destacar os desafios e as mais-valias das experiências que teve. Nesse contexto, faz-se marcante o protagonismo que atribui a si nas escolhas que fez e que traçaram o caminho até à situação que se encontrava.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconómicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Perceções sobre o país de acolhimento	
	Perceções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 6.** Categorias presentes na entrevista com M3

#### ***1.4. M4: “Se eu tivesse ficado no Brasil, teria continuado a trabalhar como sempre, mas eu não teria evoluído tanto a nível intelectual”***

M4, assim como M1, experienciou a rota Brasil-Suriname-Holanda. No entanto, essa informação foi prestada de forma sutil pela entrevistada durante a gravação e apenas foi mais explorada nos momentos antes e após a entrevista propriamente dita. Dessa forma, na entrevista gravada e transcrita, M4 afirmou ter ido para o Suriname para trabalhar com uma tia, que tinha negócios naquele país. Não especificou, no entanto, a área de exploração comercial.

A ida para a Holanda, num primeiro momento em carácter temporário, aconteceu, segundo a entrevista gravada, após o convite de uma amiga. Durante esse tempo veio a conhecer o que seria o seu futuro marido:

*“Foi uma amiga que me trouxe, me fez um convite e eu aceitei. Eu sempre tive esse desejo de sair do Brasil. [...] Mas eu vim pra passar 1 mês e meio, quando eu voltei eu já havia conhecido o meu esposo. [...] Eu o conheci no dia 15 de dezembro, tinha acabado de chegar aqui e quando vou no dia 15 de janeiro ele me pediu em casamento e eu voltei pro Brasil no dia 2 de fevereiro. Mas eu fiquei*

*com aquilo na minha cabeça, de que ele estava brincando. [...] Já estamos casados há 20 anos de casados, 21 anos juntos.” (M4, #1)*

Fora da gravação, M4 afirmou ter ido para a Holanda a convite de um proprietário de boate, que se dispôs a pagar todas as suas despesas. Nessa boate, na qual afirmou trabalhar no serviço de mesas, veio a conhecer o holandês com o qual veio a se casar posteriormente. Independentemente da versão em jogo, verifica-se aqui mais uma evidência da afetividade como força motriz do projeto migratório, ao menos ao nível da narrativa oficial, neste caso em particular, como a razão que manteve M4 na Holanda.

O processo de instalação se mostrou difícil, segundo M4, sobretudo por não dominar o idioma local, o que dificultou a interação com a sogra, com quem foi morar após o regresso definitivo à Holanda juntamente com o filho que tivera no âmbito de um relacionamento anterior. A situação, contudo, teria sido melhorada quando começou a aprender o holandês:

*“Foi muito, muito difícil, porque ... primeiro eu não falava o idioma, ela não falava inglês, só holandês. Às vezes eu queria explicar as coisas e ela não entendia, então ficou sempre aquela... aquele conflito. Os meus primeiros 2 anos aqui eu posso dizer que foi um inferno «Eu comi o pão que o diabo amassou». [...]*

*Ela [a sogra] era dominadora, tudo tinha que ser do jeito dela. Depois de 2 anos, eu já estava na escola... eu queria porque queria aprender a língua pra falar tudo que eu tinha que falar pra ela, depois que eu aprendi tudo mudou.” (M4, #2)*

Também foi no âmbito familiar que disse ter experienciado situações que considerava discriminatórias, como a ilustrada no relato: *A única pessoa que me machucou, foi a minha sogra, porque ela falou pra amiga dela, quando ela me conheceu, quando eu cheguei aqui, ela falou: «Ah! Mais uma morena na família» (M4, #3)*. É de se refletir, contudo, mesmo a par do contexto discursivo construído no âmbito familiar, sobre que autoimagem M4 guardava de si, no sentido de conceber uma atitude discriminatória ser considerada “morena”.

Em diferentes passagens da entrevista, M4 demonstrou demarcar certo afastamento da identidade como brasileira, no sentido de pontuar a sua diferença em relação a estereótipos associados tal como o de povo sem normas. Levado ao extremo, pode-se inferir uma negação da sua identidade brasileira, aparente na forma como se expressa:

*“Eu me sinto... o meu esposo fala e mesmo outras pessoas holandesas que me conhecem falam: «Eu acho incrível o jeito dela!»  
Muitas pessoas me falam que eu «não tenho jeito de brasileira».” (M4, #4)*

Em relação à visão que guarda do homem europeu, mais especificamente o holandês, encontramos em M4 uma expressão diferente das demais entrevistadas, que procuraram destacar as qualidades em detrimento dos defeitos (estes reservados aos homens brasileiros). M4 destacou que “[o] defeito dos holandeses é que eles são egoístas, não todos claro” (M4, #6).

No mesmo tom da maioria das entrevistadas, também M4 defende o conhecimento linguístico como um fator indispensável para uma migração com êxito:

*“Se você realmente quer vir pra cá, se organize pra ter uma vida melhor do que você tem no Brasil. Estudar, aprender inglês pra começar, aqui todo holandês fala inglês, o problema aqui é a comunicação, se você não se comunicar você não vai adiante.” (M4, #7)*

De um modo geral, a entrevistada considera ter sido bem-sucedida no seu percurso migratório, que lhe permitiu um casamento, a constituição de uma família e a assunção de outra atividade laboral.

*“A vida que eu tenho hoje, agradeço a Deus todos os dias, por ter me dado o meu palacinho, a minha família... eu também tive que batalhar, ninguém chegou pra mim e disse «Tá aqui essa casa, tá aqui ... Você que [sic.] batalhar para conquistar».  
Se eu tivesse ficado no Brasil, teria continuado a trabalhar como sempre, mas eu não teria evoluído tanto a nível intelectual também. Eu sempre tive sede de conhecimento.” (M4, #8)*

Na senda desse balanço, M4 afirma sentir-se integrada ao país e não ter planos de retorno para o Brasil, sobretudo por conta da família que constituiu. Na sua concepção, o regresso apenas seria possível a passeio. Com essa perspectiva, aproxima-se de M3 ao não considerar possibilidades de remigração.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconômicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Percepções sobre o país de acolhimento	
	Percepções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 7.** Categorias presentes na entrevista com M4

**1.5. M5: “Foi aí que eu percebi que tinha entrado numa roubada. Não existia salão à minha espera, tinha pouco dinheiro”**

No conjunto das histórias de emigração em análise, a narrativa de M5 apresenta pelo menos um traço distintivo. Se as mulheres até então auscultadas elencaram razões de ordem afetiva para iniciar/manter o percurso migratório, M5 indica uma razão exclusivamente assentada na situação económica em que se encontrava no Brasil. Na altura da emigração, em 2000, a entrevistada disse ser proprietária de um pequeno salão de beleza em Belém, a partir do qual tirava condições de subsistência para si, o filho, a mãe e a avó. Com o falecimento prematuro de uma das irmãs, passou também a ser responsável pela manutenção de quatro sobrinhos, o que afirmou ter sido uma situação que lhe trouxe dificuldades financeiras. Dentro dessas circunstâncias, teria recebido de uma das clientes uma oportunidade de trabalho na Holanda:

*“[...] aí eu tinha uma cliente que tinha uma irmã que morava aqui. Uma vez ela foi no meu salão e disse que conhecia muita gente aqui de salão e que precisavam de uma cabeleireira brasileira. Bem! Se era verdade ou não, eu não sei, só sei que ela ligava pra cá na minha frente e falava sobre mim e a pessoa do outro lado dizia “Vem! Vem...” e me prometeu um trabalho, um trabalho aqui. Disse que eu ganhar muito bem, que na Holanda pagavam muito bem, que eu ia conseguir ma manter aqui e mandar dinheiro pra minha família. Então resolvi vim [...]. Só que quando cheguei aqui, não era nada do que ela falou.” (M5, #1)*

Ao chegar à Holanda, teria descoberto se tratar de uma proposta de trabalho enganosa. O que se pretendia, de acordo com M5, era que desempenhasse trabalhos domésticos em troca de alimentação. A sua instalação no país, nesse sentido, foi problemática:

*“Foi aí que eu percebi que tinha entrado numa roubada. Não existia salão à minha espera, tinha pouco dinheiro. Foi tudo bem complicado. No início ficava mais em casa, ela [a anfitriã] dizia que se eu trabalhasse em casa me daria o que comer. Trabalhava quem nem uma condenada, quase que dia e noite, ela lavava e passava roupa para alguns amigos e esse serviço foi todo jogado pra cima de mim. Passei uns 3 meses nessa casa.” (M5, #3)*

Observamos, neste caso, mais uma vez o recurso a uma rede de amigos/conhecidos como um meio supostamente facilitador no percurso migratório. No entanto, neste caso, assim como no de M2, verifica-se que a rede formada arquitetou meios de exploração, financeira ou laboral, das mulheres em situação vulnerável (estrangeiras, indocumentadas). Em certo sentido, as circunstâncias nas quais M2 e M5 se

encontraram ao chegar na Holanda tipifica uma situação de violação de direitos, uma vez que as condições económicas nas quais se encontravam à partida as tornava cativas às pessoas que lhe facilitaram o percurso migratório.

M5 relatou ter enfrentado muitas dificuldades até ter conseguido reunir condições de desenvolver os seus trabalhos de cabeleireira em domicílio até, finalmente, conseguir abrir o seu próprio salão de beleza na Bélgica, negócio que geria até o momento da entrevista. Nesses mais de dez anos em território holandês/belga teria trazido o seu único filho, fruto de um primeiro casamento desfeito no Brasil, e casado com um cidadão local – relacionamento entretanto terminado. A partir da perspectiva que desenvolveu nesses anos fora do seu país de origem, considera as propagandas governamentais brasileiras como uma influência maléfica na construção de um imaginário sobre a brasileira como uma mulher excessivamente disponível aos homens, o que relatou a título de preconceito que vivencia enquanto mulher estrangeira:

*“Prostituta tem em todo lugar, e de todas as nacionalidades. Mas a culpa pela brasileira ser sempre acusada de ser prostituta é do próprio governo, a divulgação do carnaval, sempre uma mulata, de bunda grande, que sabe sambar, sempre com pouca roupa. Aqui quando você conversa com um estrangeiro e diz que é brasileira ele já diz “Brasil? Uau!!! Futebol!!! Samba!!! já fica todo ouriçado. A cara da gente cai no chão de vergonha.” Pode passar holandesa, belga de roupa curta, africanas... nem se fala, as marroquinas todas cobertas, mas quem leva a fama é a brasileira.” (M5, #5)*

Em relação ao país em que então residia, Bélgica, e ao seu povo, M5 afirma ter uma visão positiva, o que não se aplica aos imigrantes:

*“O povo aqui até que é amorosos [sic.], são educados, não são agressivos. Agora os que mais maltratam são os próprios estrangeiros. O que te trata mais mal são os próprios imigrantes de outros países, são grossos e mal criados.” (M5, #9)*

Mais uma vez encontramos um relato que coloca os estrangeiros – desta vez classificados genericamente – no lugar dos maus acolhedores. Recorde-se que uma percepção até então recorrente entre as entrevistadas (p. ex. M2 e M3) é a de que os brasileiros são os principais protagonistas das situações de preconceito por elas observadas/vivenciadas.

Ao refletir sobre as vantagens de ter migrado para a Holanda/Bélgica, M5 demonstra um posicionamento de certa forma pessimista, apesar de não ter desenvolvido os fundamentos para o mesmo. Nesse âmbito, a entrevistada reconhece que a principal



razão que a moveu do Brasil, a necessidade de melhorar os meios de subsistência, acabou por ser anulada depois da experiência em território holandês/belga:

*“[...] eu poderia muito bem estar lá vivendo com meus irmãos, já que eu tinha um salãozinho. Se eu falar que depois que imigrei que consegui construir alguma coisa no Brasil, eu tô mentindo. Eu não precisava sair, na realidade se eu tivesse ficado eu também conseguiria sobreviver com o meu trabalho.” (M5, #7)*

Essa perspectiva se reflete nos planos de retorno ao Brasil que traça para si:

*“Penso em voltar pro Brasil, mas eu acho que ainda não chegou o momento [...] [e] não sei quando será, pus na mão de Deus. Eu gosto muito daqui, mas eu sinto muito a falta da minha família, mas eu ainda não estou preparada financeiramente pra voltar, pra recomeçar do zero. O que eu mais me arrependo na minha vida é ter vindo pra cá, eu podia ter ficado quieta lá. Mas já que estou aqui, eu fico, porque gosto daqui. Estou construindo a minha vida aqui, degrauzinho, por degrauzinho, tudo que eu tenho, ninguém me deu, foi conquista minha, através do meu suor. Eu não tenho nada que eu possa falar que alguém me deu. Chego às 8 da manhã, tem dia que vou embora às 11 horas da noite.” (M5, #8)*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconômicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Percepções sobre o país de acolhimento	
	Percepções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 8.** Categorias presentes na entrevista com M5

### **1.6. M6: “chegando aqui eu conheci um holandês e comecei a ficar uma temporada aqui, outra lá”**

M6, entre as mulheres entrevistadas, foi a que migrou com idade mais avançada. Contava com 35 anos em 1996, quando foi pela primeira vez para a Holanda, em férias. Na altura tinha dois filhos que, após a ida definitiva para a Holanda, ficaram aos cuidados da mãe.

As circunstâncias que afirma a ter levado à Holanda se prende com a questão afetiva. Afirmou ter conhecido o que seria o seu primeiro marido holandês na primeira vez

que foi de férias àquele país. Após o primeiro encontro, passou a visitá-lo a cada seis meses até que se casaram:

*“Tinha uma amiga que morava aqui e me convidou pra passar férias [...]. Vim pra cá através dela e chegando aqui eu conheci um holandês e comecei a ficar uma temporada aqui, outra lá [...] ficava pra lá e pra cá (risos). Passava 6 meses e voltava pro Brasil até que ele falou «Tu decide, ou aqui ou lá». Aí eu resolvi vir morar com ele mesmo, ficamos 11 anos juntos.” (M6, #1)*

O relacionamento acabou por não ser bem-sucedido. A entrevistada relatou numerosas situações em que sofreu abusos por parte do marido que, segundo ela, era alcoólatra e viciado em jogos. Após meses da separação, disse ter começado a se relacionar com o que veio a ser o seu segundo marido, também holandês, através de um site de encontros:

*“Um belo dia eu estava sozinha em casa e pensei: «Vou encontrar um namorado pela internet». Entrei lá num site, preenchi o perfil, eu nem entendia todas as perguntas direito, o site era holandês [risos].” (M6, #2)*

*“O meu marido deixou um recado lá no site, dizendo que queria me conhecer, a gente conversou lá e marcamos um encontro [...] conversamos, depois me trouxe pra me mostrar o apartamento dele e desde esse dia a gente não se largou mais (risos) [...] No 4º dia me pediu em casamento – foi e comprou a aliança e tudo [...]. Casamos aqui no civil, 1 ano depois, em 2009, e depois casamos na igreja no Brasil e estamos juntos até hoje, graças a Deus!” (M6, #3)*

Nesse fragmento, observamos mais uma evidência das afetividades como um mote para a migração e para a manutenção das mulheres nos locais de destino.

Recuperando os primeiros anos na Holanda, M6 descreve que a principal dificuldade se manifestou na falta de conhecimentos linguísticos, que foi suplantada quando se enquadrou em serviços de limpeza:

*“Na época em que cheguei aqui, pedi ajuda no centro de emprego e me mandaram pra uma agência de trabalho e lá tinha uma vaga pra trabalhar com telemarketing, mas era preciso falar francês e eu não falo francês, e foi assim, eu precisava trabalhar em qualquer coisa e fui trabalhar fazendo limpeza, que eu detesto (risos), mas ainda trabalhei 1 ano e pouco, era o único que tinha.” (M6, #4)*

No momento da entrevista, M6 trabalhava há quatro anos no setor de lavanderia de um lar que acolhe pessoas com deficiências. Relatou que nunca tinha enfrentado dificuldade de arranjar emprego e tributa esse feito à sua força de vontade:

*“Eu só fiquei sem trabalhar 2 meses, porque eu me acomodei, mas quando eu fui atrás, eu sempre arranjei emprego, mesmo que fosse sem contrato, mas eu sempre trabalhei. Eu acho*

*que quando a pessoa quer, se tiver força de vontade, sempre tem onde trabalhar, sempre tem.”*  
(M6, #9)

É nessa tônica que acredita que uma migração bem-sucedida passa por um trabalho de consciencialização sobre o estatuto que se assume no país de acolhimento. Para M6 aos brasileiros são destinados sobretudo trabalhos que demandam esforços físicos e que, infere-se, demandam baixas qualificações:

*“Eu acho assim... tem gente que não tem noção, entendeu? Claro que [a Holanda] tem uma estrutura boa, mas não é o paraíso. Se a pessoa quiser alguma coisa vai ter que trabalhar e não tem aquele trabalho de escritório. No Brasil eu trabalhava em escritório, aqui vai ser fábrica, vai ser limpeza, vai ser esse tipo de trabalho que você vai encontrar aqui. Não vá pensando que vai arrumar um outro tipo de trabalho, que não vai, principalmente numa época dessa. A não ser se venha adolescente pra cá, estude aqui, talvez assim tenha mais possibilidade de ter outro tipo de trabalho, se não for assim acho difícil. É muito raro uma pessoa conseguir outro tipo de trabalho.”* (M6, #8)

Essa visão vai ao encontro da expressa por M3, que supõe que um conhecimento mais aprofundado do holandês possivelmente lhe garantiria um emprego mais qualificado, à semelhança do que assumia no Brasil. Até então, a questão do conhecimento linguístico tem ditado a tônica dos limites e possibilidades da migração e, igualmente, das condições dentro das quais a migração pode ser considerada bem-sucedida.

Em relação a situações de preconceito vivenciadas, M6 relata situações pontuais, que encarou com naturalidade: *“[e]ssas coisas sempre têm, sempre tem, basta eles ouvirem um sotaque diferente. [...]”* (M6, #6).

Sobre a visão que tem a respeito do homem europeu, M6 desenvolveu a sua reflexão por referência ao que acredita ser um perfil típico dos homens brasileiros.

*“Eu acho o homem brasileiro muito machista, a maioria muito machista, mulher pra ele é pra trabalhar e fazer serviço de casa, cuidar de filho, eles é o trabalho e depois sair com os amigos pra tomar as cervejas deles, enquanto que a mulher é pra tudo... pra trabalhar, cuidar dos filhos e suportar as safadezas deles. Os holandeses têm outra postura a maioria sim, apesar do meu ex ser uma exceção, eu acredito que eles têm outra mentalidade sim, têm outro tipo de educação, o trabalho de casa é dividido, não deixa tudo nas costas da mulher. Eles são atenciosos e carinhosos do jeito deles, entendeu?”* (M6, #7)

É fato que a questão da investigadora leva as respostas das mulheres ao campo das generalizações e dos estereótipos correntes. No entanto, as respostas oferecem subsídios que podem ajudar a compreender de que modo as afetividades são tecidas no âmbito das experiências dos casamentos transnacionais. Até então, como é ilustrado pelo

discurso de M6, tem-se observado uma idealização positiva do homem holandês/europeu, em detrimento das concepções negativas que recaem sobre o homem brasileiro.

Tratando, por fim, de planos de retorno, M6 demonstra estar integrada à Holanda e, a par de questões práticas que elencou a respeito da aposentadoria, assumiu que já não se adapta ao Brasil:

*“No momento não. Às vezes penso, porque sinto saudades, mas eu penso também no outro lado, entendeu? Lá eu não vou ter a vida que eu tenho aqui e agora não tem a menor possibilidade de voltar pro Brasil porque tem uma nova lei... antigamente você podia se aposentar aqui e receber seu dinheiro no Brasil, agora foi cortado, não tem mais. Essa lei é desse ano. Vou viver de quê no Brasil? Eu digo, eu não tenho condições de voltar pra lá, lá eu não tenho renda e digo mais... acho que não me acostumo mais no Brasil não. [...]” (M6, #10)*

Considerando o universo deste estudo, e sem a intenção de apresentar reducionismos em excesso, é possível traçar hipoteticamente uma relação direta entre o estado civil/afetivo das mulheres entrevistadas e a existência de planos de remigração. Das seis histórias de migração analisadas até este ponto, todas as mulheres que assumiram estar casadas (M2, M3, M4 e M6), apenas uma manifesta um sentimento de inadaptação e o desejo de regressar definitivamente ao Brasil (M2).

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconômicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Percepções sobre o país de acolhimento	
	Percepções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 9.** Categorias presentes na entrevista com M6

### **1.7. M7: “Foi aqui que eu me realizei, foi aqui que eu construí a minha família, eu... eu sou feliz aqui”**

A par do trabalho como auxiliar de enfermagem em um lar de idosos, M7 atuava, na altura das entrevistas, junto à comunidade brasileira como um elemento de integração e acolhimento de brasileiros imigrantes na Holanda. A partir da sua vivência enquanto imigrante e do conhecimento que desenvolveu ao longo dos anos no trabalho informal com

o acolhimento de brasileiros, M7 desenvolveu uma entrevista sobretudo baseada na tónica da integração na sociedade holandesa.

A motivação que a levou deixar o Brasil rumo à Holanda e levar consigo a filha, na segunda metade da década de 1990, prendeu-se exclusivamente com uma razão de ordem afetiva. Havia conhecido um holandês em Belém por intermédio de uma prima, também casada com um (cf. M7, #2). Entretanto, mesmo com o casamento desfeito, permaneceu na Holanda e meses depois veio a conhecer o segundo marido, com o qual teve uma outra filha:

*“[...] eu não vim pra passear, vim pra conhecer, a família, pra conhecer o ambiente, pra conhecer as pessoas. eu fiquei 3 meses, daí eu voltei pro Brasil e depois de 2 meses eu vim de vez e acabei ficando. Só que infelizmente a minha relação não deu certo, 3 anos depois a gente se separou. [...] Aí eu conheci ele [o atual marido], e foi diferente... namoramos, casamos e estamos juntos até hoje.” (M7, #3)*

O processo de integração ao novo país, segundo M7, foi dificultado pela questão linguística, o que disse ter prontamente procurado resolver, procurando meios de aprender o holandês.

*“Eu me lembro que quando eu cheguei aqui na Holanda eu me incomodava demais de sentar na sala no meio deles e não entender o que eles estavam falando. Eu não sabia se quando eles riam, se estavam rindo de mim, ou se estavam rindo pra mim. E fui atrás «Eu tenho que aprender essa língua», por isso eu não entendo como tem muitos brasileiros que não sentem isso dentro dele, essa necessidade, essa força de vontade pra aprender a língua, porque a comunicação é muito importante [...]” (M7, #4)*

Ao longo da entrevista, M7 foi pontuando temas semelhantes, sempre destacando a necessidade de um imigrante procurar aprender a língua e os hábitos do país de acolhimento, como forma de tornar a experiência de chegada menos impactante. Segundo a entrevistada, é isso que procura transmitir aos brasileiros recém-chegados. Essa perspectiva se faz presente inclusive na forma como concebe situações de discriminação presentes nesse contexto de encontros interculturais:

*“Existe uma espécie de discriminação sim, mas é reflexo também da cultura holandesa, eles têm uma vida ... de manhã cada um faz o seu saquinho de pão, cada um pro seu trabalho: o marido, a mulher e os filhos na escola, só chegam no final da tarde pra fazer o jantar. Os imigrantes chegam aqui e muitos vivem uma vida de luxo na visão dos holandeses, porque não saem de casa pra trabalhar, principalmente as mulheres e isso causa uma certa discriminação em*

*relação a gente «Por que eles não vão aprender o idioma? Porque eles não vão trabalhar?» [...]” (M7, #5)*

Enquanto mulher brasileira, M7 também refletiu sobre preconceitos que sentiu ter experienciado:

*“Já sofri [discriminação] em relação à cor, nem todo mundo acha a nossa cor bonita (risos), a nossa abundância, a mulher brasileira no verão é mais sensual, ela gosta de botar um salto, ela gosta de botar um vestido, ela gosta de se mostrar mais quando aparece o sol (risos). E existe uma certa discriminação em relação a isso, as holandesas já te olham assim... já te discriminando, mas eu vejo isso como inveja "Vocês estão com inveja da cor". E também em relação... por exemplo, quando você tem contato com um homem em um bar, um restaurante e ele pergunta: «De onde você é?», eu acho isso tão arrogante, às vezes antes de perguntar o nome. No começo eu dizia sem maldade, sou brasileira, mas comecei a perceber a reação, já te olham como se fosses um pedaço de carne, disponível, se veio da América do Sul é isso que eles pensam, e muitas vezes eu estava naquele lugar com minhas amigas, por lazer, meu marido estava em casa, muitas vezes me senti discriminada, por se eu for da Colômbia, do Perú, ou da República Dominicana eu sou vista de outra forma?” (M7, #6)*

Nesse fragmento, observamos que a entrevistada, a partir da forma positiva como se vê a si, constrói um ideário de mulher brasileira como mulher de pele escura, vaidosa, que gosta de cuidar a aparência e de se mostrar, um conjunto de atributos e hábitos que concebe como mal recebidos pelas mulheres holandesas. Por outro lado, vê a sua origem, e possivelmente todas as características físicas que a caracterizam como proveniente da América do Sul, como fonte de interesse negativo por parte dos homens.

Há mais de 15 anos na Holanda, a entrevistada manifesta-se satisfeita com a vida no país. Em diversas passagens registra um sentimento de autorrealização, desde a sua chegada:

*“[...] cheguei num ano que estava tendo um inverno brabo [...]. Eu vi também um paraíso ‘Nossa! Que país lindo! Tudo limpinho, tudo arrumadinho’, parecia casinha de boneca, aí que eu comecei a acreditar que a minha emigração fosse dar certo [...]”. (M7, #7)*

*“[...] eu gosto da Holanda! Eu gosto da Holanda! Foi aqui que eu me realizei, foi aqui que eu construí a minha família, eu... eu sou feliz aqui.” (M7, #8)*

Ao se expressar sobre o homem holandês, M7, à semelhança da maioria das entrevistadas até então, destaca atributos que o qualificam positivamente, em comparação com o homem brasileiro:

*“[...] O homem europeu é muito sério em relação a isso [à família], tanto é que o meu marido recebeu a minha filha de braços abertos, criou ela... Nossa! É louco por ela, não fale pra ele que ele não é o pai dela, ele não admite.” (M7, #10)*

*“Os europeus são diferentes em tudo, eles têm outra visão em relação ao futuro, em relação aos filhos. Eles estão sempre preocupados com o futuro dos filhos. A minha experiência com brasileiro nunca foi boa. Até os meus próprios irmãos... um descaso em relação à família.” (M7, #11)*

*“Tem de tudo... experiências boas, mas também tem experiências ruins [...] Os holandeses têm a cabeça mais aberta, se eles gostam, eles casam com a mulher independente do seu passado. No Brasil era fica marcada pro resto da vida.” (M7, #12)*

Como condições para uma migração exitosa, M7 destaca condições ligadas ao protagonismo, patente em palavras/expressões como *luta, força de vontade, participação*.

*“Mas é aquela coisa... você tem que se esforçar, tem que correr atrás, é uma luta, é uma luta! A imigração é o primeiro passo, chegar e cruzar os braços e dizer «Ah, que país lindo!», é preciso lutar! Lutar pra aprender a língua, lutar pra conseguir emprego, senão você cai em depressão, principalmente por causa do clima [...]” (M7, #14)*

*“Se você se acomodar, você cai em depressão aqui, você [...] tem que participar, procurar os grupos onde tem atividade. A imigração eu vejo assim... você tem que participar, você tem que conviver com eles, viver no meio deles. Não tem sentido você imigrar pra outro país e só viver entre brasileiros, isso não tem sentido.” (M7, #16)*

De se destacar a depressão como um outro tema recorrente, já levantado por outras entrevistadas. Nos discursos das mesmas, tratar-se ia de uma consequência da inércia e isolamento, condições a que as imigrantes estão sujeitas, de uma forma mais direta.

Em relação ao tráfico de pessoas, M7 relata a história de uma conhecida, que teria recebido uma falsa proposta de trabalho para trabalhar na Suíça, mas que, ao chegar, não teria um ordenado que a permitisse pagar as dívidas adquiridas com a viagem e com a subsistência no novo país, o que configura uma situação de trabalho escravo:

*“Eu já conheci uma brasileira que veio parar na Holanda e hoje eu pensando sobre isso, ela foi vítima de tráfico sim. Uma brasileira que morava na Suíça trouxe ela de Belém prometendo trabalho pra ela como babá e no final ela tinha uma dívida, recebia muito pouco e a mulher cobrava tudo dela, até a alimentação e ela nunca conseguia terminar de pagar a dívida. Ela era uma prisioneira, ela não saia de casa e ela conseguiu fugir, veio parar na Holanda através de uns brasileiros que ela conheceu, chegou a trabalhar em algumas casa [sic.] aqui e agora ela está num restaurante na Bélgica trabalhando.” (M7, #17)*

No tocante aos planos de retorno, M7 expressa estar *enraizada* na Holanda e se sentir bem no país, de modo que não traça planos de regresso ao Brasil, embora a perda então recente do pai tenha lhe feito questionar essa decisão:

*“Eu sou uma mulher imigrante que graças a Deus, me dei bem, eu tô bem onde estou, consegui me enraizar aqui, eu não vejo mais volta pra mim. A partir do momento que você tem filhos aqui, os filhos crescem, vai ficando cada vez mais difícil... você se enraiza. É claro que tem momentos que você pensa: «Nossa! Quem eu abandonei?» Principalmente com a perda de uma pessoa querida - um pai, uma mãe, você começa a se questionar se fez a opção certa.” (M7, #18)*

M7 foi a única das entrevistadas que refletiu, ainda que brevemente, sobre os custos afetivos de se encetar um projeto migratório.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconômicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Percepções sobre o país de acolhimento	
	Percepções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 10.** Categorias presentes na entrevista com M7

### **1.8. M8: “Tem gente que mora aqui há 20 anos, depende do marido pra tudo, isso é vida?”**

No conjunto das mulheres entrevistadas, M8 era há que menos tempo se encontrava na Holanda. Segundo o seu relato, após sete anos de casamento com um holandês, que fixou residência no Brasil depois do matrimônio, ambos decidiram mudar-se para a cidade natal do marido. Na altura da entrevista, M7 vivia na Holanda há dois anos.

Pelo relato que nos deu a conhecer, a entrevistada conheceu o então marido no Brasil, por meio de uma amiga que namorava um italiano e trabalhava num restaurante frequentado por turistas estrangeiros. M7 disse ter ido várias vezes ao restaurante deliberadamente em busca de um namorado até conhecer o holandês que veio a ser o seu marido:



*“Uma vez encontrei com uma amiga na rua e ela me disse: «Ah, estou tão feliz, estou namorando com um italiano, ele é maravilhoso...» E me convidou pra ir no restaurante onde ela trabalhava.*

*«Lá tem muitos turistas, eles são maravilhosos!»*

*«Tá bom, eu vou nesse restaurante.» [...]*

*Fomos várias vezes e nada, e eu disse pra ela que não iria mais.*

*«Vamos pela última vez, então, por favor! Eu tô sentindo que hoje tu vai conhecer o teu marido.» [...]*

*Aí a gente foi [...] e nesse dia eu conheci o meu esposo [...].” (M8 #1)*

A narrativa da entrevistada, ao descrever a situação arquitetada para encontrar um namorado/marido estrangeiro, retira deste caso o tom romantizado do casamento transnacional que pode ser encontrado em histórias anteriormente reportadas. Observa-se aqui, ao menos ao nível do discurso, um tom que empresta uma natureza mais utilitarista do que afetiva à relação estabelecida com um estrangeiro, que, de certa forma, transparece na referência a “ser tratada como princesa” (cf. M8, #11). É essa leitura, inclusive, que atravessa a descrição do estilo de vida que tinha no Brasil após o casamento, ainda que tenha afirmado não ser feliz na grande casa onde foram viver.

Também é com referência ao estilo de vida que M8 afirma ter se sentido bem-recebida na Holanda: *“Fui muito bem recebida [...] Passei muito [sic.] Alemanha, Bélgica, tudo pertinho né?”* (M8, #2)

Ainda sobre o processo de instalação ao novo país, M8 expressou a dificuldade inicial com a nova língua, cuja aprendizagem foi colocada como condição para que pudesse arranjar um emprego. Também lamentou não poder ter um contato frequente com alguma outra brasileira, com quem pudesse conversar. No entanto, não expressa vontade de regressar ao Brasil para viver; apenas com a finalidade de férias:

*“Com 4 meses que eu cheguei aqui, né? Me disseram que eu tinha que falar holandês, senão eu não conseguiria trabalhar, então eu comecei a estudar holandês pela internet, dentro de casa a gente só falava holandês nunca mais português, só holandês. No dia-a-dia foi muita dor de cabeça e foi. Comecei a trabalhar, era muito difícil pra mim compreender o que o povo falava, né? Em Maastricht o povo fala muito dialeto, muito difícil e eu pensava:*

*«Onde é que eu vou encontrar uma amiga brasileira pra eu conversar, pra matar a minha saudade, pra me ensinar as coisas?»*

*E eu conheci uma, mas que mora distante daqui e muito difícil pra ter contato, mas apesar de tudo eu gosto muito daqui. No Brasil, só de férias [...].” (M8, #3)*

Sobre a Holanda, M8 expressou visões positivas sobre a organização, destacando a diferença em relação ao Brasil, e sobre as pessoas que, na sua concepção, tratam todos com igualdade, de um modo geral:

*“Quando o avião ia aterrizando na cidade, tudo diferente, tudo arrumadinho, parecia desenho animado (risos). «Olha como é diferente, como é diferente» [...]. Aquele povo todo loiro, do olho azul, grande e isso e aquilo. Porque na minha terra é muito difícil uma pessoa loira de olho azul tratar bem uma moreninha, feinha. E aqui não, não tem diferença de cor, são loucos por negro: «Ai como é bonito, você é bronzeada!»” (M8, #4)*

A partir de uma autoapreciação aparentemente negativa como *moreninha, feinha*, formula que isso, no país, acaba por lhe garantir uma distinção positiva, uma vez que acredita que as pessoas locais admiram a sua cor de pele.

Quando se expressa sobre o homem holandês, M8 se remete ao atual casamento, traçando paralelos com o seu casamento anterior, com um brasileiro, desfeito, segundo o que contou, por infidelidade da parte dele. À semelhança das demais entrevistadas, M8 destaca as qualidades do holandês por comparação aos defeitos que encontra nos homens brasileiros:

*“Estou casada com esse meu segundo esposo todo dia ele diz que me ama, que eu sou a mulher da vida dele, cuida de mim. Claro que todo o casal tem problema, devido ao choque de cultura, os hábitos brasileiro e europeu... é muito diferente. Mas os europeus valorizam mais as mulheres. Existem também europeu que é casado e dá o seu pulinho de cerca, mas é muito difícil ouvir essas histórias por aqui [...]. Aqui eles respeitam mais, respeitam a sua família, a sua esposa. [...]” (M8, #6)*

De se destacar que M8 faz referência a reflexos do choque cultural no seu casamento, algo que, entretanto, não desenvolveu para além da referência de que se trata de diferença entre os hábitos brasileiro e europeu. Até certo sentido, a perspectiva indicada por esta entrevistada pode ser complementada com o discurso de M8 a respeito do modo de estar que atribui ao povo holandês, fortemente afeito a rotinas, entre outras características que se contrastam com estereótipos sobre o povo brasileiro.

Ao refletir sobre uma migração bem-sucedida, M8 vai ao encontro das demais entrevistadas ao destacar características relacionadas com o protagonismo e a proatividade, com destaque para a abertura à aprendizagem de um novo idioma.

*“Tem que pensar 10 vezes e dizer assim «Eu quero!», a chave é essa: «Eu quero me adaptar a uma nova vida! Aprender um novo idioma!» E trabalhar.*

*Porque sai do Brasil pra ficar dentro de casa... já ouvi muitas estórias: veio pra cá, só vive dentro de casa e fica com depressão [...]. A vida aqui é difícil, não é uma vida fácil, não é! [...] Pra mim o sofrimento foi primeiro ano, depois me adaptei. Tem gente que mora aqui há 20 anos, depende do marido pra tudo, isso é vida?” (M8, #7)*

Mais uma vez, a depressão surge conceitualmente como uma consequência da inércia e do isolamento, condição da qual a entrevistada afirma se afastar. Outro destaque recai na ideia de que o protagonismo e a proatividade no processo de migração garante um empoderamento que se manifesta em um modo de vida independente do marido.

Em relação ao tráfico de pessoas, M8 relata em primeira pessoa o receio que teve de ser vítima de tráfico na altura em que, pela primeira vez, teria ido à Holanda, conhecer a família do então namorado, situação que não passou de um receio.

*“E ele [o namorado holandês] me perguntava assim: «Se eu te convidar pra tu vir aqui conhecer a minha família, tu vem?»*  
*«Não! Eu só sei falar português, é muito difícil pra mim».*  
*E pra falar a verdade eu tinha medo «Como será lá? Será que é como ele diz?» Eu pensava muito nesse negócio de tráfico, porque a gente ouviu falar nisso. Essas estórias românticas, de amor, mas que quando chega lá é outra coisa. (M8, #8)*  
*Embarquei no avião com muito medo, muito, muito medo! A primeira vez que eu andava de avião. Quando a gente passa no check in, os brasileiros que tinha lá, vem e senta e fica [sic.] logo orientando: «Olha! Cuidado, esconde teu passaporte lá. Cuidado pode ser um tráfico!» [...] «Cuidado com o teu passaporte que ele te segura lá!»” (M8, #10)*

De um modo geral, mesmo contando com poucos anos de experiência migratória, M8 afirma se sentir integrada ao país, de modo que não incluía a possibilidade de que regressasse ao Brasil de modo definitivo.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconómicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Perceções sobre o país de acolhimento	
	Perceções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 11.** Categorias presentes na entrevista com M8

**1.9. M9: “Eu em 14 anos trabalhando no Brasil, o que que eu ia conseguir? Só o sustento dos filhos, pagar o aluguel. Agora eu chego lá, eu tenho um restaurante”**

No momento da entrevista, M9 encontrava-se a viver na Bélgica com a família, já constituída no Brasil antes da migração. Geria um negócio próprio, um restaurante de comidas brasileiras, e não tinha planos de regresso ao Brasil por conta dos filhos, segundo ela, já adaptados à vida belga e temerosos da insegurança no Brasil (cf. M9, #6). Proveniente de São Luís – MA, antes de ir para a Europa já tinha vivido e trabalhado em outra cidade brasileira.

Ao ser questionada sobre o que a motivou a migrar, M9 não hesitou em responder: “Eu imigrei por falta de condições no Brasil, falta de oportunidade. Eu vim de uma família muito pobre” (M9, #1). Segundo a entrevistada, deixara a família (o marido e os dois filhos) no Brasil num primeiro momento, até conseguir estabilizar-se na Holanda:

*“Naquela época [década de 1990] ainda estava bom pra trabalhar. O meu marido não veio junto porquê fiquei com medo dele não dar conta, eu acho que os homens são meio medrosos, ainda mais com família. Eu vim decidida a ficar aqui e arrumei trabalho: limpeza, passar roupa, olhar menino, cuidar de casa, lavar banheiro... o que aparecia eu fazia.” (M9, #2)*

Segundo relata, depois de três anos conseguiu se legalizar no país e, então, conseguiu trabalhos em restaurantes, até assumir, por repasse, um estabelecimento em que trabalhava como empregada de mesa. A partir desse negócio, que se expandiu e se consolidou, construiu um padrão de vida no qual afirmava se sentir satisfeita após 16 anos. A partir da experiência que acredita ter construído e das histórias de migração a que assistiu, M9 reflete sobre os limites e possibilidades de se construir uma vida fora do Brasil, na Europa, destacando a existência de muitas idealizações que, em última análise, originam frustrações, no seu entendimento:

*“As pessoas se iludem... como eu falei, nós brasileiros temos uma mentalidade... somos alienados, como eu sempre digo, nós somos meio burrinhos. E as pessoas que saem daqui pra lá, mostram uma imagem que não existe. Chegam lá mostrando que enricou eu por exemplo, quando sai de lá, eu era uma pobrezinha, que não tinha nada. Se eu chegasse lá hoje, no salto, todo mundo ia pensar «Puxa! Lá a vida é fácil mesmo, se enriquece fácil». Mas ninguém quer saber os tombos que eu levei antes de chegar aqui. Se eu chego lá e mostro essa imagem, quem é que não vai querer me seguir? Eu em 14 anos trabalhando no Brasil, o que que eu ia conseguir? Só o sustento dos filhos, pagar o aluguel. Agora eu chego lá, eu tenho um restaurante [...]” (M9, #3)*

*“Elas vêm com a ilusão que vão enricar fácil, que vão ganhar dinheiro facilmente. É essa a ilusão que elas têm, a que os europeus são ricos, que vão casar com elas e lhes dar uma boa vida, pra mim é isso que acontece. Isso não quer dizer que todas venham pra cá com esse objetivo, tem muita mulher batalhadora, que não encara qualquer tipo de situação pra ganhar dinheiro e se dá bem [...]” (M9, #4)*

É de se destacar que o discurso da entrevistada vai ao encontro das demais, no sentido de que é preciso proatividade para conseguir construir uma migração bem-sucedida.

Um reverso dessa condição se manifesta em situações que M9 afirma ter acompanhado nos anos em que esteve na Bélgica, situações essas que advêm do que a entrevistada defende como idealizações, nem sempre fundamentadas, que brasileiras constroem sobre a vida no exterior. A título de exemplo, citou duas histórias:

*“[...] na época eu tinha um apartamento grande e alugava um quarto para ajudar no aluguel. Ela veio do Brasil, era casada lá, veio pelo mesmo motivo que eu vim – procurar uma oportunidade pra depois trazer a família, quando chegou aqui, virou a cabeça, começou a ir para as festa, pros bares e esqueceu a família. Ela se envolveu com um rapaz da Albânia, um rapaz muito bonito. E esse rapaz levou ela pra Itália e trancou ela numa casa. No início estava tudo bem “Meu namoradinho...” deixou tudo pra trás por causa dele. Ele levou ela pra uma casa na Itália com desculpa de passear e essas coisas e trancou ela nessa casa e a obrigou a fazer programa pra ele e ali ela ficou uns 3 meses.” (M9, #5)*

*“A outra é de uma grande amiga minha, que agora tem um salão de beleza, é uma pessoa vencedora e batalhadora também. Ela também foi assim, mas foi uma conhecida dela que estava a passeio em Goiânia e falou pra ela «você está aqui e não ganha dinheiro, vamos pra Bélgica que lá você ganha muito, com esse talento que você tem lá você vai arrasar», e ela disse «Ahh! Mas eu não tenho papel...» «Não tem nada não, vou logo arrumar um serviço pra você, você chegando lá já tem serviço, já tem casa arrumada, já tem tudo!» E ela iludida veio e quando chegou a moça já pegou todo o dinheiro que ela tinha dizendo «você vai ter que me ajudar nisso e nisso...» e ela perguntou «E o trabalho?» «Amanhã eu te levo, e depois, e depois...». Nisso passou um mês, pegou o dinheiro dela e nunca a levava no trabalho que dizia que tinha pra ela. Aí ela ficou nessa situação, ficava em casa, fazia limpeza e tudo e serviço, nada! Num belo dia ela falou pra ela «O serviço ainda não deu certo, eles não vão te querer mais, agora você vai ter que se virar por aí» «Mas eu não conheço ninguém!» «Vai fazer programa!».” (M9, #6)*

As duas histórias ilustram situações de direitos violados no contexto do tráfico de pessoas. Nos dois casos, as mulheres foram aliciadas com projetos de futuro, a primeira de natureza afetiva e a segunda de natureza profissional. Também nos dois casos, o trabalho

sexual surgiu como realidade ou possibilidade, o que reforça um entrelaçamento com o tráfico de pessoas no qual as envolvidas figuram-se como reais vítimas, partindo do pressuposto que desconheciam as circunstâncias nas quais se envolveram.

Em síntese, a entrevista de M9 tem um principal ponto de aproximação com a de M7, no sentido em que ambas se colocam em um lugar discursivo semelhante: a de mulheres que, a partir da vivência que tiveram como imigrantes e do acompanhamento a incontáveis outras histórias de brasileiras migrantes, expõem um olhar de experiência sobre o processo de integração a um novo país, ao qual afirmam sentir-se plenamente integradas.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconômicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Percepções sobre o país de acolhimento	
	Percepções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 12.** Categorias presentes na entrevista com M9

**1.10. M10: “Estude pra você ser alguém; pra mais tarde não ser igual a mim, apenas uma dona de casa”**

M10, à semelhança da grande maioria das entrevistadas, migrou para a Holanda por questões de ordem afetiva. Havia conhecido o marido no Brasil, no restaurante onde trabalhava. Após algum tempo, decidiu ir visitá-lo à Holanda, de onde regressou grávida. Ao final de poucos meses, fora para a Holanda de mudança:

*“Primeiro eu fui pra Fortaleza tentar a vida... e comecei a trabalhar num restaurante, depois de uns meses eu conheci o meu marido. Ele tava de férias em Fortaleza [...] Ele ficou indo sempre ao Brasil e uma vez eu disse: «Você já veio várias vezes aqui, agora eu quero ir lá, pra ter certeza se você é um homem solteiro, como é a sua vida. Você sabe como é a minha vida aqui, agora eu não sei como é a sua».*  
*«Eu não sou casado, eu trabalho nisso e naquilo».*  
*«Tá certo! Mas se eu puder ir ver...»*

*Ele comprou a minha passagem e eu vim. Voltei grávida de 3 meses pro Brasil e depois com 6 meses eu vim pra cá, fiquei ilegal no início. [...]*

*Nós casamos e estou aqui até hoje, já há quase 7 anos.” (M10, #1)*

No seu relato, já tinha um filho, fruto de um relacionamento que havia terminado ainda quando estava grávida. A partir dessa experiência, refletiu sobre os homens holandeses, seguindo a lógica, já presente em outras entrevistas, de destacar as qualidades do homem europeu/holandês por contraste ao homem brasileiro:

*“Eu acho que os holandeses, os europeus são mais respeitadores.*

*Respeitador é um homem que considera a mulher, que não sai com outras mulheres, não é de festa, não agride nem verbalmente, muito menos agressão física, isso tudo é respeito. Eu tive uma relação de 2 anos com o pai do meu filho, mas ele não era uma pessoa muito boa. Me deixou por outra mulher, mas hoje em dia eu agradeço, pois tô com a pessoa que eu amo, tô feliz e eu não tenho raiva dela [sic.], quero que ele seja feliz também. [...]” (M10, #5)*

Segundo a entrevistada, a instalação ao novo país não se deu com facilidade, pois afirmava sentir-se isolada, sem uma rede familiar e de amigos:

*“Quando eu cheguei na Holanda a primeira coisa que eu senti foi um vazio, porque eu não tinha a minha família, até um tempo desses eu sentia esse vazio, agora eu tenho muitas amigas - claro que nunca vai substituir a minha família, mas elas preenchem muito. Tenho muita amizade brasileira, holandesa muito pouca [...]” (M10, #2)*

De se mencionar que a entrevistada mudou-se para a Holanda, juntamente com o filho do relacionamento anterior, com a finalidade de constituir uma família com o companheiro, de quem se encontrava grávida. O tom de inadaptação de M10 estende-se à forma como vê-se a si própria e as situações de discriminação que afirmou vivenciar:

*“Eu já senti e sinto e acho que sempre vou sentir. O preconceito não é só porque você está em outro país, isso já vem lá do Brasil. Às vezes eu me sinto muito discriminada.” (M10, #3)*

*“Discriminada pela sociedade. Eu cansei de procurar um trabalho no Brasil e não conseguia. Eu me sentia diminuída porque eu não estudei e isso eu vou carregar pra sempre. Isso pra mim vai sempre me incomodar, porque eu acho bonito: «Eu sou fulano, trabalho em tal lugar, sou respeitado na sociedade, na minha família, tenho minha cultura.»*

*Acho isso bonito, entende?*

*Agora a pessoa chegar pra mim e fala: «Você faz o quê?»*

*«Cuido dos meus filhos»*

*Claro que isso não é uma profissão, mas é uma coisa bonita você cuidar dos seus filhos, mas não é valorizado.” (M10, #4)*

Observa-se como uma constante no seu discurso o lamento de não ter concluído os estudos no Brasil, o que, na sua concepção, lhe diminui as possibilidades de encontrar um

trabalho que considere valorizado – observando-se aqui uma auto desvalorização, enquanto pessoa, e um sentido de desvalorização da sua contribuição para o cuidado da família. É nessa tónica que, ao refletir sobre uma migração bem-sucedida, M10 destaca pré-requisitos relacionados à formação escolar/académica e se coloca como um exemplo a não ser imitado:

*“Eu diria... não venha antes de tirar o seu diploma, sem ser alguém e não fiquei no Brasil sem ser alguém. Estude pra você ser alguém pra mais tarde não ser igual a mim, apenas uma dona de casa [...]” (M10, #6)*

Nesse contexto, M10 mostrava-se hesitante quanto ao plano de regressar ao Brasil, o que não concretizava, segundo a mesma, por causa dos filhos:

*“Eu penso, tem dias que eu acordo com vontade de ir embora, mas eu sei que se eu for embora... eu tenho dificuldade de trabalhar aqui, não por causa do idioma, mas por causa dos meus filhos, porque trabalho eu tenho, meu marido tem outras pessoas trabalhando com ele. Minha mãe faz muita falta, se ela tivesse aqui na Holanda, eu acho que seria ótimo, perfeito. A vida é complicada, mas a gente vai levando, né?” (M10, #7)*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconómicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Perceções sobre o país de acolhimento	
	Perceções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 13.** Categorias presentes na entrevista com M10

**1.11. M11: “Não vale mais a pena estar aqui. Antigamente era o glamour, a gente fazia mil euros aqui, mandava pro Brasil e chegava lá 3 mil reais”**

M11 desenvolveu a sua entrevista, a mais breve de todas, em torno de questões relacionadas com limites e possibilidades da migração a partir da sua experiência. Pelo seu perfil, descrito no capítulo anterior, sabe-se que vivera na Itália, onde fora casada, por mais de dez anos. Após isso, regressou ao Brasil e, após, três anos, voltou a seguir em direção à Europa. Num primeiro momento estabeleceu-se na França e, depois, Holanda.



Na sua percepção, segundo ela, construída ao longo dos 15 anos de experiência na Europa, as mais-valias de se migrar para lá já não são as mesmas de anos atrás. O seu parâmetro está na renda auferida mensalmente com o seu trabalho de cabeleireira, antes suficiente para manter um padrão de vida que considera aceitável e fazer remessas ao Brasil. Neste momento, acredita ter que escolher uma dessas aplicações monetárias:

*“Hoje em dia tá muito difícil, eu falo por experiência própria, está muito difícil você vim [sic.] pra cá ganhar o teu dinheiro e mandar pro teu país. Você tem que fazer uma escolha, ou vive bem aqui, ou manda dinheiro pro Brasil. Antigamente dava pra fazer as duas coisas – viver bem aqui e mandar dinheiro, hoje em dia não tem mais condições de fazer isso. «Ah! Esse mês eu fiz 2 mil, esse mês eu fiz 4 mil». Hoje em dia não é mais assim e também suas necessidades básicas aqui é maior.” (M11, #2)*

*“Não vale mais a pena estar aqui. Antigamente era o glamour, a gente fazia mil euros aqui, mandava pro Brasil e chegava lá 3 mil reais, 2 mil e novecentos, 2 mil e oitocentos. Hoje você faz mil euros, chega lá 2 mil [reais], entendeu? Você se mata de trabalhar e não vale mais a pena.” (M11, #3)*

De se destacar a concepção de um glamour associado mais uma vez ao rendimento em euro, moeda mais forte que a brasileira, mas naquela altura em desvalorização em relação ao real. Essa situação se explica pelo crescimento económico a que o Brasil assistiu até aproximadamente à época na qual foram realizadas as entrevistas, no decurso de 2012/2013. Nesse sentido, na comparação das oportunidades oferecidas pelos países em causa, Holanda e Brasil, M11 observa já não ser compensador migrar com base em questões financeiras.

Em relação ao que considera compor as condições de uma migração bem-sucedida, a entrevistada, na linha das demais, cita o seu caso, destacando a capacidade de trabalho e de proatividade como características necessárias:

*“Estou lutando, tentando e estou conseguindo, pois eu tenho uma bagagem de 15 anos de Europa. Eu sei viajar, eu sei me deslocar, sei comprar um bilhete de avião. Se eu quiser viajar amanhã eu viajo, entendeu? Eu não tenho mais esse obstáculo. Agora uma pessoa que vem do nosso país, não sabe a língua, não sabe se mover, não tem contato com outras pessoas, entendeu? O negócio é socializar hoje em dia, procurar outras pessoas. Eu na situação que eu fiquei, eu procurei, porque bem ou mal a gente sempre encontra alguém que dá uma luz pra gente, afinal de contas a gente sai do nosso país, a gente tem que aprender a se virar.” (M11, #6)*

Sobre o tráfico de pessoas, M11 acredita já não ser uma realidade muito presente no universo das mulheres brasileiras migrantes devido à existência de uma espécie de

disponibilidade de mão de obra para trabalho sexual por parte de mulheres de outros países. M11 também tributa esse facto à atuação da polícia brasileira e também à difusão da rede de informação sobre tráfico de pessoas:

*“[...] acontece muito. Mas acredito que hoje bem menos do que quando cheguei aqui, já estou na Europa há 15 anos. Hoje o mercado é grande, já não vale a pena trazer as brasileiras. Têm as romenas, as espanholas, as de Portugal, que está em crise, tem tailandesa, tem africana. Não vale mais a pena pagar a passagem, se você tem todas essas mulheres aqui na Europa. Você vai ali num classificado de jornal, você vai na internet, o que mais tem é gente procurando trabalho, estrangeiros que já estão aqui, que já saíram de uma situação assim.” (M11, #4)*

*“Pra sair do Brasil hoje está mais difícil, quando a polícia federal ver muitas mulheres, logo desconfia. Além do mais é difícil acreditar que hoje em dia com tanta informação, que exista alguma mulher que venha pra Europa enganada.” (M11, #5)*

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconómicas	
	Afetividades	
<b>2. O processo migratório</b>	A instalação no país de acolhimento	
	Discriminação	
	Perceções sobre o país de acolhimento	
	Perceções sobre o homem europeu	
	Condições para uma migração bem-sucedida	
	Limites e possibilidades da migração	
	Tráfico de pessoas	
<b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração</b>		
<b>4. Histórias em busca de contexto</b>		

**Quadro 14.** Categorias presentes na entrevista com M11

## **2. Histórias em busca de contexto**

Ao tratar do tema da migração feminina em uma rota específica, marcada por estudos como uma rota de tráfico de pessoas com fim de exploração sexual, antecipava um assunto de difícil abordagem por parte das informantes, sobretudo por se tratar de experiências potencialmente clandestinas e sem espaço de expressão livre na maior parte das esferas sociais. Este estudo, no entanto, se colocou como um espaço de expressão dessas histórias.

Ainda que as entrevistas tenham seguido um roteiro estruturado, tal como afirmamos na secção destinada ao discurso metodológico desta tese, o fluxo das interações, em algumas entrevistas, trouxe pautas inicialmente não previstas por esta

investigadora. No entanto, em análise ao material coletado, considerei temas que, embora não diretamente relacionados com o objeto desta tese, a migração de mulheres brasileiras na rota Brasil-Suriname-Holanda, trazem subsídios para compreender pontos-de-vista das narradoras dessas histórias de migração, além de estabelecer pontos de ancoragem para outros estudos mais voltados para histórias de vida no contexto dessa temática.

Não estando, portanto, inicialmente na agenda de investigação, não pude deixar de considerar narrativas que estiveram na agenda das mulheres que se dispuseram a participar deste estudo, sobretudo pautas que costumam silenciar em outras esferas sociais. Assuntos espontaneamente abordados pelas entrevistadas que revelam mais perspectivas e posições assumem, portanto, este momento das nossas discussões.

O acesso a histórias que envolvem experiências “secretas” e, por isso, socialmente silenciadas, apresentam um grande desafio metodológico, eticamente contornado com a construção de uma relação de confiança entre as pessoas envolvidas – investigadora e participantes. Tal relação pôde ser constatada em algumas entrevistas, nas quais, pelo contexto relacional criado, as mulheres sentiram haver espaço para contar experiências de vida que envolvem a perda, tal como a seguir ilustro:

*“[perder o pai na infância] foi muito difícil porque meu pai é muito pai, é muito apegado aos filhos. Então pra nós foi um choque muito grande. Lembro de uma frase que minha irmãzinha falava quando meu pai faleceu, um dia ela chegando em casa disse «Mamãe, mamãe! Nós plantamos meu pai, vai nascer um monte de papai aqui». Quer dizer... isso marca a gente. Entrevistadora: Achas que por conta disso tiveste que “abandonar” a infância mais cedo? “Não! Porquê minha mãe sempre mostrou a realidade pra nós [choro]. Eu falo assim é porque meu pai é uma figura muito presente pra nós, até hoje a gente sente muito a falta dele. Eu nunca tinha falado isso, entendeu? [choro]” (M5, #10)*

*“Tive uma infância normal, meu pai deixou minha mãe com 10 filhos, minha mãe teve que se virar para nos criar. Sou a 8.ª. Depois minha mãe casou com um primeiro [sic.] e teve mais um filho, somos 11 ao todo. Eu era bem pequena, a única recordação que tenho do meu pai, sou eu sentada no colo dele e ele passando a mão no meu cabelo e nunca mais o vi.” (M6, #18)*

Uma vez que uma das primeiras questões do guião pedia que as entrevistadas contassem um pouco sobre a história de vida, desde o princípio a interlocução criada se construía sobre temas familiares e próximos. Também o contato prévio, informal, que procurei estabelecer com as mulheres, a partir do qual retirava dúvidas sobre este estudo, contribuiu para que o ambiente comunicativo das entrevistas abrisse espaço para a

manifestação das ditas histórias “secretas”, que envolviam temas como trabalho sexual (M1), assunção do papel de amante, aborto:

*“Infelizmente eu não tive sorte, eu fui apaixonada por um homem mais velho do que eu [pausa]. Tenho até vergonha de falar, mas ele era casado. Eu tenho atração por pessoas mais velhas, sempre me identifiquei mais, não tem nada a ver com sexo, me sinto mais protegida, é isso. Quando me envolvi com esse senhor na época eu era uma menina, eu tinha 18 anos e foi por causa dele que eu saí do país [...]. Minha mãe descobriu que eu estava com ele, foi horrível! Me batia muito por causa dele. Eu era louca por ele, ele tinha nome [era conhecido na cidade]. A minha irmã tomava conta da casa de praia dele [no interior]. Ele me conhecia desde pequena, ele falava pra minha irmã «Essa menina não é tua irmã, ela é muito loira», a minha irmã é bem escura, mas eu nunca havia olhado pra ele assim. Eu comecei a ter problema com o pagamento da minha escola eu o procurei, como a minha irmã trabalhava pra ele, eu fui pedir trabalho e ele disse que não tinha trabalho pra mim, mas disse: «Eu gostaria de um dia lanchar contigo, daí a gente conversa melhor.» Então passamos a lanchar juntos todas as quartas-feiras. Fomos pra motel algumas vezes mas eu me apaixonei por ele, porque ele era um cavalheiro mesmo [...]” (M1, #11)*

*“Eu fiz 2 abortos, um de cada namorado. Eu não desejo isso pra ninguém, mas também não julgo ninguém.” (M2, #16)*

Também surgiram temas relacionados com encontros e relações amorosas falhadas, relatadas ora com lastro dramático, ora com tom de humor:

*“Primeiro foi um que me chamou [no site de relacionamentos], eu estava falando com uma amiga no messenger e disse pra ela: «Amiga! Tem um que me chamou, mas é horrroso!»  
E ela: «Marca um encontro com ele.»  
E eu: «Ah, mas ele é muito feio!»  
Aí eu resolvi marcar, quando vi o cara, ele era belga... eu não dei mancada, fomos tomar um chá e não demorou muito eu disse: «Eu vou ter que ir porque daqui a pouco eu vou trabalhar.»  
[risos]  
Entrevistadora: Mas qual foi o problema? [risos]  
Ele era baixinho, feinho (risos), sem sal... «Não dá nem pra apresentar no Brasil» [risos] [...]” (M6, #19)*

*“Quando eu conheci ele, ele não bebia, não fumava, super caseiro. Casamos, fomos viver juntos e depois de 1 ano e meio ele... pronto! Ele ligava pra mim e dizia: «Olha! Tenho que ficar até mais tarde no trabalho». E um dia vieram me contar: «Olha! Eu vi o teu marido namorando uma menina». E eu não acreditei, eu era cega e louca por ele, mas ele acabou confessando. [...] Aí a gente se divorciou.” (M8, #12)*

Ainda no âmbito das narrativas que aqui encontraram espaço de expressão, ainda que socialmente silenciadas, estão histórias de violência de gênero, entre elas, o abuso

sexual, o estupro (M1) e a violência doméstica (M6). Em relação ao primeiro tipo de violência, registraram-se estes relatos de M2:

*“Meu pai abusou de mim... ele sempre me tratou diferente dos meus irmãos, ele nunca me tratou como filha. Hoje em dia eu não choro mais como eu chorava antes, antes eu não conseguia falar sobre isso com ninguém. Eu perdi a minha virgindade de uma forma muito feia [...]” (M2, #8)*

*“Muitas vezes eu pensei em me matar, porque eu achava que estava atrapalhando a vida da minha mãe. Eu sofria calada! Não falava pra ninguém, era uma coisa calada, não falava pra ninguém, ninguém [...]” (M2, #9)*

*“Que maldade tinha uma criança de 7 anos? Uma pessoa que faz uma coisa dessas é doente, a criança quer carinho, não tem essa maldade. Só que ele começou a despertar em mim coisas... me excitando, me preparando, mexendo com a minha cabeça, né? E eu: «Não papai, não pode». «Não precisa falar, não precisa falar.»” (M2, #10)*

*“Ele me olhou com uma cara muito feia. Me colocou dentro do carro e disse que não ia levar a menina e me levou pra esse lugar. Lá eu me tranquei no banheiro, eu chorava, chorava e ele queria quebrar a porta do banheiro. Nesse dia eu apanhei muito dele, foi o dia mais triste da minha vida. Eu cheguei em casa triste. Eu não sei se é um trauma que eu tenho, que eu não consigo lembrar os detalhes, só sei que foi um dia muito triste na minha vida, eu não consigo lembrar da penetração, nada disso. A tristeza era tão grande em mim, eu chorava tanto, que acho que entrei em choque, não sei... Não sei se penetrou, não sei se fazia na minha perna, não sei, não sei, só sei que eu estava suja, só isso. E eu fui me lavar com nojo, muito nojo e fui pra casa. Cheguei em casa a minha mãe me esperando, com a minha amiga desesperada [...]” (M2, #11)*

O abuso sexual é uma violência de gênero (Saffioti, 2004; Teles, 2007), é um tipo de violência que se apresenta com complexidade em suas dimensões sociais, psíquicas, económicas e políticas. Padilha e Gomide (2004) afirmam que, quando ocorre dentro da família, o perpetrador mais comum é o pai ou o padrasto e comete a violência contra a filha ou enteada, situação que se observou no relato de M2. O CECRIA (1998, 2000) afirma que o abusador possui desenvolvimento físico e psíquico maior, o que presume detenção de poder sobre a criança ou o adolescente.

A literatura aponta que, além de a relação entre abusador e vitimado(a) ser caracterizada pelo poder, referindo dominação e subordinação, os abusos sexuais são caracterizados pela presença de sedução e ameaça por parte do abusador. O agressor geralmente inicia a violência utilizando-se da sedução e, na medida em que a vitimada vai percebendo e tenta oferecer resistência, ele lança mão de ameaças e agressões físicas,

situações relatadas por M2 na sua entrevista. Trata-se de uma conquista com características sutis, seguida de um envolvimento tão profundo, com poder de anular a capacidade de discernimento do vitimado(a), que culmina com o seu aprisionamento na trama emocional; e, então, o segredo acerca do que está acontecendo é imposto pelo abusador, que é reforçado constantemente com ameaças de violência ou castigo. Nessas situações, as mães costumam ser o principal foco da ameaça, o que mobiliza os vitimados(as) (Azambuja, 2004; CRAMI & UNICEF, 2002; Furniss, 1993; Lima, 2008; Pfifer & Salvagni, 2005; Renshaw, 1984).

Ainda que, em algumas entrevistas, tenha havido contexto para a emergência de histórias secretas e que envolveram diferentes emocionalidades (por parte de todas, independentemente do status assumido nesta investigação), constatei ser o tema do trabalho sexual ainda um tabu para algumas mulheres entrevistadas. Para além de M1, a única a contar detalhes da sua via no percurso Brasil-Suriname-Holanda, no qual desempenhou trabalho sexual, nenhuma outra abordou o tema em primeira pessoa. Todas, com exceção de M5, M9 e M11, destacam razões eminentemente afetivas para a migração na construção das suas narrativas.

### **3. Percursos femininos de migração para a Holanda: uma síntese comentada**

#### ***3.1 Fatores indutores para a migração***

Esta categoria faz emergir da fala das entrevistadas as vivências e suas percepções em relação aos fatores motivadores da migração. A todas as entrevistadas foi solicitado que, em algum momento, falassem sobre suas experiências em torno do desejo de sair do país de origem e em direção a outros lugares.

As histórias de emigração das entrevistadas começam por motivos convergentes: afetos e/ou problemas familiares e afetivos, dificuldades económicas e exclusão social e desigualdades de género. Esses motivos também são identificados em outras pesquisas com mulheres imigrantes de distintas nacionalidades, tal como no estudo de Assis (2007).

#### *Afetividades*

Nas narrativas de migração das mulheres entrevistadas, as afetividades ganham o protagonismo das razões que as moveram do Brasil em direção à Holanda (em dois casos, M1 e M4, via Suriname). Nesse quadro, o amor romântico, o desejo de reconstruir laços

afetivos rompidos no Brasil e de encetar relacionamentos estáveis na constituição de uma família “perfeita” nos moldes tradicionais (marido, mulher, filhos) foram os móveis da migração citados por 8 das 11 mulheres entrevistadas (M1, M2, M3, M4, M6, M7, M8 e M10).

De se notar que a maioria das mulheres relatavam vir de famílias com numerosos filhos, ou com problemas económicos (M2, M4, M5, M6, M7, M8, M11). Grande parte delas também citavam ter experienciado relacionamentos amorosos malsucedidos no Brasil: relacionamentos pouco duradouros (M7 e M10) ou sem muito significado (M4); relação estável (M5); casamentos desfeitos (M6 e M8). Sete delas já tinham filhos desses relacionamentos antes de irem para a Holanda (M1, M4, M5, M6, M7, M8 e M10) e todas, exceto M9 (que migrou com o marido e filhos) e M11, já tinham se casado ou estavam casadas com cidadãos holandeses.

Os casamentos transnacionais não são um fenómeno novo e, segundo Raposo e Togni (2009, p. 166), “sobretudo quando se trata de imigrantes e membros da sociedade de acolhimento [...] não os consideramos como «novas formas de parentesco e sociabilidade»”. Porém é válido ressaltar que, quando falamos em casamentos transnacionais, não estamos nos referindo somente a união entre imigrantes e um local, uma vez que é muito comum ocorrer entre pessoas com a mesma nacionalidade que se encontram em diáspora. Segundo Raposo e Togni (2009) o próprio termo transnacional “[...] faz sentido na medida em que dá ênfase aos fluxos e não a categorias fixas como a nacionalidade ou a raça (2009, p. 51).

Para Hazeu, o casamento pode ser uma ponte para a emigração. Segundo o autor:

Fazer parte de uma família significa ter um papel legal, socialmente reconhecido e valorizado, estar ocupando e produzindo um espaço de forma coletiva (familiar) trazendo diferentes histórias para um mesmo espaço e usar os recursos concretos e simbólicos desta união para disputar o espaço social e geográfico. (Hazeu, 2011, p. 99)

O referido autor acrescenta que a instituição casamento contribui para a reprodução da sociedade capitalista regulada pela posição central que a família tem como unidade de reprodução e com a divisão de trabalho de género pensada para tal. No entanto, como ainda afirma o autor:

a luta feminista tem ressignificado e questionado esta divisão de trabalho e espaço social de tal forma de que cada vez mais a família pensada dentro da lógica da reprodução capitalista tem se transformado num espaço de disputa política e social. (Hazeu, 2011, p. 99)

Piscitelli (2007) discorre sobre casamento como forma de entrada para a migração, mostrando como nesses casamentos a conveniência e os sentimentos podem se misturar, tal como se verificou na grande maioria dos casos aqui analisados. Ainda segundo Piscitelli, no contexto europeu, a preocupação com esses casamentos aumentou com “a expansão da imigração extracomunitária, a crescente presença de trabalhadoras do sexo estrangeiras e a intensificação do debate sobre tráfico de pessoas” (2007, p. 3).

Os casamentos têm uma componente negocial, tanto no que concerne a questão patrimonial, quanto a relações de poder. Nesse sentido, Hazeu salienta que:

[...] [o] amor romântico, pautado na paixão e sonhos, não foi a única razão de juntar-se, casar-se e conviver. As várias formas de convivência legalizadas refletem anseios culturais e interesses econômicos no sentido da reprodução das condições e relações necessárias para a produção da época e do lugar específico. (2008, p. 102)

Corroboro com Sarmiento (2014, p. 258), quando este afirma que

[n]um cenário de controlo cerrado dos fluxos migratórios com destino ao espaço europeu, é inegável que o casamento transatlântico se afigura uma das mais viáveis formas de entrada na fortaleza para quem não dispõe de outros recursos. Isso não significa, porém, que as mulheres brasileiras instrumentalizam a conjugalidade com os *gringos* tendo em vista apenas e só a obtenção da cidadania europeia [...].

Os maridos europeus identificados nesta pesquisa são, em geral, de classe trabalhadora ou classe média baixa, solteiros (separados ou nunca foram casados), todos um pouco ou bem mais velhos que suas esposas brasileiras (cf. Notas de campo). Trata-se de um perfil semelhante ao traçado por Piscitelli (2007) em relação a casamentos transnacionais entre brasileiras e italianos, mas que retrata perfeitamente os casamentos entre holandeses e brasileiras.

Em apenas um dos relatos, o de M1, verificamos o caso de uma trabalhadora sexual que, após o casamento com um cidadão holandês, encontrou a possibilidade de encetar outro caminho profissional. A esse respeito, Silva e Blanchette (2005) afirmam que o matrimônio com um homem que tem uma vida estruturada a nível económico, pode ser visto como um caminho viável para sair do comércio do sexo e não apenas: “[m]elhor ainda se o homem for gringo, pois a vida conjugal pode ser vivida no exterior, significando um renascimento social da mulher que adotará uma reputação de mulher normal, não-prostituta” (2005, p. 273).

Para Sacramento (2014), há uma romantização da Europa por parte das mulheres dos países do Sul. Com base no que ele denomina de “paradigma da terra prometida” que, segundo ele, é o paradigma mais difundido socialmente:



[...] situam-se suposições genéricas do continente europeu como a geografia da *vida boa*, onde se afigura possível melhorar a condição socioeconómica, aceder a bens e símbolos valorizados, ter uma boa qualidade de vida e concretizar certas aspirações sentimentais. No plano material terá para oferecer, alegadamente, oportunidades de trabalho, remunerações satisfatórias, ensejo de novos consumos e segurança em termos de protecção social do Estado. (Sacramento, 2014, p. 231)

Na esfera da intimidade, com base no referido paradigma “[...] é suposto que [o casamento] proporcione vivências românticas, equidade de género e uma cultura de respeito e comunhão no seio do casal que não existirá no Brasil” (Sacramento, 2014, p. 231).

A constituição de uma família nos moldes tradicionais é um dos temas mais referidos pelas mulheres entrevistadas, indo na contramão da história, uma vez que normalmente as mulheres priorizam sua realização profissional, adiando ao máximo o projeto do matrimónio e conseqüentemente o de ter filhos. A maioria das mulheres entrevistadas perspetiva o casamento como a possibilidade de realização pessoal, ainda que a realização material seja discursivamente tributada ao trabalho e/ou à proatividade. Não se pode desconsiderar, contudo, que na sociedade de acolhimento, casar com um local dá garantias de ser aceita com mais facilidade, bem como adquirir uma almejada residência permanente.

### *Condições socioeconómicas*

Estudos apontam que metade do contingente migratório a nível mundial é composta por mulheres. Segundo Hazeu e Silva (2011), no que concerne ao fluxo migratório da América Latina em relação a Europa, a emigração feminina é bem mais numerosa do que a masculina e, no que diz respeito ao Brasil, já chega a 75% do total de imigrantes. Este deslocamento está associado a inúmeros fatores, como veremos a seguir.

Um dos primeiros pontos que me chamou atenção na fala das mulheres diz respeito principalmente às condições socioeconómicas desfavoráveis no país de origem. Trata-se de um segundo grande fator impulsionador da emigração, sendo o principal apontado por, pelo menos, três das entrevistadas (M5, M9 e M11). Gláucia Assis, no que diz respeito às motivações para a imigração, elenca um conjunto de fatores de ordem não económica que influenciam as mulheres na decisão de imigrar: “a transgressão dos limites sexuais impostos pela sociedade, os problemas conjugais e a violência física, a impossibilidade de divórcio, os casamentos infelizes e desfeitos”, tal como observamos

anteriormente, mas também estão na lista da mesma autora “a discriminação contra grupos femininos específicos e a ausência de oportunidades para as mulheres” (2007, p. 751).

No que concerne a esse fator subjetivo, trata-se de uma discussão complexa e plural, em que se misturam, como fatores influentes, as experiências sociais dos grupos nos quais as mulheres estão inseridas, as trajetórias familiares, que em muitos casos também têm um histórico de imigração muito marcado. O viver na periferia, em contextos sociais fragilizados, configura-se como um desafio cotidiano, relacionado principalmente com o ingresso na educação formal e com a inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, com pouca ou nenhuma perspectiva, o ato de imigrar se torna uma possibilidade a ser tentada, tal como relataram M5, M9, que, não casualmente, compõem um subgrupo de mulheres empreendedoras nos países de destino, M5 no campo dos cuidados de beleza e M9, da restauração.

### **3.2 O processo migratório**

#### *Instalação no país de acolhimento e percepções sobre o novo lugar*

Verificou-se, na transversalidade das entrevistas, que o processo migratório da maioria das entrevistadas (M1, M2, M4, M5, M6, M7) foi intermediado/facilitado por uma rede de conhecidos, amigos ou familiares no país de origem e no de destino, sendo que, pelo menos uma das entrevistadas (M2) relatou ter feito a viagem em companhia de uma pessoa experiente em atravessar mulheres brasileiras para a Holanda.

As mulheres emigram, assim, através de redes informais – uma irmã, uma prima, uma vizinha, que por sua vez, tiveram uma experiência migratória bem-sucedida e passam a ser um contato para jovens de suas cidades de origem, com poucas possibilidades de ascensão social. Gláucia Assis (2007, p. 752) se refere a migração de longa distância destacando que:

quanto mais estabelecidas encontram-se as redes, maiores chances tem o migrante no local de destino. Dessa forma, as redes sociais tornam-se um recurso precioso, pois constituem o capital social que auxilia pessoas com poucos recursos, pouca experiência profissional e baixo nível de escolaridade na migração de longa distância.

No entanto, o recurso a tal rede nem sempre se demonstra com desfecho facilitador. Verificamos, nos relatos de M2 e M5 indícios de aliciamento de terceiros, que levaram as respectivas mulheres a experienciar situações de violação do direito à liberdade,

uma vez que tiveram os seus recursos financeiros cativos em nome de uma dívida contraída com a viagem (M2 fora deportada em uma primeira tentativa e, numa segunda, bem-sucedida, tinha os recursos financeiros cativados por uma parente e uma conhecida, que a ajudaram a fazer o percurso Brasil-Holanda; e M5 recebera uma falsa promessa de emprego, tendo que se submeter a trabalhos domésticos forçados para pagar a dívida). Ainda que M1 não tenha desenvolvido a sua experiência de chegada à Holanda, depreende-se que o facto de ter feito o percurso com o apoio de uma aliciadora, no sentido de prestar trabalho sexual no destino, indicia que a mesma possa ter experienciado algum tipo de constrangimento que eventualmente a tenha enquadrado como vítima de tráfico. Essas observações vão ao encontro da leitura que Hazeu (2011) apresenta sobre os mecanismos de aliciamento de pessoas para a migração. Segundo o autor, a proposta para a migração parte, geralmente, de pessoas próximas, o que confere uma aparente confiabilidade da proposta.

Na percepção das entrevistadas, a Holanda é representada como um país caracterizado pela organização de rotinas e de espaços, pela abertura aos estrangeiros, no sentido de não discriminar, à partida, o diferente. Do ponto de vista das condições de vida que oferece, regista-se apenas o relato de uma das entrevistadas (M11), que enfatizou as dificuldades de se ganhar tanto dinheiro como outrora.

Entretanto, a chegada na Holanda acaba não sendo, nos primeiros contatos, o que algumas haviam idealizado quando tomaram a decisão de migrar. As mulheres entrevistadas também relatam um choque cultural e dificuldades de adaptação com o idioma, a cultura, o clima. O *glamour* da Europa, a possibilidade de trabalhar e conseguir um estilo de vida bem-sucedido, em curto prazo, é vivido com decepção. O que prevalece, contudo, é um sentimento de integração ao país, o que não é observado apenas nos discursos de M1, M2 e M5.

### *Discriminação*

De um modo geral, as entrevistadas afirmaram sentir-se integradas no país escolhido, citando o conhecimento da língua local como um requisito indispensável para essa integração, que, em última análise, dita o tom dos discursos sobre uma migração bem ou malsucedida.

No tocante às situações de discriminação vivenciadas, os relatos recaíram sobre dois principais temas. O primeiro relaciona-se com a forma como as mulheres se sentiram aceitas na família dos respectivos maridos/companheiros, em particular as sogras (M2 e M4), levantando a reflexão sobre um preconceito que se manifesta no seio privado. O segundo tema recai sobre uma percepção, comum a diferentes entrevistadas (por exemplo, M2 e M3), de que as situações que envolvem preconceitos em relação às mesmas têm origem na interação com outros estrangeiros, em particular brasileiros, e não com pessoas locais.

Repetem, assim, discursos de discriminação em relação a seus pares, bem como a imigrantes de outras nacionalidades da mesma maneira que afirmam sofrer com isso. Ao querer se diferenciar das nacionalidades mais estigmatizadas, buscam construir suas posições a partir de valorações positivas. E a associação com grupos marginalizados é vista como algo negativo, em particular para M4, que procura se dissociar de características brasileiras.

De se referir a sensualidade, correntemente associada à mulher brasileira, como um fator citado com diferentes valências nos discursos de M7 e de M5. Enquanto para M7 tal conjunto de atributos que sugerem sensualidade é visto como algo positivo, mas que é mal-aceito por mulheres holandesas, para M5 é algo visto como algo negativo, que repercute em problemáticas interações com homens estrangeiros.

De se citar ainda o posicionamento de M10 a respeito da sua condição de *dona de casa*, compreendida pela mesma como algo que a desvaloriza socialmente e, por isso, fonte de (auto-)preconceito. Com base nessa mesma visão, M1 se posiciona como mulher independente, *dona da própria história*, procurando demarcar distanciamento de uma imagem de mulher brasileira que vive exclusivamente para o lar e para os cuidados com a família.

#### *Visão do homem europeu*

Nos discursos das entrevistadas, o homem europeu ganha características de um “outro homem”, em comparação com o brasileiro. Quando o homem europeu com quem se relacionaram não correspondeu a este homem idealizado, ele foi deixado e trocado por um outro. Não raro, as mulheres entrevistadas estão no seu segundo ou terceiro relacionamento no país de acolhimento.

O fato de os homens europeus terem assumido um casamento com a mulher brasileira evidencia para as mulheres entrevistadas que se trata de outro tipo de homem.

Ele não se importa com o fato de ela poder ter filhos de outros relacionamentos, assume legalmente a responsabilidade de cuidados, não liga para preconceito de ela ser mulher pobre e migrante, rotulada de prostituta, ou seja, um homem que mostra querer assumir um compromisso sério. (Hazeu, 2011, p. 141)

Um aspecto muito enfatizado nos trechos anteriores foi essa ideia do homem europeu sério e confiável, em contraposição à imagem do homem brasileiro, caracterizado como pouco confiável e pouco devotado à família.

É de assinalar ainda que a idealização associada com contos de fadas também se faz presente na materialidade dos discursos de, pelo menos, duas mulheres. M1 posiciona-se abertamente quanto ao fenótipo masculino que prefere, de pele clara, com feições de *príncipe*. Também M8 faz referência a um tratamento de *princesa* que sente ter recebido ao ir à Holanda pela primeira vez, a visita. Nesse âmbito, ainda é de se registrar a relevância que é conferida ao aspecto físico por parte de M6 quando relata, em tom cômico, o encontro com um homem que, pela aparência física, *não dava para apresentar no Brasil*. O conjunto dessas evidências indicia uma dimensão relevante do luxo migratório de brasileiras, que se prende com aparências de uma vida conjugal perfeita com companheiros que lhes aludem a realeza, quer no trato, quer no aspecto físico.

A motivação é um aspecto fundamental, muito valorizado nos estudos dos processos migratórios – motivações essas que vão desde a melhoria de vida, busca por satisfação pessoal e/ou profissional. A maioria dos estudos clássicos sobre imigração descrevem sempre a mulher como agente passivo nesse processo (Morokvasic, 1984), mas percebemos com os relatos das mulheres que há indícios de agência, ao menos no que diz respeito ao protagonismo que exercem na gestão das suas relações afetivas dentro do contexto migratório.

#### *Limites e possibilidades da migração e a migração bem-sucedida*

A maioria das mulheres entrevistadas considera positiva a experiência de imigração para a Holanda, apesar das dificuldades referidas principalmente relacionadas à aprendizagem do idioma e à inserção no mercado de trabalho. Transversal dos discursos das entrevistadas está a ideia de que uma migração bem-sucedida depende de características pessoais ligadas à proatividade conjugada com a abertura ao novo e às

aprendizagens. Dessa forma, a imigração é considerada bem-sucedida, conforme o grau de aceitação e inserção no país de acolhimento e isso passa pela aprendizagem do idioma, o que possibilita uma maior circulação e inserção na sociedade de acolhimento.

Também se figurou como um tema recorrente a depressão (M1, M3, M7 e M8), como uma condição que acomete as mulheres como consequência, na visão das entrevistadas, do isolamento a que as imigrantes estão sujeitas.

### *Tráfico de pessoas*

É notório, no conjunto das entrevistas, que as histórias de tráfico de pessoas apenas surgiram em terceira pessoa. Ou seja, as entrevistadas, quando relataram casos a esse respeito, sempre se referiam a uma amiga ou conhecida que teria enfrentado situações de violação de direitos no contexto migratório, o que demarca um distanciamento discursivo das experiências de tráfico de pessoas. Isso se verificou com M2, M7, e M9, que citaram casos de que tiveram conhecimento na rede de colegas e amigos que constituíram nos países que as acolheram. Outras entrevistadas, no entanto, ou disseram desconhecer casos de tráfico de pessoas (M6) ou conhecer casos através dos meios de comunicação (M3, que, entretanto, na sua linha de associação, citou mulheres que deliberadamente buscam por companheiros estrangeiros a partir do Brasil). M11, por sua vez, acredita já não existir, por acreditar que atualmente há mais informação a respeito, o que faz com que menos mulheres caiam nas redes de tráfico, demonstrando uma perspectiva que coloca mulheres traficadas apenas como apenas vítimas.

Nos casos que foram dados a conhecer por M2, M7 e M9, destacam-se como padrões recorrentes a privação da liberdade das mulheres envolvidas no tráfico, situação que se estendia até que fossem saldadas as dívidas contraídas junto a terceiros que lhe financiavam ou facilitavam a viagem rumo à Europa. Em, pelo menos, dois casos, as envolvidas tinham de prestar trabalho sexual, mas teriam dado o consentimento prévio para tal para terem a possibilidade de emigrar, o que confirma o entendimento de Sousa Santos *et al.* (2010) de que o consentimento para trabalhar no mercado do sexo constitui uma estratégia migratória.

O Protocolo de Palermo e legislação de vários países, no que concerne ao tráfico de pessoas, referem-se ao consentimento válido, que nada mais é do que aquele em que está contida a capacidade de discernimento, liberdade e agência das supostas vítimas de

tráfico. No tocante ao Protocolo, o grupo abolicionista, que entende a prostituição como uma violência contra as mulheres, entende o consentimento como secundário, menos pertinente dentro do contexto do tráfico, a partir do momento que consideram a prostituição como opressão, exploração e não como uma opção consciente das mulheres que a exercem.

Por outro lado, a corrente regulamentarista da prostituição, “considera a prostituição como um fenómeno social não erradicável e, como tal, é preciso limitar os danos que pode causar na sociedade, regulamentando” (Tavares, 2016, p. 3) e, na sua visão mais progressista, considera válido e necessário que “as mulheres que vivem da prostituição possam ter um enquadramento legal, conferindo-lhes direitos e deveres associados a essa atividade: acesso aos sistemas públicos de saúde, segurança social, associação, cobrança de impostos [...]” (Tavares, 2016, p. 4). A partir desse entendimento, vai contra a ideia de desvalorização do consentimento, e acredita que este deve ser levado em conta, que se trata de “um fenómeno social não erradicável” (Tavares, 2016, p. 3).

Ainda segundo Sousa Santos *et al.* (2008b, p. 327), o tráfico de pessoas “é um conceito complexo, que gera alguma controvérsia sobre a sua real definição” e ressaltam a importância da definição precisa do referido conceito “para que as medidas para o seu combate sejam eficazes”. As grandes dificuldades relacionadas à definição do conceito se dão pelo fato de muitas vezes o tráfico ser confundido com imigração ilegal e também com a questão do consentimento que nem sempre fica claro no decorrer do processo e que tem a ver com os níveis de vitimização.

Nos casos relatados pelas mulheres, é possível identificar a agência, presente na decisão e migrar na condição de violação de direitos, mas também um considerável grau de vitimização, uma vez que, pelos relatos, as envolvidas não tinham total conhecimento sobre o controle, a intimidação e a exploração de que seriam alvo.

Em síntese, no que concerne ao conhecimento que as mulheres entrevistadas tinham a respeito do tráfico de pessoas, observa-se um distanciamento discursivo do tema na narração de casos em terceira pessoa. Trata-se aparentemente de um conhecimento distante, absorvido através dos meios de comunicação, ou através de conhecidas que fizeram um percurso migratório marcado por violações de direitos. No entanto, é de assinalar que pelo menos duas delas (M2, M5) tenham descrito o seu percurso migratório como sendo marcado por violações de direitos, tal como já discutimos anteriormente.

Essas observações indicam que o tráfico de pessoas ainda se mostra um assunto evitado nos espaços abertos à discussão e sobre o qual as pessoas ainda guardam visões estereotipadas, que enquadram o tráfico como um fenômeno caracterizado apenas como uma extrema violação de direitos em que se fazem vítimas absolutas.

### **3.3 Planos de retorno: sucessos, fracassos e remigração**

A perspectiva do retorno é um projeto que eventualmente acompanha o imigrante. E, na medida que não se sentem pertencentes, aceitas no país de destino (motivos vários, mas sobretudo relacionados com as afetividades constituídas e entretanto desfeitas), o sentimento da necessidade de retorno se apresenta, porém, o retorno pode ser frustrante, uma vez que não encontram o mesmo país que deixaram. Os contextos mudam, as pessoas mudam. Não raro, algumas fizeram o percurso de volta, ou seja, tentaram se restabelecer no país de origem, mas não se adaptaram e acabaram por emigrar novamente. Foi esse o caso de M6 e M11.

Algumas mulheres (particularmente M1, M2, M5 e M10) expressaram vontade de voltar para o Brasil, porém, o facto de terem constituído família com um cidadão holandês (M1, M2 e M10) ou terem negócios no país (M1 e M5) foi citado como razão impeditiva para tal. De um modo geral, e tendo em conta as participantes deste estudo, a questão das afetividades desempenha um papel preponderante na decisão de migrar para a Europa e de manter-se no país de destino.

De se citar ainda que o desempenho de uma profissão em âmbito não-doméstico indica um fator de bem-estar e de integração ao país de destino, uma vez que, do grupo entrevistado, as únicas duas mulheres que se identificam como *donas de casa*, perspectivam um regresso ao Brasil, entretanto não concretizado por conta das respetivas famílias que constituíram. A noção de ter um trabalho socialmente reconhecido, em especial ligado ao empreendedorismo (M1, M5 e M9), transparece nos discursos das mulheres como um fator de integração ao país e de sucesso migratório, visto como resultado de uma inclinação pessoal para a resiliência e a proatividade.

Em suma, o facto de ter um trabalho socialmente valorizado e/ou uma família, conjugada com a ideia de que se domina o idioma do país de destino, que lhe garante uma vivência de integração, nesse sentido, se colocam como fatores decisivos na manutenção do projeto migratório.



### 3.4 Síntese

Tendo em conta o objetivo geral deste estudo, que recai na construção de conhecimento sobre a migração de mulheres brasileiras na rota Brasil-Suriname-Holanda a partir das visões que as mesmas elaboram sobre as suas vivências no processo, cabe, neste momento, tecer comentários finais sobre o que as entrevistas realizadas junto às mesmas revelaram, em síntese:

#### a) Quanto ao contexto socioeconómico de origem

I) A origem socioeconómica das mulheres entrevistadas (à exceção de M1 e M3) é caracterizada por famílias numerosas, com experiências de dificuldades de subsistência e, em alguns casos, de violência doméstica;

II) Grande parte das entrevistadas cumpriu a escolaridade obrigatória no Brasil, com exceção de M2 e M10 (as únicas que não tinham, no momento das entrevistas, um trabalho em âmbito extra-doméstico). De se notar que M1 e M3, que relataram vir de contextos familiares economicamente estruturados, cursaram o ensino superior (tendo M3 concluído e exercido uma profissão qualificada no Brasil antes da migração);

III) Oito das onze entrevistadas já tinham, pelo menos, um filho antes de encetarem o percurso migratório (de se notar que apenas uma delas, M9, havia migrado com o marido e os filhos).

#### b) Quanto aos fatores que motivaram a migração

IV) Verificou-se que, na teia narrativa das suas histórias de migração, a grande maioria das mulheres entrevistadas apresentaram razões de ordem afetiva (relacionamentos amorosos ou casamentos transnacionais) para iniciarem o processo migratório ou, como denomina Hazeu (2011), o *processo de desterritorialização*. Foi essa a principal razão apontada por M1, M2, M3, M4, M6, M7, M8 e M10. Nesse contexto, destaca-se o protagonismo demonstrado por muitas dessas mulheres na gestão dos seus afetos, no sentido de iniciar/terminar relacionamentos amorosos/casamentos em função do seu bem-estar.

É de se assinalar as diferentes possibilidades de agência transnacional (Sacramento, 2014) que, por meio dessas relações afetivas, se abriram a essas mulheres,

no sentido de permitir o acesso a novas escalas sociais, o que não deixa de sinalizar tais relações como instrumentos de empoderamento. Nessas novas escalas sociais se enquadram a residência, a mobilidade e o trabalho regulamentado no país estrangeiro, possibilidades garantidas por um vínculo mais do que afetivo, mas consagrado na esfera do direito, estabelecido com um cidadão local (Piscitelli, 2013). Nesse sentido, no quadro das interconexões simbólicas que sustentam as relações pós-coloniais estabelecida entre a Europa e as ex-colônias, há que se considerar, para além da indústria do corpo representada pelo trabalho sexual, também uma espécie de indústria dos afetos, que se alimenta dos casamentos transnacionais.

V) A par das afetividades, razões que se prendem com a falta de oportunidades no país de origem ou com a possibilidade de ganhar mais dinheiro fora do Brasil foram citadas por M5 e M9. Nesse sentido, e tendo em conta o perfil socioeconómico de origem da maioria das mulheres entrevistadas, não se pode deixar de mencionar a construção social da subalternidade feminina (Leal & Leal, 2003), que se encontra não apenas na origem das situações de tráfico, mas também, como se observou nos limites deste estudo, das situações de migração. Essa subalternidade se constrói sobretudo a partir da precarização da força de trabalho feminina (Leal & Leal, 2003), que se sustenta nas funções que lhes são delegadas – geralmente de cuidados e mal remuneradas, sem garantias laborais.

Em particular nos casos de M5 e M9, percebe-se um protagonismo na manutenção familiar, o que as colocou na linha de frente dos efeitos da degradação económica das classes populares trazidas por políticas neoliberais implementadas por governos brasileiros até finais da década de 1990 e que reforçam o conceito de *feminização da pobreza* (Ribeiro *et al.*, 2008). Conjuga-se ainda com essa observação, a condição de mulheres negras e da periferia, o que à partida as coloca em uma situação inferior numa sociedade de herança escravista e com estruturas racistas. Nesse ponto, remetemo-nos para a interseccionalidade (Crenshaw, 2002) entre género, classe e cor da pele, um trinómio que, no caso dessas mulheres, caracteriza uma condição de exclusão social. Considerando essas circunstâncias, o empoderamento feminino se reforça na decisão e migrar em busca de melhoria das condições de vida.

Quer em IV, quer em V, percebe-se o reforço de um imaginário de que os países Europeus/do Norte, em particular a Holanda, guardam melhores condições de vida,

relacional ou económica, no sentido de permitirem maiores possibilidades de consumo de bens e serviços, como uma grande casa, viagens, um tratamento de princesa (M8), um glamour que recai também em condições simbólicas, como ter um marido com porte de príncipe (M1) ou que se *pode apresentar no Brasil* (M6). Face a essas observações, são pertinentes as palavras de Sacramento (2014, p. 120), para quem a decisão feminina de desterritorializar-se muitas vezes não se explica com base em uma motivação simples, de ordem puramente económica:

[a] vulnerabilidade material não pode ser assumida peremptoriamente como uma condição incompatível com a imaginação, a volição e a agência feminina. Ignorando a vontade e o poder de iniciativa das mulheres no quadro das relações transnacionais de intimidade e das migrações [...].

VI) Das narrativas dadas a conhecer, as de M2 e M5 apresentaram contextos de migração marcados, de alguma forma, por privação de direitos (em particular da liberdade, por meio da retenção de recursos financeiros por parte das pessoas que as auxiliaram a atravessar de um país a outro). M1 também admitiu ter recorrido ao auxílio de uma proprietária de clube de mulheres para fazer a migração do Suriname para a Holanda, uma circunstância que a literatura sobre tráfico de pessoas aponta como propícia à violação de direitos, ainda que tenha dado o seu consentimento. Não se pôde saber, contudo, até que ponto a entrevistada tinha conhecimento das condições em que iria desenvolver o seu trabalho no país de destino. Ainda com essas observações, nenhuma das entrevistadas se considerou envolvida em situação de tráfico humano. De todo modo, esses casos levantam uma reflexão a respeito dos elementos válidos para se caracterizar as situações de tráfico de pessoas, assumindo que exista uma dimensão objetiva de coação (privação de liberdade, controle, intimidação, endividamento, exploração, entre outros) e uma dimensão subjetiva dessa coação, ou seja, que se manifesta na forma como esses cerceamentos são percebidos, vivenciados e narrados pelas mulheres envolvidas.

VII) Apesar dos casos anteriores, as narrativas de tráfico presentes nas entrevistas encontram-se em terceira pessoa, o que demonstra um afastamento ou evitamento (intencional ou não) das mulheres em relação a essa temática considerada sensível.

c) quanto às atividades desenvolvidas no país de origem e no de destino

VIII) Traçando um paralelo entre as atividades profissionais desempenhadas pelas mulheres no Brasil e na Holanda, chegamos ao seguinte prospeto:

	<b>Atividade profissional antes da migração</b>	<b>Atividade(s) profissional(is) após o percurso migratório</b>
M1	Não especificada	- Suriname – Trabalhadora do sexo - Holanda – Proprietária de ateliê de costura e de organização de festas
M2	Babá	Doméstica
M3	Professora	Trabalhadora de empresa do setor privado
M4	Não especificada	- Suriname – Não especificada - Holanda – Trabalhadora de empresa do setor privado
M5	Proprietária de salão de beleza	Proprietária de salão de beleza
M6	Artesã	Empregada em lar de deficientes
M7	Costureira	Auxiliar de enfermagem em lar de idosos
M8	Não especificada	Empregada em empresa de prestação de serviços
M9	Desempregada	Proprietária de um restaurante
M10	Empregada em restaurante	Doméstica
M11	Não especificada	Cabeleireira

**Quadro 15.** Atividades profissionais antes e depois do percurso migratório

Observando o quadro, pelo menos três aspetos são destacados. Em primeiro plano, verifica-se que o campo de atuação das mulheres tanto antes quanto depois do projeto migratório, quando especificado, se situa no setor dos serviços. Nas atividades de que se ocupam após a migração, destacam-se profissões ligadas aos cuidados (M6 e M7) e aos serviços de beleza (M5 e M11), tradicionalmente associadas ao feminino, com destaque ao empreendedorismo (M1, M5 e M9). Essa evidência reforça estudos anteriores, particularmente o de Assis (2007), no qual as mulheres brasileiras migrantes desenvolviam, no país de destino, atividades laborais ligadas aos cuidados, higiene e limpeza.

Na comparação entre a primeira e a segunda coluna do quadro, importa ressaltar os casos de M2 e M10, por um lado, e de M3, por outro. M2 e M10, ainda que não tivessem completado a escolaridade obrigatória no Brasil, encontravam-se inseridas (formalmente

ou não) em profissões que exigiam baixas qualificações no Brasil. No entanto, não haviam encontrado enquadramento profissional formal na Holanda. M3, por sua vez, com a formação de nível superior, desenvolvia uma profissão especializada no Brasil, mas, no entanto, assumiu uma profissão não especializada na Holanda.

IX) Nos discursos de diferentes entrevistadas, transparece o desejo de serem financeiramente independentes de maridos/companheiros, presente sobretudo no facto de ressaltarem, como valores importantes, a proatividade e a busca de conhecimento, sobretudo da língua do país de acolhimento. Nesse âmbito, é de se recuperar os casos de M2 e M10, que demonstram grande descontentamento com a posição de “dona de casa” – um conflito com a “mística feminina” (Friedan, 1971), em contraste com os dos demais mulheres, em particular M1 e M8, que vêem em si exemplos de emancipação feminina. Essas observações em conjunto indiciam que a tríade “profissão do lar”, “passividade sexual” e “subordinação ao marido” marcam pontos de conflito e de afastamento por parte das mulheres, o que assinala mais um ponto de agência e empoderamento.

#### d) Quanto às perspetivas de futuro

X) Numa leitura geral, a maioria das mulheres entrevistadas sente-se integrada à sociedade holandesa e não tem planos de regresso ao Brasil. Quatro mulheres (M1, M2, M5 e M10), no entanto, manifestaram o seu desejo de regresso, duas delas nos seus planos de futuro (M1, M5).

XI) Os afetos estabelecidos na Holanda, em particular no seio de casamentos, desempenham também um papel preponderante na decisão de manter-se no país. A conjugar com isso, o exercício de um trabalho em âmbito não-doméstico coloca-se como um fator de bem-estar e, nesse sentido, mediador do desejo de manter o projeto migratório sem lugar para planos de regresso.

Realizada a análise às entrevistas realizadas junto ao público central deste estudo, o próximo capítulo apresentará uma leitura dos discursos dos(das) técnicos(as) e ativistas em relação à migração, trabalho sexual e tráfico de pessoas.



## **CAPÍTULO VI – TÉCNICOS(AS) E ATIVISTAS: DISCURSOS SOBRE MULHERES, MIGRAÇÕES E TRÁFICO**

### **Introdução**

Ter contato com técnicos(as) e ativistas e suas respectivas organizações foi fundamental para a realização deste trabalho. O papel dos movimentos sociais tem sido fundamental ao longo dos anos para se entender a problemática de emigração feminina e todos os seus desdobramentos. Neste capítulo será abordada, de maneira sucinta, a emergência dos movimentos sociais e sua importância para trazer questões de gênero para a agenda do dia. Num segundo momento farei uma breve caracterização dos(das) técnicos(as) e ativistas que foram entrevistados, bem como as organizações que se disponibilizaram a colaborar com a realização deste trabalho. Por fim, será abordado o que ficou de mais evidente nos discursos dos(das) técnicos(as) e ativistas em relação à migração, prostituição e tráfico.

### **1 – Movimentos sociais e associativismos na agenda das questões de gênero**

A emergência dos movimentos sociais nas últimas décadas, mais precisamente a partir das décadas de 1990-2000, em particular do Movimento de Mulheres, com suas lutas contra uma sociedade patriarcal e o autoritarismo do Estado, o Movimento LGBT, o Movimento Negro, o Movimento Indígena, entre outros, são frutos de demandas sociais.

A ideia de movimento social formou-se a partir do momento em que se impôs uma definição do movimento operário como luta para a gestão social da industrialização. Alguns defendiam experiências particulares, apelando para princípios universais de liberdade e de igualdade, distanciando-se, assim, da República e do socialismo, formando os chamados movimentos sociais que se opunham aos defensores da sociedade industrial.

Os movimentos a partir de 1960 não devem ser chamados de movimentos sociais, mas de movimentos culturais, visto que as ações coletivas destes tendem a defender ou a transformar uma figura em sujeito. Os movimentos culturais mais importantes na história foram os movimentos religiosos. No nosso mundo, dominado pela sociedade industrial, os mais importantes foram: das mulheres, da ecologia política e da defesa das minorias (étnicas, nacionais, morais e religiosas). Estes movimentos são

definidos cada vez mais pela origem ou por uma pertença. Muitas vezes, eles entram em conflitos de classes tornando-se contraditórios, por isso estão se enfraquecendo.

Na visão de Sousa Santos, o contributo dos novos movimentos sociais está situado tanto no campo ideológico como nas formas organizativas. O autor destaca que a originalidade desses movimentos está na diversidade de objetivos, de ideologias e da base social, o que, para ele, decorre da total impossibilidade de uma teoria unitária. A política é encarada pelos novos movimentos sociais como atividade fundamental que sobrepuja o Estado, valorizando a participação efetiva de todos os cidadãos no espaço da sociedade civil, na fundação de uma nova cultura política. Por essa razão, as estruturas organizacionais dos novos movimentos sociais quebram hierarquias e centralizações de processo político, dando primazia à participação coletiva não-institucional.

Na sua obra *Pela Mão de Alice* (1997), mais precisamente no capítulo 5, cujo título é “O Estado e os modos de produção do poder social”, o autor debate a distinção entre *Estado* e *Sociedade Civil*, suas contradições, as funções latentes em tal distinção e a necessidade de se apontar alternativas conceituais que superem a proposta hegemônica da sociedade capitalista moderna. O autor pontua a existência de várias sociedades civis. A primeira remete para a concepção liberal clássica da sociedade civil que domina o atual discurso político, sobretudo conservador, nas sociedades capitalistas, tanto centrais como periféricas ou semiperiféricas. A segunda diz respeito aos novos movimentos sociais e delimita mais ou menos radicalmente a concepção liberal, apelando para a ideia de uma sociedade civil pós-burguesa antimaterialista. E por fim, a terceira foi a que dominou a reflexão teórica dissidente na fase final dos regimes socialistas de Estado do Leste Europeu: a sociedade civil socialista, distinta de qualquer das duas concepções anteriores (Sousa Santos, 1997).

Hazeu (2011) relata no contexto brasileiro a importância do trabalho realizado pelos núcleos de estudo de género de universidades e do Centro Scalabriano de Estudos Migratórios, os responsáveis por colocar na agenda do dia a necessidade de ser levado em consideração o viés de género nos estudos académicos. A partir de meados da década de 2000-2010, essas instituições intensificaram a realização de estudos que levavam em consideração uma perspectiva de género no contexto migratório. Contudo, o autor ressalta que não houve a inserção da região amazônica nos estudos realizados neste primeiro momento: “[o]s estudos sobre migração e género apresentados por estes núcleos



enriqueceram o debate sobre migrações com a abordagem de gênero, porém não se referiram à região Amazônica” (Hazeu, 2011, p. 39).

Entre os núcleos de estudos de gênero criados em diversas universidades brasileiras, destacamos o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, que foi criado em 1993 por pesquisadoras dos mais diversos componentes disciplinares, com o intuito de desenvolver pesquisas relacionadas aos estudos de gênero. Tendo como uma das suas características marcantes a interdisciplinaridade, dentre as diversas linhas de pesquisas priorizadas pelo referido núcleo, destacam-se: Migrações, mobilidades territoriais e transnacionalidade; Violência, tráfico de pessoas, distribuição de justiça e práticas jurídicas.

### **1.1 Caracterização dos técnicos, ativistas e organizações**

Para caracterizar os ativistas e técnicos entrevistados, utilizamos a letra A e numeramos, em ordem crescente de entrevistas, as seis pessoas participantes nesse estatuto, como se segue:

#### **A1. Ativista**

Ao contar a sua história, destacou diversas violações de direitos ao longo da vida. Relatou que aos sete anos foi abusada sexualmente por um tio. Aos doze anos sofreu tentativa de estupro por parte de um patrão. Aos dezenove, foi violada por dois homens. Casou-se a primeira vez aos catorze anos e foi mãe aos quinze. Em relação ao percurso escolar, afirma mal ter completado a 1.<sup>a</sup> série do ensino fundamental; denomina-se uma “autodidata”. Entrou no mundo da prostituição aos vinte e um anos, idade em que já tinha cinco filhos:

*“Eu fui prostituta, eu fui garçõete, eu fui gerente da casa [de prostituição] e fui dona da casa, fui líder estadual e hoje sou líder nacional.”*

Foi presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo. Uma das fundadoras da Associação das Prostitutas do Ceará - APROCE. Um dos trabalhos desenvolvidos pela referida associação é a capacitação das prostitutas na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, particularmente a Aids. Além disso, possui várias parcerias com diferentes instituições para oferecer alternativas de inclusão econômica para mulheres que querem mudar de atividade, ou que estejam em idade mais avançada, bem como realizam campanhas de sensibilização em relação ao tráfico de pessoas. A

ativista recebeu dezenas de medalhas e prêmios pelo reconhecimento ao trabalho social que promoveu. No entanto, diz que, no início, não foi nada fácil.

*“Foi preciso muita persistência para vencer o preconceito e conquistar espaço como trabalhadoras que temos o que dizer, além de garantir o respeito por nossos direitos.”*

Defende o reconhecimento da profissão, uma vez que acha ser de extrema importância que a mulher possa ser uma trabalhadora do sexo por opção, mas que não entre na profissão por falta de opção. A realidade de hoje, segundo ela, mostra que a quase totalidade das mulheres que se prostituem, entraram nessa vida por necessidade.

## **A2. Ativista**

Holandês de nascimento, licenciado em Ciências Ambientais e com mestrado na mesma área, migrou para o Brasil no início da década de 1990, realizar voluntariado na CPT – Comissão Pastoral da Terra. Já no Brasil, cursou um mestrado e posteriormente um doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, na Universidade Federal do Pará - UFPA. É ativista de Direitos Humanos, membro do Observatório Brasileiro do Tráfico de Pessoas, pesquisador e articulador político da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia e professor visitante da UFPA. Possui trabalhos relevantes no campo das migrações, desenvolvimento regional, tráfico de seres humanos, crianças e adolescentes e direitos sexuais.

Defende que o ponto de partida para chegar ao tráfico de pessoas não é a prostituição, mas sim a emigração de mulheres das periferias das grandes cidades que nunca trabalharam na prostituição.

## **A3. Técnica**

Licenciada em Ciências Sociais, pesquisadora e articuladora política da Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia. Uma das técnicas da equipe de responsáveis pela pesquisa *Mulheres em Movimento: migração, trabalho e gênero* em Belém do Pará.

## **A4. Ativista**

Nasceu na Paraíba, em 1943, mas vive em Belém desde a década de 1960. É uma das mais expressivas militantes da luta em defesa dos direitos humanos no Pará, sendo fundadora do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará – GEMPAC. Conhece

profundamente a realidade da prostituição no Pará e no Brasil, com a experiência de ter exercido a profissão de trabalhadora do sexo por 50 anos. Desde a década de 1980, atua na organização deste segmento e defende a legalização da profissão. O seu trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente. Atualmente o GEMPAC conta com mais de dez mil associadas e tem o papel de formar multiplicadores de informações.

#### **A5. Assistente Social – Sodireitos**

Uma das técnicas da equipe responsável pela pesquisa *Mulheres em Movimento: migração, trabalho e gênero* em Belém do Pará.

#### **A6. Ativista**

Nascido em São Luís/MA. Emigrou para a Holanda em 1997. Como teve grande dificuldade no início, resolveu abrir uma espécie de associação para atender imigrantes brasileiros na região de Twenti, oeste da Holanda: “Nossa proposta é integrar a comunidade brasileira, mais a parte cultural, e assistência também, ao brasileiro recém-chegado aqui”.

### **1.2 Organizações de defesa dos direitos humanos e das mulheres**

Antes de apresentar as organizações que contribuíram com a realização deste estudo, tecerei algumas considerações acerca do conceito de direitos humanos.

Alguns autores concordam com a ideia de que a concepção de direitos humanos é algo recente na história da humanidade (Lafer, 1988; Santos, 2006). Mais recente é o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos nos diversos campos das medidas políticas.

Ana Cristina Santos reportando-se a realidade portuguesa no que concerne ao percurso do Movimento LGBT destaca que,

[...] o argumentário dos direitos humanos constitui uma poderosa fonte de legitimidade e inspiração estratégica, aproximando a cidadania sexual de outras formas de cidadania historicamente discriminada, nomeadamente minorias étnicas e mulheres (2004, p. 4)

A autora reitera os avanços no campo dos direitos humanos com a inclusão de grupos que antes eram ignorados ou negligenciados – direitos individuais e coletivos de crianças, minorias étnicas, de mulheres, minorias sexuais, entre outros (Santos, 2004).

Sob a perspectiva de gênero, os direitos humanos das mulheres devem ser propostos para erradicar a discriminação, a violência, a pressão e a exploração de todas as mulheres. Quer dizer que lutar pelos direitos humanos das mulheres é propor mudanças estruturais e sociais no âmbito individual e pessoal.

Não se podem conceber mecanismos de proteção dos direitos humanos que excluam as mulheres, o que já aconteceu ao longo da história da humanidade. Os estudos de gênero têm demonstrado de forma bastante contundente que não basta a igualdade formal de direitos e oportunidades. São necessárias medidas concretas que possam superar as discriminações contra as mulheres e efetivar sua inclusão em todos os setores da vida.

Para Jacqueline Pitanguy e Rosana Heringer (2001), discriminação contra as mulheres viola os princípios da igualdade de direitos e respeito à dignidade humana, dificulta a participação da mulher em condições de igualdade com os homens, constituindo um entrave ao aumento do bem-estar da sociedade e da família, e impedindo o pleno desenvolvimento das potencialidades das mulheres para prestar serviço ao seu país e à humanidade. As referidas autoras colocam uma outra questão fundamental que diz respeito à necessária conciliação entre a noção de direitos coletivos e direitos individuais, defendendo que a

Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 reflete a ideia de homem enquanto indivíduo abstrato, sobre o qual se calca a ideia de direitos humanos. Ao longo dos últimos cinquenta anos a noção de direitos humanos vem ao mesmo tempo universalizando-se e tornando-se mais específica no sentido de reconhecer a diversidade do conceito mesmo de humanidade. (Pitanguy & Heringer, 2001, p. 146)

As autoras afirmam ainda que, nas últimas décadas vêm sendo realizados esforços significativos, particularmente pelo movimento de mulheres, no sentido de redefinir o conceito de direitos humanos, desligando-o da ideia abstrata de humanidade calcada no homem adulto, dominante até então em legislações nacionais e internacionais. Através da luta política de diferentes atores, dentre os quais destacam-se diversas organizações da sociedade civil, esta ideia abstrata de humanidade vem sendo substituída por outro conceito, calcado no reconhecimento da diversidade entre os indivíduos. Diferenças de sexo, raça e etnia, idade, orientação sexual e situação social e econômica são hoje reconhecidas enquanto categorias fundamentais na definição de esferas específicas de proteção dos direitos individuais e, “ao mesmo tempo, outras dimensões como violência

doméstica, saúde, sexualidade, reprodução e meio ambiente, vêm sendo introduzidas na linguagem dos direitos humanos.” (Pitanguy & Heringer, 2001, p. 146).

As mais variadas formas de desigualdade não são efeito do acaso ou da natureza humana, mas ao contrário, a desigualdade social foi criada, inventada, construída, sedimentada pela própria sociedade, visando o atendimento de interesses e privilégios de pequenos grupos em detrimento dos da maioria. Para Amélia Teles (2007), o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres foi o grande avanço na última década do século XX. Conquistou-se um instrumento com força transformadora tanto no plano pedagógico e preventivo, como no político. É uma conquista histórica, mas não está ainda consolidada. Na verdade, como refere a autora, gênero constitui avanço quando se torna um instrumento necessário para analisar as desigualdades sociais, para “ [...] perceber e aprofundar as relações de poder, os significados e os símbolos de corpos e sexos, a formulação de noções, ideias e valores nas diversas áreas dos setores sociais” (Teles, 2007, p. 60).

Nessa mesma linha, para Joaquín Herrera Flores (2009, p. 77), é inadmissível compreender os direitos dissociados da luta de grupos sociais compelidos em fomentar a emancipação humana,

[...] apesar das correntes que amarram a humanidade na maior parte de nosso planeta. Os direitos humanos não são conquistados apenas por meio das normas jurídicas que propiciam seu reconhecimento, mas também, e de modo muito especial, por meio das práticas sociais de ONGs, de Associações, de Movimentos Sociais, de Sindicatos, de Partidos Políticos, de Iniciativas Cidadãs e de reivindicações de grupos, minoritários (indígenas) ou não (mulheres), que de um modo ou de outro estiveram tradicionalmente marginalizados do processo de positivação e de reconhecimento institucional de suas expectativas.

Graças à atuação articulada dos diversos movimentos sociais, as ocorrências da vida cotidiana, identificadas como discriminação contra grupos humanos que são alvo de preconceitos, estereótipos, etnocentrismo e, principalmente, aquelas produzidas pela discriminação histórica contra as mulheres, são hoje consideradas violações de direitos humanos. Esses direitos estão devidamente incorporados não só a documentos internacionais, convenções e declarações, como também às Constituições de diversos países. O reconhecimento formal exige, contudo, ações contundentes para viabilizá-los. E comungando dessa ideia é que passo a apresentar as organizações que contribuíram para a realização deste estudo.

As organizações que contribuíram para a realização deste trabalho foram a Sodireitos, a APROCE, a GEMPAC e a Casa Brasil Holanda. A seguir apresento mais pormenores sobre as mesmas, recorrendo a excertos das entrevistas realizadas junto aos seus técnicos(as) e ativistas.

### **Sodireitos**

A *Sociedade de defesa dos direitos sexuais na Amazônia* (Sodireitos) é uma organização da sociedade civil, criada em 2006, em Belém do Pará. Nasceu do Projeto "Jepiara", como relata o ativista A2:

*"[...] nós nascemos dentro de um programa chamado Jepiara<sup>22</sup>, que era um programa coletivo, de várias organizações, de movimentos de mulheres, de movimentos de prostitutas, de movimentos de criança e adolescente, encabeçado por uma organização, chamada movimento República do Emaús, que há trinta e cinco, quarenta anos, trabalha com criança e adolescente, aqui em Belém, e os técnicos e os militantes que faziam parte desse movimento, que estava coordenando este programa de Jepiara, sentiram a necessidade também de aprofundar as questões relacionadas ao tráfico, dos adultos e não só especificamente das crianças e dos adolescentes. Porque nós percebemos que o tráfico tinha muito mais envolvimento diretamente com mulheres adultas." (A2)*

Essa organização atua na produção e disseminação de conhecimento; no fomento de políticas públicas de promoção e defesa dos direitos sexuais e de enfrentamento ao tráfico de pessoas, no incentivo a práticas educativas de reconhecimento e valorização dos direitos sexuais e a instrumentalização de atores do sistema de justiça e segurança e de proteção, focando o tema do tráfico de seres humanos. A Sodireitos orienta, apoia e atua junto a pessoas que se encontram em situações de tráfico de pessoas ou outras violações de direitos humanos no âmbito da migração.

A Sodireitos surgiu com o intuito de proteger, promover e defender os direitos humanos sexuais na Amazônia, pois segundo sua visão institucional, a saúde sexual é um direito essencial e a luta para garantia desse direito é baseada na liberdade, igualdade e dignidade para todo cidadão. Suas ações são norteadas por uma perspectiva participativa e protagonista.

---

<sup>22</sup> Jepiara é o programa responsável pelas ações de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, englobando aí o tráfico de pessoas, a exploração sexual e o abuso sexual.

A referida organização utiliza a pesquisa-ação regional, as campanhas de prevenção em áreas com alta prevalência de prostituição, a assistência psicológica e jurídica a grupos de vítimas de tráfico ou devolvidos migrantes (ilegais), e faz *lobby* junto ao poder público a nível local e regional. No que concerne ao atendimento direto, uma das ativistas relata:

*“Atendemos qualquer mulher que nos procure, esclarecendo-as sobre os seus direitos, principalmente relacionados [também] ao processo migratório [...]. A gente tenta trabalhar a questão da prevenção, damos orientações pra elas, porque numa hora dessas elas podem se ver sem condições de viver em Belém, podem migrar, mas fazendo uma migração segura, onde elas estão já todas embasadas na informação.” (A5)*

### **APROCE**

A Associação das Prostitutas do Ceará (APROCE) é uma organização de defesa dos direitos humanos e sexuais das mulheres trabalhadoras do sexo no estado do Ceará, fundada na década de 1990. Esta organização nasceu da necessidade de proporcionar melhores condições de trabalho e de vida para as trabalhadoras do sexo do estado e, segundo uma das suas grandes expoentes:

*“A associação surgiu pela necessidade dessas coisas, as mulheres eram vítimas de violência dos homens, das donas das casas, que não respeitavam as mulheres, ai teve a AIDS, que achavam que as prostitutas eram disseminadoras da doença, ai a gente provou que a gente é fonte de informação e não de contaminação, entendeu? Ai nós temos trabalho nacional, projeto a nível nacional.” (A1)*

Um dos primeiros grandes obstáculos que a associação enfrentou foi o registo em cartório, uma vez que inúmeros cartórios se negaram a fazer o registo, devido ao preconceito histórico e cultural contra as trabalhadoras do sexo, como relata a ativista A1.

*“[...] a gente passou quatro anos discutindo, discutindo nome, não queriam colocar o nome de associação de prostitutas que era feio. Ai depois a gente brigou aceitaram colocar Associação de Prostitutas. Vai ser prostituta, porque se nós formos brigar contra o preconceito. Primeiro tem que tirar o preconceito de dentro da categoria, então vamos tirar o véu, vamos tirar a máscara, vamos lutar! [...] e a gente foi a luta. Quatro cartórios não registaram não. No quinto foi que registrou, mandaram botar o nome “Damas da Noite”, mas eu não queria, nós queríamos prostituta. Para mim dizer prostituta é dizer caneta, para mim é muito simples. Ai elas ficaram, não é? a gente aceitou, hoje elas assumem que são. Eu digo: é bíblico pessoal, não tem outro nome não. Então porque a gente não tem? A nossa profissão é prostituta e nós não queremos ser chamadas de prostituta, nós queremos ser chamadas de Rosarina, de Fátima,*

*Rosa, Lúcia, mas a minha profissão é. Não é profissional do sexo, ai eu te chamaria de amadora não é? (risos)” (A1)*

## **GEMPAC**

O Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC) atua para garantir que as trabalhadoras sexuais sejam reconhecidas como sujeitos dotados de direitos e obrigações, propiciando sua emancipação política, social, económica e cultural. A organização foi fundada em 1.º de maio de 1990, mas desde 1987 vem se articulando na luta pela superação dos preconceitos, redução da discriminação, valorização da identidade de mulher e trabalhadora do sexo, fortalecimento das ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e combate ao tráfico de seres humanos. A Ativista A4, fundadora do Grupo, refletiu sobre a importância desse movimento organizado:

*“Eu sou prostituta há muitos anos e vi muito a questão da desigualdade social, a questão da violência dentro dos próprios cabarés, das casas de prostituição. E eu entendo que só as pessoas organizadas podem mudar a sua realidade. O GEMPAC tem sido pra mim não só uma aprendizagem a nível político, mas uma experiência de vida, passei a entender a importância de se ter um movimento organizado.*

*Tenho 4 filhos e 10 netos, vivi muitos anos na prostituição, nem reclamo da minha vida. Acho que a minha vida, da forma que eu levei... não me sinto vítima de nada, são coisas da vida, aconteceu. Vim parar na prostituição, também tive que gostar da profissão, senão não estaria, né? Acho um estigma achar que todo mundo que está na prostituição é porque não tinha o que comer, porque foi violentada sexualmente. Tem mulheres que gostam, estive agora em São Braz, fui entrevistar uma menina que se chama Fernanda e ela me disse: «Tenho dois filhos, trabalhei como empregada doméstica, depois revolvi me prostituir porque eu era tão molestada naquela casa... o filho chegava a tantas horas da universidade e eu tinha que me levantar pra servir o jantar, o marido chegava embriagado e tinha que servir o jantar e eu vivia numa situação daquelas. Um dia me encontrei com uma amiga na rua ela me convidou pra ir pra zona [...]. Ela me disse:*

*— Olha, A4<sup>23</sup>! Construí minha casa e não tenho do que me queixar da prostituição, eu tenho os meus clientes, eu não venho todo dia, venho 3 dias na semana, saio com qualquer homem, tenho os homens que eu quero, tenho os meus amigos. [...]*

*— A4, às vezes tenho dinheiro, mas venho pra cá só pra ficar no meio de vocês, e quando dá meia-noite, eu pego meu transporte e vou embora.»*

---

<sup>23</sup> O nome foi substituído pelo repetitivo código, de modo a preservar o anonimato da Ativista.



*A gente pode dizer que uma mulher dessa tem uma vida má? Eu garanto que existem mulheres que vivem muito piores do que ela.” (A4)*

### **CASA BRASIL HOLANDA**

A Casa Brasil Holanda (CBH), criada em 1997, inicialmente para promover a integração cultural entre brasileiros e holandeses, expandiu-se com o passar dos anos e atualmente assiste, orienta, informa e encaminha aos meios competentes, na Holanda, cidadã(o)s brasileira(o)s residentes (indocumentados ou não) ou que estejam temporariamente no país, para garantir que tenham um bem-estar digno e saudável.

As atividades desenvolvidas pela CBH, dentro do chamado projeto JOANA, destinam-se a prestar assistência a mulheres vítimas de violência doméstica, trabalho forçado e tráfico de pessoas e constituíram-se numa grande contribuição para formação complementar e à investigação desta doutoranda, uma vez que está dentro entre os objetivos da CBH apoio oferecer suporte a trabalhos acadêmicos que explorem os temas a que nos dedicamos.

A comunidade brasileira recebe assistência da CBH em casos de natureza social, civil, jurídica, médica, educacional, psicológica, migratória, de gênero, institucional, entre outras. No Brasil, a CBH promove e colabora com organizações parceiras e governo em campanhas de informação e prevenção ao tráfico de pessoas e migração mal planejada ao exterior.

Apresentadas as pessoas e as instituições associativas que foram contatadas no âmbito deste estudo, a seguir apresento os dados recolhidos junto aos mesmos, de forma a complementar a análise iniciada com as narrativas das mulheres migrantes, foco do capítulo anterior.

## **2 – Temas emergentes nos discursos dos/das técnicos(as) e ativistas**

Neste subcapítulo será abordado o que ficou mais visível dos discursos dos(das) técnicos(as) e ativistas em relação às categorias emergentes nas entrevistas realizadas junto às mulheres (alvo de análise no capítulo anterior). A visão dos ativistas e técnicos entrevistados retrata o embate, a nível internacional, sobre migração, prostituição e tráfico.

Piscitelli (2007), ao analisar a migração de brasileiras para a Itália num contexto de “turismo sexual”, salienta que essa migração é marcada pela heterogeneidade e que nem sempre a mesma tem como objetivo a entrada das mulheres na indústria do sexo, uma vez que o turismo sexual proporciona possibilidades de saída da indústria do sexo, via migração e/ou casamento.

No entanto, o imaginário do trabalho sexual como uma via migratória para um casamento transnacional tem vindo a ser trabalho de consciencialização por parte de movimentos organizados como a APROCE, uma vez que está na base de aliciamentos que levam mulheres a redes de tráfico. Em sua entrevista, A1 citou as ações afirmativas que têm vindo a ser tomadas pela Associação, no sentido de oferecer mais informações sobre tráfico e redes de apoio às mulheres que pretendem migrar para exercer trabalho sexual por meio, sobretudo, de cartilhas, palestras e rodas de conversa:

*“Olhe, eu acho que aumentou a [emigração] não diminui não. Mas hoje elas estão mais cuidadosas, entendeu? Porque elas sabem que, hoje quem vai fazer prostituição sabe todos os riscos que corre. Porque a gente faz campanha, a gente fez pesquisa, a gente fez trabalho, a gente faz um trabalho com elas, e o ‘passaporte da ilusão’, ir para a prostituição achando que vai casar com um belo europeu ou um italiano. Nós temos até um material, não sei se ainda tem, ‘O Passaporte da Ilusão’, tem assim “o passaporte da ilusão”, que é onde elas vão achando que elas vão se casar, que ele é isso e aí a gente sabe milhões de casos.” (A1)*

De acordo com A5, o problema do tráfico de mulheres para o fim de trabalho sexual não está propriamente no consentimento que dão, mas no desconhecimento das circunstâncias em que serão recebidas no país de destino e que irão desenvolver o trabalho:

*“Não sabiam que seriam colocadas dentro de boates, com retenção dos seus documentos, passar por violências, porque além do tráfico, elas passam por várias violências, a doméstica, a física, a psicológica, sofrem ameaças. Essas são as histórias que elas contam pra gente que elas passaram dentro dos espaços onde elas viveram. Pela minha experiência elas não sabem o que vão vivenciar, o que elas realmente vão viver lá fora. A ilusão é de trabalho mesmo.” (A5)*

Ainda de acordo com esse entrevistado, o elemento ilusório construído em torno de idealizações da vida no exterior contribui para que as mulheres sejam alvos de aliciadores de redes de tráfico. Também a sua associação tem vindo a realizar um trabalho de consciencialização junto a mulheres migrantes e as suas famílias:

*“[as mulheres vítimas de tráfico] têm a ilusão de que lá fora vai ganhar dólar, que a vida vai ser fácil, que vai ficar por um tempo e depois volta, não sabe nem que terá um tempo pré-*

*determinado pra ficar e acabam que... a maioria foi deportada pela sua situação de irregularidade no país. Eu acredito que realmente elas não têm essas informações básicas. Viviam num momento totalmente de ilusão, acreditando que "lá" vai ser melhor. Hoje eu creio que esse grupo que nós acompanhamos essas mulheres, até mesmo a família dessas mulheres, elas já tem um entendimento melhor, um grau de esclarecimento maior." (A5)*

Como relatam Sousa Santos *et al.* (2008b, p. 32) a propósito das políticas migratórias dos países do Norte global, em particular dos países da UE:

[...] ao invés de estruturarem a imigração, empurraram-na para as máfias, para o secretismo, para a ilegalidade e para a clandestinidade. Com efeito, o progressivo 'fechamento' das fronteiras, a que acresce a possibilidade de uma viagem barata difundida por familiares e amigos ou promovida por agências que forjam passaportes e vistos, remete, todos os anos, milhares de pessoas para redes de auxílio à imigração ilegal que se tornam mais vulneráveis a situações de tráfico, em particular as mulheres.

Porém, importa destacar ainda a agência das mulheres na decisão de imigrar. Um dos ativistas entrevistados no meu estudo reafirma que o que motiva a imigração de mulheres é consequência de um conjunto de fatores:

*"[...] não podemos esquecer que são questões macro e questões micro e não dá para... Se a gente vai priorizar só as questões macro - a divisão do trabalho internacional, as políticas internacionais. Mas eles têm uma influência muito forte.*

*A gente não pode desprezar, mas se a gente só olha isso, a gente perde completamente a dinâmica direto, não é? As pessoas não são somente mão-de-obra, as pessoas não são somente migrantes formais ou informais."*

*"Entra o subjetivo e tem elementos que são coletivos também que em algum momento não fazem sentido para uns e fazem sentido para outros." (A2)*

Ativistas vêm travando uma batalha ao longo dos anos para que se desvincule prostituição do tráfico (Agustín, 2003; Sousa Santos *et al.*, 2008b). O que temos presenciado são avanços e retrocessos nesse sentido. O que vem se tornando cada vez mais evidente é que mulheres indocumentadas não são necessariamente vítimas de tráfico. Da mesma forma, afirmar que trabalhadoras sexuais imigrantes, provenientes de países do Sul global, são potenciais vítimas de tráfico revela visões ultrapassadas e carregadas de preconceito e estigmatizantes. Como já foi relatado anteriormente, as feministas abolicionistas, que se fundamentam no discurso da escravidão branca do século XIX, por exemplo, veem a prostituição como algo degradante e nocivo à mulher, como uma *quintessential expression of patriarchy* (Kepamdo, 2016), não fazendo distinções entre prostituição forçada e consentida. Em suma, para tais feministas, a prostituição é uma forma de escravidão sexual e, como tal, o tráfico está intimamente ligado à prostituição.

Na contramão dessa corrente há as feministas que adotam uma perspectiva de direitos das trabalhadoras sexuais. Não veem a prostituição como uma função degradante, mas como uma forma de trabalho e, para protegê-lo como tal, é necessário que este seja regulamentado, a fim também de inibir práticas análogas à escravidão e à exploração.

Piscitelli (2011b) relata que, no contexto brasileiro, os efeitos práticos da “luta antitráfico” não são levados em consideração nas campanhas e nos debates públicos sobre o fenômeno no país e que este ainda é norteado pelo discurso que vê o tráfico como escravidão. A autora afirma que o que amplia o pânico moral sobre a temática do tráfico é:

[...] a ideia de que ele é de alguma forma orquestrado por ‘máfias’ internacionais. O efeito total destas campanhas é o de lançar um olhar desconfiado sobre as redes sociais que tradicionalmente têm ajudado a migração no Brasil – especialmente quando os envolvidos são os migrantes pobres, mulheres ou travestis. Dentro desse novo discurso, mesmo parentes dos migrantes são considerados suspeitos e supostos aliados de grupos criminosos organizados em nível internacional. (pp. 193-194)

Ou seja, a vinculação da prostituição ao tráfico pode dificultar a migração de mulheres e o combate à migração ilegal, raciocínio transparente nos discursos de alguns ativistas entrevistados, exemplificado no excerto que se segue:

*“Eu pessoalmente acho que a maioria das políticas ligadas ao tráfico, tem um efeito contrário do que se pretende oficialmente fazer. Porque o tráfico, ele só se combate mesmo, combatendo a exploração de trabalho, trabalho escravo, as condições irregulares de trabalho [...] tanto do imigrante, como do nativo, tanto do imigrante não documentado, quanto documentado. Toda política que tenta enfrentar o tráfico a partir de outras premissas que é impedir a mobilidade das pessoas, ela vai fortalecer o tráfico, porque as pessoas vão ficar cada vez mais dependentes de quem consegue essa mobilidade.*

*A questão é que é mais caro, a dívida é maior, então a pessoa precisa. Se é mais difícil que é para tirar, mais caro é para ti conseguir entrar. Se é mais caro, faz com que quem te ajuda, tenha mais domínio sobre você. Então isso mais difícil de ser legal, alguém conseguir fazer você legal, também não é... Então tudo isso vira para que o traficante se fortaleça. A mesma coisa, as políticas antimigratórias, porque gente viu que para Suriname o tráfico tem cada vez menos força, porque a comunidade brasileira que mora lá já é tão grande, que as redes de proteção entre os brasileiros, mesmo tendo traficantes entre os brasileiros, também têm muitos que moram lá, se fortaleceu. No Suriname há uma política antiimigratória, até porque eles fazem com a população, a população muito pequena e precisam do ouro que os brasileiros conseguem, então existe uma certa tolerância. Se consegue documento fácil para ficar mais dois anos, então a gente percebe que o tráfico perdeu muita força. Porque quem chega lá, numa casa confinado, quando sai pra rua ela já sabe que tem pra onde ir...enquanto você cria uma perseguição de imigrante, tu não tem uma comunidade, tu não pode alojar uma comunidade, mas como existe*

*imigrante também legalizado, por exemplo na Holanda têm muitos imigrantes que entraram antigamente ilegais e que são hoje legais, são casados. Então eles formam uma rede de proteção. Então eu diria as políticas tem que ser afirmativas para direitos de imigração e as políticas antitráfico, tem que ser contra o trabalho escravo e de prevenção. Eu acho que o Brasil não tem uma política migratória ativa, vamos dizer, informar as pessoas sobre os seus direitos, os riscos, sobre onde pode encontrar ajuda, onde pode organizar tua imigração, tua viagem, não é? Agora você tem que recorrer a quem? Quem vai te orientar? Quem quer ganhar dinheiro contigo, não vai dizer que isso, isso e isso é ruim, que isso é perigoso, só vai dizer o que é interessante pra ele, e outra que é muito negativa nessas políticas, é que ele focou muito a prostituição, então reforçou a estigma de que qualquer mulher que migra é prostituta, reforçou a repressão a prostituição como profissão, aí reforçou ainda a possibilidade de... o impedimento das mulheres se organizarem, porque elas estão estigmatizadas.” (A3)*

Segundo Mahler e Pessar (2001), citados por Sacramento (2014), as relações afetivas com cidadãos estrangeiros não necessariamente se configuram como exploração, podendo ser usadas muitas vezes como um instrumento de empoderamento por parte das mulheres, pois isso “facilita o acesso a novas escalas geográficas e sociais e proporciona diferentes possibilidades de ‘agência transnacional’” (Mahler & Pessar, 2001, citador por Sacramento, 2014, p. 229).

Nessa linha, ativista A2 discorre que:

*“[...] as mulheres casadas com europeus, elas desconstroem completamente essa ideia [de submissão]. Elas eram muito fortes nessas relações. Quem tinha medo de perder eram eles [...] elas que são mais fortes e eles eu vejo muito, ficam mais dependentes, tem mais medo de ela largar ele, do que ela tem medo de ele largar.” (A2)*

Na sua obra *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo* (2013), que é um contributo para os estudos de género e migrações transnacionais, entre outros assuntos, Adriana Piscitelli expõe sua visão acerca da prostituição transnacional de uma forma abrangente, da qual destacam-se as relações conjugais e amorosas entre nativos e mulheres imigrantes. Para a referida autora, esses relacionamentos podem ser considerados como estratégias de ascensão social no contexto das migrações internacionais. Nesta senda, Sacramento (2014, p. 246) defende:

O casamento não é, na maioria das vezes, o enquadramento gerador do laço conjugal. Contudo, dadas as vantagens jurídicas relacionadas com a mobilidade, a residência e os demais direitos dos cônjuges e filhos, são muitos os casais transnacionais que, num ou noutro momento da sua vida comum, acabam por contrair matrimónio e, assim, institucionalizar o respectivo vínculo na esfera do direito e, nalguns casos, cumulativamente, também da religião. Dado tratar-se de uma forma de conjugalidade praticamente incontornável quando estão em causa pessoas de diferentes nacionalidades.

Os(As) técnicos(as) e ativistas, de maneira geral, têm a mesma concepção em relação às causas da emigração das mulheres, como se exemplifica a seguir, a partir de alguns excertos:

*“De 17 a 25, é a maior parte de imigrantes no mundo. Então essa é uma faixa etária que tu encontra e as periferias de Belém, pouca perspectivas oferece: de emprego, de ascensão social, de conhecer outras pessoas, porque é um mundo fechado, a periferia é a periferia, por isso não tem assim interação com outras classes sociais, principalmente aqui no Brasil, que a segregação entre classes é muito forte. [...]*

*A desculpa de emigrar não é para cuidar dos filhos, porque geralmente a família já se organizou há muito tempo para dar conta desses filhos, quando ela se separou, quando ela era muito jovem, já estava morando com a avó, já tava. Antes de pensar em imigrar elas já reorganizavam muitas vezes os cuidados com os seus filhos. Só o que influencia muito, são momentos de crise, crises conjugais, namoro, o homem que «me traiu» aí ela quer ir embora, ela quer ir embora, ela quer fugir disso. Ou ela estava trabalhando e de um dia para o outro ela é demitida «Então? e agora?». São esses momentos, tanto no campo do trabalho, quanto nas relações afetivas, quando esta em uma crise, aí é momento que a imigração entra como possibilidade, aí só entra, porque existe já rede imigratória nas periferias [...] Nesse momentos de rutura nas relações afetivas e no trabalho... a necessidade faz parte, mas não é a motivação principal. [...]*

*[...] essa rutura é importante [...] agora lógico, essa oportunidade de imigrar dela, faz parte desse fator macro. Porque aí vem...porque as mulheres principalmente podem emigrar e os homens que praticamente não conseguem emigrar, aqui da Região Norte para a Europa e para o Suriname? Porque o mercado que se estruturou na Europa e no Suriname é para receber essas mulheres, já se organizou para isso. Inclusive... é mercado da prostituição, é o mercado de cuidado [...] E tem a questão das próprias relações afetivas [...]. Algumas foram, através de um contato que elas já fizeram aqui com um europeu. [...]*

*[...] mas também têm outras questões no meio, não? A dependência do visto. Mas eu acho que essa discussão, a gente pode até puxar para um nível mais abstrato, que eu não sei até onde mais a questão do envelhecimento da população na Europa, porque de alguma forma esses casamentos são aceitos socialmente e são até se tornaram um dos principais postos de permanência. Será que tem a ver com «a mulher brasileira, mulher jovem, vai ter filhos», não sei, não é? É que nós temos aqui na periferia, poucas perspectivas, uma crise de identidade, sei lá de relação, e nós temos um mercado de trabalho que está procurando mulheres para explorar no campo da prostituição, um mercado matrimonial que precisa de mulheres que também vão ter filhos.*

*Então, apesar das políticas antimigratória, há mais a política escondida que incentiva as mulheres a emigrar [...]. Então eu diria isso, que são alguns elementos que se casam na vida das pessoas individuais: A estória de imigração na família, faz que haja uma disponibilidade de*

*imigrar internamente na família. E fico «Oh! Alguém vai emigrar», não isso já faz parte; segundo: morar na periferia é uma situação meio sem muita perspectiva, falta perspectiva, vinculado a isso há a questão da juventude, há a questão das crises nos relacionamentos ou no trabalho e as existências das redes imigratórias, porque senão ela não iria optar para ir para o Suriname ou para qualquer outro lugar. [...]*

*[...] às vezes, amigas convidavam outras amigas: «Venham! Daqui a um mês tem um casamento.»*

*Depois de três anos elas têm todos os seus papéis, têm todos os seus direitos e muitas casam realmente por conveniência, mas o que elas me contam é que «Foi por amor... eu sabia que era assim, vamos tentar, vamos construir uma coisa juntos» e deu certo. Então essa coisa «Ah! Amor romântico», não necessariamente e essas coisas de contrato não são necessariamente ruins. Eu vejo três que eu conheço, super felizes, em love, que num primeiro momento foi por conveniência, mas que acabou dando certo. Ele queria alguém, ela precisava de alguém que cuidasse dela, ela era um pouco mais velha, ela podia ter deixado ele há muito tempo, dez anos de casado, se ela quisesse, autônomo, mas não, eles se amam pronto.” (A2)*

A seguir o depoimento de um ativista que mora na Holanda e acompanha de perto as idas e vindas das mulheres brasileiras.

*“A maioria das mulheres vieram pra cá em busca de melhores condições de vida, vieram trabalhar e depois trouxeram os filhos, eu diria que 80% vieram por isso. A gente sabe a desigualdade que existe no Brasil. Aqui não, onde o filho de uma brasileira estuda, estuda o filho de uma holandesa de classe alta, tem menos desigualdade [...]. Esse é um dos motivos, depois que elas chegam aqui e veem como funciona, não tem mais vontade de ir embora.” (A6)*

Para Hazeu (2011), um fator muito importante que pesa na decisão de imigrar tem a ver com o sentimento de rejeição e abandono vivenciado por algumas mulheres, muitas vezes abandonadas pelos companheiros: “[u]ma separação, por diversos motivos, parece ser um momento de profundas reflexões, de rever as opções da vida, de procurar novos caminhos, de deixar para trás a vida que se estruturava, bem ou mal, até então e de arriscar além” (Hazeu, 2011, p. 66). O referido autor conclui que, à volta do processo de separação, “[...] o relacionamento afetivo que as mulheres tiveram na origem foi um fator importante no processo de desterritorialização, na procura de poder produzir uma nova identidade” (2011, p. 67).

O olhar acerca do trabalho sexual feminino também apareceu na fala dos ativistas:

*“[...] Para mim é um trabalho como outro qualquer. É um trabalho que tem um estigma porque você trabalha com seus órgãos sexuais. Já perdi a conta de quantas vezes eu ganhei dinheiro sem nem sequer ter relação sexual, só conversando. Uma coisa que as prostitutas precisavam era um suporte, pois a gente recebe uma carga muito grande da sociedade. A carga dos homens*

*que vão procurar as mulheres na zona... eles vêm com muitos problemas: no casamento, no trabalho, também a questão do sexo pago. [...]*

*Ou seja, prostituição pra mim é natural, o que não é a natural é a violência urbana que a gente está vendo aí. Tantos jovens sendo assassinados, tanta falta de políticas públicas, tanta injustiça social, tantas pessoas desempregadas, isso que não é natural pra mim. Isso a gente tem que lutar para que melhore. O Brasil tem desenvolvido muito, mas essa riqueza toda está na mão de poucos. É essa a realidade do nosso país. Tem que haver maior distribuição de renda e justiça social, senão de nada vai adiantar tanta riqueza.” (A4)*

*“A maioria das meninas que vieram pra cá pra trabalhar na prostituição a maioria vieram sabendo o que iam fazer. Eu não conheço nenhum caso de alguém que tenha vindo totalmente enganada. Já presenciei um caso de uma menina ter tido algum problema aqui e dizer pra família que foi enganada.*

*«Eu fui enganada, eu vim trabalhar num restaurante e agora estou trabalhando na prostituição». [...]*

*A maioria das vezes é quando se envolve com alguma coisa errada aqui, como todo mundo sabe a droga é liberada aqui, as pessoas consomem muita droga aqui. Muitas mulheres que vieram pra cá infelizmente caíram no mundo da droga. Já aconteceu de eu encontrar meninas perambulando pela rua e eu pegar levar pro hospital cuidar delas. Todas as meninas que eu conheço que vieram pra cá não foram traficadas. Nunca ouvi falar de um caso desses.” (A6)*

Nesse âmbito, A6 ainda se refere a visões sociais que se constroem, na Holanda, em torno da mulher brasileira:

*“Os holandeses são muito na deles, quando se fala em brasileiras eles têm uma certa visão negativa, antes era mais, mas de uns anos pra cá, como tem muitas brasileiras na universidade, no mercado de trabalho, essa imagem vinculada a prostituição se apagou mais. Os holandeses respeitam, o problema são os turcos, os marroquinos, quando veem que é brasileira não querem ter respeito por elas. Já teve casos em festas que a gente promove que eu tive que colocar 2, 3 turcos pra fora, porque eles estavam desrespeitando as mulheres, ficavam passando a mão, essas coisas, ainda têm aquela mentalidade de que toda brasileira está disponível.” (A6)*

Grievesson (1998), citado por Bordonaro e Alvim (2008), ressalta que nas campanhas contra a prostituição e o tráfico de escravas brancas da viragem do século, cruzam-se de facto questões de raça, género e sexualidade. Essa forma de controle da sexualidade, que foi feito de uma maneira mais evidente nos Estados Unidos, tinha como principal objetivo:

disciplinar as relações entre grupos raciais de forma a manter uma distinção que reforçasse as hierarquias raciais e mantivesse a força e a pureza da nação. As histórias sobre prostituição coerciva utilizavam o perigo sexual para legitimar a segregação, bem como para preservar outros limites sexuais e raciais. (Grievesson, 1998, citado por Bordonaro & Alvim, 2008, p. 9)



Bordonaro e Alvim (2011) destacam ainda as semelhanças existentes entre os discursos do *white slave traffic* e o material didático-informativo que vem sendo produzido sobre o tráfico na contemporaneidade, ou seja, imbuídos de questões morais e conservadorismo, com um agravante – utilizando este discurso como mecanismo de controle de fronteiras, com leis que restringem a imigração nesse início de século XXI, principalmente das mulheres,

Os artigos jornalísticos, os textos de campanhas e os *instant books* sensacionalistas que popularizaram o imaginário em relação ao tráfico de seres humanos (TSH), parecem frequentemente terem saído dos jornais e das livrarias dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha do final do século XIX ou do início do século XX [...]. Mais ainda, as medidas legais implementadas ao nível internacional para a luta contra o TSH têm similaridades inquietantes com os dispositivos penais criados no início do século XX para balizar a escravatura branca, tornando-se fundamentalmente instrumento de controlo da mobilidade dos migrantes. (Bordonaro & Alvim, 2011, p. 70)

Assim, por vezes assiste-se a uma sobreposição entre o posicionamento antitráfico e o discurso abolicionista que indistingue o tráfico e o trabalho sexual, o que tem implicações no estatuto da pessoa migrante que presta trabalho sexual no país de destino: restrito ao de vítima e sem possibilidade de agência nas circunstâncias que moldam a decisão de migrar. O absolutismo dessa leitura é contrariado por dados deste estudo, não apenas por meio dos discursos das mulheres entrevistadas, que assinalam histórias de migração nas quais figuram-se como atrizes das próprias escolhas, mas também nos discursos dos(das) técnicos(as) e ativistas em reporte neste subtópico. É inegável, no entanto, que o discurso que move as ações antitráfico de pessoas é a proteção da dignidade humana, porém é igualmente necessário que esta dignidade seja entendida em todas as suas dimensões, seja defendendo os indivíduos em situação de escravidão, seja garantindo a liberdade de ir e vir, seu anseio pela mobilidade e sua autonomia.

Em suma, todos estes são talvez homens e mulheres com histórias de vida marcantes, que na sua maioria vivenciaram situações de violência e exclusão, e que por isso conseguem, nas suas lutas cotidianas, entender com um olhar de quem está dentro, tudo que se passa com mulheres que tomam a decisão de emigrar.



## CONCLUSÕES

A Holanda destacou-se nas décadas de 1980 e 1990 como um local de destino de mulheres de Belém do Pará. Isso se deveu principalmente ao fato de o Estado do Pará fazer fronteira com o Suriname, uma ex-colônia holandesa, localizado no extremo Norte da América do Sul. Trata-se de um fenômeno que presenciei ao longo da minha infância e adolescência vivenciada na periferia de Belém, o que me despertou para o tema desde muito cedo, juntamente com a vontade de ouvir essas mulheres, de saber de suas vidas e experiências, o que foi possível com a realização deste trabalho.

Esta proposta de estudo apresentou três hipóteses principais. Em primeiro lugar, a mulher migrante assume um *status* singular, e muitas vezes precário, no contexto dos estudos das migrações internacionais, consequência da lacuna nas investigações referentes a migração feminina, que ignoram uma perspectiva de gênero no contexto das relações pós-coloniais.

Este estatuto de precariedade assumido pela mulher nos estudos sobre migração internacional tem implicações nas interpretações sobre a realidade das mulheres migrantes ou traficadas, nomeadamente nos processos de agência, reconhecimento e resistência envolvidos para além de possíveis questões morais eventualmente envolvidas. São necessários, portanto, estudos que deem conta dos percursos de vida dessas mulheres nos países de origem, intermediários e de destino.

Uma segunda hipótese diz respeito ao estatuto atribuído à mulher traficada. Os estudos identificados tendem a retratar a mulher traficada exclusivamente como vítima. Apesar de algumas mulheres saírem dos países de origem tomando a decisão consciente de serem trabalhadoras sexuais fora do seu país de origem, muitas vezes desconhecem as condições exatas em que esses serviços serão prestados, passando, então, a uma condição de vítima. É inegável a existência de mulheres que são alvo de coerção, de violência física, psicológica e simbólica no contexto das redes de tráfico internacional de pessoas. Contudo, questiono: será que essa realidade de violência abarca todas as situações ou todos os momentos da rota? Será que as mulheres envolvidas nas teias de tráfico têm consciência de tal? Pretendi com este trabalho, refletir sobre o estatuto de vítima das mulheres que eventualmente caem em redes de tráfico humano.

A terceira hipótese é a de que a decisão de migrar pode ser uma decisão individual, de ascensão social, mas que é marcada por outras escolhas e projetos, por exemplo, projetos de cunho afetivo, como a possibilidade de um casamento com um europeu, que trará estabilidade emocional e socioeconômica; possibilidade que parece fazer-se presente no imaginário de mulheres brasileiras. E, por outro lado, a imagem dicotômica historicamente construída pelo europeu em relação à mulher latina, associando-a a uma liberalização sexual e uma subserviência intrínseca, contribui para que esses enlaces ocorram com tanta frequência, o mito do “bom selvagem” permeia as relações entre “colonizador” e “colonizado”.

Tendo como base essas hipóteses de trabalho, o presente estudo guiou-se pelos seguintes objetivos específicos:

- Compreender os contextos socioeconômicos e culturais das mulheres brasileiras imigrantes no Suriname e na Holanda;
- Identificar os fatores que contribuem para mulheres brasileiras emigrarem, ainda que em regime de precariedade, para a Europa;
- Identificar e caracterizar as atividades que estas mulheres desempenham nos países de origem e de destino, enquadrando tais atividades no projeto de vida que traçaram para si;
- Conhecer as perspectivas de futuro pessoais e profissionais destas mulheres, compreendendo de que forma o fato de estarem inseridas no trabalho sexual – se for o caso – influi nesta projeção.

Para tentar responder a essas e outras inquietações foram realizadas numerosas conversas com mulheres migrantes e técnicos(as) e ativistas no campo das migrações e dos direitos humanos, tanto no país de origem, Brasil, quanto no país destino, Holanda/Bélgica, sendo que pelo menos uma dessas conversas com cada participante foi audiogravada e transcrita. Dois grupos, portanto, constituem os participantes deste estudo: um primeiro grupo, considerado o principal, que é constituído por 11 mulheres brasileiras imigrantes na Holanda, que foram identificadas e selecionadas com recurso à técnica de amostragem em Bola de Neve; e um segundo grupo, constituído por 6 técnicos(as) e ativistas selecionados por conveniência, que atuam no Brasil e na Holanda em organizações de suporte e informação nos campos da migração, do tráfico de pessoas e do trabalho sexual.

É de se destacar que, junto a esses públicos, muitas informações foram facultadas de uma maneira informal e em ambiente de confiança construída, o que me fez perceber que, em certos casos, o meu lugar de investigadora estava associado ao de amiga por parte dessas pessoas. Como resultado, foi produzida uma grande quantidade de dados registrados no diário de investigação, muitos deles de foro íntimo/privado e à partida não relacionados com o objeto em estudo, a migração feminina. Essas circunstâncias trouxeram ao processo de análise dos dados questões acrescidas no que diz respeito à ética de se reportarem determinadas informações coletadas em momentos informais de interação com os entrevistados, em particular no que diz respeito às mulheres que constituíram o público central desta investigação.

Trata-se de uma situação recorrente no campo das ciências humanas e sociais, de acordo com autores que discursam a respeito das metodologias de investigação nesse campo (por exemplo, Bogdan & Biklen, 1994; Flick, 2009). Para efeitos deste estudo, particularmente no que diz respeito às informações prestadas pelos participantes, as questões éticas foram asseguradas por meio da ampla informação que procurei oferecer sobre o mesmo em todos os momentos de encontro com as pessoas. Nesse sentido, todas as informações sobre os participantes deste estudo foram registradas apenas após o seu expresso consentimento. Além disso, para efeito de tratamento de dados, foram priorizados os dados facultados pelos informantes nos momentos formais de entrevista, todos eles audiogravados.

O conjunto de mulheres entrevistadas, público central do estudo, engloba um universo constituído por mulheres com uma faixa etária distribuída entre os 37 e os 52 anos (considerando o ano das entrevistas, 2013), que migraram para a Holanda sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990. Quanto à formação, a maioria das entrevistadas (7 mulheres) afirmou ter concluído a escolaridade obrigatória no Brasil, registrando-se apenas duas exceções. Também a maioria (8 mulheres) informou ser casada, sendo que 7 delas encontrava-se em casamentos transnacionais (com cidadãos holandeses).

É transparente, nos discursos das entrevistadas, a centralidade do casamento e da construção do amor romântico como o principal mote para o projeto migratório, sobretudo face a projetos fracassados de constituir família no país de origem. Nesse âmbito, a formação de uma família nos moldes tradicionais se mostra de notável importância para a

vida dessas mulheres, sobretudo estando em jogo o encontro com o arquetípico “príncipe”. Trata-se de uma realidade presente nos discursos que se entrelaçaram neste trabalho.

Por meio dos relatos, observou-se que a maioria das mulheres entrevistadas tinha as vidas marcadas por sucessivas decepções amorosas no país de origem, sendo que em muitos desses relacionamentos houve o nascimento de filhos e o sentimento de abandono dos mesmos por parte dos pais biológicos – antes de iniciarem o percurso migratório, oito delas já tinham, pelo menos, um filho de relacionamentos anteriores. Vidas amorosas conturbadas contribuíram também para o reforço do mito do “príncipe encantado europeu”, homem gentil, leal, dedicado à família, branco, personificado na figura do homem holandês, em contraposição à figura do homem brasileiro, considerado pelas mulheres como pouco confiável, infiel e com um certo descaso com a família.

Como pontua Sacramento (2014, p. 219), citando Brennan (2004a), “é necessário ter em conta que os interesses das mulheres locais pelos *gringos* vão além do económico e conjugam, também, características etnosexuais, fenotípicas, de género e romantismo que crêem não encontrar entre os homens brasileiros”. Em outras palavras, a preferência por companheiros brancos pode ser entendida nos dizeres de Franz Fanon, como um desejo pessoal de “brancura” (Fanon, 1975), por parte das mulheres. Essa constatação encaminha uma reflexão a respeito não apenas dos afetos como motivo de fundo para a desterritorialização (Hazeu, 2011), mas também o desejo latente de construir uma vivência mais próxima das possibilidades que, no país de origem, lhe são negadas ou dificultadas por uma estrutura social de origem escravista, que tende a reproduzir os privilégios historicamente garantidos àqueles que têm pele branca.

Silva e Blanchette (2005), por sua vez, endossam que “o amor gera deslocamentos internacionais de mulheres brasileiras” (p. 279). Apesar de o matrimônio ser também um mecanismo utilizado por mulheres imigrantes para a obtenção da nacionalidade (Piscitelli, 2007), há uma vasta literatura sobre a temática, o diferencial do trabalho ora apresentado é também demonstrar que muitas das mulheres brasileiras imigrantes da Holanda não viam no casamento apenas a possibilidade de regularização, mas sim a concretização de um desejo – o de construir uma família nos moldes tradicionais, o que para muitas foi possível dessa forma.

É de assinalar, contudo, que o desejo de constituir família conjugava-se com o de ter uma vida financeiramente independente dos maridos/companheiros nos discursos de

todas as mulheres, sendo que a ausência de tal independência, registrada em dois casos, constituía-se fonte de frustração. De um modo geral, pode-se dizer que, no universo de participantes deste estudo, observa-se uma rutura com a “mística feminina” (Friedan, 1971) caracterizada pelas imagens de “dona de casa” / “doméstica”, “esposa”, “boa mãe”, uma vez que as mulheres demonstraram o desejo de ir para além desses rótulos ao valorizar, nos seus discursos, as conquistas na área do mercado de trabalho, que assinalavam a sua independência financeira e a ocupação de espaços socialmente valorizados no país de destino.

A realidade dessas mulheres no país de acolhimento, no entanto, nem sempre representou a concretização de anseios de uma vivência mais compensadora que a que tinha lugar no Brasil. Na transversalidade das entrevistas, é possível registar dificuldades de adaptação e tensões cotidianas agravadas por diferenças culturais muitas vezes difíceis de serem administradas contribuíram para que a instalação na Holanda fosse problemática, contando inclusive com matrimônios desfeitos em, pelo menos, três casos.

O sentimento de integração à Holanda, por parte das mulheres entrevistadas, mostrava-se diretamente proporcional ao aumento do domínio do idioma e à forma como se percebiam como pessoas proativas. Assim, quanto mais se apropriavam do idioma holandês, mais se sentem acolhidas e pertencentes ao país, relatando rotinas e modos de estar considerados próprios do local de acolhimento. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho e falta de uma rede de amigos, por outro lado, indiciavam alguma dificuldade de integração.

Na transversalidade dos relatos, sobretudo sob a alínea das situações de discriminação relatadas, surge uma associação das mulheres ao erotismo e exotismo relacionado às ex-colônias. Nesses depoimentos, a suposta pré-disposição sexual é fator presente na origem de assédios. As mulheres provenientes do sul global, mais precisamente as da América do Sul, são um exemplo de como as heterodesignações eurocêntricas determinam a noção de outra racializada e sexualizada, sendo muito comum encontrar representações sobre as mulheres brasileiras que as definem pela sua sensualidade e erotismo, como mulheres que vivenciam sua sexualidade de forma livre e natural e como amáveis, pacientes e carinhosas, o que se torna uma mais-valia no mercado internacional das afetividades. Isso se conjuga com um contexto em que as mulheres

européias se demonstram cada vez mais autônomas, independentes e aversas a relações em que *a priori* estarão numa condição de subalternidade (OIT, 2011; Piscitelli, 2007).

É válido ressaltar também que existe uma disrupção entre a informação que chega em países de emigração sobre e a realidade intrínseca de um país mais desenvolvido de destino, levando a que muitas pessoas com poucos recursos elaborem uma “falsa consciência” de que noutro país está a possibilidade de conquistar melhores condições de vida. A meu ver, a solução mais viável deveria ser um maior acesso dessas pessoas à informação nos países de origem, de modo a evitar a construção de falsas esperanças e a falsas expectativas entre as decisões que as levam a migrar. Trata-se de uma vertente na qual as diferentes organizações ativistas inquiridas neste estudo procuram atuar, associando a informação a medidas de suporte emigrantes e a vítimas de tráfico de pessoas. É preciso considerar, contudo, o macro-contexto da divisão internacional do trabalho, que sustenta historicamente a relação entre os países do Norte e do Sul Global, colocando os primeiros em relações económicas de poder. É inegável que, nesse quadro, se constroem relações simbólicas baseadas no imaginário de que os países do Norte guardam melhores condições de vida.

Outro ponto que merece destaque é que, apesar de as entrevistadas estarem em diáspora, algumas há muito tempo, existe um evidente laço de solidariedade com suas famílias de origem. Muitas mulheres entrevistadas assumiram ajudar financeiramente familiares que se encontram no Brasil, inclusive considerando essa ajuda como um fator integrante das contas do que consideram qualidade de vida no país de destino.

As entrevistadas relatam ainda, em sua grande maioria (com apenas duas exceções), que emigraram sozinhas, confirmando o perfil das migrações feminizadas em contextos de globalização. Apresentam-se como ativas e propositivas na decisão de emigrar e na construção de estratégias de mobilidade social. As imigrações das mulheres entrevistadas foram apoiadas em redes informais: uma irmã, uma prima, uma amiga de infância, o que reforça a constatação de um dos ativistas entrevistados neste estudo de que existe uma rede migratória nas periferias. Também compõe essa rede informal estrangeiros que, no estatuto de namorados, convidam as mulheres, financiando-lhes a viagem.

Em relação a vivências de tráfico de pessoas, as narrativas presentes neste estudo vão em dois sentidos. Um primeiro recai no afastamento demonstrado por todas as



entrevistadas em relação ao tema. Face à questão que as levavam a refletir sobre o assunto, as respostas recaíam na narrativa de histórias de outras mulheres que haviam experienciado situações de violação de direitos, ou seja, nas descrições em terceira pessoa. Em casos pontuais, as entrevistadas afirmaram não conhecer nenhum caso concreto ou apenas conhecer através de notícias veiculadas em meios de comunicação.

Um segundo sentido das narrativas diz respeito a relatos em primeira pessoa de possíveis situações de tráfico, que, entretanto, não foram assim caracterizados pelas entrevistadas. Isso levou a uma reflexão sobre a forma como as histórias são construídas e contadas, sobretudo em contextos que extrapolam o âmbito privado. Essa análise também levantou uma reflexão a respeito da caracterização das situações de tráfico com base em não apenas elementos objetivos de coação (tais como a privação de liberdade, a intimidação, a exploração, o endividamento, entre outros), mas também subjetivos, que se prendem com a forma como essa coação é percebida, vivenciada e contada pelas mulheres. Essa reflexão vai ao encontro dos diferentes níveis de vitimização abordados por Sousa Santos *et al.* (2008b), que quebram um paradigma de vitimização absoluta das mulheres para abrir a possibilidade de enquadrar atitudes de consciência e agência por parte de mulheres que voluntariamente recorrem a redes de tráfico para concretizarem projetos migratórios.

Segundo Laura Agustín (2005), a questão não é negar a existência do tráfico de pessoas, mas sim dizer que o pior tráfico acontece a uma minoria de pessoas e não existe uma verdade única e absoluta para todas as mulheres imigrantes. É preciso que se considere a agência feminina, o livre arbítrio, a livre escolha, até para aquelas que emigram para realizar trabalho sexual, como foi o caso manifesto de uma das entrevistadas.

Diante do exposto, a importância desse estudo reside na tentativa de dar voz a mulheres do Norte do Brasil, mais precisamente às de Belém do Pará, muitas vezes tratadas como “exóticas”, vítimas, subalternizadas por uma sociedade patriarcal e de histórico escravista, e invisibilizadas num contexto de uma invisibilidade maior, que ainda se faz presente nos estudos amazônicos num contexto de globalizações. Portanto, a relevância está na proposta de abordagem que não só deve ser disciplinarmente transversal e diversificada.

Com a reflexão proposta neste estudo, não busquei impor uma verdade pronta e única, mas, tão só reunir contribuições para o debate em termos relacionais que alarguem

o âmbito da reflexão, com o intuito de melhor compreender as teias entrelaçadas que permeiam a migração, o trabalho sexual e o tráfico de pessoas no contexto amazônico. No entanto, após os estudos realizados, há que se considerar, como pontua Estela Scandola (2016, p. 237) “que não há espaços para linearidades, nem tampouco certeza de conhecimentos acabativos. O que se tem, neste ponto da Tese, é a certeza da incompletude”.

É válido ressaltar que a amostra estudada é irrelevante em relação ao universo de mulheres brasileiras migrantes na Holanda. Porém, as conclusões advindas de uma pesquisa de cunho qualitativo são fundamentais para a análise e interpretação da realidade e, como defendem Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa tem como objetivo apreender a multidimensionalidade dos fenômenos em sua manifestação contextual e registrar diferentes significados de uma experiência vivenciada, no sentido de compreender o indivíduo no seu contexto. É, portanto, a partir desta mais-valia que este estudo se apresenta como uma contribuição para compreender uma dimensão da multiplicidade de vivências que se abrigam sob a denominação genérica, mas carregada de significados, *mulher brasileira imigrante*.

**A**

- Adelman, Miriam (2004). Feminismo, pós-colonialismo e novas narrativas sociológicas. In *Seminário Temático: Pós-colonialismo, pós-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade*. São Paulo: ANPOCS.
- Agustín, Laura (2002). The (Crying) Need for Different Kinds of Research. *Research for Sex Work*, 5, 30-32.
- Agustín, Laura (2003). Sex, Gender and Migrations: Facing Up to Ambiguous Realities. *Soundings*, 23, 1-13.
- Agustín, Laura (2005). Helping women who sell sex: the construction of benevolent identities. *Rhizomes*, 10. Disponível em: <http://www.rhizomes.net/issue10/agustin.htm>. Consultado em: 05.01.2017.
- Albuquerque, Elisabeth Maciel de (2009a). *Avaliação da técnica de amostragem "Respondent-driven Sampling" na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP.
- Albuquerque, José L. (2009b). A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31), 137-166. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000100006>
- Alves, Zélia M. M. B., & Silva, Maria H. G. F. D. da (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Revista Paidéia*, (2), 61-69. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/n2/07.pdf>. Consultado em: 02.01.2017.
- Anthias, Floya. (2002). Metaphors of Home: Gendering New Migrations in Southern Europe". In F. Anthias & G. Lazaridis (Eds.), *Gender and Migration in Southern Europe* (pp. 17-47). New York: Oxford.
- Aragón, Luis (2009). Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In L. Aragón (Org.), *Migração internacional na Pan-Amazônia* (pp. 11-37). Belém: UFPA/NAEA.
- Araújo, Helena Costa (2000). *Pioneiras da Educação: as Professoras Primárias na Viragem do Século – Contextos, Percursos e Experiências, 1870-1933*. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional.
- Araújo, Helena Costa (2007). Cidadania na sua polifonia: debates nos estudos de educação feministas. *Educação, Sociedade e Culturas*, 25, 83-116.
- Ariza, Marina (2002). *Género y migración femenina: dimensiones analíticas y desafíos metodológicos*". In D. Barrera B., & C. Oehmichen B. (Orgs.), *Migración y relaciones de género en México* (pp. 33-62). Ciudad del México: GIMTRASP, UNAM. Instituto de Investigaciones Antropológicas.

- Assis, Gláucia de Oliveira (1999). *Estar aqui... estar lá... uma cartografia da emigração valadarense para os EUA*. In R. Reis, & T. Sales (Orgs.), *Cenas do Brasil migrante* (pp. 125-167). São Paulo, Boitempo.
- Assis, Gláucia Oliveira (2004). *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp.
- Assis, Gláucia Oliveira (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migrações internacionais. *Revista Estudos Feministas*, 15(3), 745-772.
- Assis, Gláucia de Oliveira (2011). Entre dois lugares: as experiências afetivas de mulheres imigrantes brasileiras nos Estados Unidos. In A. Piscitelli et al. (Orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil* (pp. 321-362). Coleções Encontro. Campinas: Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero.
- Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/idhm-do-brasil.pdf>. Consultado em: 01.10.2016.
- Azevedo, Patrícia (2008). *Para além do prejuízo. Análise das narrativas de identidade e reconstrução de subjectividades em mulheres brasileiras na área metropolitana de Lisboa*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Azevedo, Maria Amélia, & Guerra, Viviane (Orgs.) (1993). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez.
- Azambuja, Maria Regina Fay (2004). *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Porto Alegre: Livraria do Advogado.

## B

- Baganha, Maria Ioannis, & Góis, Pedro (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (53), 229-280.
- Baganha, Maria Ioannis, & Marques, José Carlos (2001). *Imigração e Política – o caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Bahri, Deepika (2013). *Feminismo e/no pós-colonialismo* (Tradução de Andréia Guerini e Juliana Steil). *Revista de Estudos Feministas*, 21(2), 659-688.
- Bardin, Laurence (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.
- Bazzanella, Sandro Luiz, & Borguezan, Danielly (2016). Resenha: Mística feminina. *Caderno espaço feminino*, 28(1). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/29582/17239>. Consultado em: 07.03.16.
- Beauvoir, Simone (1970). *O Segundo Sexo* (Tradução: Sérgio Milliet). Amadora: Livraria Bertrand, S.A.R.L.
- Berman, Jaqueline (2003). (Un)Popular Strangers and Crises (Un)Bounded: Discourses of Sex-Trafficking, the European Political Community and the Panicked State of the Modern State. *European Journal of International Relations*, 9(1), 37-86.

- Bhabba, Homi K. (2007). *O local da cultura* (Tradução: Myriam Ávila et al., 4.ª reimpressão). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Biblioteca Virtual dos Direitos Humanos (2016). *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.Php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Consultado em 10.03.2016.
- Biernacki, Patrick, & Waldorf, Dan (1981). Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, (2), 141-163.
- Blanchette, Thaddeus (2011). 'Fariseus' e 'gringos bons': masculinidade e turismo sexual em Copacabana. In A. Piscitelli, G. Assis, & J. Olivar (Orgs.), *Gênero, Sexo, Afetos e Dinheiro: Mobilidades Transnacionais Envolvendo o Brasil* (pp. 57-102). Campinas: UNICAMP: Cadernos Pagu.
- Blanchette, Thaddeus, & Silva, Ana Paula (2011). O mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, (37), 79-105.
- Bogdan, Robert, & Biklen, Sari (1994). *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria dos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boyd, Monica (1989). Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas. *International Migration Review*, 3, 639-669. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/11135585\\_Family\\_and\\_Personal\\_Networks\\_in\\_International\\_Migration\\_Recent\\_Developments\\_and\\_New\\_Agendas](https://www.researchgate.net/publication/11135585_Family_and_Personal_Networks_in_International_Migration_Recent_Developments_and_New_Agendas). Consultado: 10.02.15.
- Bonnici, Thomas (1998). Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. *Mimesis*, 19, 7-23. Disponível em: [http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis\\_v19\\_n1\\_1998\\_art\\_01.pdf](http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis_v19_n1_1998_art_01.pdf). Consultado em: 10.02.2016
- Bordonaro, Lorenzo, & Alvim, Filipa (2008). 'The greatest crime in the world's history'. Uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres. In M. C. Silva, & F. B. Ribeiro (Orgs.), *Mulheres da Vida. Mulheres com Vida: Prostituição, Estado e Políticas* (pp. 51-73). Ribeirão: Edições Húmus Lda.
- Bordonaro, Lorenzo, & Alvim, Filipa (2011). Tráfico de mulheres em Portugal: a construção de um problema social. In P. G. Silva, O. Sacramento, & J. Portela, (Orgs.), *Etnografia e Intenverção Social: Por uma práxis reflexiva*. Lisboa: Colibri.
- Brasil, Secretaria Nacional de Justiça (2006). *Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via aeroporto de Guarulhos*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Geral de Justiça.
- Butler, Judith (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, (21), 219-260.
- Butler, Judith (2008). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

## C

- Carmo, Roberto Luiz do, & Jakob, Alberto A. E. (2009). A migração estrangeira recente na Amazônia Legal Brasileira. In L. Aragón (Org.), *Migração internacional na Pan-Amazônia* (pp. 205-219). Belém: UFPA/NAEA.
- Carrilho, Maria José, & Patrício, Lurdes (2009). A Situação Demográfica Recente em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, (46), 59-108.
- Castel, Robert (1995). *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Castles, Stephen (2003). Toward a sociology of forced migration and social transformation. *Sociology*, 37(1), 13-34.
- Castro, Juventina Yolanda (2006). *Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo*. Tese de Doutorado. Granada: Universidad de Granada.
- Castro, Maria da Consolação Gomes de, Botelho, Paula, & Knup, Silvana Andrade Pena (2015). Contexto migratório de retorno. In J. Peixoto *et al.* (Orgs), *Vagas atlânticas, migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI* (pp. 159-176). Lisboa: ISCTE-IUL. Editora Mundos Sociais.
- Césaire, Aimé (1978). *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA (1998). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração comercial de crianças e adolescentes: relatório final*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Chaperon, Sylvie (1999). Auê sobre o segundo sexo. *Cadernos Pagu*, (12), 37-53.
- Chuang, Janie (1998). Redirecting the Debate over Trafficking in Women: Definitions, Paradigms and Contexts. *Harvard Human Rights Journal*, pp. 65-108.
- Comuniello, Sofia (1995). *Conhecendo Flora Tristan*. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/13floratristan.htm>. Consultado em: 01.04.2016.
- Costa, Andréia da Silva (2008). O tráfico de mulheres: o caso do tráfico interno de mulheres para fins de exploração sexual no estado do Ceará. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional. Fortaleza: UNIFOR.
- Costa, Alfredo Bruno da (1998). *Exclusões Sociais* (Cadernos democráticos, vol. 2). Lisboa: Edições Gradiva.
- Costa, Claudia de Lima (2013). Feminismos e pós-colonialismos. *Revista de Estudos Feministas*, 21(2), 655-658. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200017>
- Clifford, James (1992). Traveling Cultures. In L. Grossberg, C. Nelson, & P. Treichler, (Eds.), *Cultural Studies* (pp. 96-116). London, Routledge.
- CRAMI & UNICEF (2002). *Abuso sexual doméstico: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor* (Série Fazer valer seus Direitos, 1). São Paulo: Cortez.

Crenshaw, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.

Crisófono, Sirlene (2012). *Intro vindication of the rights of woman: representação da palavra e poder na literatura*. Disponível em: <http://www.facrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/diartigos81.pdf>. Consultado em: 01.12.16

## D

Davis, Angela (1997). As mulheres Negras na construção de uma nova utopia. *.1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales*. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão & Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Consultado em: 14.05.2016.

Dimenstein, Gilberto (1992). *Meninas da Noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil*. São Paulo: Ática.

Doezema, Jo (2000). Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of 'white slavery' in contemporary discourses of 'trafficking in women'. *Gender Issues*, 18(1), 23-50. Disponível em: <https://www.walnet.org/csis/papers/doezema-loose.html>. Consultado em: 08.02.2015.

Doezema, Jo (2005). Now You See Her, Now You Don't: Sex Workers at the UN Trafficking Protocol Negotiations. *Social & Legal Studies*, 14(1), 61-89.

Dolabella, Lira Turrier (2009). *Namoradinhas do Brasil "na noite" lisboeta: homens portugueses e mulheres brasileiras no contexto das casas de alterne*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Duarte, Madalena, & Oliveira, Ana (2012). Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIII, 223-237.

Duarte, Rosália (2002). *Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo*. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa, nº 115.

Dias, Mário (2007). *Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP.

Dussel, Enrique (1993). *1492 O Encobrimento do Outro*. Petrópolis: Editora Vozes.

## E

Emmi, Marília (2009). Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: O caso dos italianos. In L. Aragón (Org.), *Migração internacional na Pan-Amazônia* (pp. 263-279). Belém: UFPA/NAEA.

## F

- Fanon, Frantz (1975 [1952]). *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2 ed.). Porto: Paisagem.
- Fernandes, Gleiciane (2008). *Viver Além-Mar: Estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, ICS.
- Ferrarotti, Franco (1983). *Histoire et Histoires de Vie*. Paris. Librairie des Méridiens.
- Flaquer, Luís, & Solé, Carlota (eds.). *El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes*. Madrid: Instituto de la Mujer. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.
- Flick, Urie (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Flores, Joaquín Herrera (2009). *A (re)invenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Boiteux.
- Foner, Nancy (2000). *From Ellis Island to JFK: NY's two great waves of immigration*. New Haven: Yale University Press.
- Fonseca, Laura (2005). *Vozes, silêncios e ruídos na educação escolar das raparigas*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Fonseca, Laura (2009). *Justiça Social e Educação: Vozes, silêncios e ruídos na escolarização das raparigas, ciganas e payas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fontes, Edilza (2009). Imigração e mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX: O caso dos portugueses de Belém do Pará. In L. Aragón (Org.), *Migração internacional na Pan-Amazônia* (pp. 281-319). Belém: UFPA/NAEA.
- Fraser, Nancy (2003). O que é o crítico na Teoria Crítica?. In H. Araújo et al. (Orgs.), 8 (Número especial: «Reconceptualizações Filosóficas e de Teoria Política-Perspectivas Feministas, pp. 57-89). Lisboa: Revista ExAequo.
- Freire, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Friedan, Betty (1971). *Mística Feminina*. (Tradução: Áurea B. Weissenberg). Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada.
- Furniss, Tilman (1993[1991]). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar*. (M.A.V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

## G

- Galeano, Eduardo (2007). *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gaspard, Françoise (1998). Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, 83-101.
- Goldman, Emma (2002). The Traffic in Women. *Hastings Women's Law Journal*, 13 9-20. Disponível em: [https://repository.uchastings.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=http://dbpedia.org/page/Emma\\_Goldman&httpsredir=1&article=1185&context=hwlj](https://repository.uchastings.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=http://dbpedia.org/page/Emma_Goldman&httpsredir=1&article=1185&context=hwlj). Consultado: 02.03.2016.



Gomes, Lúcia (2012). *Tráfico de mulheres – romper silêncios: uma perspectiva sobre os quadros legais possíveis no quadro do tráfico e da exploração na prostituição*. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/view/13445720/trafico-de-mulheres-romper-silencios-uma-perspectiva-o-ninho> . Consultado: 14.08.2014.

## H

Hagan, Jacqueline M. (1998), Social Networks, Gender and Immigrant Incorporation: Resources and Constraints. *American Sociological Review*, 63, 55 -68.

Hall, Stuart (2001). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade* (Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A.

Hazeu, Marcel (2011). *Migração Internacional de Mulheres na periferia de Belém: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia*. Tese de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Hazeu, Marcel (2015). *O não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena*. Tese de Doutorado em Estudos Sócioambientais. Belém. UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Hazeu, Marcel, & Figueiredo, Danielle Lima de (2006). *Migração e tráfico de seres humanos para Suriname e Holanda*. Belém: Txai/Emaús,

Hazeu, Marcel (Coord.), Silva, Lúcia Isabel da Conceição, Pavón, Liyana, Ferreira, Francisca, Licda, Cornelia Santos, Tapia, Margot, Uribe, Milka (2008). *Pesquisa tri-nacional sobre tráfico de mulheres do Brasil e da República Dominicana para o Suriname: uma intervenção em rede*. Belém: Sodireitos.

Hazeu, Marcel & Silva, Lúcia I. C. (2011). *Mulheres em movimento: migração, trabalho e gênero em Belém do Pará*. Belém: Sodireitos.

Holmes, Mary (2004). An equal distance? Individualization, gender and intimacy in distance relationships. *The Sociological Review*, 52(2), 180-200.

Hondagneu-Sotelo, Pierette (1994). *Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration*. Berkley: University of California.

Huisman, Mark, & van Duijn, Marijtje A. J. (2013). *Software for Statistical Analysis of Social Networks*. Holanda: University of Groningen. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.105.9814&rep=rep1&type=pdf> . Consultado a 16.02.15.

## I

IBGE (2016). *Estimativa populacional para 2016*. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2016/estimativa\\_dou\\_2016\\_20160913.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf) . Consultado: 01.12.16

INSTRAW (2007). *Feminization of Migration*. United Nations In straw. working paper. Santo Domingo.

## J

Jeffrey Weeks (2003). *Sexuality (Key Ideas)* (2 ed.). London: Routledge.

## K

Kapur, Ratna (2006). Revisioning the Role of Law in Women's Human Rights Struggles. In S. Meckled-García, & B. Çah (Eds.), *The Legalization of Human Rights. Multidisciplinary Rights and Human Rights Law* (pp. 101-116). New York: Routledge.

Kempadoo, Kamala (2005). Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, (25), 55-78.

Kempadoo, Kamala (2016). Revitalizing Imperialism: Contemporary Campaigns against Sex Trafficking and Modern Slavery. *Cadernos Pagu*, (47), 1-18. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/cpa/n47/en\\_1809-4449-cpa-18094449201600470008.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cpa/n47/en_1809-4449-cpa-18094449201600470008.pdf). Consultado em 10.11.2016

## L

Lafer, Celso (1988), *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Leal, Maria Lúcia (2008), *A Construção da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil*. Disponível em: <http://alternativa-unb.blogspot.com/2008/06/construo-da-poltica-de-enfrentamento-ao.html>. Consultado: 26.04.15.

Leal, Maria Lúcia, & Leal, Maria de Fátima (2003). *Tráfico de Mulheres, crianças e adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – PESTRAF: Relatório Nacional*. Brasília: CECRIA.

Lechner, Elsa (2009). Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: Contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 85, 43-64.

Lisboa, Teresa (2006). Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, XIV(26-27), 151-166.

Long, Lynellyn (2004). Anthropological Perspectives on the Trafficking of Women for Sexual Exploitation. *International Migration*, 42(1), 5-31.

Louro, Guacira Lopes (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2 ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Lüdke, Menga, & André, Marli (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

## M

- Marshall, Thomas Humphrey (1999). *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Massey, Douglas S. *et al.* (1987). The Social Organization of Migration. In D. Massey, R. Alarcon, J. Durand, & H. González (Eds.), *Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico* (pp. 139-171). Berkeley: University of California Press.
- Mayorga, Claudia (2011) Cruzando fronteiras: Prostituição e imigração. *Cadernos Pagu*, (37), 28-60. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200014>
- Minayo, Maria Cecília de Souza (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC.
- Mohanty, Chandra Talpade (1988). Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Feminist Review*, 30, 61-88.
- Montero, Rosa (1995). *Histórias de Mujeres*. Madrid: Alfaguara.
- Morokvasic, Mirjana (1984). Birds of Passage are also Women. *International Migration Review*, 18, 886-907. Disponível em: [http://campus.filo.uba.ar/pluginfile.php/152319/mod\\_resource/content/1/Morokvasik%20-%20birds%20of%20passage%20are%20also%20women.pdf](http://campus.filo.uba.ar/pluginfile.php/152319/mod_resource/content/1/Morokvasik%20-%20birds%20of%20passage%20are%20also%20women.pdf). Consultado: 12.11.15.

## N

- Nee, Victor, & Sanders, Jimmy (2001). Understanding the diversity of immigrant incorporation: A forms-of-capital model. *Ethnic and Racial Studies*, 24, 386–411.
- Nolasco, Carlos (2015). “Eu vim para Portugal...” Narrativas de subjetividade migratória, In E. Lechner (Coord.), C. Nolasco, G. Allegretti, J. Ribeiro, M. C. Keating, M. Galvanese, & O. Solovova (Orgs.), *Rostos, vozes e silêncios: uma pesquisa biográfica colaborativa com imigrantes em Portugal* (pp. 123-140). Coimbra: Almedina.

## O

- OIM (2015). *Informe sobre las migraciones en el mundo em 2015*. Disponível em: <http://www.iom.int/es/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2015>. Consultado em: 18.12.15.
- OIT (2006). *Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT.
- OIT (2014). Intensificar a luta contra o trabalho forçado. *Conferência Internacional do Trabalho, 103ª Sessão*. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio103\\_iv1\\_pt.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio103_iv1_pt.pdf). Consultado: 07.07.15
- Oliveira, Belkis (2007). *Factores Preditores de Empregabilidade de Migrantes*. Porto: Associação de Solidariedade Internacional – ASI.

Oliveira, Márcia Maria de (2010). *Tráfico Internacional de Mulheres na Amazônia: desafios e perspectivas*. Simpósio Fazendo Gênero 9. Disponível em: [http://www.Fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268240201\\_ARQUIVO\\_Traficode\\_mulheresnaAmazonia.pdf](http://www.Fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1268240201_ARQUIVO_Traficode_mulheresnaAmazonia.pdf). Consultado: 15.12.16.

## P

Padilla, Beatriz (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In J. Malheiros (Org.), *A Imigração Brasileira em Portugal* (Coleção Comunidades, 1, pp. 113-134). Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Padilla *et al* (2015). A imigração brasileira em Portugal. In J. Peixoto *et al.* (Orgs), *Vagas atlânticas, migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI* (pp. 09-38). Lisboa: ISCTE-IUL. Editora Mundos Sociais.

Padilla, Beatriz, & França, Thais (2015). A imigração brasileira desde uma perspectiva de gênero. In J. Peixoto *et al.* (Orgs), *Vagas atlânticas migrações entre Brasil e Portugal no início do Século XXI* (pp. 89-108). Lisboa: ISCTE-IUL. Editora Mundos Sociais.

Patarra, Neide L. (2005). Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), 23-33.

Peixoto, João, Soares, António Goucha, Costa, Paulo Manuel, Murteira, Susana, Pereira, Sónia, & Sabino, Catarina (2005). *O tráfico de imigrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas* (Observatório da imigração: 12). Lisboa: ACIME.

Penrod, Janice. *et al.* (2003). A discussion of chain referral as a method for sampling hard-to-reach populations. *Journal of Transcultural Nursing*, 14, 100-107. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1043659602250614>. Consultado: 05.02.2016.

Pereira, Maria do Mar, & Santos, Ana Cristina (2014). Introdução. Epistemologias e metodologias feministas em Portugal: contributos para velhos e novos debates, *Ex aequo*, 29, 9 -21.

Piscitelli, Adriana (2002). Recriando a (categoria) mulher? In L. Algranti (Org.), *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, n. 48 (pp. 7-42). Campinas: IFCH/Unicamp.

Piscitelli, Adriana (2007). Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual”; Itália no marco do “turismo sexual” internacional. *Revista de Estudos Feministas*, (15), 717-744. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a14v15n3.pdf>, Consultado: 10.01.2016.

Piscitelli, Adriana (2008). Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagu*, (31), 29-63. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200003>

- Piscitelli, Adriana (2011a). *Estigma e Trabalho Sexual: comentários a partir de leituras sobre Turismo Sexual*. Disponível em: [http://www. Ciudadania sexual .org/reunion/M4%20Piscitelli.pdf](http://www.Ciudadania sexual .org/reunion/M4%20Piscitelli.pdf). Consultado: 05.03.15.
- Piscitelli, Adriana (2011b). Entre os discursos sobre o tráfico de pessoas e o agenciamento sexual: brasileiras profissionais do sexo na Espanha. *Revista Oralidades (USP)*, 9, 189-219.
- Piscitelli, Adriana (2013). *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Eduerg.
- Piscitelli, Adriana, & Vasconcelos, Marta (2008). *Apresentação. Dossiê: Gênero no Tráfico de Pessoas*. *Cadernos Pagu*, (31), 7-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a01.pdf>. Consultado: 10.02.15.
- Peixoto, João *et al.* (2005). *O tráfico de imigrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas (Observatório da imigração: 12)*. Lisboa: ACIME.
- Pfeiffer, Luci, & Salvagni, Edila Pizzato (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0021-75572\\_00\\_5\\_000700\\_010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572_00_5_000700_010). Consultado: 01.12.16.
- Plummer, Ken (2003). Intimate citizenship and the culture of sexual story telling. In J. Weeks, J. Holland, & M. Waites (Eds.), *Sexualities and society: a reader* (pp. 33-41). Cambridge: Polity Press.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Consultado:20.01.16.

## R

- Raposo, Paulo, & Togni, Paula (2009). *Fluxos Matrimoniais Transnacionais entre Brasileiras e Portugueses: Gênero e Imigração (Estudos)*. Lisboa: ACIDI.
- Ratts, Alex (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kuanza.
- Ribeiro, Manuela *et al.* (2008). *Vidas na Raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto. Edições Afrontamento.
- Rodrigues, Francilene dos Santos (2009). Configuração migratória no lugar Guayana: Uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In L. Aragón (Org.), *Migração internacional na Pan-Amazônia* (pp. 223-236). Belém: UFPA/NAEA.
- Rodrigues, Lia, & Mustaro, Pollyana (2013). *Levantamento de características referentes à análise de redes sociais nas comunidades virtuais brasileiras de jogos online*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: <http://docs.google.com/bibliotecadigital.sbc.org.br/>. Consultado: 25.02.2015.
- Rosanvallon, Pierre (1998). *A Nova Questão Social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

- Rubin, Gayle (1975). Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Consultado: 10.03.2016.
- Rubin, Gayle, & Butler, Judith (2003). Tráfico sexual: entrevista. *Cadernos Pagu*, (21), 157-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a08.pdf>. Consultado: 04.02.16.

## S

- Said, Edward W. (2007). *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sacramento, Octávio José Rio do (2014). *Atlântico passional: mobilidades e configurações transnacionais de intimidade euro-brasileiras*. Tese de Doutorado em Antropologia. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.
- Saffioti, Heleieth (2004). *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sakamoto, Leonardo (Coord.) (2007). *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília: OIT.
- Sanchez, Zila Van der Meer, & Nappo, Solange Aparecida (2002). *Seqüência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes*. *Revista Saúde Pública*, 36, 420-430.
- Samouiller, Ségolène, & Jabre, Kareen (2007). Os desafios do sufrágio e da participação política das mulheres. In C. Ockrent (Org.), *O livro negro da condição das mulheres* (pp. 502-560). Lisboa, Temas e Debates.
- Santos, Ana Cristina (2012). Discriminação. *Dicionário das crises e das alternativas* (p. 80). Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Santos, Ana Cristina (2005). *Heteroqueers contra a heteronormatividade: Notas para uma teoria queer inclusiva*. Comunicação apresentada no Congresso Heteronormativity: a fruitful concept?, Trondheim, Noruega. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/239/239.pdf>. Consultado: 15.11.16.
- Santos, Ana Cristina (2004). *Quando os direitos das minorias sexuais também são direitos humanos: Regulação versus emancipação*. Comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, Braga, Portugal. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/207.pdf>. Consultado: 15.11.16.
- Santos, Sônia Beatriz dos (2009). As ONGs de mulheres negras o Brasil. *Sociedade e Cultura*, 12(2), 275-288.
- Sassen, Saskia (2003). *Contrageografias de La globalización – gênero e cidadania dos circuitos fronteiriços. Traficantes de Sueños*. Madri: Traficantes de Sueños.
- Sayad, Abdelmalek (1998). *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.
- Scandola, Estela (2016). *Fundamentos Ideopolíticos dos Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Portugal e do Brasil à Luz do Serviço Social*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE.

- Schettini, Cristiana (2011). Emma Goldman e a experiência das mulheres das classes trabalhadoras no Brasil. *Cadernos Pagu*, (37), 273-285. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200011>
- Scott, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Consultado: 15.11.16.
- Silva Costa, Andreia da (2008). *O Tráfico de Mulheres: o caso do tráfico interno de mulheres para fins de exploração sexual no estado do Ceara*. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional. Fortaleza: Universidade de Fortaleza.
- Silva, Ana Paula, & Blanchette, Thaddeus (2005). 'Nossa Senhora da Help': sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *Cadernos Pagu*, (25), 249-280. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200010>
- Silveira, Tissiano da (2013). Uma discussão emergente: questões de gênero na Amazônia. Resenha: Intersecção de Gênero na Amazônia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 5(9), 305-309.
- Smith, Andreza (2009). Migração feminina e o Tráfico de Mulheres na Amazônia. *UFPAV Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade Grupo de Trabalho: Marcadores Sociais da Diferença e Direitos Humanos*. Pará: Universidade do Pará.
- Smith, Andreza S. P. O., & Beltrão, Jane. F. (2014). Protagonismo feminino e movimento social: em busca de um novo olhar sobre a migração e o tráfico de mulheres na Amazônia. In P. Lacerda (Org.), *Mobilização social na Amazônia - A luta por justiça e por educação* (pp.121-138). Rio de Janeiro: E-papers.
- Soares, Rosana de Lima (2007). Ausências e emergências: produção do conhecimento e transformação social. *Revista Matrizes*. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Freitas/Downloads/38188-Article%20Text-44938-1-10-20120814.pdf>. p.31-235.
- Sominian, Ligia (2001). *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA/UFPA.
- Sousa Santos, Boaventura de (1997a). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (4. ed.). São Paulo: Cortez.
- Sousa Santos, Boaventura de (1997b). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (48), 11-32.
- Sousa Santos, Boaventura de (1999). *Porque é tão difícil construir uma Teoria Crítica?*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (54), 197-215.
- Sousa Santos, Boaventura de (2001). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa Santos, Boaventura de (2006a). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In *A Gramática do Tempo. Para uma nova cultura política* (pp. 87-125). Porto: Afrontamento.

- Sousa Santos, Boaventura de (2006b). Para uma concepção intercultural dos Direitos Humanos. In *A Gramática do Tempo. Para uma nova cultura política* (pp. 401-435). Porto: Afrontamento.
- Sousa Santos, Boaventura de (Org.) (2008a). *As Vozes do Mundo*. Porto: Afrontamento.
- Sousa Santos, Boaventura de (2011). *Portugal – Ensaio Contra a Autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Sousa Santos, Boaventura, Gomes, Conceição, Duarte, Madalena, & Baganha, Maria Ioannis (2008b). *Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual (Coleção Estudos de Género)*. Lisboa: CIG.
- Sousa Santos, Boaventura de (2009). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. Sousa Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Almedina.
- Sousa Santos, Boaventura, Gomes, Conceição, & Duarte, Madalena (2010). Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: um retrato empírico. In OTSH (Org.), *Tráfico Des Humano* (pp. 89-112). Lisboa: Cadernos da Administração Interna.
- Spivak, Gayatri (1996). *The Spivak Reader: selected works of Gayatri Chakravorty Spivak*. Edited by Donna Landry & Gerald MacLean. New York: Routledge.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2010[1985]). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

## T

- Tavares, Manuela (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Tese de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta.
- Tavares, Manuela (2011). *Feminismos: Percursos e Desafios (1947-2007)*. Lisboa: Leya.
- Tavares, Manuela (2016). *Prostituição: Diferentes posicionamentos no movimento feminista*. Disponível em: [http://www.umarfeminismos.Org / images / stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf](http://www.umarfeminismos.Org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf). Consultado: 10.10.16
- Techio, Kachia (2006). Conhecimentos de alterne: a outra diáspora das imigrantes brasileiras. *Socius Working Papers*, 2, 1-22.
- Teles, Maria Amélia de Almeida (2007). *O que são direitos humanos das mulheres (Coleção Primeiros Passos)*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Teresi, Veronica Maria (2007). *A cooperação internacional para o enfrentamento a tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual – o caso Brasil – Espanha*. Dissertação de Mestrado em Direito Internacional. São Paulo: Universidade Católica de Santos.
- Torres, Iraídes Caldas (2008). A Formação Social da Amazônia Sob a Perspectiva de Género. In *Atas do Colóquio Fazendo Género*. Florianópolis – Brasil, 26 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST19/Iraídes Caldas Torres 19.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST19/Iraídes_Caldas_Torres_19.pdf). Consultado em: 20.10.2015



Triviños, Augusto (1995). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

## U

UNODC (2006). *Programa de Combate ao Tráfico de Seres Humanos*. Disponível em: [http://www.unodc.org/brazil/pt/programasglobais\\_tsh.html](http://www.unodc.org/brazil/pt/programasglobais_tsh.html). Consultado: 20.04.14.

UNODC (2012). *Global Report on trafficking in Persons*. Disponível em: [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking in Persons\\_2012\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/Trafficking_in_Persons_2012_web.pdf). Consultado: 16.02.14.

UNODC (2014). *Global report on Trafficking in Persons*. Disponível em: [http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics TIP/Publicacoes/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics TIP/Publicacoes/GLOTIP_2014_full_report.pdf). Consultado: 05.06.16.

USP (2016). *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã – 1791*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Consultado: 15.03.16.

## W

Wollstonecraft, Mary (1992[1792]). *A Vindication of the Rights of Woman*. London: Penguin.

## V

Vitorio, Benalva da Silva (2007). *Imigração Brasileira em Portugal: identidade e perspectivas*. Santos. Editora Universitária Leopoldiaum.



# ANEXOS



## **Anexo 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA - MULHERES**

### **I – Bloco Introdutório**

- ❖ Apresentar de maneira sucinta o trabalho de investigação que está sendo realizado;
- ❖ Solicitar ajuda do entrevistado, pois sua contribuição é de extrema importância;
- ❖ Agradecer a aceitação da colaboração;
- ❖ Pedir permissão para gravar a entrevista;
- ❖ Garantir anonimato e confidencialidade das informações prestadas;

### **II – Infância**

- ❖ Solicitar que a entrevistada conte como foi sua infância, e como ela a define (feliz, infeliz)

### **III – Relações Familiares**

- ❖ Solicitar que a entrevistada relate sua composição familiar;
- ❖ Pedir para que a entrevistada relate como foi/ é a relação com os pais, irmãos, entre outros;
- ❖ De que forma as relações familiares influenciaram-na nas suas escolhas;

### **IV – Percurso escolar**

- ❖ Solicitar que a entrevista relate como foi seu percurso escolar ( se concluiu o mínimo obrigatório, se achava a escola atrativa, se tinha boas relações com colegas e professores);
- ❖ Se a entrevistada acha que teria tido um percurso de vida diferente se tivesse tido a possibilidade de dar continuidade aos estudos;

### **V – Percurso Migratório**

- ❖ Solicitar que a entrevistada exponha o que a influenciou na decisão de imigrar;
- ❖ Se sente-se satisfeita com os frutos de tal decisão;

## **VI – Percurso Laboral**

- ❖ Pedir que a entrevistada relate quais as atividades que exercia no país de origem;
- ❖ E quais as atividades que já desenvolveu no país destino;
- ❖ Bem como que atividades gostaria de desenvolver

## **VII – Relações Afetivas**

## **VIII – Perspectivas de Futuro**

- ❖ Solicitar que a entrevistada cite seus projetos futuros;
- ❖ Pedir para que a entrevistada diga o que ela mudaria se pudesse voltar no tempo;

### I – Bloco Introdutório

- ❖ Apresentar de maneira sucinta o trabalho de investigação que está sendo realizado;
- ❖ Solicitar ajuda do entrevistado, pois sua contribuição é de extrema importância;
- ❖ Agradecer a aceitação da colaboração;
- ❖ Pedir permissão para gravar a entrevista;
- ❖ Garantir anonimato e confidencialidade das informações prestadas;

### II – Dados Institucionais

- ❖ Natureza da Instituição;
- ❖ Missão Institucional;
- ❖ Projetos que estão sendo desenvolvidos do âmbito da Migração e do Tráfico de Pessoas;
- ❖ Relatar a realidade brasileira no que concerne a migração feminina e ao tráfico de pessoas e mais especificamente a realidade paraense;

### III – Percurso Profissional

- ❖ Relate sua experiência pessoal ( formação, trabalhos anteriores)
- ❖ Relate sua motivação para desenvolver o trabalho atual;
- ❖ Trabalho desenvolvido no terreno;
- ❖ Principais dificuldades para o desenvolvimento do trabalho;

### IV – Migração Feminina e Tráfico de Pessoas

- ❖ Pedir para o entrevistado que, tomando como referência a sua experiência inserção no terreno, quais os fatores citaria como sendo os principais para que mulheres brasileiras imigrem mesmo em condições de precariedade;

### V – As políticas governamentais

- ❖ Pedir para que o entrevistado se posicione em relação as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

- ❖ Solicitar que o entrevistado elenque o que na sua concepção deve ser feito para combater a migração e o tráfico.



## Anexo 3 – CARTA CONVITE DA CASA BRASIL HOLANDA



Casa Brasil Holanda  
Postbus 71  
3300 AB Dordrecht  
Nederland  
SOS - CBH : 06 19 19 28 98  
Kvk: 40348394  
ING: 4715199  
Email: [info@casabrasilholanda.nl](mailto:info@casabrasilholanda.nl)  
[www.casabrasilholanda.nl](http://www.casabrasilholanda.nl)

Dordrecht (Países Baixos), 16 de fevereiro de 2012.

Ref: Carta Convite

Att: Direção do Programa de Pós-colonialismos e Cidadania Global  
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Prezados(as) Senhores(as),

A Associação **Casa Brasil Holanda (CBH)**, organização não governamental brasileira, localizada em território neerlandês, vem por meio desta confirmar o convite dirigido à doutoranda **Ana Claudia Cardoso de Freitas** para participar de atividades relativas ao nosso trabalho intensivo com a comunidade brasileira nos Países baixos, no período de 1 abril a 10 de junho de 2012.

Entendemos que as atividades desenvolvidas pela CBH, dentro do chamado projeto JOANA, destinadas a prestar assistência a mulheres vítimas de violência doméstica, trabalho forçado e tráfico de pessoas serão uma grande contribuição para formação complementar e à pesquisa desta doutoranda. Ao mesmo tempo em que está dentro dos objetivos da CBH dar apoio a trabalhos acadêmicos que explorem os temas a que nos dedicamos.

A CBH, criada em 1997, inicialmente para promover a integração cultural entre brasileiros e holandeses, expandiu-se com o passar dos anos e atualmente assiste, orienta, informa e encaminha aos meios competentes na Holanda, cidadã(o)s brasileira(o)s residentes (indocumentados ou não) ou que estejam temporariamente no país, para garantir que tenham um bem-estar digno e saudável.

A comunidade brasileira recebe assistência da CBH em casos de natureza social, civil, jurídica, médica, educacional, psicológica, migratória, de gênero, institucional entre outras.

No Brasil a CBH promove e colabora com organizações parceiras e governo em campanhas de informação e prevenção ao tráfico de pessoas e migração mal planejada ao exterior.

Solicitamos que, por gentileza, entrem em contato caso necessitem de mais informações sobre o conteúdo desta.

Atenciosamente,

Clívia Caracciolo  
Presidente Casa Brasil Holanda

## Anexo Digital 1 – Categorização das entrevistas com as mulheres

Categorias	Subcategorias	
<b>1. Fatores indutores para a migração</b>	Condições socioeconômicas	<p>Eu nunca gostei de homem escuro, mas chegando lá [no Suriname] fiz algumas amizades e acabei que por ir trabalhar num clube, fui trabalhar como garçonzete, mas foi tentador (pausa) acabei indo fazer programa, pagavam bem mais e como tinha uma filha pra criar [...] (M1, #1)</p> <p>[...] aí eu tinha uma cliente que tinha uma irmã que morava aqui. Uma vez ela foi no meu salão e disse que conhecia muita gente aqui de salão e que precisavam de uma cabeleireira brasileira. Bem! Se era verdade ou não, eu não sei, só sei que ela ligava pra cá na minha frente e falava sobre mim e a pessoa do outro lado dizia “Vem! Vem...” e me prometeu um trabalho, um trabalho aqui. Disse que eu ganhar muito bem, que na Holanda pagavam muito bem, que eu ia conseguir manter aqui e mandar dinheiro pra minha família. Então resolvi vim [...]. Só que quando cheguei aqui, não era nada do que ela falou. (M5, #1)</p> <p>[...] precisa sair do seu país, abandonar os seus, pois lá ela também tem oportunidade de crescer, de desenvolver. É claro que tem pessoas que não têm oportunidade, mas quando a oportunidade passa na vida da gente a gente tem que se agarrar. (M7, #1)</p> <p>Eu imigrei por falta de condições no Brasil, falta de oportunidade. Eu vim de uma família muito pobre. (M9, #1)</p>
	Afetividades	<p>[...] essa foi uma escolha que a minha mãe fez, junto com minha prima e eu aceitei, mas eu queria voltar, eu queria só dar um tempo. Eu queria que ele visse que eu não estava mais lá, quando ele resolvesse me procurar. Eu escrevi uma carta pra ele, dizendo que eu ia viajar e disse que por um período, talvez muito tempo ele não iria me ver. Só que eu achava que esse “muito tempo” seria só uma férias que [...] (M1, #3)</p> <p>Foi, mas eu tinha planos de voltar pro Brasil. Nos conhecemos no clube onde eu trabalhava. Nos conhecemos lá, me apaixonei perdidamente por ele e a dona desse clube tinha negócios na Holanda</p>

		<p>também e já havia me convidado para vir pra cá, mas não aceitava porque queria voltar pro Brasil. Só que acabei aceitando pra ficar mais perto dele. (M1, #4)</p> <p>[...] sempre soube, a dona me fez uma proposta e eu aceitei. A vida da gente dá muitas voltas, saí de Belém pra passar uma temporada apenas, pra esquecer aquele homem, mas acabei me apaixonando por outro e indo atrás dele. (M1, #5)</p> <p>Eu tinha uma prima aqui e minha avó me mandou pra cá, ela dizia: «Minha filha! Às vezes a felicidade dá gente não tá onde a gente mora, às vezes está distante.» Eu tinha acabado um namoro e estava muito triste. (M2, #15)</p> <p>Por amor (risos). Eu posso dizer isso hoje com certeza, que foi por amor [que emigrou] porque depois de pensar e repensar tanto, no momento em que eu tomei essa decisão, realmente não houve outro motivo senão o amor [...] Eu não tinha outra motivação para emigrar. Tinha uma vida estruturada, trabalhava no que eu gostava e muito [...]. Era uma certeza cega, cega no sentido de que era essa a pessoa, era esse o momento. Estávamos há 2 anos juntos e eu larguei tudo, os meus empregos maravilhosos, meus salários maravilhosos, larguei tudo e vim pra cá. (M3, #1)</p> <p>Foi uma amiga que me trouxe, me fez um convite e eu aceitei. Eu sempre tive esse desejo de sair do Brasil. [...] Mas eu vim pra passar 1 mês e meio, quando eu voltei eu já havia conhecido o meu esposo. [...] Eu o conheci no dia 15 de dezembro, tinha acabado de chegar aqui e quando vou no dia 15 de janeiro ele me pediu em casamento e eu voltei pro Brasil no dia 2 de fevereiro. Mas eu fiquei com aquilo na minha cabeça, de que ele estava brincando. [...] Já estamos casados há 20 anos de casados, 21 anos juntos. (M4, #1)</p> <p>Tinha uma amiga que morava aqui e me convidou pra passar férias [...]. Vim pra cá através dela e chegando aqui eu conheci um holandês e comecei a ficar uma temporada aqui, outra lá [...]ficava pra lá e pra cá</p>
--	--	--

		<p>(risos). Passava 6 meses e voltava pro Brasil até que ele falou «Tu decide, ou aqui ou lá». Aí eu resolvi vir morar com ele mesmo, ficamos 11 anos juntos. (M6, #1)</p> <p>Um belo dia eu estava sozinha em casa e pensei: «Vou encontrar um namorado pela internet». Entrei lá num site, preenchi o perfil, eu nem entendia todas as perguntas direito, o site era holandês (risos). (M6, #2)</p> <p>O meu marido deixou um recado lá no site, dizendo que queria me conhecer, a gente conversou lá e marcamos um encontro [...] conversamos, depois me trouxe pra me mostrar o apartamento dele e desde esse dia a gente não se largou mais (risos) [...] No 4º dia me pediu em casamento – foi e comprou a aliança e tudo [...]. Casamos aqui no civil, 1 ano depois, em 2009, e depois casamos na igreja no Brasil e estamos juntos até hoje, graças a Deus! (M6, #3)</p> <p>Minha prima veio pra cá e conheceu um holandês e aqui ela ficou, eles tiveram 2 filhos, ele inclusive faleceu ano passado no Brasil. O período que eu vivo aqui, ela vive no Brasil de volta. Quando ela foi pro Brasil ela estava grávida do 2º filho e eu e minha irmã fizemos uns trabalhos de costura pra ela, e nessa época tinha ido um amigo dele de férias pra lá, e eu conheci essa pessoa, ele era parente do marido dela e através dele eu vim parar na Holanda. (M7, #2)</p> <p>[...] eu não vim pra passear, vim pra conhecer, a família, pra conhecer o ambiente, pra conhecer as pessoas. eu fiquei 3 meses, daí eu voltei pro Brasil e depois de 2 meses eu vim de vez e acabei ficando. Só que infelizmente a minha relação não deu certo, 3 anos depois a gente se separou. [...]</p> <p>Aí eu conheci ele [o atual marido], e foi diferente... namoramos, casamos e estamos juntos até hoje. (M7, #3)</p> <p>Uma vez encontrei com uma amiga na rua e ela me disse: — Ah, estou tão feliz, estou namorando com um italiano, ele é maravilhoso... E me convidou pra ir no restaurante onde ela trabalhava.</p>
--	--	--

		<p>— Lá tem muitos turistas, eles são maravilhosos!  — Tá bom, eu vou nesse restaurante. [...]  Fomos várias vezes e nada, e eu disse pra ela que não iria mais.  — Vamos pela última vez, então, por favor! Eu tô sentindo que hoje tu vai conhecer o teu marido. [...]  Aí a gente foi [...] e nesse dia eu conheci o meu esposo [...] (M8 #1)</p> <p>Primeiro eu fui pra Fortaleza tentar a vida... e comecei a trabalhar num restaurante, depois de uns meses eu conheci o meu marido. Ele tava de férias em Fortaleza [...]  Ele ficou indo sempre ao Brasil e uma vez eu disse: «Você já veio várias vezes aqui, agora eu quero ir lá, pra ter certeza se você é um homem solteiro, como é a sua vida. Você sabe como é a minha vida aqui, agora eu não sei como é a sua».  «Eu não sou casado, eu trabalho nisso e naquilo».  «Tá certo! Mas se eu puder ir ver...»  Ele comprou a minha passagem e eu vim. Voltei grávida de 3 meses pro Brasil e depois com 6 meses eu vim pra cá, fiquei ilegal no início. [...]  Nós casamos e estou aqui até hoje, já há quase 7 anos. (M10, #1)</p>
	Desejo de conhecer outros lugares	<p>Eu desde pequena já tinha aquele vontade de conhecer gente nova, outros países. Eu sonhava com rapazes loiros de olhos azuis (risos). Eu desde pequena me desenhava vestida de noiva e eu já tinha na cabeça aquela ideologia de casar com um homem com estrutura de príncipe.  [...] Eu gostava de ver aqueles filmes americanos, com aqueles homens bonitos, bem vestidos, cabelo todo engomadinho pra trás, olhos claros. (risos) (M1, #2)</p>

Categorias	Subcategorias
------------	---------------

<p><b>2. O processo migratório</b></p>	<p>A instalação no país de acolhimento</p>	<p>Sei lá. Mas eu sei que ela trouxe muita mulher pra trabalhar em puteiro aqui. Dai eu vim pra casa dessa minha prima e lá eu trabalhei no bar dela e na casa também, morei pouco tempo, porque não deu certo. A minha avó mandavam dinheiro pra mim e elas ficavam com o dinheiro da minha avó. Foi nessa época que eu conheci o meu marido e da casa dele liguei pra mim avó e contei o que estava acontecendo. [...] Saí da casa dessa minha prima e fui morar com ele. (M2, #16)</p> <p>[...] até não foi tão difícil no início, pois no início tudo são flores. Tudo é novidade: passeios, viagens, conhecer tudo novo, eu nem pensava em trabalho, nas dificuldades, não pensava nem no idioma. Naquele momento a gente estava vivendo tanto um pro outro que eu não estava nem aí que não me comunicaria com as outras pessoas, naquele momento as outras pessoas não eram necessárias pra mim, vamos dizer assim [...] (M3, #2)</p> <p>A coisa realmente começou a complicar a partir do momento que eu engravidei, 1 ano depois de já estar aqui eu engravidei e realmente foi muito difícil estar grávida na situação que eu estava e foi aí que começaram a aparecer as dificuldade, eu fui perceber «Eu estou num país estrangeiro, eu estou sozinha. Eu preciso disso e não posso falar, eu preciso daquilo e não posso me comunicar. Eu não sei como funciona isso, eu não sei como funciona aquilo.» (M3, #3)</p> <p>Depois do nascimento da minha filha e eu que já estava consciente da minha realidade aqui começaram a surgir as outras necessidades: necessidade de trabalhar, necessidade de me comunicar mais, necessidade de ter uma vida social com os holandeses, necessidade de tudo! Enfim... de tentar resgatar um pouco daquilo que eu era, pois eu já não me conhecia mais, me sentia uma pessoa completamente estranha, me sentia outra pessoa e ainda me sinto, mas naquele tempo era muito pior. Ai começou a tomada de consciência, que é um processo lento e duro, que é a tomada de consciência de que você é um estrangeiro e que você é uma pessoa importante. Por um bom tempo eu tive essa sensação de impotência, você dorme e acorda com essa sensação de impotência, que vai te minando, te minando, que vai gerando outros problemas. Tem a fase que você fica nervosa, tem a fase que você fica deprimida, tem a fase que você busca compensações em outras coisas. A gente passa por muitas fases e eu acho que passei por todas as fases.</p>
--	--	---

	<p>Tem vezes que você quer fugir! às vezes quer viajar! às vezes quer comprar, comprar, comprar. Quer ficar o dia todo na frente da televisão, ou quer se fechar totalmente, enfim... você vive buscando aquelas válvulas de escape, essa fase é a pior fase. (M3, #4)</p> <p>Foi muito, muito difícil, porque ... primeiro eu não falava o idioma, ela não falava inglês, só holandês. Às vezes eu queria explicar as coisas e ela não entendia, então ficou sempre aquela... aquele conflito. Os meus primeiros 2 anos aqui eu posso dizer que foi um inferno «Eu comi o pão que o diabo amassou». [...] Ela era dominadora, tudo tinha que ser do jeito dela. Depois de 2 anos, eu já estava na escola... eu queria porque queria aprender a língua pra falar tudo que eu tinha que falar pra ela, depois que eu aprendi tudo mudou. (M4, #2)</p> <p>Quando eu cheguei eu perguntei pra ela «Cadê o trabalho que você me prometeu?» e ela disse «Aqui você entra, paga o aluguel e vai procurar trabalho». Recebi uma proposta de trabalho enganosa. (M5, #2)</p> <p>Foi aí que eu percebi que tinha entrado numa roubada. Não existia salário a minha espera, tinha pouco dinheiro. Foi tudo bem complicado. No início ficava mais em casa, ela dizia que se eu trabalhasse em casa me daria o que comer. Trabalhava quem nem uma condenada, quase que dia e noite, ela lavava e passava roupa para alguns amigos e esse serviço foi todo jogado pra cima de mim. Passei uns 3 meses nesse casa. (M5, #3)</p> <p>Na época em que cheguei aqui, pedi ajuda no centro de emprego e me mandaram pra uma agência de trabalho e lá tinha uma vaga pra trabalhar com telemarketing, mas era preciso falar francês e eu não falo francês, e foi assim, eu precisava trabalhar em qualquer coisa e fui trabalhar fazendo limpeza, que eu detesto (risos), mas ainda trabalhei 1 ano e pouco, era o único que tinha. (M6, #4)</p> <p>Eu me lembro que quando eu cheguei aqui na Holanda eu me incomodava demais de sentar na sala no meio deles e não entender o que eles estavam falando. Eu não sabia se quando eles riam, se estavam rindo de mim, ou se estavam rindo pra mim. E fui atrás «Eu tenho que aprender essa língua», por isso eu não entendo</p>
--	--

	<p>como tem muitos brasileiros que não sentem isso dentro dele, essa necessidade, essa força de vontade pra aprender a língua, porque a comunicação é muito importante [...] (M7, #4)</p> <p>Fui muito bem recebida [...] Passei muito Alemanha, Bélgica, tudo pertinho né? (M8, #2)</p> <p>Com 4 meses que eu cheguei aqui, né? Me disseram que eu tinha que falar holandês, senão eu não conseguiria trabalhar, então eu comecei a estudar holandês pela internet, dentro de casa a gente só falava holandês nunca mais português, só holandês. No dia-a-dia foi muita dor de cabeça e foi. Comecei a trabalhar, era muito difícil pra mim compreender o que o povo falava, né? Em Maastricht o povo fala muito dialeto, muito difícil e eu pensava:  — Onde é que eu vou encontrar uma amiga brasileira pra eu conversar, pra matar a minha saudade, pra me ensinar as coisas?  E eu conheci uma, mas que mora distante daqui e muito difícil pra ter contato, mas apesar de tudo eu gosto muito daqui. No Brasil, só de férias [...] (M8, #3)</p> <p>Ele foi me buscar no aeroporto, Cheguei aqui, fui tratada como princesa. (M8, #11)</p> <p>Naquela época [década de 1990] ainda estava bom pra trabalhar. O meu marido não veio junto porquê fiquei com medo dele não dar conta, eu acho que os homens são meio medrosos, ainda mais com família. Eu vim decidida a ficar aqui e arrumei trabalho: limpeza, passar roupa, olhar menino, cuidar de casa, lavar banheiro... o que aparecia eu fazia. (M9, #2)</p> <p>Quando eu cheguei na Holanda a primeira coisa que eu senti foi um vazio, porque eu não tinha a minha família, até um tempo desses eu sentia esse vazio, agora eu tenho muitas amigas - claro que nunca vai substituir a minha família, mas elas preenchem muito. Tenho muita amizade brasileira, holandesa muito pouca [...]. (M10, #2)</p> <p>A gente sai do Brasil com um objetivo, né? E quando chega aqui, encontra outra realidade. A gente começa a viver a realidade do país e de uma certa forma acaba se acomodando. (M11, #1)</p>
--	--



	Discriminação/p reconceito	<p>[...]a minha sogra nunca me aceitou, porque ele tinha acabado de se divorciar, ele se divorciou em dezembro e a gente se conheceu em fevereiro, ela achou muito rápido. «Outra estrangeira? Depois tu faz filhos e eu vou sofrer de novo». Ela tinha medo de sofrer por causa de neto, porque ele teve um filho com a primeira mulher que era espanhola. [...] (M2, #1)</p> <p>As própria brasileiras, faz «casinha» pras próprias brasileiras. [...] As próprias brasileiras gostam de desmoralizar as outras. (M2, #2)</p> <p>Eu acho que seria hipocrisia dizer que não. Mas o tipo de preconceito que eu sofri aqui, eu diria que foi muito leve, se comparado com o preconceito que existe no Brasil. Um momento em que eu me senti realmente discriminada aqui na Holanda, eu acredito que foi o preconceito em relação a língua holandesa, não foi preconceito pela minha cor, pela minha origem. A dificuldade de comunicação que faz com que as pessoas tenham uma idéia errada de você, às vezes você passa por idiota, lerda... «Essa daí não entende nada.» (M3, #5)</p> <p>Por parte do holandeses, mas eu vou te dizer... numa escala de 1 a 10, eu daria na convivência, no dia-a-dia com os holandeses no quesito preconceito, discriminação eu daria uma nota 7 pros holandeses. Esses foram casos isolados, no ambiente de trabalho, no ambiente escolar. Eram questões que eu até entendia o preconceito daquela pessoa (risos). Ela não me conhece, ela não sabe das minhas potencialidades, da minha capacidade. Eu estou falando aqui com ela como uma criança de 5 anos de idade... é complicado realmente. Eu admiro os holandeses, porque de uma certa forma eles tem a capacidade de conviver com esse diferente e eles fazem isso muito bem, com respeito, com certa paciência. Agora é claro que tem pessoas que são menos tolerantes e a gente encontra às vezes essas pelo caminho, mas eu sinceramente, nos anos que eu moro aqui, eu não me sinto de maneira nenhuma discriminada, em nenhum ambiente que eu já tenha ido, sejam ambientes simples ou mais sofisticados, porque por conta do trabalho do meu marido, andamos</p>
--	-------------------------------	---

	<p>também em ambientes de nível mais requintado, digamos assim e eu me senti acolhida por eles, fui tratada com respeito, não de forma indiferente. (M3, #6)</p> <p>Às vezes eu acho que existe mais preconceito por parte dos próprios brasileiros. Quando a gente vai comparar quem tem essa postura preconceituosa, pelo o que eu pude perceber, não só comigo mesma, mas com outras pessoas. com certeza o preconceito maior é do estrangeiro para o estrangeiro, no caso o brasileiro para o brasileiro. Acho que a própria estória de complexo de inferioridade que a pessoa já trás, às vezes quer usar isso contra o outro pra se sentir um pouco superior «Eu sou mais do que você! Eu tenho mais do que você! Eu falo o holandês melhor do que você! Eu estou aqui há mais anos que você... ou eu moro melhor que você!», coisas desse tipo. Eu sei que existe essa segregação muito mais por parte dos brasileiros, do que pelos holandeses. Os holandeses tiram de letra essa convivência diária com o diferente. (M3, #7)</p> <p>A única pessoa que me machucou, foi a minha sogra, porque ela falou pra amiga dela, quando ela me conheceu, quando eu cheguei aqui, ela falou: «Ah! Mais uma morena na família». (M4, #3)</p> <p>Eu me sinto... o meu esposo fala e mesmo outras pessoas holandesas que me conhecem falam: «Eu acho incrível o jeito dela!»</p> <p>Muitas pessoas me falam que eu «não tenho jeito de brasileira» (M4, #4)</p> <p>Discriminação eu sofri uma vez dentro [de um órgão do governo]. Os funcionários tratam a gente que nem cachorro, mas eu não fiquei calada, fiz o maior escândalo lá dentro. “Falaram que iam chamar a polícia pra mim e eu mandei chamar, o funcionário gritou comigo e eu gritei com ele, mandou eu calar a boca, eu mandei ele calar a boca.</p> <p>— Ninguém aqui é animal, todo mundo que está aqui é um ser humano, você está me tratando e tratando os outros pessoa como animal, e até animal merece consideração, que dirá gente. Se você quer ser respeitado, você respeita nós.</p>
--	---

		<p>Me senti muito mal nesse dia, me sentir inferiorizada, mas não fiquei calada, ele bateu na mesa e eu bati também, não tinha uma mesa do meu lado, mas tinha um balcão, ele só não colocou o dedo no meu nariz, porquê tinha um vidro entre a gente, mas se ele tivesse colocado, eu colocaria no dele também. A coisa que eu mais odeio é discriminação, não grita comigo, que eu não grito com você, não me maltrate, que eu não te maltrato.! (M5, #4)</p> <p>Prostituta tem em todo lugar, e de todas as nacionalidades. Mas a culpa pela brasileira ser sempre acusada de ser prostituta é do próprio governo, a divulgação do carnaval, sempre uma mulata, de bunda grande, que sabe sambar, sempre com pouca roupa. Aqui quando você conversa com um estrangeiro e diz que é brasileira ele já diz “Brasil? Uau!!! Futebol!!! Samba!!! já fica todo ouriçado. A cara da gente cai no chão de vergonha.” Pode passar holandesa, belga de roupa curta, africanas... nem se fala, as marroquinas todas cobertas, mas quem leva a fama é a brasileira. (M5, #5)</p> <p>Não, mas aqui em Maastricht eu acho as pessoas... aqui eles falam dialeto e quando veem que a pessoa é estrangeira e não fala o dialeto, eles se afastam. Às vezes a gente sai com um grupo e tem gente que faz de conta que eu não existo, eu nem ligo também.</p> <p>[...]Eu entendo, mas não falo e nem quero, porque eu vou esquecer o holandês, eu digo... eu vim pra cá pra aprender o holandês não dialeto. O dialeto só se fala aqui e se fala o holandês na Holanda toda. (M6, #5)</p> <p>“Uma vez uma mulher numa loja, eu perguntei pra ela sobre um quadro e ela fez de conta que eu não estava falando com ela, eu perguntei a segunda vez e ela nada, então eu falei:  — Sua surda! Você não está me escutando não?  E ela não disse nada, eu cheguei perto dela e falei:  — Vai te foder!!!  E saí da loja (risos).  Essas coisas sempre têm, sempre tem, basta eles ouvirem um sotaque diferente. [...]” (M6, #6)</p>
--	--	---

	<p>Existe uma espécie de discriminação sim, mas é reflexo também da cultura holandesa, eles têm uma vida ... de manhã cada um faz o seu saquinho de pão, cada um pro seu trabalho: o marido, a mulher e os filhos na escola, só chegam no final da tarde pra fazer o jantar. Os imigrantes chegam aqui e muitos vivem uma vida de luxo na visão dos holandeses, porque não saem de casa pra trabalhar, principalmente as mulheres e isso causa uma certa discriminação em relação a gente «Por que eles não vão aprender o idioma? Porque eles não vão trabalhar?» [...] (M7, #5)</p> <p>Já, já sim! Já sofri em relação a cor, nem todo mundo acha a nossa cor bonita (risos), a nossa abundância, a mulher brasileira no verão é mais sensual, ela gosta de botar um salto, ela gosta de botar um vestido, ela gosta de se mostrar mais quando aparece o sol (risos). E existe uma certa discriminação em relação a isso, as holandesas já te olham assim... já te discriminando, mas eu vejo isso como inveja "Vocês estão com inveja da cor". E também em relação... por exemplo, quando você tem contato com um homem em um bar, um restaurante e ele pergunta: " De onde você é?", eu acho isso tão arrogante, às vezes antes de perguntar o nome. No começo eu dizia sem maldade, sou brasileira, mas comecei a perceber a reação, já te olham como se fosses um pedaço de carne, disponível, se veio da América do Sul é isso que eles pensam, e muitas vezes eu estava naquela lugar com minhas amigas, por lazer, meu marido estava em casa, muitas vezes me senti discriminada, por se eu for da Colômbia, do Perú, ou da República Dominicana eu sou vista de outra forma? (M7, #6)</p> <p>Eu já senti e sinto e acho que sempre vou sentir. O preconceito não é só porque você está em outro país, isso já vem lá do Brasil. Às vezes eu me sinto muito discriminada. (M10, #3)</p> <p>Discriminada pele sociedade. Eu cansei de procurar um trabalho no Brasil e não conseguia. Eu me sentia diminuída porque eu não estudei e isso eu vou carregar pra sempre. Isso pra mim vai sempre me incomodar, porque eu acho bonito: «Eu sou fulano, trabalho em tal lugar, sou respeitado na sociedade, na minha família, tenho minha cultura.» Acho isso bonito, entende? Agora a pessoa chegar pra mim e fala: «Você faz o quê?»</p>
--	---

		<p>«Cuido dos meus filhos» Claro que isso não é uma profissão, mas é uma coisa bonita você cuidar dos seus filhos, mas não é valorizado. (M10, #4)</p>
	<p>Percepções sobre o país de acolhimento</p>	<p>Esse país não me dá nada. Tem a passaporte tenho direito, mesmo tendo 3 filhos holandeses. Não consigo arrumar um emprego decente, só trabalho “ a preto” porque ninguém me dá emprego. (M2, #14)</p> <p>Eu me senti realmente um membro dessa sociedade « Eu sou alguém que está na folha de pagamento de uma companhia aqui. Eu sou uma cidadã! Eu tenho meu salário, eu tenho a minha conta no banco ». (M3, #11)</p> <p>O povo aqui até que é amorosos, são educados, não são agressivos. Agora os que mais maltratam são os próprios estrangeiros. O que te trata mais mal são os próprios imigrantes de outros países, são grossos e mal criados. (M5, #9)</p> <p>Foi horrível! [chegar a Holanda] cheguei num ano que estava tendo um inverno brabo [...] Eu vi também um paraíso "Nossa! Que país lindo!", tudo limpinho, tudo arrumadinho", parecia casinha de boneca, aí que eu comecei a acreditar que a minha emigração fosse dar certo [...] (M7, #7)</p> <p>Além do mais... eu gosto da Holanda! Eu gosto da Holanda! Foi aqui que eu me realizei, foi aqui que eu construí a minha família, eu... eu sou feliz aqui. (M7, #8)</p> <p>O povo holandês? Eu acho que em geral é um povo muito gentil, mas também eles são muito "eu", cada um na sua, cada um na sua casa. À noite a cortina é fechada (risos)... cada um na sua casa, com a sua vida. Pros brasileiros é uma dificuldade, um problema não poder bater na porta e dizer " Olha! Vim tomar um cafezinho!", aqui você tem que primeiro avisar que quer tomar um cafezinho com eles (risos). Agora se você souber desses costumes e participar desses costumes, você vive muito bem no meio deles. Eu tenho uma grande amiga holandesa, há mais de 15 anos, mas eu não bateria da casa dela de madrugada, de uma</p>

		<p>brasileira sim, mas da holandesa... se eu for a casa dela amanhã, eu aviso primeiro. Assim eu estou respeitando o sistema de vida dela. É isso, é o respeito, é o respeito que eles querem. Por isso que têm alguns conflitos, porque os imigrantes não aceitam isso. (M7, #9)</p> <p>Quando o avião ia aterrizando na cidade, tudo diferente, tudo arrumadinho, parecia desenho animado (risos).</p> <p>— Olha como é diferente, como é diferente!</p> <p>Do meu lado vinha uma brasileira, e era a primeira vez que ela viajava e estava com muito medo também [...]</p> <p>Aquele povo todo loiro, do olho azul, grande e isso e aquilo. Porque na minha terra é muito difícil uma pessoa loira de olho azul tratar bem uma moreninha, feinha. E aqui não, não tem diferença de cor, são loucos por negro:</p> <p>— Ai como é bonito, você é bronzeada! (M8, #4)</p> <p>Amo aqui! E não vejo diferença de branco, de preto, de feio, de bonito, de gordo, de magro... o tratamento é o mesmo. Trabalho aqui limpando casa, o sistema do governo que envia pessoas pra limpar a casa de deficientes, de pessoas doentes, de pessoas velhinhas. (M8, #5)</p> <p>Hoje em dia tá muito difícil, eu falo por experiência própria, está muito difícil você vim pra cá ganhar o teu dinheiro e mandar pro teu país. Você tem que fazer uma escolha, ou vive bem aqui, ou manda dinheiro pro Brasil. Antigamente dava pra fazer as duas coisas – viver bem aqui e mandar dinheiro, hoje em dia não tem mais condições de fazer isso. «Ah! Esse mês eu fiz 2 mil, esse mês eu fiz 4 mil». Hoje em dia não é mais assim e também suas necessidades básicas aqui é maior. (M11, #2)</p> <p>Não vale mais a pena estar aqui. Antigamente era o glamour, a gente fazia mil euros aqui, mandava pro Brasil e chegava lá 3 mil reais, 2 mil e novecentos, 2 mil e oitocentos. Hoje você faz mil euros, chega lá 2 mil [euros], entendeu? Você se mata de trabalhar e não vale mais a pena. (M11, #3)</p>
--	--	---

	<p>Percepções sobre o homem europeu</p>	<p>Eu sei que existe homens bons entre eles. O problema é que eu tenho um grande poder de fazer os homens se sentirem inseguros. [...]</p> <p>Mas tem muitos homens que pensam «Ah! É brasileira, eu vou pegar, dar de comer e isso é o suficiente pra ela». Eu jamais aceitaria ter esse tipo de vida! Desde pequena eu tinha vontade de ser dona da minha vida, de construir minha própria história. (M1, #10)</p> <p>Tem muita diferença. No âmbito geral, existe uma diferença muito grande e no meu caso particularmente porque. Eu convivia com minhas amigas, com minhas colegas e ouvia falar, dos tratamentos dos maridos, dos namorados, mesmo que as histórias não acontecessem comigo e as vivenciava no meu dia-a-dia. E aqui é a mesma coisa. Eu vejo homem holandês, eu observo como ele se comporta, como ele trata a mulher. Eu escuto também histórias e se estabelecem diferenças muito grandes, positivamente para os holandeses, infelizmente eu tenho que dizer isso. No meu caso com meu marido é mais forte ainda, entre os holandeses o meu marido se destaca nesse aspecto muito além, ele tem um "Q" a mais. eu digo isso porque conheço muitos maridos de meninas brasileiras que eu conheci, não só por elas contarem, mas o que eu observo e eu percebo que meu marido vai mais além positivamente. Ele está unido aquilo que eu penso, que eu sinto, ele é muito participativo, sempre foi. Ele tem aquela preocupação de me ver bem, faz de tudo pra me jogar pra frente. (M3, #8)</p> <p>Olha! O defeito dos holandeses é que eles são egoístas, não todos claro. Mas os homens brasileiros, o caráter deles é muito diferente do dos holandeses são materialistas, individualistas... muitos deles são egoístas. (M4, #6)</p> <p>Eu acho o homem brasileiro muito machista, a maioria muito machista, mulher pra ele é pra trabalhar e fazer serviço de casa, cuidar de filho, eles é o trabalho e depois sair com os amigos pra tomar as cervejas deles, enquanto que a mulher é pra tudo... pra trabalhar, cuidar dos filhos e suportar as safadezas deles. Os holandeses têm outra postura a maioria sim, apesar do meu ex ser uma exceção, eu acredito que eles têm outra mentalidade sim, têm outro tipo de educação, o trabalho de casa é dividido, não deixa tudo nas costas da mulher. Eles são atenciosos e carinhosos do jeito deles, entendeu? (M6, #7)</p>
--	---	--

	<p>[...] O homem europeu é muito sério em relação a isso, tanto é que o meu marido recebeu a minha filha de braços abertos, criou ela... Nossa! É louco por ela, não fale pra ele que ele não é o pai dela, ele não admite. (M7, #10)</p> <p>Os europeus são diferentes em tudo, eles têm outra visão em relação ao futuro, em relação aos filhos. Eles estão sempre preocupados com o futuro dos filhos. A minha experiência com brasileiro nunca foi boa. Até os meus próprios irmãos... um descaso em relação a família. (M7, #11)</p> <p>Tem de tudo... experiências boas, mas também tem experiências ruins [...] Os holandeses têm a cabeça mais aberta, se eles gostam, eles casam com a mulher independente do seu passado. No Brasil era fica marcada pro resto da vida. (M7, #12)</p> <p>Estou casada com esse meu segundo esposo todo dia ele diz que me ama, que eu sou a mulher da vida dele, cuida de mim. Claro que todo o casal tem problema, devido ao choque de cultura, os hábitos brasileiro e europeu... é muito diferente. Mas os europeus valorizam mais as mulheres. Existem também europeu que é casado e dá o seu pulinho de cerca, mas é muito difícil ouvir essas histórias por aqui [...]. Aqui eles respeitam mais, respeitam a sua família, a sua esposa. [...] (M8, #6)</p> <p>Eu acho que os holandeses, os europeus são mais respeitadores. Respeitador é um homem que considera a mulher, que não sai com outras mulheres, não é de festa, não agride nem verbalmente, muito menos agressão física, isso tudo é respeito. Eu tive uma relação de 2 anos com o pai do meu filho, mas ele não era uma pessoa muito boa. Me deixou por outra mulher, mas hoje em dia eu agradeço, pois tô com a pessoa que eu amo, tô feliz e eu não tenho raiva dela, quero que ele seja feliz também. [...] (M10, #5)</p>
--	---



	<p>Condições para uma migração bem-sucedida</p>	<p>Eu acho que dependendo da pessoa e da origem dela eu daria talvez conselhos diferentes, mas existe um ponto, um aspecto que independe de origem que é a questão da busca do conhecimento. É fundamental o idioma em primeiro lugar, se você sonha em ir para um outro país busque aprender o idioma desse país, esse é o primeiro passo pra que todas as outras portas se abram. Se você cair de paraquedas num país sem falar a língua é o primeiro passo para todo o tipo de situação vexatória, constrangedora a que você poderá estar exposta. Se você sonha em viver em outro país, a primeira coisa - busque aprender o idioma antes de se aventurar, se prepare. Sabendo o idioma você vai eliminar 50% das dificuldades. Você pode até ser uma pessoa que tenha estudado, que tenha formação, que saiba mil coisas, mas qui se você não sabe a língua você é um «zero à esquerda». Não pense que porque você tem uma carinha bonitinha e engraçadinha, que vai te abrir portas, pode até abrir, se você for para o mundo ilícito, se você for trabalhar como prostituta ou coisa do Gênero. Mas se você quiser ter uma vida normal, decente, não será a aparência que vai contar, mas sim, saber a língua do país [...] (M3, #9)</p> <p>Se você realmente quer vir pra cá, se organize pra ter uma vida melhor do que você tem no Brasil. Estudar, aprender inglês pra começar, aqui todo holandês fala inglês, o problema aqui é a comunicação, se você não se comunicar você não vai adiante. (M4, #7)</p> <p>O conselho que eu daria para uma pessoa que pretende do seu país é pensa, repensa, pensa e se mesmo assim resolver sair, venha com coragem, coragem para enfrentar tudo, e consciente que aqui a vida não é fácil. E tenha um objetivo claro, se não tiver um objetivo, não se consegue enfrentar o mundo lá fora, a imigração. Ser imigrante é só pra corajoso, o mundo fora do nosso país não é fácil, você não conhece o povo de fora, não é fácil. (M5, #6)</p> <p>Eu acho assim... tem gente que não tem noção, entendeu? Claro que tem uma estrutura boa [a Holanda], mas não é o paraíso. Se a pessoa quiser alguma coisa vai ter que trabalhar e não tem aquele trabalho de escritório. No Brasil eu trabalhava em escritório, aqui vai ser fábrica, vai ser limpeza, vai ser esse tipo de trabalho que você vai encontrar aqui. Não vá pensando que vai arrumar um outro tipo de trabalho, que não vai, principalmente numa época dessa. A não ser se venha adolescente pra cá, estude aqui, talvez assim</p>
--	---	---

	<p>tenha mais possibilidade de ter outro tipo de trabalho, se não for assim acho difícil. É muito raro uma pessoa conseguir outro tipo de trabalho. (M6, #8)</p> <p>Ainda hoje. esse país dá muitas oportunidades, ele vai abrindo os caminhos, é claro que ninguém vem bater na tua porta, você tem que correr atrás. A princesa Máxima sempre fala da importância da participação, nem que seja em grupos de bairros, associações, grupo de mulheres. Assim você vai inserindo e as oportunidades aparecem. [...] (M7, #13)</p> <p>Mas é aquela coisa... você tem que se esforçar, tem que correr atrás, é uma luta, é uma luta! A imigração é o primeiro passo, chegar e cruzar os braços e dizer " Ah, que país lindo!", é preciso lutar! Lutar pra aprender a língua, lutar pra conseguir emprego, senão você cai em depressão, principalmente por causa do clima [...] Aqui você pode preencher o seu tempo de domingo a domingo, aqui tem tudo. Tudo depende da sua força de vontade, é esse o segredo... ocupar o seu dia, ocupar a cabeça [...] (M7, #14)</p> <p>Eu penso que quando você toma a decisão de emigrar pra outro país, você tem que está aberto, principalmente ao idioma. (M7, #15)</p> <p>Se você se acomodar, você cai em depressão aqui, você tem q tá avita, tem que participar, procurar os grupos onde tem atividade. A imigração eu vejo assim... você tem que participar, você tem que conviver com eles, viver no meio deles. Não tem sentido você imigrar pra outro país e só viver entre brasileiros, isso não tem sentido. (M7, #16)</p> <p>Tem que pensar 10 vezes e dizer assim «Eu quero!», a chave é essa:  «Eu quero me adaptar a uma nova vida! Aprender um novo idioma!» E trabalhar.  Porque sai do Brasil pra ficar dentro de casa... já ouvi muitas estórias: veio pra cá, só vive dentro de casa e fica com depressão [...]  A vida aqui é difícil, não é uma vida fácil, não é!  Quando eu vinha pra cá passar férias, eu ouvia:</p>
--	---

		<p>«Mulher que maravilha! Tu mora no Brasil e só vem passar férias aqui. Não venha morar aqui, aqui é triste, é muito difícil...»  Pra mim o sofrimento foi 1 ano, depois me adaptei. Tem gente que mora aqui há 20 anos, depende do marido pra tudo, isso é vida? (M8, #7)</p> <p>Eu diria... não venha antes de tirar o seu diploma, sem ser alguém e não fiquei no Brasil sem ser alguém. Estude pra você ser alguém pra mais tarde não ser igual a mim, apenas uma dona de casa [...] (M10, #6)</p> <p>Estou lutando, tentando e estou conseguindo, pois eu tenho uma bagagem de 15 anos de Europa. Eu sei viajar, eu sei me deslocar, sei comprar um bilhete de avião. Se eu quiser viajar amanhã eu viajo, entendeu? Eu não tenho mais esse obstáculo. Agora uma pessoa que vem do nosso país, não sabe a língua, não sabe se mover, não tem contato com outras pessoas, entendeu? O negócio é socializar hoje em dia, procurar outras pessoas. Eu na situação que eu fiquei, eu procurei, porque bem ou mal a gente sempre encontra alguém que dá uma luz pra gente, afinal de contas a gente sai do nosso país, a gente tem que aprender a se virar. (M11, #6)</p>
	<p>Limites e possibilidades da migração</p>	<p>Se realizar e crescer em qualquer lugar se consegue. Não esquecer que com os sonhos, tem os pesadelos também. Eu sempre digo, Holanda não é pra todo mundo, é preciso estar muito bem preparada psicologicamente pra viver aqui, é uma realidade completamente diferente da nossa. Muita gente vem pra cá ficar depressiva, fica louca, eu já vi muitos casos assim, casos de mulheres totalmente perdidas. Eu estaria mais feliz se tivesse ficado no Brasil, eu teria pelo menos lá tranquilidade espiritual. Aqui é uma grande batalha pra pagar as contas, pra ter alguma coisa, aqui se você não tem, não tem mesmo! Enquanto que no Brasil você ainda consegue um lugar pra ficar, alguém que te dei comida, os brasileiros são muito mais solidários. Aqui é cada um por si. Sem se falar na alegria que aqui o povo não tem. Não tem também aquela humanidade. Aqui ninguém te para na rua pra te perguntar se você está bem. É cada um por si. (M1, #6)</p>

	<p>Minha mãe e minha avó falaram com ela e ela aceitou me trazer, foi um prato cheio pra ela, pra pegar dinheiro da minha avó. A primeira vez que eu vim, eu fui deportada, fiquei 5 dias no aeroporto de Bruxelas, ela mandou eu entrar numa fila e ela entrou em outra, ela não tinha visto, ela vinha e voltava sempre.... dinheiro perdido, isso foi em outubro, quando foi em fevereiro eu vim novamente, mas agora foi por Frankfurt e de lá a gente foi pra Paris e lá apanhamos o trem pra Holanda. (M2, #3)</p> <p>A vida que eu tenho hoje, agradeço a Deus todos os dias, por ter me dado o meu palaciozinho, a minha família... eu também tive que batalhar, ninguém chegou pra mim e disse «Tá aqui essa casa, tá aqui ... Você que batalhar para conquistar».</p> <p>Se eu tivesse ficado no Brasil, teria continuado a trabalhar como sempre, mas eu não teria evoluído tanto a nível intelectual também. Eu sempre tive sede de conhecimento. (M4, #8)</p> <p>Tem e não tem, pois eu poderia muito bem estar lá vivendo com meus irmãos, já que eu tinha um <i>salãozinho</i>. Se eu falar que depois que imigrei que conseguir construir alguma coisa no Brasil, eu tô mentindo. Eu não precisava sair, na realidade se eu tivesse ficado eu também conseguiria sobreviver com o meu trabalho. (M5, #7)</p> <p>Pra dizer a verdade, eu não tive grandes dificuldades não. Emprego eu arranjei, aliás eu nunca tive assim dificuldade de arranjar emprego. Eu só fiquei sem trabalhar 2 meses, porque eu me acomodei, mas quando eu fui atrás, eu sempre arranjei emprego, mesmo que fosse sem contrato, mas eu sempre trabalhei. Eu acho que quando a pessoa quer, se tiver força de vontade, sempre tem onde trabalhar, sempre tem. (M6, #9)</p> <p>Olha! Hoje com a situação atual do Brasil eu acho que é sonho, um sonho iludido. As pessoas se iludem... como eu falei, nós brasileiros temos uma mentalidade... somos alienados, como eu sempre digo, nós somos meio burrinhos. E as pessoas que saem daqui pra lá, mostram uma imagem que não existe. Chegam lá mostrando que enricou eu por exemplo, quando sai de lá, eu era uma pobrezinha, que não tinha nada. Se eu chegasse lá hoje, no salto, todo mundo ia pensar «Puxa! Lá a vida é fácil mesmo, se enriquece fácil». Mas ninguém quer saber os tombos que eu levei antes de chegar aqui. Se eu chego lá e mostro essa imagem,</p>
--	---

		<p>quem é que não vai querer me seguir? Eu em 14 anos trabalhando no Brasil, o quê que eu ia consegui? Só o sustento dos filhos, pagar o aluguel. Agora eu chego lá, eu tenho um restaurante [...]. (M9, #3)</p> <p>Elas vêm com a ilusão que vão enriquecer fácil, que vão ganhar dinheiro facilmente. É essa a ilusão que elas têm, a que os europeus são ricos, que vão casar com elas e lhes dar uma boa vida, pra mim é isso que acontece. Isso não quer dizer que todas venham pra cá com esse objetivo, tem muita mulher batalhadora, que não encara qualquer tipo de situação pra ganhar dinheiro e se dá bem [...]. (M9, #4)</p>
	Tráfico de pessoas	<p>Tinha uma outra menina aqui, que era minha amiga de infância e veio pra cá, foi para um clube na Alemanha e lá sofreu muito. Ela me disse que uma pessoa pagou a passagem dela e ela só podia sair do clube quando ela terminasse de pagar a passagem. No Brasil ela já trabalhava em clube. Lá ela conheceu um holandês e ficaram juntos, tiveram 2 filhos, se separaram e ela voltou pra prostituição. (M2, #4)</p> <p>Conheço várias mulheres de Belém que foram primeiro pro Suriname antes de vir pra cá, mas elas não gostam de falar sobre isso. (M2, #5)</p> <p>Tenho uma grande amiga que me contou como foi pra lá [Suriname], ela tinha um filho e disse que sofreu muito no Suriname e lá ela trabalhou num clube, ela era uma morena muito bonita, deu muito lucro pra eles e ela tinha uma amiga que veio pra Holanda pra trabalhar num clube dos mesmos donos e mandou buscar ela e ela teve que trabalhar pra pagar a passagem, elas não podiam sair desse clube. Elas tinham direito a uma folga a cada 15 dias e só passeavam com a dona do clube era igual uma cadeia, não podiam trocar telefone com cliente, não podiam marcar encontro fora do clube. Hoje as duas estão casadas, tem uma vida normal e não gostam de falar desse assunto. [...] (M2, #6)</p> <p>O conhecimento que tenho sobre [tráfico] e tenho de que isso acontece mesmo, é através dos meios de comunicação. Eu conheci na escola pessoas muito simples e eu percebi pelas conversas e pelas coisas que falavam e via que tinham chegado aqui por vias não muito ortodoxas, digamos assim, mas não necessariamente nessas circunstâncias. Na cidade de origem ficavam muito em áreas frequentadas por</p>

		<p>estrangeiros e assim, procurando rapazes, pra ter uma vida melhor, conhecia, vinha pra cá, esses casos. (M3, #10)</p> <p>Eu já conheci uma brasileira que veio parar na Holanda e hoje eu pensando sobre isso, ela foi vítima de tráfico sim. Uma brasileira que morava na Suíça trouxe ela de Belém prometendo trabalho pra ela como babá e no final ela tinha uma dívida, recebia muito pouco e a mulher cobrava tudo dela, até a alimentação e ela nunca conseguia terminar de pagar a dívida. Ela era uma prisioneira, ela não saía de casa e ela conseguiu fugir, veio parar na Holanda através de uns brasileiros que ela conheceu, chegou a trabalhar em algumas casa aqui e agora ela está num restaurante na Bélgica trabalhando. (M7, #17)</p> <p>E ele me perguntava assim: «Se eu te convidar pra tu vir aqui conhecer a minha família, tu vem?» «Não! Eu só sei falar português, é muito difícil pra mim».</p> <p>E pra falar a verdade eu tinha medo «Como será lá? Será que é como ele diz?» Eu pensava muito nesse negócio de tráfico, porque a gente ouve falar nisso. Essas estórias românticas, de amor, mas que quando chega lá é outra coisa. (M8, #8)</p> <p>Hoje em dia se fala muito nisso na televisão, até as novelas já falam sobre isso. Todo mundo quer viajar, quer ganhar dinheiro pra voltar pro Brasil e fazer uma casinha, comprar um carro, eu sei que aconteceu muitos casos de tráfico, mas eu não conheço nenhum. [...] (M8, #9)</p> <p>Embarquei no avião com muito medo, muito, muito medo! A primeira vez que eu andava de avião. Quando a gente passa no check in, os brasileiros que tinha lá, vem e senta e fica logo orientando: «Olha! Cuidado, esconde teu passaporte lá. Cuidado pode ser um tráfico!»</p> <p>Eu me apavorei, né? Três brasileiros que eu conheci lá me disseram a mesma coisa. Mas mesmo com medo eu disse «Eu não vou voltar atrás, eu prometi pra ele que eu ia».</p> <p>«Cuidado com o teu passaporte que ele te segura lá!» (M8, #10)</p>
--	--	---

		<p>[...] na época eu tinha um apartamento grande e alugava um quarto para ajudar no aluguel. Ela veio do Brasil, era casada lá, veio pelo mesmo motivo que eu vim – procurar uma oportunidade pra depois trazer a família, quando chegou aqui, virou a cabeça, começou a ir para as festa, pros bares e esqueceu a família. Ela se envolveu com um rapaz da Albânia, um rapaz muito bonito. E esse rapaz levou ela pra Itália e trancou ela numa casa. No início estava tudo bem “Meu namoradinho...” deixou tudo pra trás por causa dele. Ele levou ela pra uma casa na Itália com desculpa de passear e essas coisas e trancou ela nessa casa e a obrigou a fazer programa pra ele e ali ela ficou uns 3 meses. (M9, #5)</p> <p>A outra é de uma grande amiga minha, que agora tem um salão de beleza, é uma pessoa vencedora e batalhadora também. Ela também foi assim, mas foi uma conhecida dela que estava a passeio em Goiânia e falou pra ela «você está aqui e não ganha dinheiro, vamos pra Bélgica que lá você ganha muito, com esse talento que você tem lá você vai arrasar», e ela disse «Ahh! Mas eu não tenho papel...» «Não tem nada não, vou logo arrumar um serviço pra você, você chegando lá já tem serviço, já tem casa arrumada, já tem tudo!». E ela iludida veio e quando chegou a moça já pegou todo o dinheiro que ela tinha dizendo «você vai ter que me ajudar nisso e nisso...» e ela perguntou «E o trabalho?» «amanhã eu te levo, e depois, e depois...». Nisso passou um mês, pegou o dinheiro dela e nunca a levava no trabalho que dizia que tinha pra ela. Aí ela ficou nessa situação, ficava em casa, fazia limpeza e tudo e serviço, nada! Num belo dia ela falou pra ela «O serviço ainda não deu certo, eles não vão te querer mais, agora você vai ter que se virar por aí» «Mas eu não conheço ninguém!» «Vai fazer programa!». (M9, #6)</p> <p>[...] acontece muito. Mas acredito que hoje bem menos do que quando cheguei aqui, já estou na Europa há 15 anos. Hoje o mercado é grande, já não vale a pena trazer as brasileiras. Têm as romenas, as espanholas, as de Portugal, que está em crise, tem tailandesa, tem africana. Não vale mais a pena pagar a passagem, se você tem todas essas mulheres aqui na Europa. Você vai ali num classificado de jornal, você vai na internet, o que mais tem é gente procurando trabalho, estrangeiros que já estão aqui, que já saíram de uma situação assim. (M11, #4)</p>
--	--	---

		Pra sair do Brasil hoje está mais difícil, quando a polícia federal ver muitas mulheres, logo desconfia. Além do mais é difícil acreditar que hoje em dia com tanta informação, que exista alguma mulher que venha pra Europa enganada. (M11, #5)
--	--	---

Categorias	Subcategorias	
<p><b>3. Planos de retorno: sucessos, fracassos e <i>remigração</i></b></p>		<p>Se eu tivesse condição eu voltaria pro Brasil. Eu só não volto pro Brasil porque eu tenho filho pequeno e mais uma agora com 4 anos e eu tenho que esperar que se resolva essa questão da guarda. Se você tem no Brasil a sua mãe, o seu pai, uma família que te ama de verdade, você não está andando descalço, você não está pedindo esmola. Você tem o essencial que é amor, clima bom... eu trocaria tudo que eu tenho agora por isso, pra ter mais paz de espírito. (M1, #7)</p> <p>Eu penso... eu sempre digo que quando eu tiver uma boa condição financeira eu vou voltar sim pro Brasil, mas pra passear. Pra morar... eu acho que não, se eu voltasse pro Brasil eu teria que deixar meus filhos aqui, então não. (M4, #9)</p> <p>Penso em voltar pro Brasil, mas eu acho que ainda não chegou o momento [...] [e] não sei quando será, pus na mão de Deus. Eu gosto muito daqui, mas eu sinto muito a falta da minha família, mas eu ainda não estou preparada financeiramente pra voltar, pra recomeçar do zero.</p> <p>O que eu mais me arrependo na minha vida é ter vindo pra cá, eu podia ter ficado quieta lá. Mas já que estou aqui, eu fico, porquê gosto daqui. Estou construindo a minha vida aqui, degrauzinho, por degrauzinho, tudo que eu tenho, ninguém me deu, foi conquista minha, através do meu suor. Eu não tenho nada que eu possa falar que alguém me deu. Chego às 8 da manhã, tem dia que vou embora às 11 horas da noite. (M5, #8)</p> <p>No momento não. Às vezes penso, porque sinto saudades, mas eu penso também no outro lado, entendeu? Lá eu não vou ter a vida que eu tenho aqui e agora não tem a menor possibilidade de voltar pro Brasil porque tem uma nova lei... antigamente você podia se aposentar aqui e receber seu dinheiro no Brasil, agora foi cortado, não tem mais. Essa lei é desse ano. Vou viver de quê no Brasil? Eu digo, eu não tenho condições de</p>



	<p>voltar pra lá, lá eu não tenho renda e digo mais... acho que não me acostumo mais no Brasil não. [...] (M6, #10)</p> <p>Eu sou uma mulher imigrante que graças a Deus, me dei bem, eu tô bem onde estou, consegui me enraizar aqui, eu não vejo mais volta pra mim. A partir do momento que você tem filhos aqui, os filhos crescem, vai ficando cada vez mais difícil... você se enraíza. É claro que tem momentos que você pensa: «Nossa! Quem eu abandonei?» Principalmente com a perda de uma pessoa querida - um pai, uma mãe, você começa a se questionar se fez a opção certa. (M7, #18)</p> <p>Voltar pro Brasil? Já passou pela minha cabeça sim, mas você tem que ser realista ... Como voltar? Sozinha? Não é nem a questão de emprego, se eu voltasse pro Brasil hoje, eu ia trabalhar... eu sobrevivo. Mas eu tenho filhos, como poderia tirá-las daqui? Tirar o direito delas de ter a vida que elas têm? Não teria sentido. O Brasil é um país maravilhoso, lindo! Mas tem uma coisa muito ruim que é a violência. Nós que nascemos lá, nos criamos lá, sabemos lidar com isso, mas e os nossos filhos? [...] por isso que eu sei, sozinha eu não volto, aí eu fui aos poucos tirando isso da cabeça, não vale a pena. Não vale a pena! (M7, #19)</p> <p>Eu penso, eu sonho em voltar, afinal é o meu país, tenho família lá. Mas é difícil, e meus filhos não querem voltar, com as notícias que eles vêm de lá, não querem. (M9, #6)</p> <p>O Brasil apesar de ser a 6ª economia do mundo, ainda não oferece condições para os mais pobres. O filho de pobre no Brasil não tem grande oportunidade, a escola pública é uma calamidade, o ensino público no Brasil não vale nada. Com todos os problemas que os países europeus estão enfrentando, o povo aqui não sabe o que é crise. Crise, é o povo do nordeste que está morrendo de sede, o povo comendo cacto, no Ceará é assim, isso é crise. Agora não venham me dizer que o país está em crise e não podem ir de férias. (M9, #7)</p> <p>Eu penso, tem dias que eu acordo com vontade de ir embora, mas eu sei que se eu for embora... eu tenho dificuldade de trabalhar aqui, não por causa do idioma, mas por causa dos meus filhos, porque trabalho eu</p>
--	--

	tenho, meu marido tem outras pessoas trabalhando com ele. Minha mãe faz muita falta, se ela tivesse aqui na Holanda, eu acho que seria ótimo, perfeito. A vida é complicada, mas a gente vai levando, né? (M10, #7)
--	---

Categorias	
<p><b>4. Histórias em busca de contexto</b></p>	<p>A minha primeira vez foi com 17 anos. Eu não contei pra ninguém, até porque... não foi legal, foi terrível. Foi forçada! Eu não tava preparada, sempre dizendo que não! Não! Não! Mas foi forçada. Ele era um namorado, já tínhamos nos beijado várias vezes nas festas. Ele conseguiu nessa noite fazer isso, porque a minha irmã me deixou pra trás na festa e ele: «Eu te levo em casa», e aí no caminho ele me forçou. Foi bastante traumático pra mim, eu tinha um queimadura, eu estava queimada e por isso eu não consegui lutar com ele, ele me jogou no chão mesmo e... sabe quando a gente vai se deixando levar? Tá gostoso, tá bom, no começo estava bom, mas não queria chegar a penetração, mas ele forçou. (M1, #8)</p> <p>Depois dessa história me envolvi com uma mulher, foi a primeira vez que isso aconteceu comigo, acho que foi pelo fato de me sentir frágil, sozinha. Ela era uma amiga e eu sabia que ela gostava de mulheres, foi uma coisa diferente, mais emocional do que carnal, me fez bem, acho que há tantas mulheres que vão pra esse lado porque as mulheres se entendem mais, né? Mas foi passageiro, fez sentido por um tempo, mas ainda continuamos amigas. (M1, #9)</p> <p>Infelizmente eu não tive sorte, eu fui apaixonada por um homem mais velho do que eu [pausa]. Tenho até vergonha de falar, mas ele era casado. Eu tenho atração por pessoas mais velhas, sempre me identifiquei mais, não tem nada a ver com sexo, me sinto mais protegida, é isso. Quando me envolvi com esse senhor na época eu era uma menina, eu tinha 18 anos e foi por causa dele que eu saí do país, porque me batia, eu já era adulta, mas apanhava. Minha mãe descobriu que eu estava com ele, foi horrível! Me batia muito por causa dele. Eu era louca por ele, ele tinha nome [era conhecido na cidade]. A minha irmã tomava conta da casa de praia dele [no interior]. Ele me conhecia desde pequena, ele falava pra minha irmã «Essa menina não é tua irmã, ela é muito loira», a minha irmã é bem escura, mas eu nunca havia olhado pra ele assim. Eu comecei a ter problema com o pagamento da minha escola eu o procurei, como a minha irmã trabalhava pra ele, eu fui pedir trabalho e ele disse que não tinha trabalho pra mim, mas disse: «Eu gostaria de um dia lanchar contigo, daí a gente conversa melhor.» Então passamos a lanchar juntos todas às quartas-feiras. Fomos pra motel algumas vezes mas eu me apaixonei por ele, porque ele era um cavalheiro mesmo. Ela sabia que eu tinha um trauma, eu não conseguia relaxar. Ele no começo pensava que eu era virgem na verdade, até pelo fato de eu não consegui relaxar, ele passou um bom tempo acreditando que ele tinha sido o primeiro, porque eu sangrei também com ele. Mas depois de um tempo eu contei tudo pra ele. (M1, #11)</p> <p>Quando meu pai batia na gente, a minha mãe não se metia, ela tinha medo de apanhar [...]! (M2, #7)</p>

Meu pai abusou de mim... ele sempre me tratou diferente dos meus irmãos, ele nunca me tratou como filha. Hoje em dia eu não choro mais como eu chorava antes, antes eu não conseguia falar sobre isso com ninguém. Eu perdi a minha virgindade de uma forma muito feia [...] (M2, #8)

Muitas vezes eu pensei em me matar, porque eu achava que estava atrapalhando a vida da minha mãe. Eu sofria calada! Não falava pra ninguém, era uma coisa calada, não falava pra ninguém, ninguém [...] (M2, #9)

Que maldade tinha uma criança de 7 anos? Uma pessoa que faz uma coisa dessas é doente, a criança quer carinho, não tem essa maldade. Só que ele começou a despertar em mim coisas... me excitando, me preparando, mexendo com a minha cabeça, né? E eu: «Não papai, não pode».

«Não precisa falar, não precisa falar». (M2, #10)

Ele me olhou com uma cara muito feia. Me colocou dentro do carro e disse que não ia levar a menina e me levou pra esse lugar. Lá eu me tranquei no banheiro, eu chorava, chorava e ele queria quebrar a porta do banheiro. Nesse dia eu apanhei muito dele, foi o dia mais triste da minha vida. Eu cheguei em casa triste. Eu não sei se é um trauma que eu tenho, que eu não consigo lembrar os detalhes, só sei que foi um dia muito triste na minha vida, eu não consigo lembrar da penetração, nada disso. A tristeza era tão grande em mim, eu chorava tanto, que acho que entrei em choque, não sei... Não sei se penetrou, não sei se fazia na minha perna, não sei, não sei, só sei que eu estava suja, só isso. E eu fui me lavar com nojo, muito nojo e fui pra casa. Cheguei em casa a minha mãe me esperando, com a minha amiga desesperada [...]. (M2, #11)

Ele nunca mais tentou, eu tinha 16 anos. Eu tenho que agradecer a Deus por não ter ficado grávida desse homem. Ele não deixava nenhum homem se aproximar de mim, ele botava pra correr. (M2, #12)

Tinha uma moça que estudava na comigo que era brasileira e era casada com um surinamês, ela sempre chegava machucada na aula, ia de óculos escuro, e eu perguntava: «O que foi isso?»

«Ah! Eu cáí».

Ela ficou grávida, foi quando ela abriu o jogo pra mim, me disse que o marido espancava ela e me pediu ajuda, porque ele dizia que ia matar ela, porque ele foi pro Brasil com ela e lá conheceu uma outra mulher [...], eles se separaram. Nós conseguimos uma advogada pra ela e ela conseguiu fazer os papéis. (M2, #13)

Tenho dois tios que são gays e nunca vi isso como um problema, mas eles sofreram muito. Meu tio foi espancado várias vezes, sem motivo nenhum, só por ser gay. Muito triste isso. Não teria nenhum problema se um dos meus filhos fosse, mas claro que ia ficar preocupada, ia sofrer com isso e ia me lembrar o que acontecia com os meus tios. (M2, #14)

Mas ninguém sabia o que se passava. Pra falar a verdade eu sempre dizia que nunca ia casar, fiquei com trauma de casamento, eu só casei porque fiquei grávida e não queria fazer aborto, eu já tinha feito aborto e isso mexeu muito com a minha cabeça. (M2, #15)

Eu fiz 2 abortos, um de cada namorado. Eu não desejo isso pra ninguém, mas também não julgo ninguém. (M2, #16)

Lembro sim. Foi muito difícil porquê meu pai é muito pai, é muito apegado aos filhos. Então pra nós foi um choque muito grande. Lembro de uma frase que minha irmanzinha falava quando meu pai faleceu, um dia ela chegando em casa disse «Mamãe, mamãe! Nós plantamos meu pai, vai nascer um monte de papai aqui». Quer dizer... isso marca a gente.

Entrevistadora: Achas que por conta disso tiveste que “abandonar” a infância mais cedo?

Não! Porquê minha mãe sempre mostrou a realidade pra nós [choro]. Eu falo assim é porque meu pai é uma figura muito presente pra nós, até hoje a gente sente muito a falta dele. Eu nunca tinha falado isso, entendeu? [choro] (M5, #10)

No início eu amava muito ele, mas ele todo o tempo me humilhando, me humilhando, mas eu tive que aguentar por causa dos meus filhos, entendeu? Na época eu mandava dinheiro pros meus filhos e se fosse ter que pagar aluguel e tudo, não teria como mandar, por isso eu aguentei durante muito tempo. Aguentei até quando eu pude, cada dia que passava ele piorava [...]. (M6, #11)

Aguntei um bocado de humilhação desse homem. Cheguei a comentar com uma amiga minha: «Se mandassem eu escolher entre ficar com esse homem ou a morte, eu preferia a morte!» (M6, #12)

Meu filho é homossexual, mas é uma pessoa de bem, trabalha, tem a vida dele, nunca me deu trabalho. (M6, #13)

Eu tive um irmão que era homossexual, mas que faleceu muito novo, ele foi o único filho da minha mãe a ir pra universidade, era o maior orgulho dela. Ele morreu meses antes de se formar[...] de AIDS, tinha 29 anos. Era um dos meus irmãos mais velhos, nunca esqueci dele. (M6, #14)

[...] eu sempre percebi que ele era diferente dos outros meninos, era mais dedicado às coisas da casa, mais atencioso, não gostava de jogar bola. (M6, #15)

Eu amo meu filho, sempre fiz de tudo pra que ele tivesse uma vida decente e ele tem. É um rapaz discreto, todo mundo gosta dele – os vizinhos, a família, todo mundo [...]. (M6, #16)

Quando ele veio pra cá passar 1 ano, ele se abriu comigo, contou que sempre gostou de meninos e que sabia que não tinha culpa, eu digo sempre pra ele: «Meu filho você não é diferente de ninguém, você não é inferior a ninguém porque é homossexual».

Mas ele é um bom rapaz. Quando ele foi embora, foi terrível! Pensei que fosse morrer de tanto sofrimento, nós somos muito apegados, entendeu? Com minha filha eu tenho uma relação mais complicada. O meu neto do meio... a gente já percebe que ele é também, como já aconteceram dois casos na família, ninguém vê isso como uma doença, só o cachorro do pai dele, que vive batendo no menino por causa disso, pelo fato dele ser diferente, aquele covarde! Essa é uma das maiores briga [sic.] entre a gente, entendeu? [...] (M6, #17)

Tive uma infância normal, meu pai deixou minha mãe com 10 filhos, minha mãe teve que se virar para nos criar. Sou a 8ª. Depois minha mãe casou com um primeiro [sic.] e teve mais um filho, somos 11 ao todo. Eu era bem pequena, a única recordação que tenho do meu pai, sou eu sentada no colo dele e ele passando a mão no meu cabelo e nunca mais o vi. (M6, #18)

Primeiro foi um que me chamou, eu estava falando com uma amiga no messenger e disse pra ela: «Amiga! Tem um que me chamou, mas é horroroso!»

E ela: «Marca um encontro com ele.»

E eu: «Ah, mas ele é muito feio!»

Aí eu resolvi marcar, quando vi o cara, ele era belga... eu não dei mancada, fomos tomar um chá e não demorou muito eu disse: «Eu vou ter que ir porque daqui há pouco eu vou trabalhar.» (risos)

Entrevistadora: Mas qual foi o problema? (risos)

Ele era baixinho, feinho (risos), sem sal... «Não dá nem pra apresentar no Brasil» (risos) [...] (M6, #19)

Quando eu conheci ele, ele não bebia, não fumava, super caseiro. Casamos, fomos viver juntos e depois de 1 ano e meio ele... pronto! Ele ligava pra mim e dizia: «Olha! Tenho que ficar até mais tarde no trabalho». E um dia vieram me contar: «Olha! Eu vi o teu marido namorando uma menina». E eu não acreditei, eu era cega e louca por ele, mas ele acabou confessando. [...].

Ai a gente se divorciou. (M8, #12)

Ah! Tem muita gente que hoje em dia não quer sair do Brasil e tem muita gente indo embora e não só brasileiro, tem muito europeu que está indo pro Brasil. O Brasil está dando crédito à vontade, tu pode [sic.] comprar uma casa financiada com muito mais facilidade. A quanto tempo que não saia a possibilidade de um bom financiamento pros brasileiros? Tinha anos que a Caixa não financiava. Hoje em dia sem um tostão no banco você compra uma casa. Eu comprei a minha sem dinheiro, eu apenas estava com o meu nome limpo, foi o suficiente pra conseguir um financiamento. Eu nem acreditei quando recebi a chave da casa. Eu fiquei 15 anos na Europa, com meu marido que era italiano e ele não conseguiu comprar nem uma garagem. No Brasil, eu em 3 anos, consegui. Eu sou brasileira, gente! E hoje em dia posso dizer que tem uma abertura grande pra gente no nosso país. (M11, #7)